

XVII Fórum BNB de Desenvolvimento

XVI Encontro Regional de Economia

CRESCIMENTO ECONÔMICO
E REDUÇÃO DA POBREZA

anpec
Associação Nacional dos
Centros de Pós-Graduação
em Economia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

 **Banco do
Nordeste**



ANAIS DO FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO

CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Realizado em Fortaleza, Ceará, em 18 e 19 de julho de 2011,
no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013

Presidente

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

Fernando Passos

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Nelson Antonio de Souza

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Stélio Gama Lyra Júnior

Comitê de Editoração

Francisco José Araújo Bezerra

José Maurício de Lima da Silva

Wellington Santos Damasceno

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Luciano Jany Feijão Ximenes

Maria Odete Alves

Francisco Raimundo Evangelista

Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste – ETENE**

Superintendente: Francisco José Araujo Bezerra

Organizadores: Laura Lúcia Ramos Freire e

Allison David de Oliveira Martins

Superintendência de Marketing e Comunicação

Lúcia de Fátima Barbosa da Silva

Ambiente de Comunicação

Gerente: José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização: Paula Pinheiro

Revisão Vernacular: Manoel Macêdo

Projeto Gráfico e Diagramação: Carminha Campos

Mais informações

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades 0800 033 0004

F745 Fórum BNB de Desenvolvimento (2011 : Fortaleza, CE)

Crescimento econômico e redução da pobreza : anais do

Fórum BNB de Desenvolvimento, Fortaleza, Ceará, 18 e 19 de

julho de 2011 . – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

202p.

ISBN

1. Crescimento Econômico. 2. Desenvolvimento Econômico. 3.
Redução da Pobreza.

CDU: 338.1



ANAIS DO FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO

CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Realizado em Fortaleza, Ceará, em 18 e 19 de julho de 2011,
no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste

Fortaleza

Banco do Nordeste do Brasil

2013

SUMÁRIO

SESSÃO DE ABERTURA

Jurandir Santiago – Presidente do BNB

Adriana Amado – Secretária Executiva da ANPEC

PAINEL I: CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Presidente de Mesa: Luiz Carlos Everton de Farias – Diretor de Controle e Risco do BNB

Sen. Wellington Dias – Rep. da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste

Jorge Abrahão de Castro – Diretor de Estudos e Políticas Sociais/IPEA.

SESSÃO ESPECIAL BNB-ETENE

Presidente de Mesa: José Narciso Sobrinho – Superintendente do BNB/Etene

Expositores:

Aline Maria Souza Menezes – Ceis/Etene

O Nordeste sob a ótica de Insumo-Produto Inter-regional

Fernando Luiz Emerenciano Viana – Ceis/Etene

Infraestrutura Macrológica do Nordeste: Caracterização e Proposições de Intervenções

Allisson David de Oliveira Martins – Fundeci/Etene

Apoio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) às Pesquisas e Difusão de Tecnologias para Convivência com o Semiárido

PAINEL II: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento/BNB

Marcelo Neri – Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece)

Cláudio da Rocha Roquete – Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza/MDS

SESSÃO ESPECIAL APDR: ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO ATLÂNTICO SUL E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente de Mesa: Ana Paula Bastos (NAEA)

Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho – Presidente Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/Professor da Universidade dos Açores, Portugal

Isaías Barreto de Sousa – APDR-Cabo Verde/Professor da Universidade Jean Piaget, Cabo Verde

SESSÃO ESPECIAL ANPEC: MUDANÇA ESTRUTURAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Presidente de Mesa: Adriana Amado – Secretária Executiva da Anpec

Carmem Feijó – Professora da Universidade Federal Fluminense e Diretora do Centro Internacional Celso Furtado

PAINEL III: FINANCIAMENTO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento/BNB

Dep. Luiz Gonzaga Patriota – Representante da Bancada do Nordeste

Cláudio Bernardo Figueiredo – Superintendente da área de Operações Indiretas do BNDES

ENCERRAMENTO

SESSÃO DE ABERTURA

Composição da Mesa

Jurandir Santiago – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Adriana Amado – Secretária Executiva da Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec)

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores,

É com grande prazer que o Banco do Nordeste do Brasil, no marco das comemorações dos seus 59 anos de criação, aqui os recebe para o XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e o XVI Encontro Regional de Economia, realizados, simultaneamente, em parceria com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Essa parceria contribui para a integração do universo acadêmico-científico com as comunidades política, técnica e empresarial da região Nordeste, bem como para o aperfeiçoamento das políticas públicas do País, em especial aquelas voltadas ao desenvolvimento da Região.

O XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e o XVI Encontro Regional de Economia se reúnem sob o tema "Crescimento Econômico e Redução da Pobreza".

Senhoras e senhores, neste momento, convidamos a tomar assento à mesa o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Jurandir Santiago; a senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), professora doutora, Adriana Amado.

Honram-nos com suas presenças neste recinto: sua excelência, o senhor senador da República pelo Estado do Piauí, o Sr. Wellington Dias; o Sr. Robério Gress do Vale, chefe de Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste; os senhores diretores do BNB, Sydrião Alencar, diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento; Stélio Gama Lyra, diretor Administrativo e de Tecnologia; José Alan Teixeira, diretor de Administração de Recursos de Terceiros; e Luiz Carlos Éverton de Farias, diretor de Controle e Risco.

Registramos também as presenças do Sr. José Narciso Sobrinho, superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) - BNB; do Sr. João Porto Guimarães, presidente do Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE); do Sr. Victor Hugo de Oliveira, chefe geral da Embrapa Agroindústria Tropical; do Sr. Pedro de Souza, superintendente executivo do Centro Internacional Celso Furtado; do magnífico reitor da Universidade Estadual do Ceará, Prof. Francisco de Assis Moura Araripe; do Sr. Cláudio Frota, neste ato representando o senhor superintendente da Sudene, Paulo Fontana; do Sr. George Gress, aqui representando o senhor superintendente regional da Caixa Econômica, Odilon Pires Soares; do Sr. Luís Carlos Bezerra Lima, diretor da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste; do senhor vereador do município de Salitre, Antônio Sílvio Pinto Lima; do Sr. José Maria Pimenta, aqui representando o senhor secretário de Estado do Desenvolvimento Agrário no Ceará, Nelson Martins; do Sr. Francisco de Souza Ramos, coordenador da Capes e membro do Conselho Científico da Capes, Sr. Eduardo Arraes, presidente do Instituto das Cidades; do Sr. Luís Carlos Holanda Antero, assessor parlamentar do senador Inácio Arruda.

Senhoras e senhores,

Trazendo-nos a mensagem de boas vindas do Banco do Nordeste do Brasil, convidamos neste momento a fazer uso da palavra, o senhor presidente do BNB, Jurandir Santiago.

PRESIDENTE JURANDIR SANTIAGO

Bom dia a todos e a todas.

Quero primeiro falar da satisfação de poder realizar a abertura deste evento, de forma que inicio fazendo alguns cumprimentos. O primeiro deles para a Sra. Adriana Amado, secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), instituição que é parceira há (16) dezesseis anos do Banco do Nordeste do Brasil na organização deste evento importante para o desenvolvimento econômico da Região.

Cumprimentar e agradecer o senador da República do Estado do Piauí, o Sr. Wellington Dias, que aqui nos honra com a sua presença; do presidente do Instituto das Cidades, o Sr. Eduardo Arraes; do Sr. Francisco de Souza Ramos, coordenador da área de Economia da Capes, membro do Conselho Técnico e Científico da Capes; do Sr. Jorge Abraão de Castro, diretor do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), que aqui representa o Sr. Márcio Pochmann, seu presidente; o Sr. Victor Hugo de Oliveira, chefe geral da Embrapa; Sr. João Porto Guimarães, presidente da Federação das Associações Comerciais do Ceará e do Conselho Deliberativo do Sebrae, que também nos honra com a sua presença; o Sr. Pedro de Souza, superintendente executivo do Centro Internacional Celso Furtado, também órgão parceiro do Banco; o Sr. Luís Carlos Holanda Antero, assistente parlamentar do senador Inácio Arruda; ao magnífico reitor

Francisco de Assis Moura Araripe, da Universidade Estadual do Ceará; o Sr. George Gress, gerente regional da Caixa, aqui representando o senhor superintendente regional da Caixa Econômica Federal; o Sr. Antônio Sílvio Pinto Lima, vereador da Câmara Municipal de Salitre, em nome dele já cumprimento todos os parlamentares aqui presentes; e o Sr. Luís Carlos Bezerra Lima, diretor da Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste.

Peço permissão para fazer uma saudação especial ao Dr. Nicácio, a quem conheci hoje de manhã e entrou aqui no Banco em 1955, ou seja, um ano após o começo das atividades que iniciaram em 1954. O Banco que foi criado em 1952, junto com o Etene, de modo que peço uma salva de palmas para o Dr. Nicácio. Quero cumprimentar o Sr. Cláudio Frota, representando aqui o superintendente da Sudene, o Sr. Paulo Fontana; o Sr. José Maria Pimenta, representando o secretário Nelson Martins, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará; e a Sra. Andréa Cavalcanti Correia Lima, presidente da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed).

Cumprimento a todos em nome da Diretoria e dos funcionários do Banco do Nordeste, apresentando as boas vindas a todos os presentes: professores, universitários, pesquisadores, lideranças políticas, empresários e demais segmentos da nossa sociedade que também nos prestigiam com a sua participação.

É com muita alegria que, ao principiar a minha gestão como presidente do BNB, inicio juntamente com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), a abertura do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia, com o objetivo de promover o debate em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional. A realização deste evento transcorre no âmbito do 59º aniversário do Banco do Nordeste, instituição que se constitui um marco na luta histórica da região Nordeste pelo desenvolvimento, na busca da construção de uma sociedade mais justa e do bem-estar de nossa população.

Este Fórum é de suma importância, pois favorece o diálogo com os vários públicos do BNB, e por sua vez mobiliza a discussão dos problemas e soluções regionais, de avaliação das políticas governamentais implementadas, e da difusão do conhecimento para a sociedade.

Nesta oportunidade, gostaríamos de dizer da nossa satisfação em contar com a Anpec, parceira de longo percurso na realização deste evento tão importante para nós. Igualmente a todos os funcionários que fazem o Etene, que participou da criação do Banco do Nordeste e que não tem medido esforços para mobilizar a Academia para a realização desses fóruns.

A nação brasileira tem vivenciado um período positivo de crescimento econômico, com substancial geração de emprego e renda, ainda que esse processo virtuoso venha sendo afetado pela ameaça da inflação interna e pelas dificuldades nas principais economias mundiais, causadas pela crise ainda atuante. Mesmo assim, é possível constatar que os programas sociais operados pelo Governo Federal têm produzido efeitos visíveis na distribuição de renda e na inclusão social.

Desse modo, o mote proposto para este evento “Crescimento Econômico e Redução da Pobreza”, não poderia ser mais oportuno, pois é prioridade para a gestão pública cumprir com um dos objetivos fundamentais da República, contemplado na Constituição Federal, que é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Neste contexto, as micros e pequenas empresas exercem papel importante na estrutura econômica brasileira e para o emprego. No Brasil, as estatísticas disponíveis para 2009 mostram que as micros e pequenas empresas representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB), geram 16,5 milhões de empregos e constituem quase 99% do total de 7,4 milhões de estabelecimentos formais existentes.

Ignacy Sachs propõe, por sua vez, que o pequeno empreendedor seja encarado como um arquiteto do futuro e não como um resquício do passado e que, para aproveitar as potencialidades da pequena empresa na consecução de um autêntico desenvolvimento, é preciso criar as condições para assegurar a esse setor, amplo acesso a capital, a tecnologia e a mercados.

O foco do atual governo nas micros e pequenas empresas é positivo, pois este segmento constitui atividade econômica que contribui para desenvolver o empreendedorismo de pequeno e médio porte, valioso recurso da nação, e para conciliar a dinâmica da distribuição com a dinâmica do crescimento. Contribui assim, para a geração de um processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Outro fator primordial que justifica o apoio prioritário – às micros e pequenas empresas –, consiste simultaneamente que este segmento é o portal natural para a erradicação da pobreza e a porta de entrada para consolidar no País, uma classe média forte e empreendedora.

O Banco do Nordeste acumula ampla experiência e conhecimento da Região, atuando com expressiva capilaridade na oferta de crédito à atividade rural e agroindustrial, ao comércio e serviços, às exportações, à infraestrutura, à indústria e ao turismo, além da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. O BNB atua também com programas de forte impacto socioeconômico, como Pronaf, Crediamigo e Agroamigo, programas estes reconhecidos internacionalmente. Desse modo, o BNB reúne condições excepcionais de ser o principal parceiro no apoio às micros e pequenas empresas do Nordeste, com o fim de alcançar o ímpar objetivo de crescimento com a redução da pobreza.

Em 2010, o Banco do Nordeste destinou R\$ 2,3 bilhões às micros e pequenas empresas, beneficiando quase 24 mil clientes em 98.500 operações. Este montante representa um crescimento de 27% em relação aos valores contratados em 2009. Somente no primeiro semestre do ano de 2011, o Banco destinou R\$ 1,2 bilhão às micros e pequenas empresas, valor superior em 25% ao aplicado no mesmo período do ano passado, realizando atendimento a 17 mil micros e pequenas empresas.

Espera-se que as apresentações e debates a serem realizados neste fórum possibilitem à Região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional, na certeza de que seus desdobramentos trarão

contribuições valiosas para a região Nordeste, e que suas instituições possam, de modo efetivo, atuar como protagonistas importantes para o desenvolvimento do Nordeste e por consequência do País.

Um bom evento a todos e muito obrigado.

Mestre de Cerimônias

Ouviremos em seguida, a palavra da senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), professora doutora Adriana Amado.

ADRIANA AMADO

Bom dia a todos. Lembro que há um ano, na abertura deste encontro, estava dizendo que uma das coisas que me motivava, quando assumi a Secretaria Executiva da Anpec, em grande medida em função de conversas com meus antecessores, era exatamente conhecer o funcionamento do Encontro Nordeste. Na realidade, os encontros regionais se iniciaram com a parceria Anpec/BNB, que foi uma iniciativa do professor Antônio Maria da Silveira, há 16 anos, exatamente na tentativa de trazer as discussões de caráter regional para dentro da Anpec.

A Anpec tem o seu encontro nacional, que ocorre no fim do ano, uma parceria bastante próxima e intensa com vários parceiros, de forma que além deste, a Anpec realiza dois encontros regionais: regiões Nordeste e Sul.

Com a realização simultânea dos eventos Fórum BNB de Desenvolvimento e do Encontro Regional de Economia, percebe-se que o público que passa pelo Fórum, passa pelo Encontro de Economia, e vice-versa. Conclui-se que, as pessoas que estão no Encontro de Economia, onde se caracteriza por ser um encontro de natureza bastante acadêmica, participam também dos debates de política econômica, discutidos no Fórum BNB de Desenvolvimento. Ressalta-se que os dois eventos acontecem simultaneamente, no entanto, permitem que as peculiaridades de cada um dos eventos sejam mantidas. Assim, o caráter acadêmico do Encontro Regional de Economia é absolutamente preservado, e o caráter de discussão política-econômica do Fórum BNB de Desenvolvimento também é preservado, o que resulta que ambas as instituições e o público, obviamente, ganham muito com essa proximidade e a sinergia entre os dois eventos.

Neste evento, assim como no evento passado, temos a participação de um convidado internacional. Pela grande contribuição da professora Ana Paula, e que nos aproximamos da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, o que resultou no convite ao professor Tomaz Dentinho ao evento.

Ano passado, já havíamos observado que, apesar dos temas serem regionais, a dimensão deste evento é nacional, e a ideia é que ele continue crescendo, no sentido de se aproximar das instituições que estão preocupadas com o desenvolvimento regional do ponto de vista teórico, empírico, etc. Há espaço para crescer e, em grande medida, o que desejamos é exatamente isso: o envolvimento dos coordenadores, dos centros, do Banco do Nordeste, sempre no sentido de criar novas possibilidades, para que ambos os eventos cresçam e ocupem os espaços que ainda estiverem vazios.

Dentro desta perspectiva de crescimento, ainda no ano passado, percebemos um aumento no número de trabalhos submetidos, o que reflete o interesse da comunidade acadêmica pelos eventos. Em 2010, foram submetidos em torno de 200 trabalhos, e, este ano, nós demos um grande salto, atingimos a quantia de 281 trabalhos submetidos ao evento. Sem dúvidas é crescimento substantivo e, obviamente, deixou todos da organização bastante entusiasmados com o Fórum BNB de Desenvolvimento e do Encontro Regional de Economia.

Os 281 trabalhos submetidos se dividiram em cinco áreas. Na área 1, tivemos 89 trabalhos inscritos; na área 2, 39; na área 3, 67; na área 4, coincidentemente, também 67; e na área 5, 19 trabalhos. Foram selecionados 45 trabalhos, o que mostra uma concorrência acentuada, e, por consequência, a elevação da qualidade dos trabalhos a serem apresentados.

Uma importante característica do encontro da Anpec Nacional, também presente no Encontro Regional de Economia, caracteriza-se pela busca da excelência acadêmica dos trabalhos, pluralidade metodológica e diversidade temática das suas áreas.

Na Anpec Nacional, temos doze áreas temáticas de estudos, enquanto que no Encontro Regional de Economia, temos cinco áreas, contudo, este comporta a ideia de diversidade temática e pluralidade metodológica dentro de cada uma das áreas.

Dentro dessa perspectiva e de forma a atender esta demanda, a Anpec, normalmente tem organizadores responsáveis pelos seus encontros regionais. Cabe agradecer e ressaltar a fundamental participação do professor Paulo Hamilton, que não tem medido esforços no sentido de viabilizar os encontros durante estes últimos anos, sendo ele o responsável acadêmico pela organização do evento. Assim, a qualidade, em grande medida, é garantida pelo Paulo Hamilton e pela colaboração dos coordenadores dos centros regionais.

Gostaria de agradecer a parceria do Banco do Nordeste, nas pessoas do presidente Jurandir Santiago, do diretor Sydrião de Alencar, diretor de Gestão do Desenvolvimento, do Sr. José Narciso Sobrinho, superintendente do Etene, que também tem uma participação muito ativa na Anpec, tanto na organização do Regional, quanto do Nacional. E em especial a senhora Laura Ramos, que é extremamente entusiasta deste evento, na medida em que viabiliza as discussões acadêmicas e a organização. O Etene realmente tem participação ativa neste evento, e assim somos extremamente gratos à equipe do BNB que trabalha mais diretamente para a realização do Fórum BNB de Desenvolvimento e do Encontro Regional de Economia.

Por fim, deixo meus agradecimentos em nome da Anpec e desejo a todos um excelente encontro.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: Luiz Carlos Everton de Farias – Diretor de Controle e Risco do BNB

Sen. Wellington Dias – Rep. da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste.

Jorge Abrahão de Castro – Diretor de Estudos e Políticas Sociais/Ipea.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores,

Abrindo a programação técnica, assistiremos em instantes à exposição do Painel I, que traz como tema “Crescimento Econômico e Redução da Pobreza”.

Para presidir os trabalhos, convido o senhor diretor de Controle e Risco do BNB, Luiz Carlos Everton de Farias. Convido à mesa, os senhores expositores, excelentíssimo senhor senador da República pelo Estado do Piauí, Wellington Dias, representando a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste; o senhor diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor doutor Jorge Abrahão de Castro. Para sua saudação à plateia, e em especial aos expositores convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos, diretor de Controle e Risco do BNB, Luiz Carlos Everton de Farias.

Luiz Carlos Everton de Farias

Inicialmente, quero agradecer a presença do senador Wellington Dias, bem como do diretor do Ipea, senhor Jorge Abrahão de Castro, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste painel, a que eu reputo como um dos mais importantes temas da atualidade: “Crescimento Econômico e Redução da Pobreza”.

Desse modo, o debate sobre crescimento econômico e redução da pobreza, nos faz pensar sobre o seguinte questionamento: O crescimento econômico realmente contribuiu para a redução da pobreza? Esta pergunta é envolta de importância, principalmente, se considerarmos que no Brasil, o esforço empreendido, não apenas do crescimento econômico, mas também de programas sociais, de inclusão social, como aumento do salário mínimo, o Bolsa Família, contribuiu, evidentemente, para uma melhor redistribuição de renda no País.

Outra questão que poderá ser apresentada, diz respeito aos desafios do Programa “Brasil sem Miséria”, lançado recentemente pela presidenta da República Dilma Rousseff, que visa tirar 16,2 milhões de pessoas da pobreza extrema.

Contudo, se observarmos o cenário internacional, vislumbramos um cenário adverso para o crescimento econômico do País. Por exemplo, a dívida dos Estados Unidos da América (EUA), que chega a US\$ 14,3 trilhões, adicionada pelo conflito político entre democratas e republicanos, que poderá gerar um calote internacional, porém pouco provável, mas como resultado de todos estes embates, apavoram os mercados. Se olharmos para a Europa, o cenário é ainda mais adverso. Praticamente estamos assistindo a um provável calote da Grécia, além de dificuldades das economias na Itália, Espanha, Portugal e Irlanda, e que por sua vez, poderá ameaçar o crescimento econômico do Brasil. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a previsão de crescimento para a economia brasileira para 2011 é de 4,3% ao ano, comparado ao ano de 2010.

Por fim, acredito que esse painel Crescimento Econômico e Redução da Pobreza será de profunda importância, onde o senador Wellington Dias discorrerá sobre redução de pobreza, enquanto que o representante do Ipea, o senhor Jorge Abrahão, falará de crescimento econômico.

Com a palavra, o senhor diretor de estudos e políticas sociais do Ipea, Jorge Abrahão, que falará sobre crescimento econômico.

JORGE ABRAHÃO DE CASTRO

Bom dia a todos e a todas.

Como relatado pelo senhor diretor de Controle e Risco do BNB, Luiz Carlos Everton de Farias, discorrerei sobre crescimento econômico, e da forma como é conduzido, se leva à redução da desigualdade e da pobreza.

Organizei a palestra com base em alguns trabalhos do Ipea, notadamente aqueles ligados a macroeconomia, analisando a economia brasileira no período entre os anos 90 e o princípio desta década. A ideia é tratar desse longo período, e verificar o crescimento econômico e a distribuição de renda.

O objetivo é refletir sobre os traços distintos da economia, da pobreza e desigualdade, no período recente entre 2003 e 2009. O ponto de partida é o aumento da taxa média de crescimento da economia entre 2003 e 2009, *vis-à-vis* ao período anterior, e a queda da pobreza verificada nesse mesmo período. Conclui-se que esse é o período em que voltamos a crescer na economia e onde apresentou queda da pobreza e da desigualdade. Assim, tentaremos determinar quais foram os determinantes desse movimento, e qual sua composição, para pensarmos se é possível imaginarmos que estamos vivendo um novo momento, e se, este novo momento é sustentável no longo prazo.

Primeiramente mostraremos alguns fatos importantes verificados na economia brasileira. No período de 1995 a 2002, observamos baixo crescimento em um momento determinado; inflação até certo ponto mais elevada; produtividade em queda; taxa de investimento pouco elevada; saldo de balança comercial ruim; e crescimento relativo da dívida pública.

Confrontado com o período recente, percebemos uma total diferenciação de períodos, ou seja, um crescimento mais elevado, uma inflação menor e trajetória descendente, bem como dívida pública também em queda. Ressalto, por sua vez, o aumento da produtividade e também da taxa de investimentos.

A hipótese principal que podemos mencionar é que há uma mudança na forma do crescimento. Entre 1995 e 2002, há uma estabilidade e baixo crescimento, com estabilidade de pobreza e desigualdade. Assim, nesse período não foi observado crescimento econômico, além de uma estabilidade de desigualdade e da pobreza, conjuntamente.

O período de 2003 a 2010 foi marcado por uma estabilidade no dinamismo econômico, queda na pobreza e da desigualdade. Ainda foi testemunhada a mudança no regime de demanda e produtividade, com conseqüente queda da pobreza. No período 2003-2006, o que alavancou o crescimento econômico foi o desempenho dos setores externos e, de 2007-2010, a importância dos gastos das famílias e do investimento.

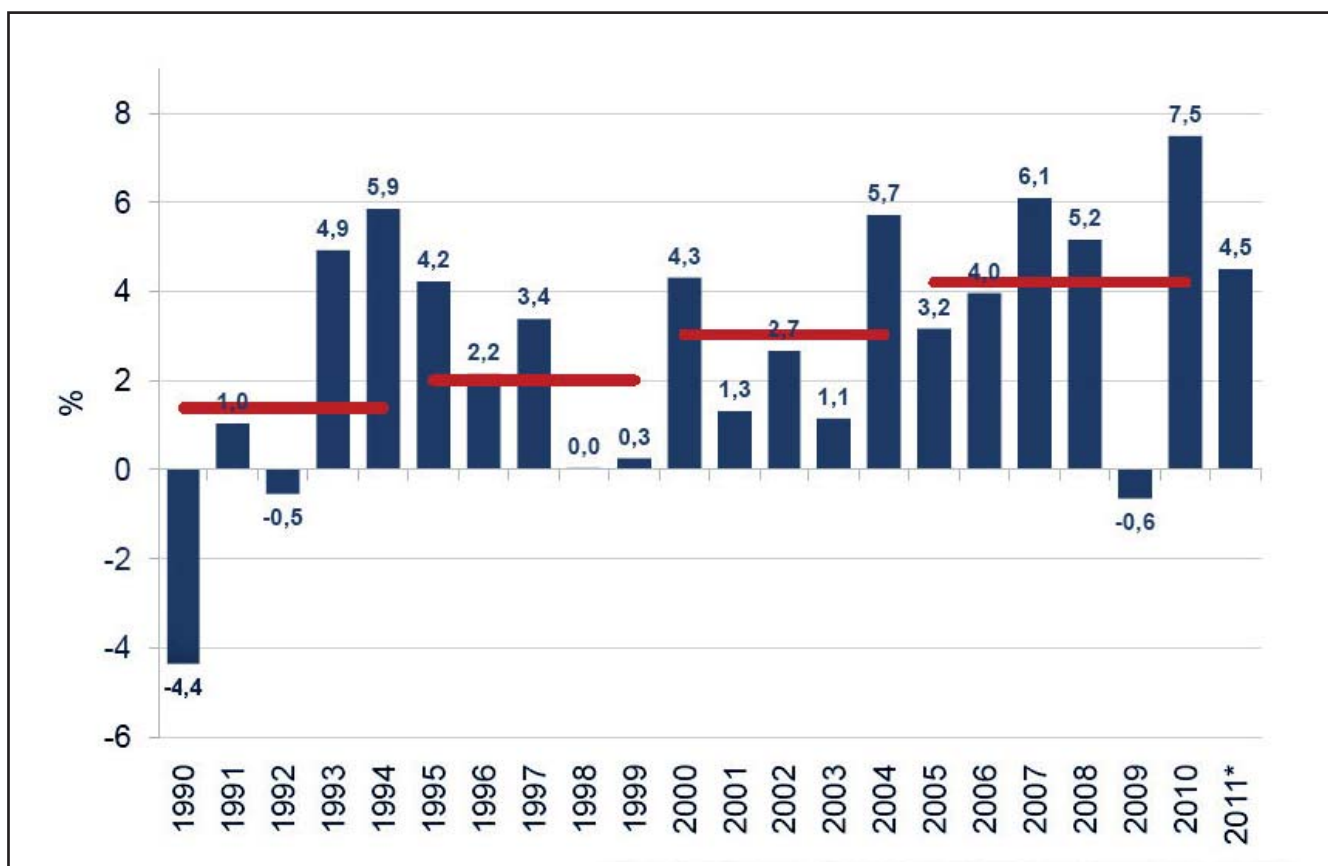


Gráfico 1 – Crescimento do PIB

Fontes: Elaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir dos Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e Banco Central do Brasil (BACEN).

O Gráfico 1 mostra o perfil do crescimento do PIB nesse período, de forma que verificamos saltos de crescimento, estabilizando no patamar em torno de 4%.

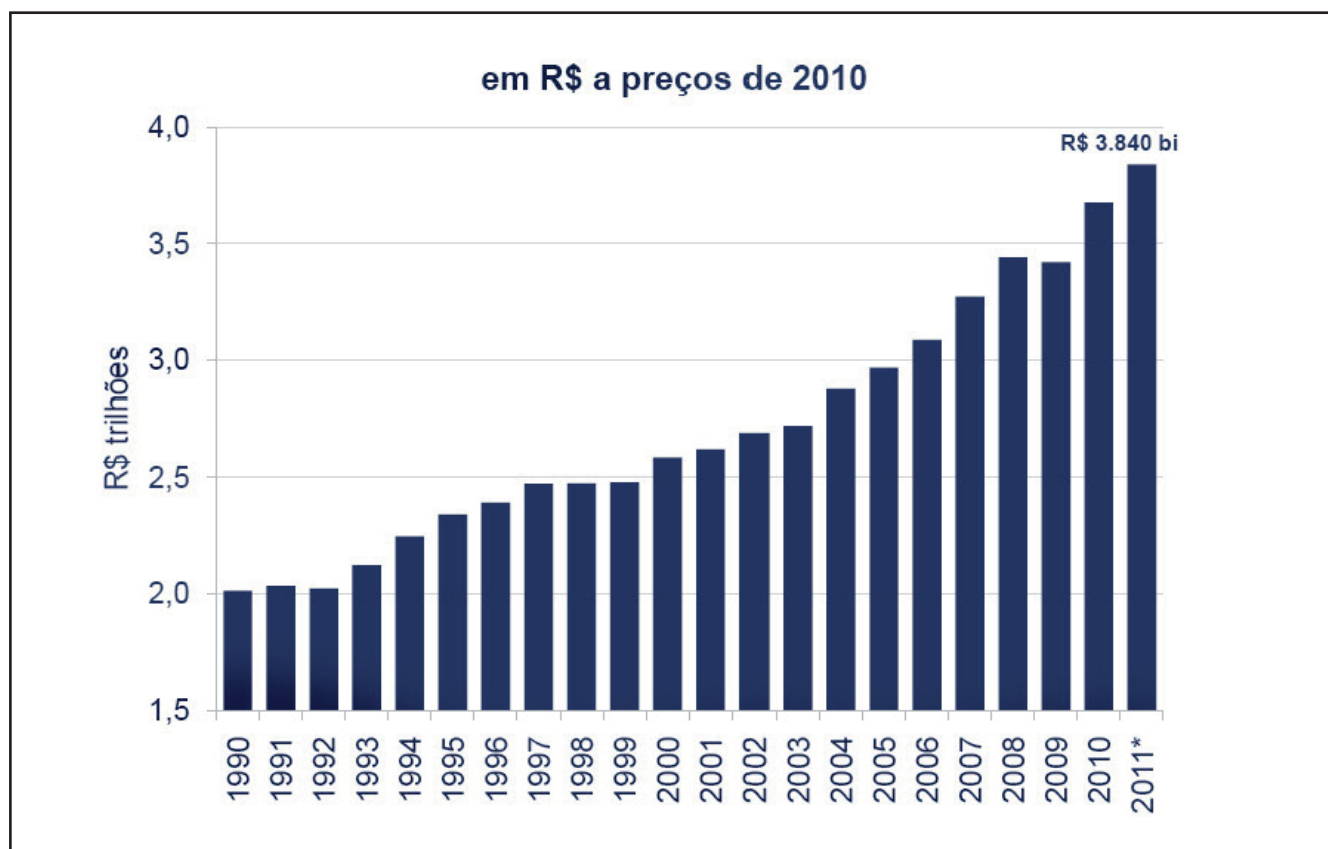


Gráfico 2 – Produto Interno Bruto a preços de 2010

Fontes: Elaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir dos Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Tabela 1 – Evolução do PIB e Componentes da Demanda

Variáveis	Períodos				
	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2008	2009
PIB a Preços de Mercado	2,5	2,1	3,5	5,6	-0,2
Consumo das Famílias	3,6	1,7	3,2	6,7	4,1
Consumo do Governo	1	2,2	2,5	3,3	3,7
FBCF	5,1	-4,3	4,3	15,9	-10
Exportações	3,2	9	10	2,7	-10,3
Importações (-)	12,1	-4,2	9,4	18,9	-11,5

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos Dados do IBGE.

O Gráfico 2 apresenta o PIB a preço de 2010. Podemos verificar que o PIB para subir R\$ 1 trilhão, levou mais ou menos 15 anos, enquanto que no período recente, em apenas

cinco anos, o PIB foi elevado em R\$ 1 trilhão. Percebemos claramente um diferencial de crescimento econômico nesse momento. Os determinantes desse crescimento diferenciado podem ser visualizados na Tabela 1.

O consumo das famílias ainda é muito baixo, *vis-à-vis* este momento que nós estamos presenciando. Outra variável importante são as exportações. Ou seja, podemos concluir que nos períodos de crescimento, teremos dois momentos: um puxado pelas exportações e outro pelo gasto das famílias e dos investimentos.

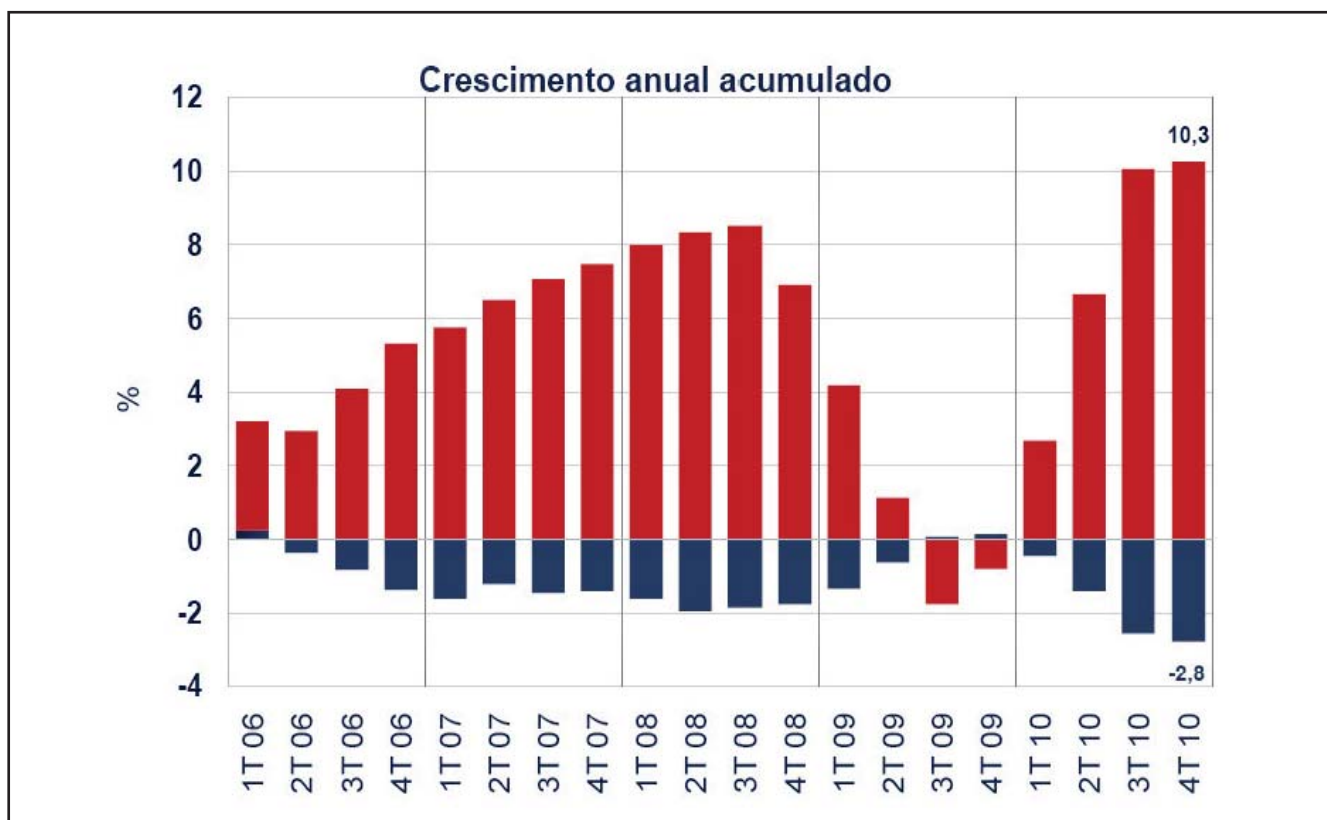


Gráfico 3 – Contribuição para o PIB

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos Dados do IBGE.

No Gráfico 3, também podemos prever a redução do PIB para este novo momento. A parte de cima é a demanda doméstica e a parte de baixo é o setor externo. De 2006 para 2010, sobretudo, a demanda do mercado interno é bem superior a de setores externos.

No Gráfico 4, também podemos perceber um movimento forte dos índices de preços, principalmente voltado para o exterior, com um crescimento forte dos preços, o que por sua vez traz rebatimento para a inflação interna, e também um crescimento forte do *quantum* exportado.

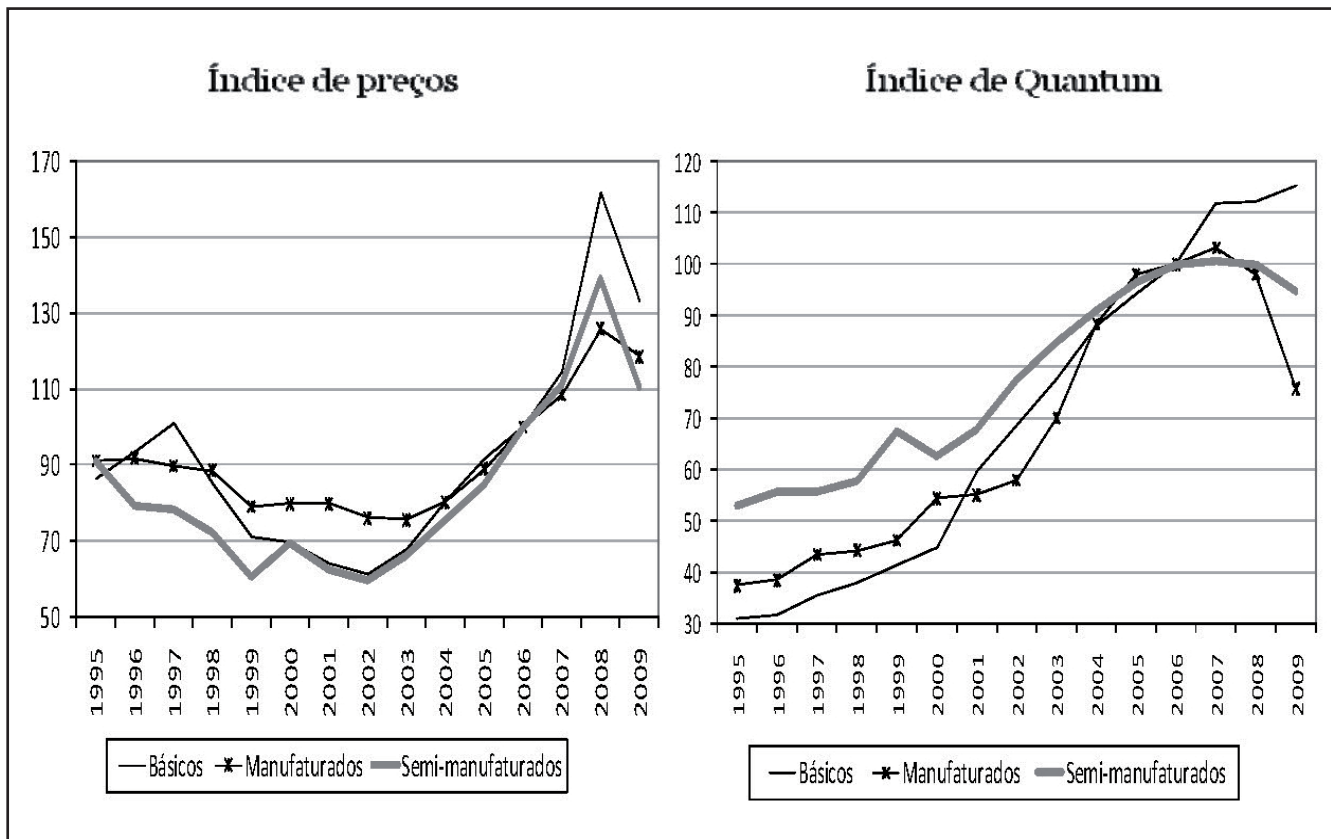


Gráfico 4 – Determinantes do Desempenho Comercial

Fonte: IPEA.

Isso explica em parte por que o setor externo vem a ser importante nesse período, principalmente entre 2002-2006. Após esse período, visualizamos uma queda no *quantum* exportado e, ao mesmo tempo, de preços relativos.

Analisaremos agora os determinantes da demanda. Primeiramente, discutiremos sobre o gasto do governo. Penso ser muito importante o aumento, em termos de reais, da proporção dos gastos do governo no PIB.

Mostrarei à frente os gastos na política social, que faz com que seja elevado o consumo das famílias, o aumento do salário real e o número de ocupados, os programas de transferência de renda e o crédito consignado, por ser um elemento importante para alavancar a demanda.

Vocês podem ver claramente do que estou falando no Gráfico 5, onde são apresentados dados sobre crédito. O crédito estava praticamente parado em relação ao PIB, quando a partir de 2005, observa-se um movimento de crescimento. Esse movimento aconteceu não apenas para as pessoas físicas, mas também para as pessoas jurídicas.

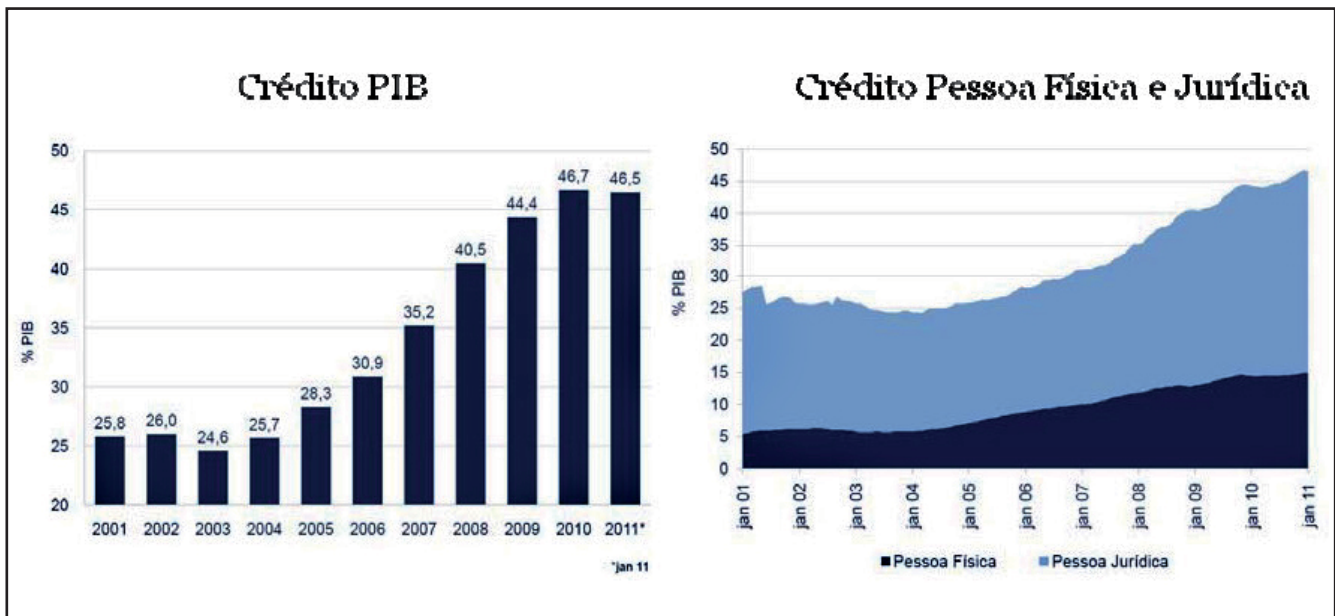


Gráfico 5 – Crédito

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos Dados do IBGE.

É importante também verificar o que ocorreu com o salário mínimo, uma vez que ele, por ser um indexador para políticas sociais e para o mercado de trabalho, torna-se de fundamental importância para as nossas análises.

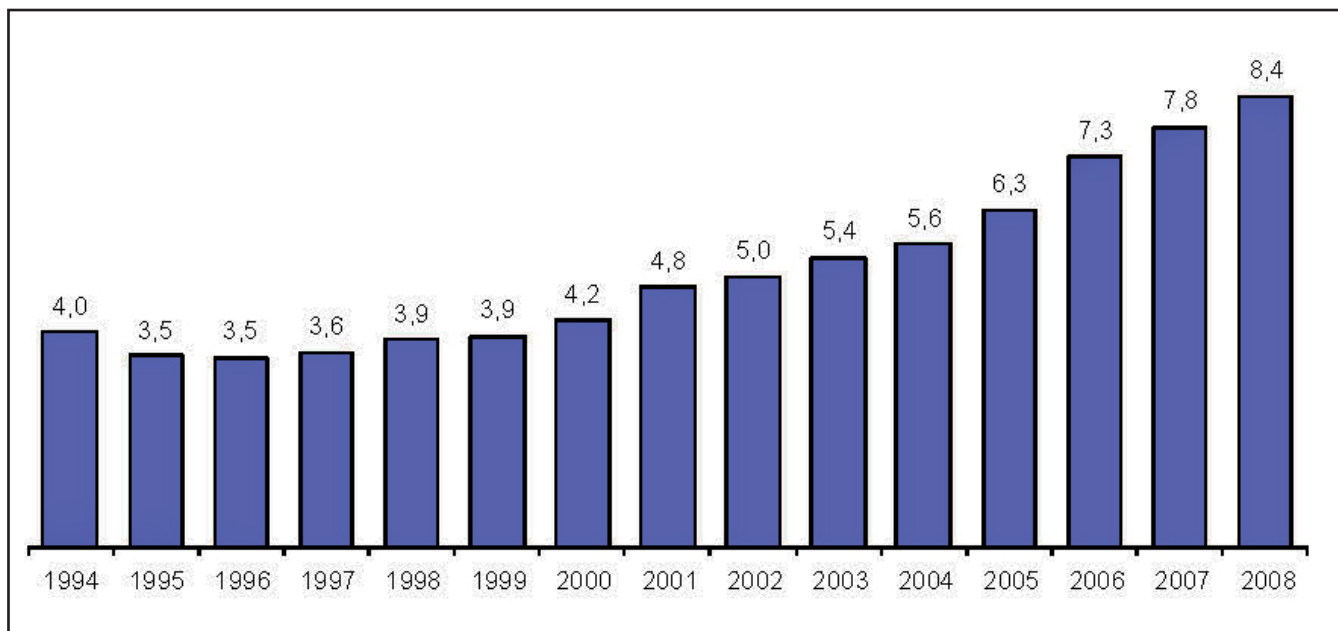


Gráfico 6 – Salário Mínimo em US\$ PPC por Dia

Fonte: IPEA.

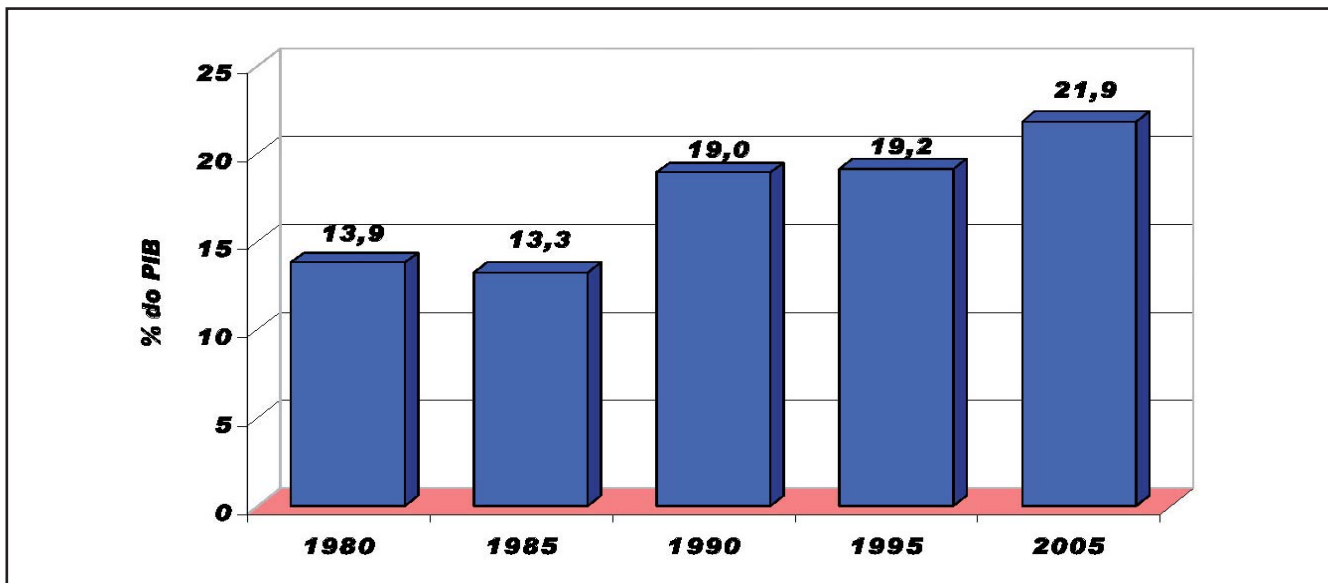


Gráfico 7 – Gasto Público na Política Social, em % do PIB

Fonte: IPEA

Ao mesmo tempo, a política social que está em torno de 22% do PIB, conforme dados recentes publicados pelo Ipea, alcança 23,24% do PIB, o que denota que continuamos crescendo na política social neste período, tornando mais um dos elementos fortes para o aumento da demanda interna.

Quando falamos em 22% do PIB na política social, resulta em cerca de 28 milhões de benefícios previdenciários, 13 milhões de benefícios do Programa Bolsa Família; 13,5 milhões de benefícios do Programa Benefício da Prestação Continuada (BPC); e de 7 milhões a 8 milhões de benefícios do seguro-desemprego, Pronaf, entre outros. Conforme o Gráfico 8, podemos notar a evolução do quantitativo da previdência, e também podemos perceber que todas as regiões aumentam seus gastos com a previdência, inclusive o Nordeste, principalmente por conta da Previdência Rural.

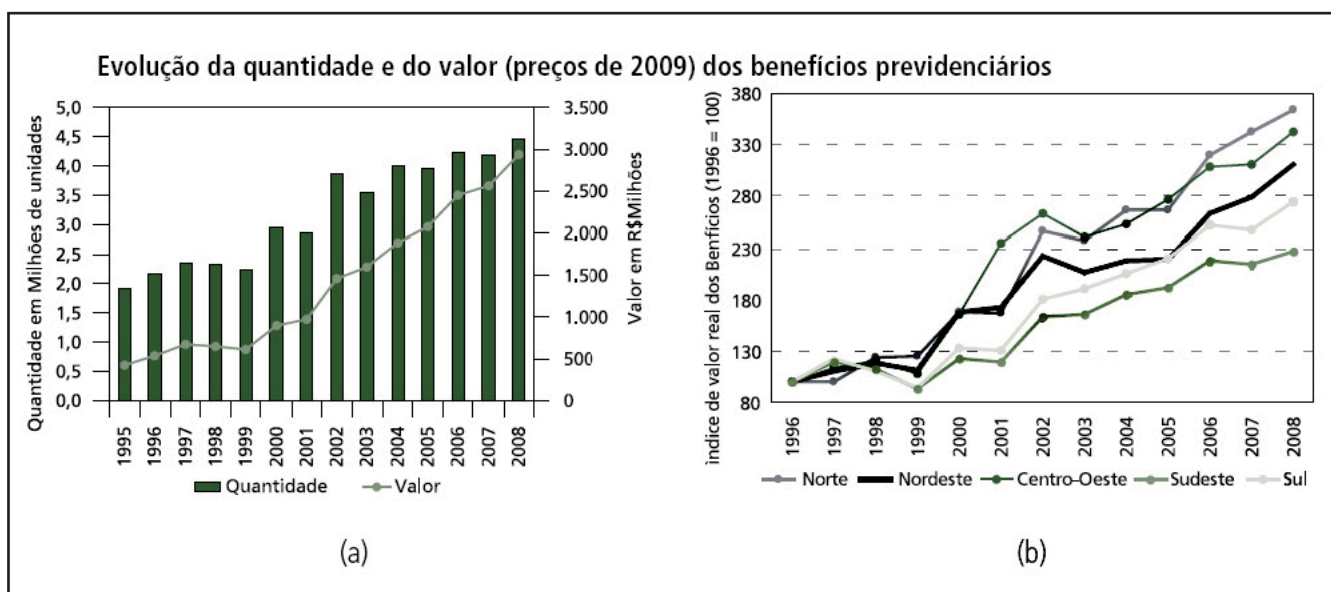


Gráfico 8 – Previdência Social e Pobreza, 2001 a 2008

Fonte: Ministério da Previdência Social.

A importância deste conjunto de informações mostradas até o presente momento constrói uma ambiência favorável e leva dinamismo aos setores menores e mais pobres do País, de modo que faz o gasto de quase ¼ do PIB brasileiro girar pela economia, proporcionando a distribuição destes recursos pelo País, sendo um elemento importante para elevar a demanda, notadamente a demanda interna, voltada a bens de consumo para as classes mais pobres.

Como podemos visualizar no Gráfico 9, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que sai de R\$ 0 em 1990 e alcança cerca de R\$ 3,5 milhões em 2008, também constitui-se de elemento importante do gasto público e que alavanca a demanda interna.

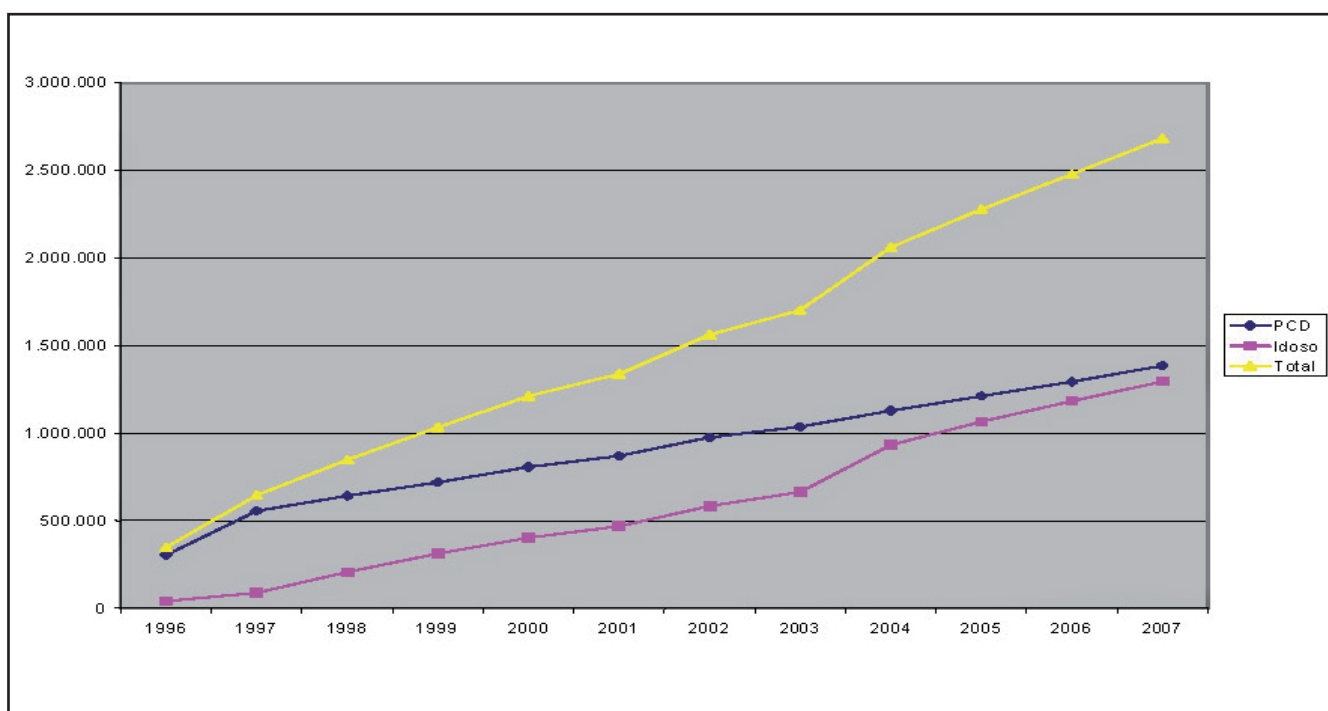


Gráfico 9 – Evolução de Benefícios Emitidos pelo BPC – 1996 a 2007

Fonte: IPEA.

Agora discorreremos sobre as consequências destes componentes econômicos no mercado de trabalho. Como podemos ver no Gráfico 10, o rendimento médio real apresenta elevação até meados dos anos 90, e logo após o fim dessa década tem resultados decrescentes; enquanto que a ocupação fica estável nos anos 90, apresentando leve acréscimo após o início dos anos 2000.

Observando o Gráfico 10, percebemos uma alta considerável do rendimento médio real, estabilizando por volta de 1997, enquanto que o crescimento do emprego formal apresenta estabilização, após crescimento a taxas expressivas. Isto tem profunda importância, fundamentalmente porque quanto melhor o emprego formal gerado, maior a proteção dos trabalhadores, e por consequência estaremos ampliando a arrecadação tributária.

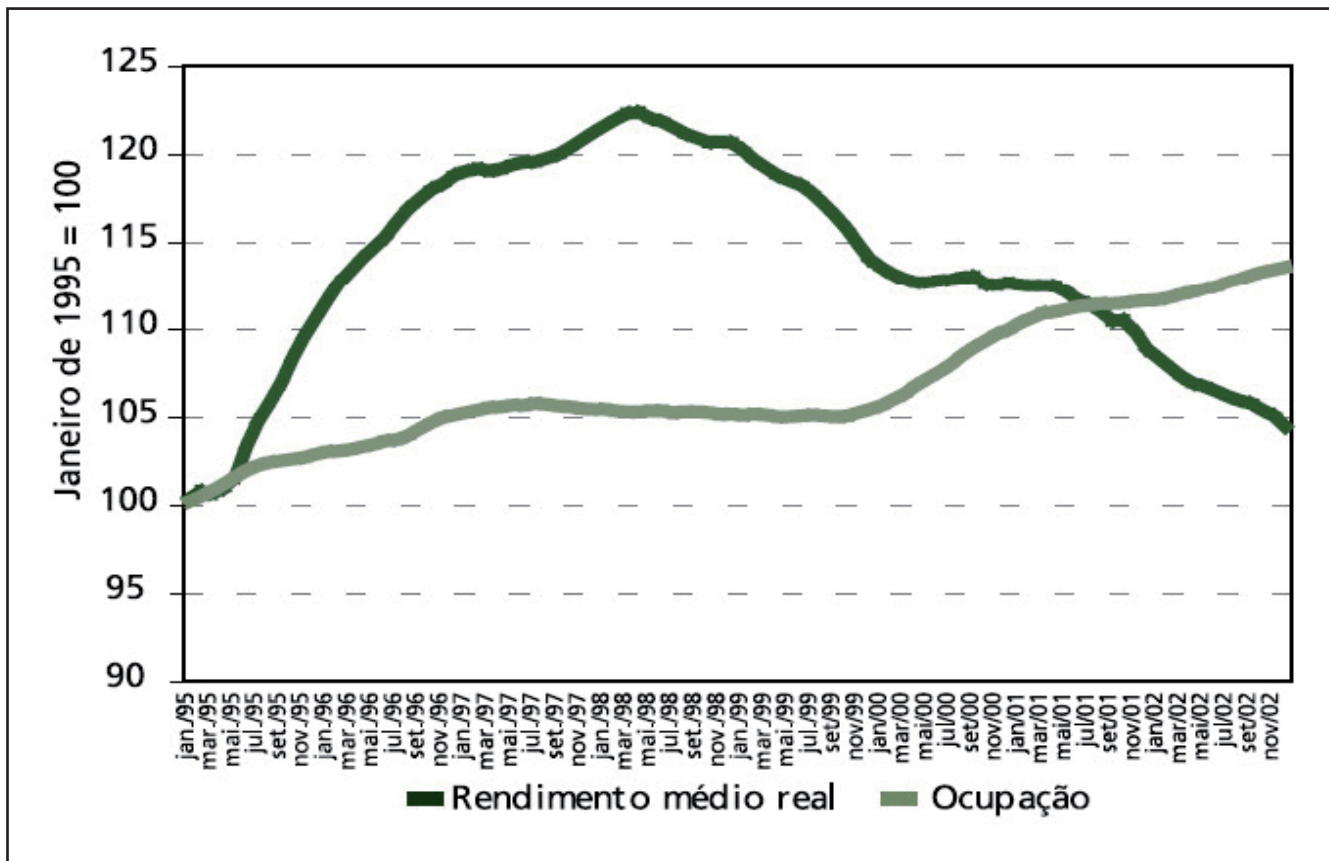


Gráfico 10 – Rendimento Real e Ocupação

Fonte: IPEA.

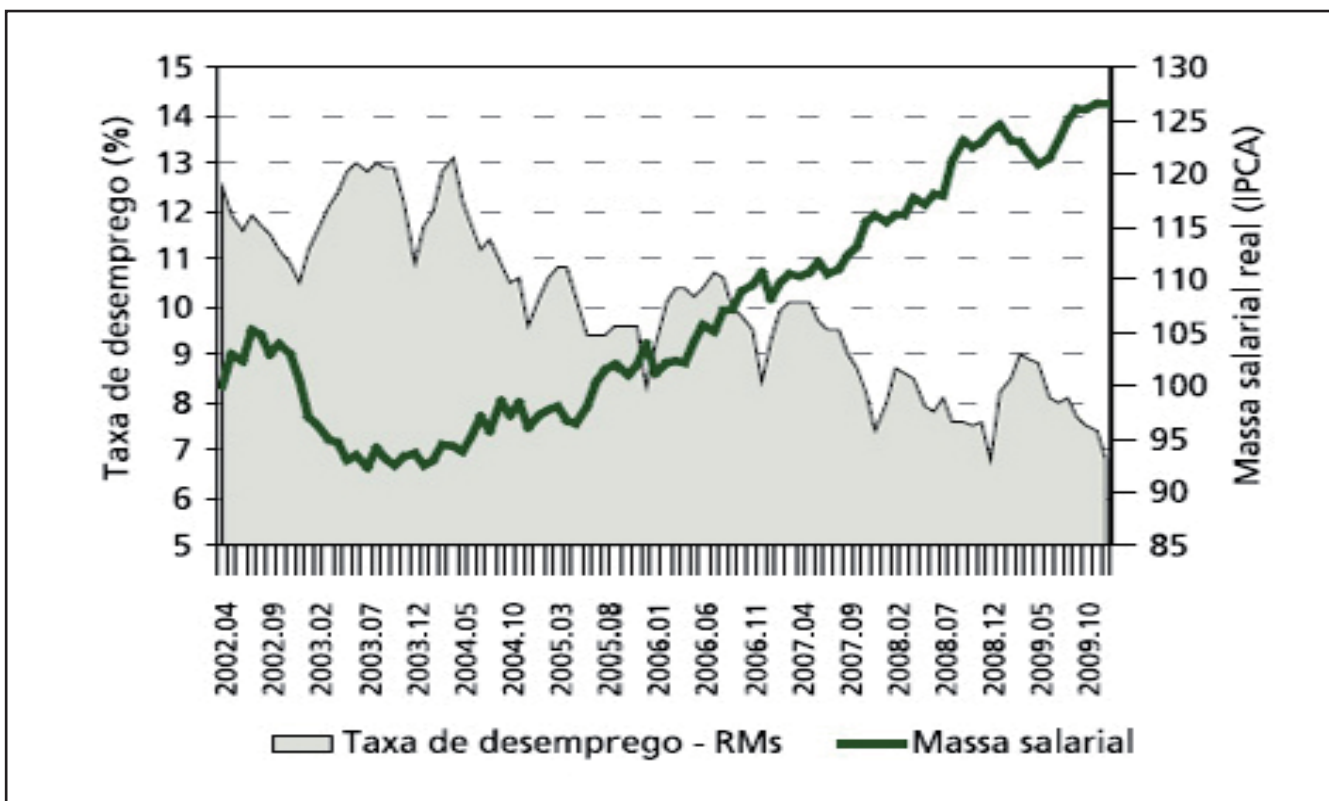


Gráfico 11 – Massa Salarial e Taxa de Desemprego

Fonte: IPEA.

O Gráfico 11 apresenta a massa salarial e a taxa de desemprego, de modo que percebemos que enquanto a taxa de desemprego despenca, a massa salarial tem elevação. A informalidade no mercado de trabalho está, portanto, decrescendo, mas ainda somos um País de emprego informal considerável.

O Gráfico 12 contém informações sobre mercado de trabalho em dois momentos distintos, ou seja, período de 1992 a 1999 e 2001 a 2008. Os diferenciais de variações são muito grandes. Vale ressaltar que o emprego formal criado no período 1992/1999, grande parte era não contribuinte, enquanto que de 2001/2008 foi caracterizado por ser emprego contribuinte. Esta constatação tem importância relevante, vez que a sustentabilidade do gasto público, principalmente do gasto social, faz com que o nível de crescimento seja elevado.

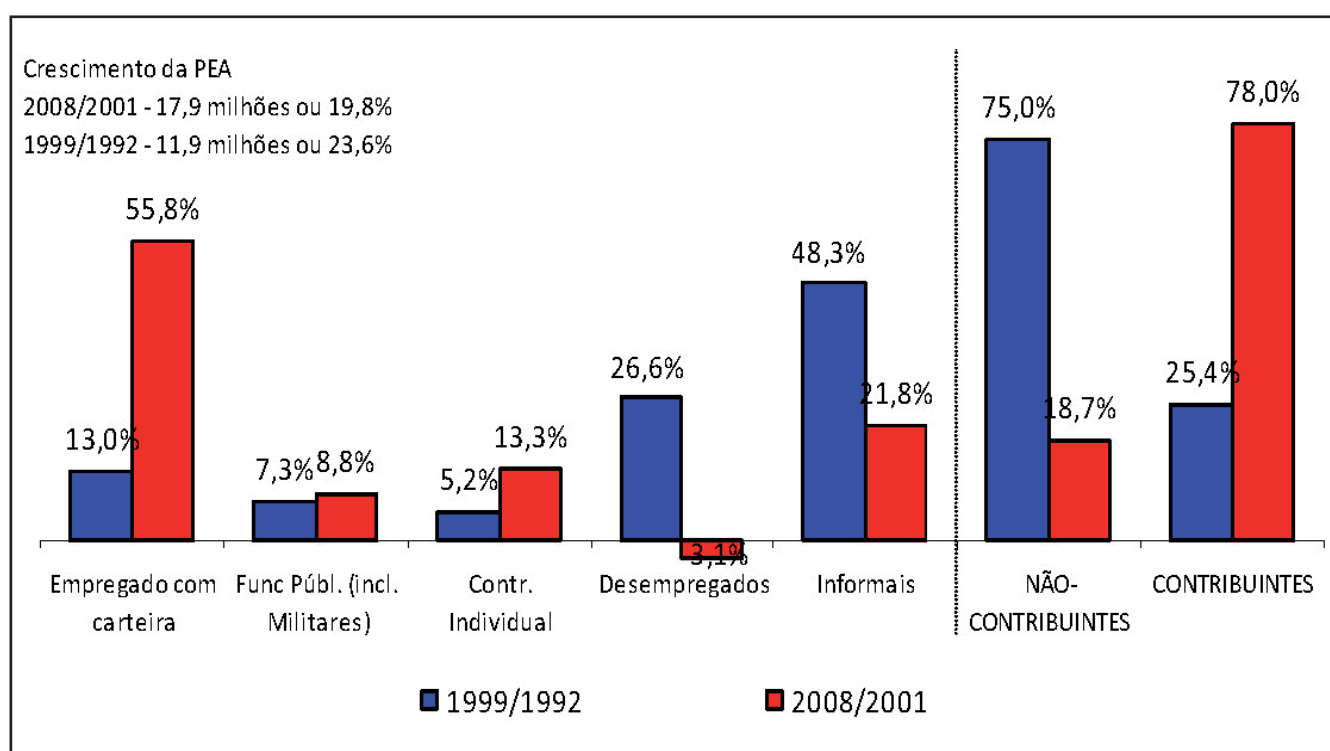


Gráfico 12 – Informações do Mercado de Trabalho – 1992/1999 e 2001/2008

Fonte: IPEA.

Se fizermos uma simulação contrafactual com a previdência, para verificar qual a sua importância para a pobreza, veremos que cada item é de fundamental relevância. Por exemplo: se retirássemos da Previdência Social, de dentro das suas estruturas, os rendimentos das pessoas, automaticamente, cerca de 20 a 25 milhões estariam na pobreza. Tanto é que nos dados sobre pobreza extrema calculada recentemente, praticamente não há idosos na pobreza extrema. Pode-se constatar que qualquer que seja a forma de cálculo adotada discutida pelos estudiosos, poucos idosos estarão classificados abaixo da linha de pobreza.

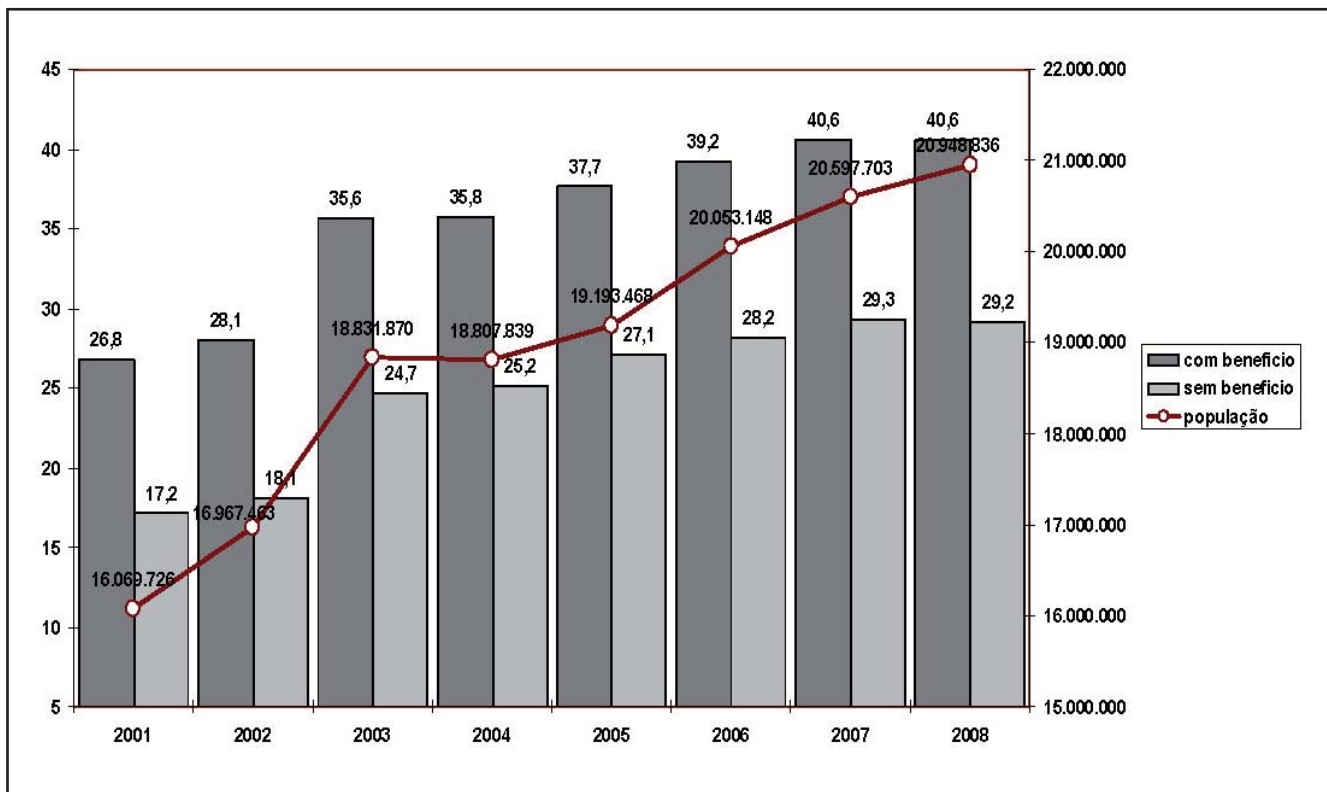


Gráfico 13 – Previdência Social e Pobreza – 2001 a 2008

Fonte: IPEA.

Podemos visualizar no Gráfico 14, o efeito da previdência sobre a desigualdade estimada pelo índice de Gini. A previdência rural é responsável por uma queda expressiva do índice Gini nesse período como um todo, ou seja, o gasto previdenciário, principalmente da previdência rural, tem o efeito de crescimento e distributivo bastante interessante.

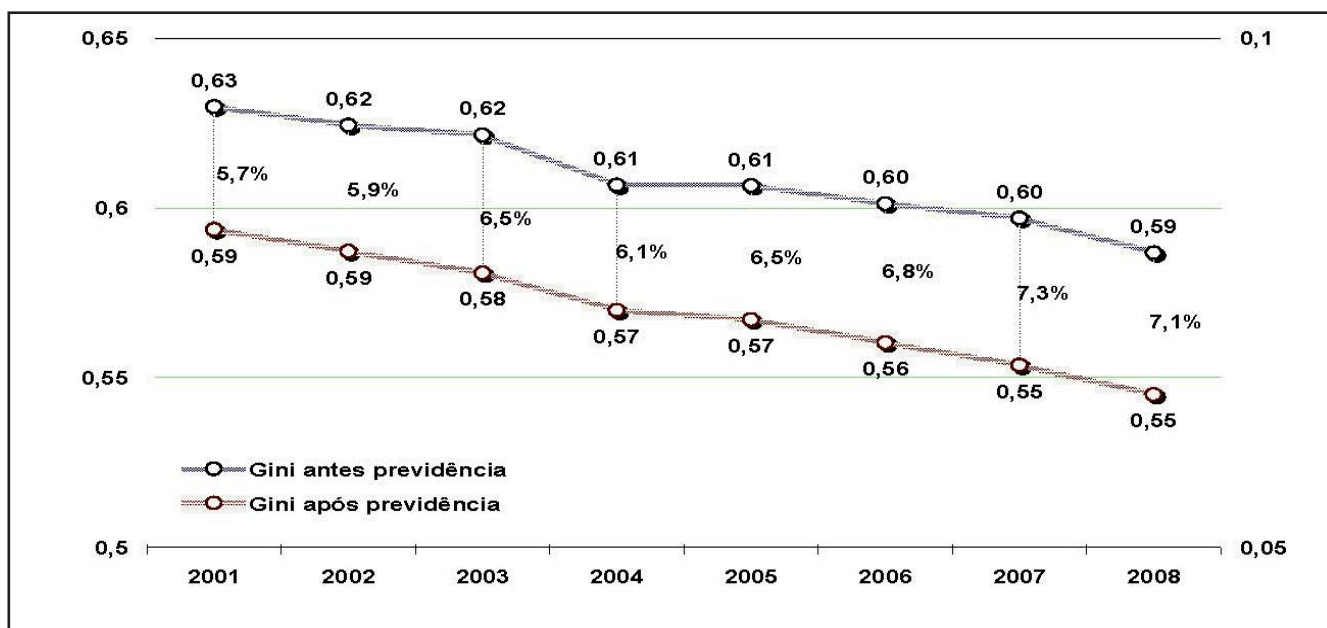


Gráfico 14 – Índice de Gini e Redução Percentual da Desigualdade Antes e Depois do Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 2001 a 2008

Fonte: IPEA.

Dessa maneira, é necessário ter cuidado quando visualizamos o panorama da previdência brasileira. Se existe algo de regressivo, dentro da estrutura previdenciária brasileira, esta é a previdência do setor público, no entanto, a previdência geral brasileira é tanto boa para o crescimento, quanto para a distribuição.

O Gráfico 14 apresenta os dados da pobreza extrema, medida por $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, em que podemos observar nesse período, sai de uma estabilidade da pobreza, para uma queda expressiva.

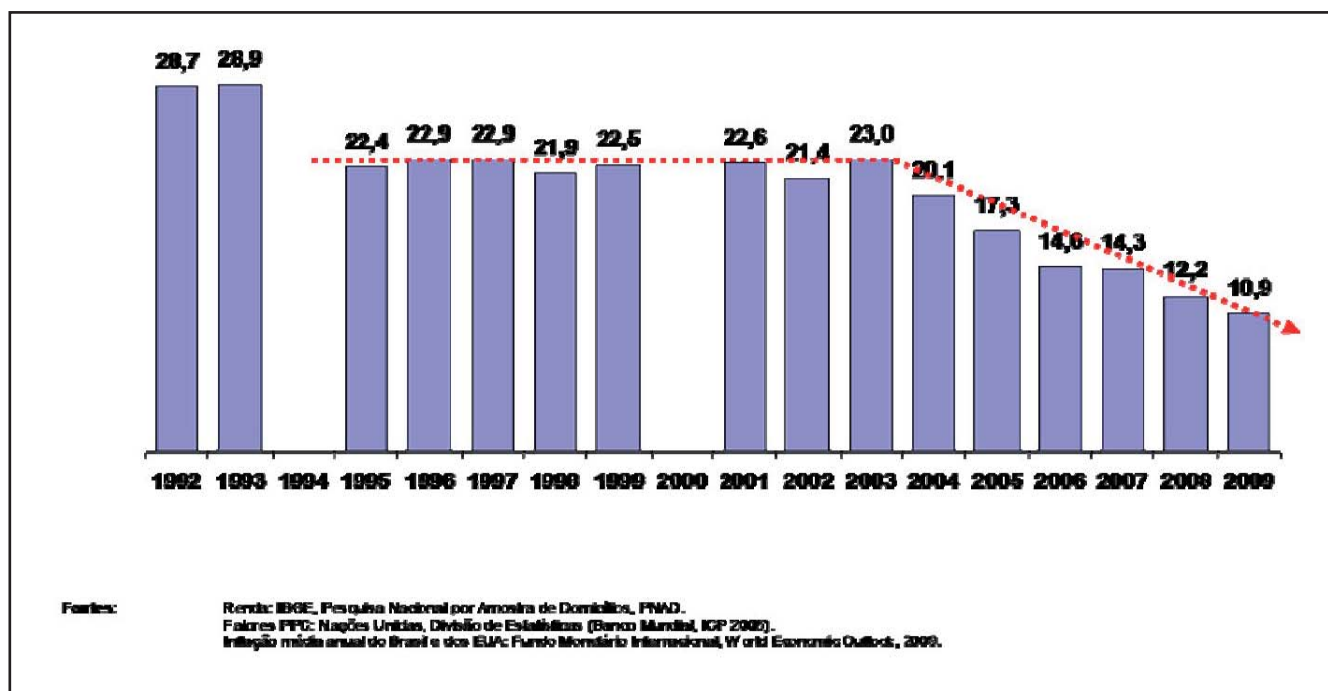


Gráfico 14 – Porcentagem da População Sobrevivendo com Menos de $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo Per Capita

Fonte: IPEA.

No Gráfico 15, a pobreza é estimada considerando outras linhas: a linha de R\$ 100, correspondente a linha superior do Programa Bolsa Família, a linha de R\$ 50, que é a linha inferior do Programa Bolsa Família, que hoje corresponde a linha de R\$ 70 do Plano Brasil Sem Miséria. Vale ressaltar que o Censo realizado em 2000 apontou um quantitativo de pobres maior do que o previsto pelas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), até porque este captura melhor a renda, principalmente na área rural.

De qualquer maneira, podemos notar que a pobreza reduziu em mais de 50% nesse período como um todo, qualquer que seja a linha tomada. Seja a linha superior do Programa Bolsa Família, seja a do salário mínimo, seja a linha de R\$ 70, ou seja, a que apresenta menor nível no gráfico mostrado, que por sua vez é a que o Plano Brasil Sem Miséria busca atender.

No Brasil, infelizmente, para todos os indicadores apresentados vamos ter diferenciais regionais importantes. O Brasil ainda possui lugares em que a pobreza, principalmente no Nordeste, tem um padrão muito superior ao registrado no Sul e Sudeste. Apesar da pobreza no Nordeste ainda ser muito forte, a queda nessa região foi maior que no restante do País, sinônimo de que, de alguma forma, também o crescimento do Nordeste foi

mais forte do que no resto do País. Isso mostra que, o crescimento econômico neste momento consegue ser distribuído pelo território e, até certo ponto, se distribui de forma positiva. Ou seja, nós estamos conseguindo crescer, crescer nas regiões, bem como crescer distribuindo renda mais fortemente onde é mais necessário.

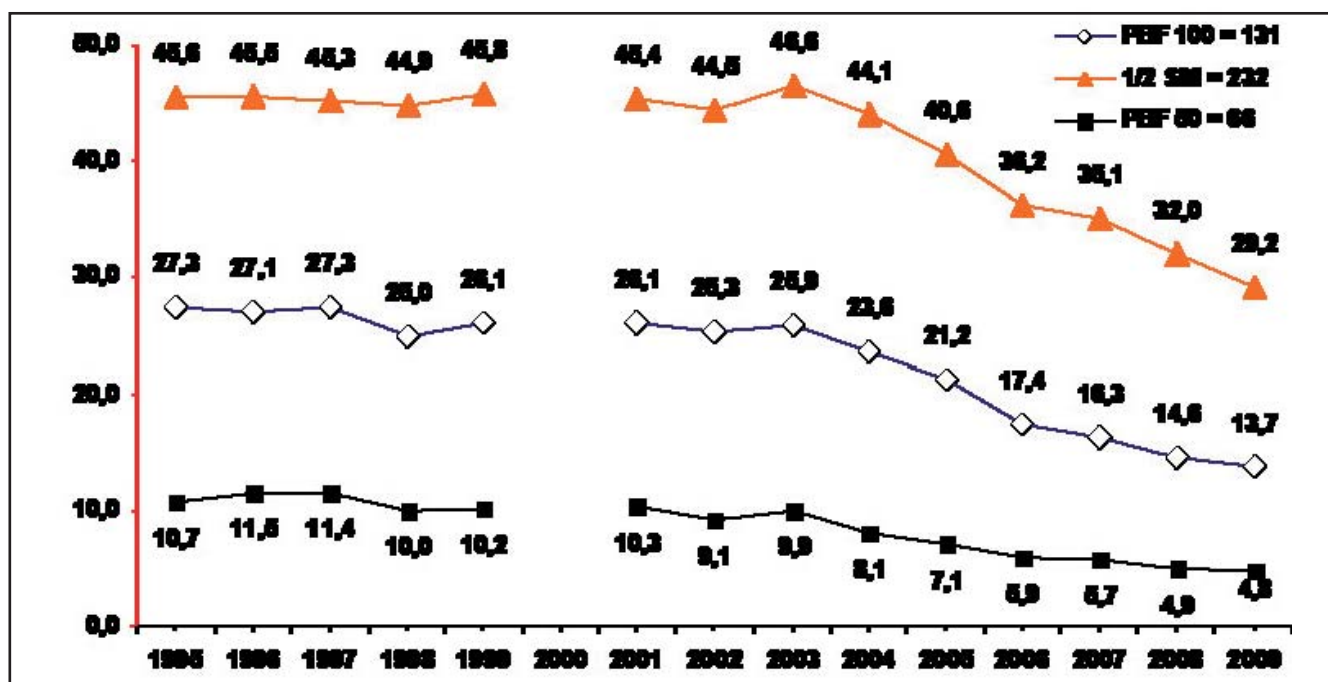


Gráfico 15 – Evolução da Pobreza por Diversas Linhas

Fonte: IPEA.

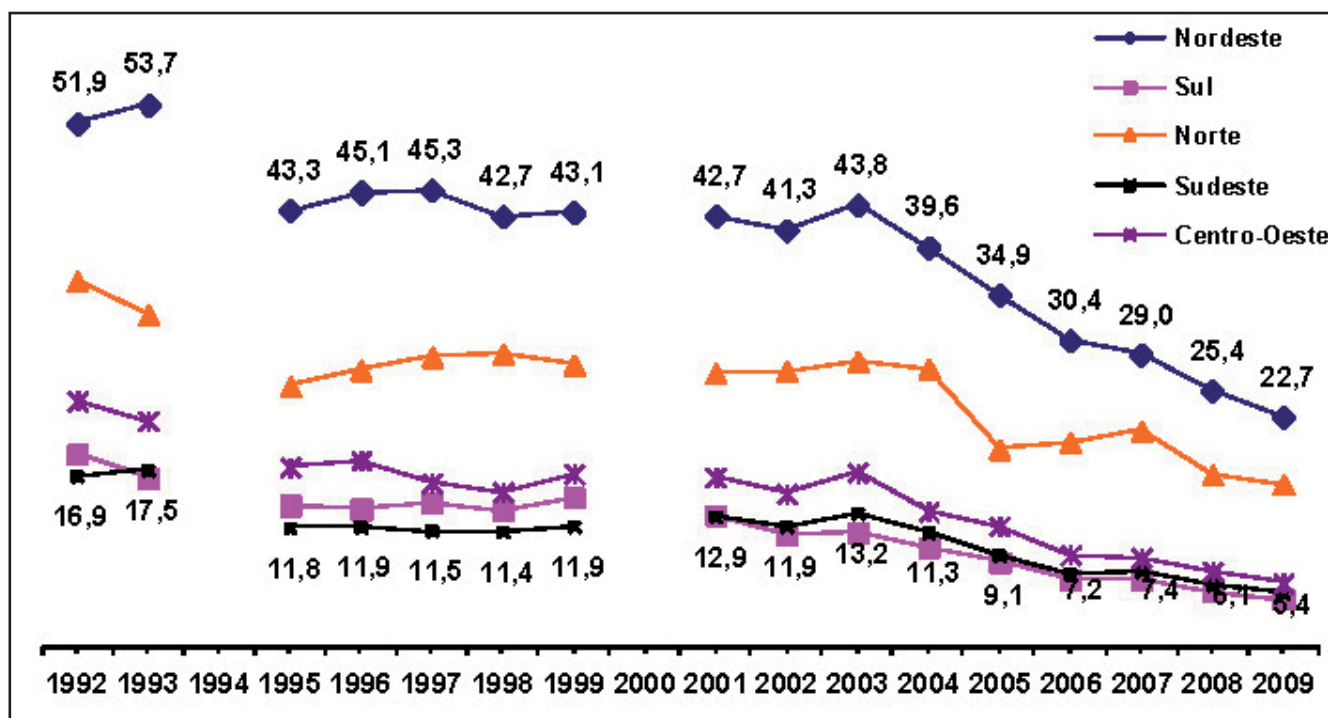


Gráfico 16 – Porcentagem da População Sobrevivendo com 1/4 do Salário Mínimo Per Capita por Região

Fonte: IPEA.

Todos sabem que a grande batalha da queda da pobreza será enfrentada na região Nordeste, em termos quantitativos. Contudo, em termos qualitativos de redução da pobreza, vai ser muito complexo na região Sudeste, por conta dos diferenciais e característica fortemente urbana, o que significa dificuldade na implementação de políticas públicas. Não vai ser trivial esse movimento, mas, se sabe que mais de 50% da pobreza no País, se encontram aqui no Nordeste e no Norte.

Deve-se observar também como fica a pobreza se retiramos a renda da previdência. Hoje, podemos dizer que não temos pobres velhos, pois estão todos acima da linha de meio salário mínimo, mas, ainda tem uma pobreza incipiente muito forte entre as crianças.

Crianças, o que na realidade são as famílias, é o reflexo do mercado de trabalho e dos baixos salários, o que de fato, até certo ponto, isto está sendo corrigida em parte com o Programa Bolsa Família. Mas ainda temos o vetor que essas crianças estão em péssima situação *vis-à-vis* aos idosos, embora estejam melhorando devido aos programas sociais governamentais.

Outro elemento importante para a composição da renda das famílias é o efeito das transferências da política social. Uma conta interessante é verificar qual a participação das transferências na renda das famílias, de modo a constatar qual a importância da assistência social na renda total das famílias. Em 1978, a ocupação era a grande responsável pela renda, enquanto, em 2008, o percentual da ocupação caiu e passou-se a um forte crescimento das transferências monetárias. (Gráfico 17).

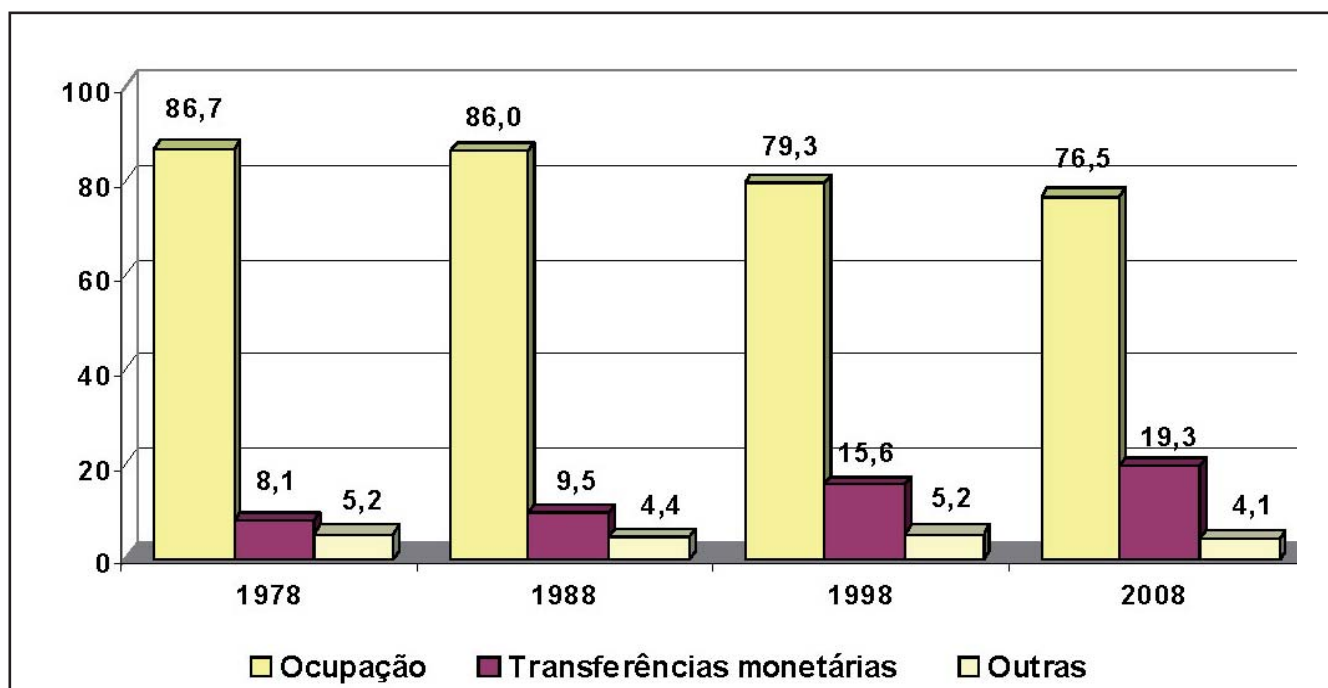


Gráfico 17 – Efeito das Transferências da Política Social sobre a Renda das Famílias – 1978, 1988, 1998 e 2008

Fonte: IPEA.

Este movimento era esperado, pois um país que monta um sistema de proteção social tende a atingir valores maiores de transferência. Podemos afirmar que o Brasil está atrasado em relação a outros países. Fazendo comparações, nos países centrais da Europa,

observa-se que até 40% dos recursos são aqueles que passam pela estrutura do Estado até chegar às famílias. Ou seja, nas tomadas de decisão das famílias de como gastar e porque gastar, o papel do Estado passa a ser muito importante.

Nos estados como Piauí e Ceará esta constatação chega a 30% e há localidades onde 50% da renda das famílias são transferências monetárias do Estado, dando uma demonstração óbvia de como essa renda monetária é importante para o fluxo econômico nas localidades. O que implica em uma nova forma de pensar as economias nessas localidades, mas, ao mesmo tempo, essa renda monetária, por ser permanente, por ser até certo ponto institucionalizada, permite ser associada a essa renda monetária. Temos uma associação com o crédito, porque essas famílias agora estão institucionalizadas e podem tomar crédito e, por isso, visualizamos mudanças substanciais nas economias regionais, e associado a este movimento de políticas sociais, de ampliar o seu gasto, e não apenas ampliar, mas institucionalizar uma série de famílias que, até então, não tinham renda e nem poderiam entrar numa quitanda e pedir um crédito.

Hoje, com o cartão do Programa Bolsa Família, e/ou com o contracheque da previdência, as famílias podem tomar crédito dos mais variados, o que implica em uma transformação econômica forte, principalmente para as economias menores e mais pobres.

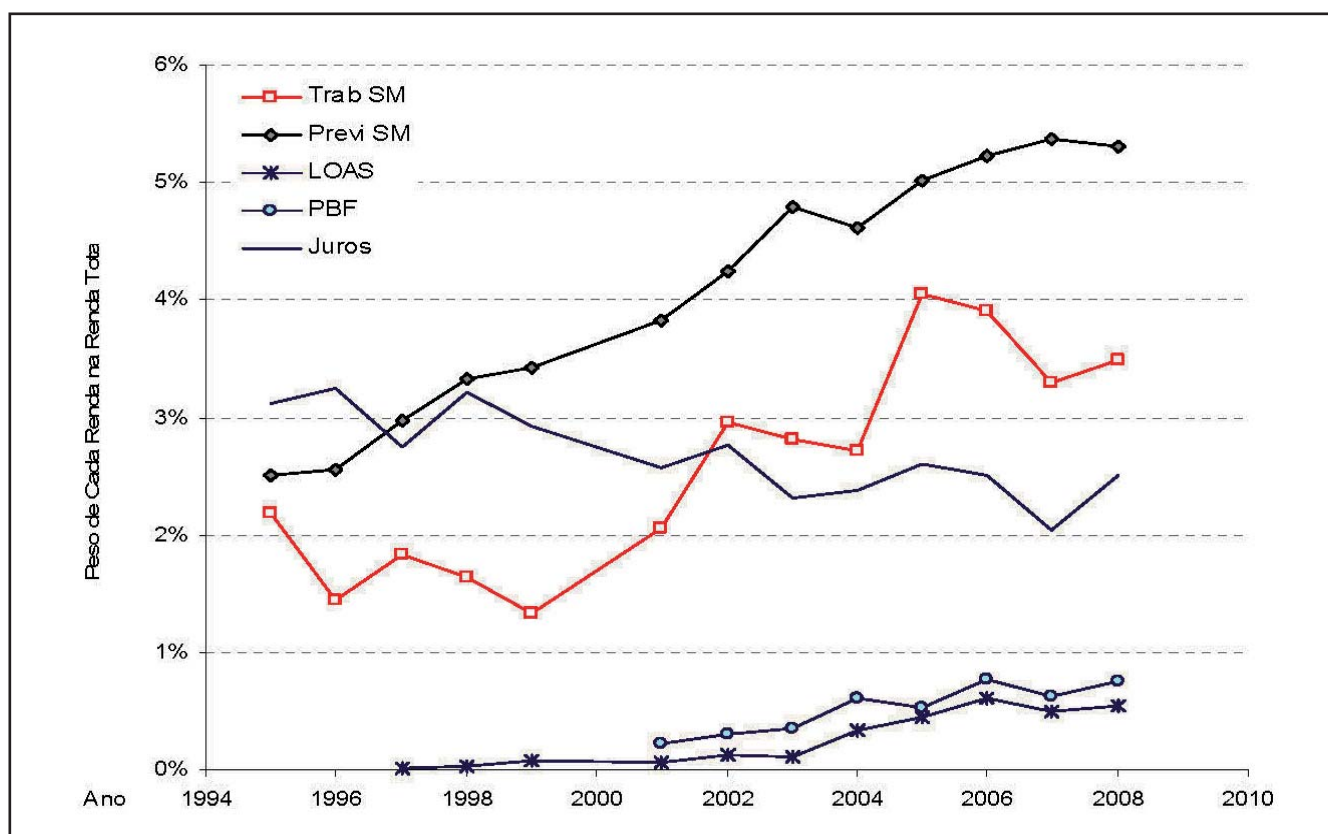


Gráfico 18 – Peso de Algumas Rendas na Renda Pessoal Total - 1994-2008

Fonte: IPEA.

Esta transformação não vale apenas para as economias mais pobres, vale para o Estado do Rio de Janeiro também. Tomando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, cerca

de 30% da renda das famílias são de transferências monetárias, principalmente porque é uma cidade que tem muitos idosos, e que claramente esta poderia se especializar em turismo e prestação de serviços privados. Então, não é só uma questão de economia dos mais pobres, e sim depende de como estamos estruturando as economias.

Pode ser observado no Gráfico 18 o peso de algumas rendas na renda total das famílias. Vocês podem notar que, no início dos anos 90, verificam-se as mudanças do peso da renda das famílias, como um todo, ou seja, para as famílias mais pobres, a política social vem a ser um momento de transformação muito poderoso, porque vai significar alterações profundas na renda das famílias.

Vocês podem visualizar no gráfico, a previdência, a Loas, e o Programa Bolsa Família com números em níveis baixos. Percebam que a previdência do salário mínimo é muito forte. Em 2000 em diante, é o momento de transformação nas estruturas do rendimento das famílias, também devido à institucionalização mais poderosa das políticas públicas, principalmente da política social.

Consolidar a política social significa construir este tipo de relação entre os elementos descritos. Dito isso, quando falo da redução da pobreza, também nós tínhamos um período de estabilização da desigualdade, em tempos depois observamos fortes quedas da desigualdade. Essa queda da desigualdade tem a ver com a política social e também com os bons resultados do mercado de trabalho. Apesar da queda da desigualdade, de 2008 para 2009, apresentou um arrefecimento.

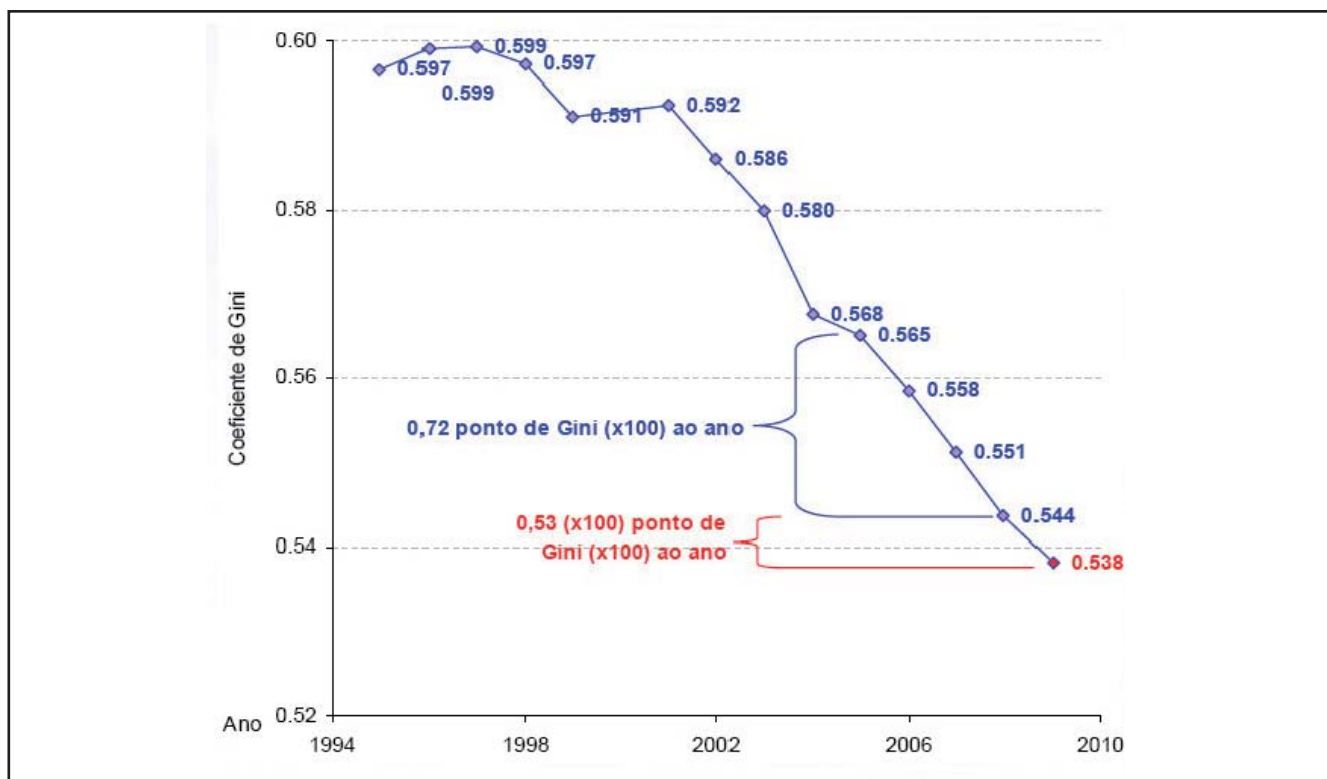


Gráfico 19 – Coeficiente de Gini da Desigualdade na Distribuição da Renda Domiciliar Per Capita
Fonte: IPEA.

Na realidade, o que o Brasil fez, nesse período, foi fazer com que a renda dos mais pobres elevasse de forma rápida. Neste sentido, oferece uma sensação de conforto para

todos, e que não estamos fazendo redistribuição, estamos distribuindo, pois redistribuição seria retirar renda de algumas pessoas. Entretanto, a queda da desigualdade daqui para frente, até certo ponto, poderá passar por uma discussão de redistributividade.

Como podemos constatar no Gráfico 19, o coeficiente de Gini da desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* apresenta redução significativa, mas para mantermos esse movimento, não vislumbro este movimento de modo permanente. Para ser permanente, o crescimento econômico tem que ser acelerado e elevado permanentemente. No meu modo de entender, a desigualdade teve reduções, movida principalmente a salário mínimo e por políticas sociais.

Tabela 2 – Situação Social – Brasil, Nordeste e Ceará – 2009

Áreas de Atuação Política	Indicadores	Brasil (a)	Nordeste (b)	Ceará (c)	c/a	c/b
Previdência Social	Cobertura da Pop. Idosa (60 ou mais)	77,3	80,4	81,9	6	2
	Esperança de Vida aos 60 anos ¹	21,3	20,3	19,9	-6	-2
Assistência Social	Extrema Pobreza (linha de R\$ 70,00)	5,2	11,2	11	113	-1
	Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	635	397	384	-39	-3
Saúde	Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) ²	20	28,7	24,4	22	-15
	Taxa de Homicídio Masculina (15 a 29 anos) ³	47,7	56,4	44,4	-7	-21
Seguridade	Percentual da Renda com Transferência	23,6	29,5	29	23	-2
Trabalho e Renda	Desemprego	8,2	8,9	6,8	-16	-23
	Rendimento Médio do Trabalho (Salário)	1008	620	570	-43	-8
Educação	Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)	9,7	18,7	18,6	91	-1
	Número Médio de Anos de Estudo (15 anos ou mais)	7,5	6,3	6,5	-14	3
Saneamento e Habitação	Abastecimento Adequado de Água	81,8	74,6	78,5	-4	5
	Esgotamento Sanitário Adequado	70,5	58	48,5	-31	-16
Cultura Rural	Internet no Domicílio	28,1	14,3	12,5	-55	-12
	Cobertura da Pop. Idosa (60 ou mais)	86,4	89	93,7	8	5
	Extrema Pobreza (linha de R\$ 70,00)	12,7	20,7	21,3	68	3
	Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	314	208	197	-37	-5
	Rendimento Médio do Trabalho (Salário)	414	242	196	-53	-19
	Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)	22,8	32,6	32	41	-2
	Internet no Domicílio	4,2	1,3	1	-76	-2

Fonte: IPEA.

Nota: ¹ Os valores da Esperança de Vida aos 60 anos apresentados representam os anos de 2001 e 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

² Os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam os anos de 2001 e 2007. Ainda não foram calculados os valores para o ano de 2009.

³ Os valores da Taxa de Homicídio Masculina (15 a 29 anos) apresentados representam os anos de 2001 e 2007. Ainda não foram calculados os valores para o ano de 2009.

Na Tabela 2, são expostas informações a respeito do quadro social do Brasil, Nordeste e Ceará, onde se pode conferir que o quadro social brasileiro é alterado de forma positiva nesse período. Talvez, o que mais nos preocupa é a taxa de homicídio masculina, que realmente aumentou, e isso tem a ver com o problema da juventude. Principalmente, com homicídios entre os jovens, resquício talvez de que nós precisamos pensar uma política mais focada na juventude.

Este quadro mostra fundamentalmente que evoluiu o Brasil como um todo, com destaque para a evolução do Brasil rural. Contudo a distribuição de renda do Brasil ainda é desigual. O pouco que foi distribuído já fez diferença, ou seja, algo em torno de 2% a 3% do PIB, já fez este movimento diferencial que podemos verificar no País como um todo.

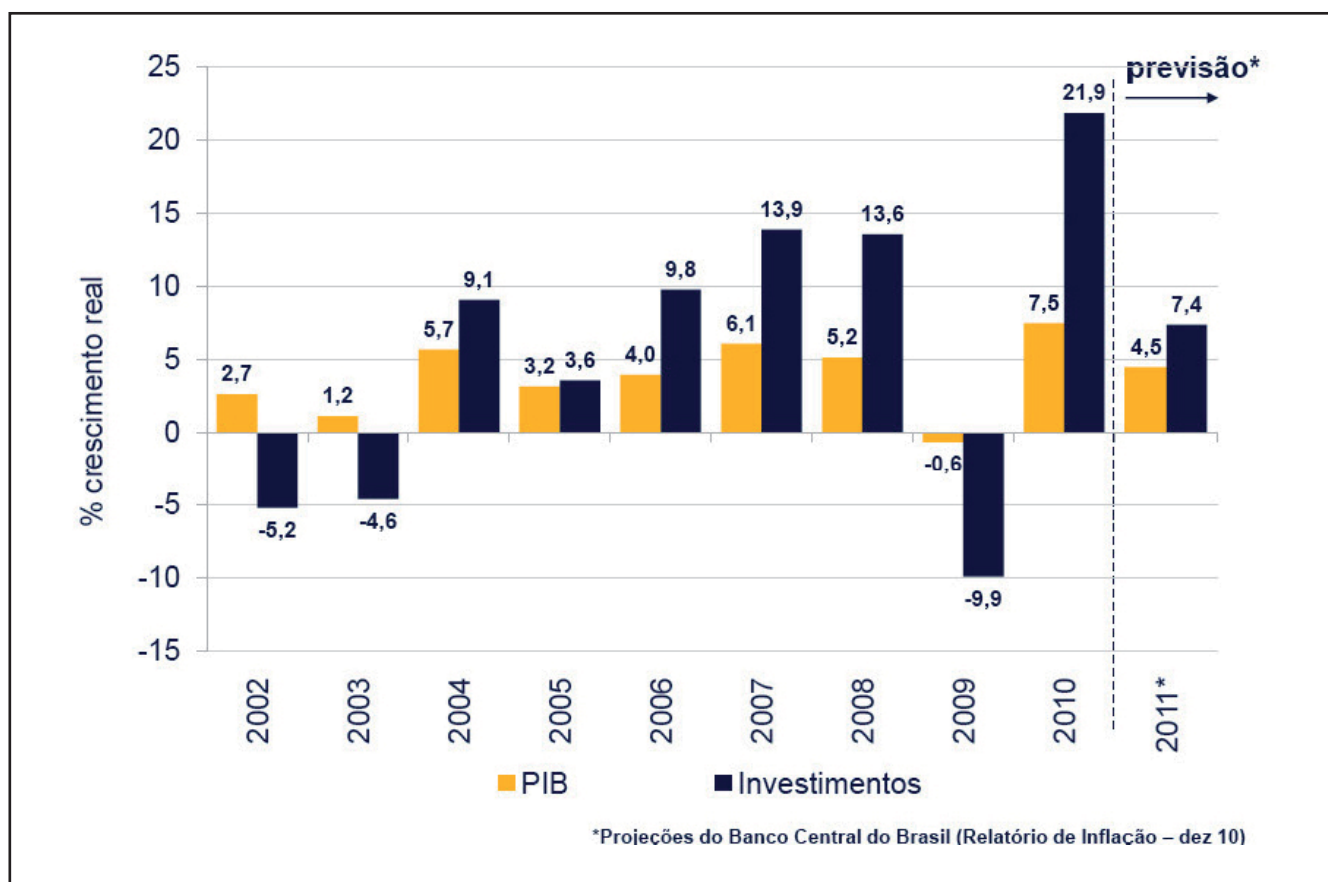


Gráfico 20 – PIB e Investimento

Fontes: Elaboração do IPEA a partir dos Dados do IBGE e BACEN.

Não foi apenas o gasto público que contribuiu para a distribuição de renda, o investimento público também teve papel importante nessa distribuição. Os investimentos fizeram um movimento ascendente que pode ser analisado pelo Gráfico 20, apesar da queda em 2009, e depois da crise imobiliária o investimento volta a crescer e a taxa de juros para o tomador reduz. Também existem alterações na produtividade.

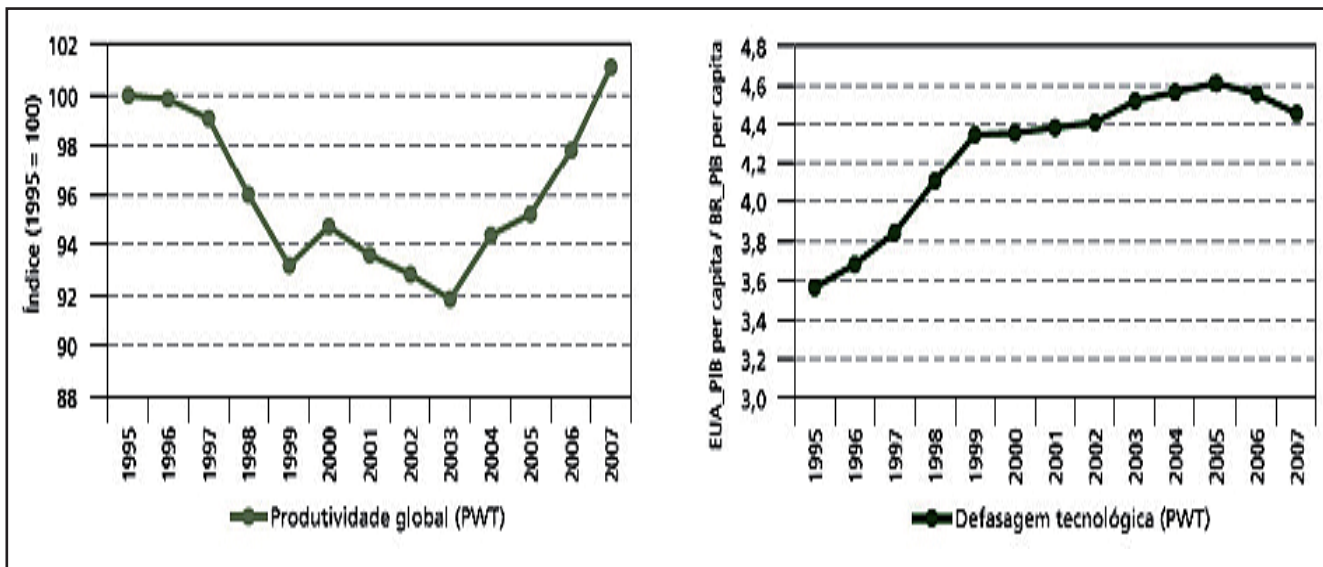


Gráfico 21 – Alterações na Produtividade

Fonte: IPEA.

Os índices de defasagem tecnológica estavam apresentando elevação, o que estava nos deixando em situação desfavorável, mas, a partir de 2004, este índice começou a dar mostras de redução, o que significa que estamos crescendo mais fortes e ainda devemos crescer mais do que os Estados Unidos com o futuro tecnológico.

Os incentivos fiscais mostram que também pelo lado da produtividade nós estamos avançando, pelo campo do desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de modo que os recursos federais para Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) têm sido ampliados.

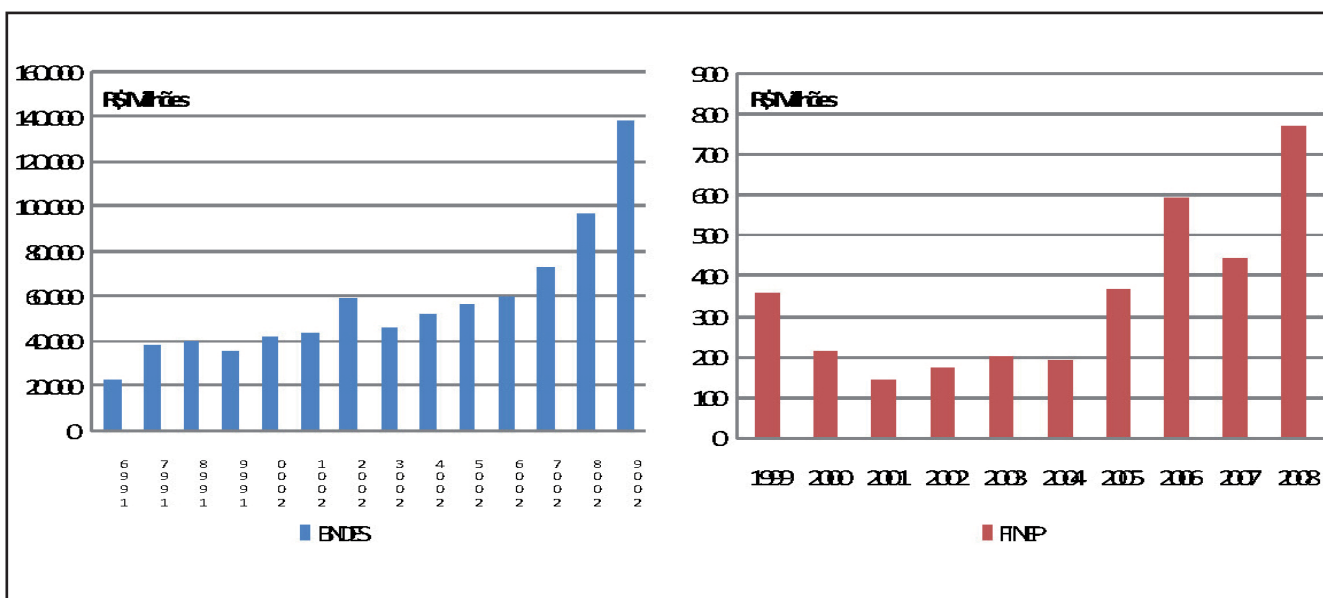


Gráfico 22 – Desembolsos do BNDES e da Finep (Preços Constantes de 2009)

Fonte: IPEA.

O investimento público nos últimos anos vem apresentando elevação, porém ainda reduzido, da mesma forma a infraestrutura também sobe, porém, ainda longe daquilo que seria o desejável e o necessário. Algumas questões relevantes ainda podem ser comentadas, a exemplo do fato de que a mudança no crescimento no Brasil foi ao primeiro momento, alavancado pela demanda externa, e na segunda fase, elevado pela demanda doméstica, principalmente pelo consumo das famílias e investimento.

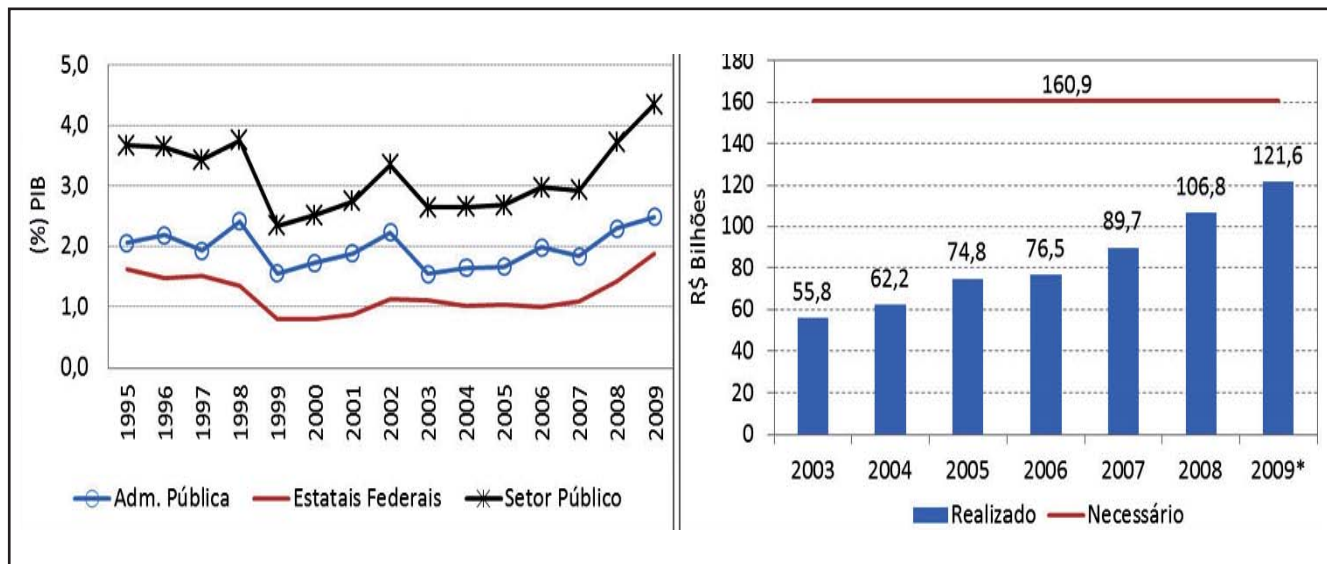


Gráfico 23 – Investimento Público e Gastos Globais em Infraestrutura

Fonte: IPEA.

Há alterações no regime de produtividade, em que têm ligação com o efeito da abertura econômica, crescimento produtivo e aumento dos gastos públicos de infraestrutura. O risco ainda continua sendo, como sempre na economia brasileira, as restrições externas, o que significa que as restrições externas sempre vão ser o nosso "calcanhar-de-aquiles".

Talvez as principais medidas necessárias para manter um ritmo razoável de crescimento, acompanhado de um modelo de crescimento com distribuição, seria um novo arranjo monetário cambial, com juros mais baixos e o câmbio mais desvalorizado, aumento dos gastos públicos em infraestrutura, incentivos fiscais e incentivos em tecnologia.

Neste sentido, o que podemos afirmar é que construímos uma economia que cresceu economicamente e distribuiu renda. Mas, não podemos deixar de reconhecer os nossos problemas: restrição externa, câmbio, juros, gastos reduzidos em infraestrutura, incentivos aos setores de tecnologia, e necessidade do aumento de produtividade, de modo a mantermos a nossa estratégia de crescimento. Com isso, manter também, logicamente, as políticas sociais, cumprindo aquele papel de desenvolvimento, e por isso, que digo sobre a importância da educação. Precisamos avançar nos investimentos nas instituições educacionais.

Compondo tudo o que foi apresentado, penso ser possível que esse regime de crescimento econômico com distribuição de renda permaneça no médio e longo prazo.

Muito Obrigado.

LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS

Agradecemos a participação do senhor Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, que falou sobre crescimento econômico, e prontamente ouviremos a palestra do senhor senador da República Wellington Dias, que atualmente é coordenador da Subcomissão de Desenvolvimento sobre Redução da Pobreza.

WELLINGTON DIAS

Bom dia. Primeiro gostaria de saudar, o presidente do Banco do Nordeste, o senhor Jurandir Santiago, e o diretor senhor Luiz Carlos Everton, que em seu nome quero saudar toda a Diretoria, técnicos, funcionários, enfim, todos que fazem o Banco do Nordeste. Sempre falo da minha alegria de ter começado a minha vida profissional, o primeiro emprego de carteira assinada, que foi de estagiário bolsista do Banco do Nordeste.

Então, quero aqui, com muita satisfação, parabenizar por este evento, o Fórum BNB de Desenvolvimento junto ao Encontro Regional de Economia, na pessoa da doutora Adriana Amado, secretária executiva da Anpec e também parte da organização, e do professor Jorge de Castro, em que agradeço ao Ipea, ao Etene, enfim, a todos que dão sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Gostaria de expor uma tese que tem sido levada ao Congresso Nacional, para isso, preciso tratar de alguns temas, que são de interesse principalmente do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, mas que também são de interesse do Sul e do Sudeste. Dentro desta discussão, foi criada uma subcomissão dentro da comissão que trabalha o desenvolvimento regional, na qual eu dirijo atualmente, específica para o Nordeste.

O objetivo é colocar na pauta do Brasil, na pauta do Congresso, com base nas experiências que acompanhamos em todos os estados, e fundamentado em dados, como as informações disponibilizadas pelo Ipea, a pauta que nos interessa sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda.

A primeira colocação se refere ao modelo de distribuir para fazer crescer, que tem condições de marcar um diferencial do Brasil em relação a outros países. É uma aposta que, tanto o presidente Lula, quanto a presidenta Dilma faz, e nós também fazemos.

Um dos problemas que temos são o desequilíbrio fiscal na área pública da Região e o mito de que Sul e Sudeste sustentam o Norte e o Nordeste. Na prática, quando fazemos a consolidação de todas as formas possíveis de investimento, de distribuição e de transferência, observamos um ligeiro desequilíbrio nesse sentido. É claro que temos situações como a da Previdência Social, principalmente, o benefício rural que favorece Norte e Nordeste. Além disso, o Programa Bolsa Família, o crescimento do salário mínimo, e outras medidas adotadas, que têm um efeito positivo favorável às essas regiões.

O Nordeste, ainda, é muito dependente de transferências federais. Hoje, representam 43% das receitas dos estados, sendo a situação ainda mais grave nos municípios. Ou seja, a base principal de receitas é muitas vezes feita por outro ente, no caso, a União Federal.

O Nordeste possui atualmente quase 57% de receita própria. No Piauí, por exemplo, apenas 41% das receitas são receitas próprias, tais como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), etc. Essa situação era mais grave, quando chegou ao patamar de 30% em 2002. No Estado de São Paulo, 90% das suas receitas são de recursos próprios, então, a dependência da União é em torno de 10%.

No entanto, deve-se considerar que o modelo atual de arrecadação penaliza, principalmente, os de mais baixa renda. E isso tem um efeito perverso nas regiões menos desenvolvidas. São Paulo, por exemplo, contribui com 34,9% do PIB nacional, a sua população faz um esforço fiscal na casa de 9,2%, gerando um impacto de 9,2% sobre a renda da sua população. No Nordeste, esse impacto é de 11%. Desse modo, a reforma tributária tem que gerar uma repactuação, como parte do processo de um desenvolvimento, com impacto também na faixa de mais baixa renda.

Estudo feito pelo Etene e atualizado por alguns técnicos apontam que nós precisaríamos de 16 anos crescendo 3% acima da média do crescimento do PIB nacional, para que possamos alcançar a média nacional. Assim, é preciso um volume de investimentos planejados, elevados, para que isso possa ocorrer.

Tabela 3 – Volumes de Investimentos Anuais Necessários à Convergência dos PIBs *Per Capita* do Nordeste e Brasil, em 16 anos, conforme Suposições

Ano	FBCF ^{NE}	Ano	FBCF ^{NE}	Ano	FBCF ^{NE}	Ano	FBCF ^{NE}
2010	61,852	2014	84,149	2018	114,483	2022	155,754
2011	66,800	2015	90,881	2019	123,642	2023	168,214
2012	72,144	2016	98,151	2020	133,534	2024	181,671
2013	77,916	2017	106,003	2021	144,216	2025	196,205

Fonte: BNB-ETENE-Célula de Estudos de Macroeconomia, Industriais e de Serviços. = Estimativa da Formação Bruta de Capital Fixo do NE em FBCF^{NE} R\$ bilhões de 2009.

Nos últimos dois anos, o Nordeste teve crescimento econômico acima da média brasileira, o que aponta que, se tivermos uma decisão política de prosseguir nessa direção, é possível alcançar as outras regiões.

Temos trabalhado a questão sobre quem deve ser responsável pela coordenação do processo regional, desde quando ainda era governador: Se deve ser do ministro da Integração ou, como já foi no passado, da Sudene, que precisa ser um órgão vinculado à Presidência da República, com *status* de ministério, para poder ter forças na relação com os

governadores. Hoje, quem tem conduzido esse processo é o Fórum dos Governadores, pois não existe uma área técnica específica, capaz de dar sustentação, como já foi realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Os dados apresentados na Tabela 4 mostram um pouco do efeito da carga tributária, na maioria das vezes oriunda de impostos indiretos, e o efeito que ela tem na distribuição da renda no nosso País. A renda de até três salários mínimos, o peso da carga tributária é em torno de 48%. Em uma renda na faixa de 30 salários mínimos, cai para algo em torno de 28%. Onde está a maior fatia da população com renda abaixo de três salários mínimos? Exatamente nas regiões menos desenvolvidas, e isso causa um efeito muito amplo na faixa de pessoas que possuem renda de até três salários mínimos. Isso foi demonstrado que eles estão exatamente nas regiões Norte e Nordeste, que detêm a maior fatia, cerca de 70% a 80% da população de mais baixa renda, ou seja, a mais penalizada.

Tabela 4 – Indicador de Progressividade da Receita Tributária, Brasil e Regiões – 2005-2008

Regiões	Esforço Fiscal (%)				Renda Per Capita (R\$)			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Norte	9,9	9,8	10,0	10,3	7.382	8.178	8.957	10.216
Nordeste	11,5	11,5	10,9	10,9	5.457	5.983	6.617	7.488
Alagoas	10,3	10,8	11,1	11,3	4.663	5.137	5.745	6.227
Bahia	11,4	12,0	10,5	10,6	6.470	6.792	7.636	8.378
Ceará	10,8	11,0	10,8	10,9	5.038	5.620	6.029	7.112
Maranhão	8,3	9,0	9,6	9,0	4.153	4.637	5.065	6.104
Paraíba	12,4	12,1	12,0	10,9	4.620	5.417	5.978	6.866
Pernambuco	13,6	11,5	11,3	11,8	5.887	6.476	7.194	8.065
Piauí	11,0	11,6	9,8	10,3	3.668	4.174	4.571	5.373
Rio Grande do Norte	12,3	13,0	12,3	12,2	5.951	6.764	7.459	8.203
Sergipe	12,4	12,8	12,0	12,2	6.951	7.735	8.542	9.779
Centro-Oeste²	13,6	14,0	14,0	13,8	10.306	10.787	12.387	14.494
Sudeste	9,7	9,7	10,1	10,0	15.610	17.116	18.902	21.183
São Paulo	9,1	9,2	9,2	9,8	18.280	19.964	22.226	24.457
Sul	9,5	8,6	8,4	8,8	13.311	14.308	16.242	18.258
Brasil	10,1	10,0	10,1	10,2	11.419	12.450	13.835	15.580

Fonte: Elaboração do IPEA a partir dos Dados da Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE.

Notas: 1. (Receita Própria/PIB)*100.

2. Não inclui o Distrito Federal.

Para dar exemplo desse vazamento de renda, podemos citar o efeito perverso dado a implantação da cobrança do ICMS na origem, e não no destino. No do Estado do Piauí, por exemplo, ano passado, compramos de produtos de outros estados na ordem de

Como a maior fatia dos recursos do ICMS é na origem do produto e não no destino, ocorre uma distorção, em que resulta na evasão de renda muito acentuada, e que, também podemos observar em outras áreas, onde a taxaço não sempre é transparente: energia, comunicação, etc.

Na conta de energia, por exemplo, a gente recebe a conta mensal em qualquer lugar do Brasil, sendo possível identificar quanto é o ICMS, a taxa de iluminação pública, no entanto, esquecemos que tem um conjunto de outras taxas que são colocadas no cálculo do preço da energia: incentivo para energia nuclear, incentivo para isso e para aquilo. Em estudo realizado recentemente, chegamos à estimativa de que 42% são pagos de imposto na conta de energia. Isso quer dizer que alguém de baixa renda que paga R\$ 100 de energia, na verdade, está pagando uma carga de imposto de R\$ 42 sobre a sua conta de luz.

Outro ponto que deve ser dada atenção, é a arrecadação do ICMS. O Brasil arrecadou de ICMS, em 2010, cerca de R\$ 270 bilhões. O Nordeste, por sua vez, arrecadou a ordem de R\$ 40 bilhões. Para termos uma ideia do efeito do ICMS na origem, e não no destino, sobre este montante, tem impactado significativamente na alteração da renda.

Tabela 5 – Arrecadação de ICMS, R\$ Milhões

Estados/ Região	2008		2009		2010	
	Valor	Participação(%)	Valor	Participação(%)	Valor	Participação(%)
Alagoas	1.614	0,7	1.697	0,7	2.080	0,77
Bahia	10.239	4,6	10.143	4,4	12.143	4,49
Ceará	4.719	2,1	5.134	2,2	6.149	2,27
Maranhão	2.350	1,1	2.515	1,1	2.948	1,09
Paraíba	1.927	0,9	2.101	0,9	2.526	0,93
Pernambuco	6.209	2,8	6.866	3	8.411	3,11
Piauí	1.403	0,6	1.587	0,69	1.920	0,71
Rio Grande do Norte	2.256	1	2.417	1,1	2.842	1,05
Sergipe	1.341	0,6	1.432	0,6	1.852	0,68
Nordeste	32.058	14,4	33.893	14,8	40.870	15,1
Sudeste	124.372	55,88	126.692	55,23	149.471	55,23
São Paulo	76.321	34,29	78.572	34,25	92.317	34,11
Brasil	222.589	100	229.381	100	270.656	100

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - CEIS a partir de Dados da Secretaria da Fazenda, Finanças ou Tributação.

Outro ponto importante a ser ressaltado, se refere à importância de um banco regional como o Banco do Nordeste, principalmente nos investimentos. O problema é que o formato de livre mercado para os bancos estatais (Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BNDES), normalmente, desloca uma maior fatia dos recursos para as regiões mais

desenvolvidas. Assim, se não houver uma posição, uma medida clara de planejamento de quanto se deseja de investimentos em cada região e, a partir disso, um acordo entre o setor público e o setor privado, teremos um desequilíbrio muito forte dos investimentos entre as regiões.

Um exemplo do desequilíbrio na alocação dos investimentos dos bancos públicos pode ser visualizado na Tabela 6 abaixo. Entre 2008 e 2010, o Banco do Brasil aplicou 11% na região Nordeste, que possui nada menos que 14% do PIB e 28% da população brasileira. Mas, faço a seguinte pergunta: qual deve ser o parâmetro utilizado para direcionar os investimentos dos bancos públicos? Uma forma que pode ser considerada é a criação de um fundo, em que sejam aplicados recursos de todos os bancos.

Tabela 6 – Agências de Fomento Oficiais – Participação nas Operações de Crédito – Média de 2008 a 2010

Estado/Região	BB	Caixa	BNDES ¹	BNB	Outros
Região Nordeste	11	14,8	9,6	100	2,4
Alagoas	0,5	0,9	0,1	5,2	0
Bahia	3,8	3,7	3,5	29,8	0,4
Ceará	1,5	2,1	1,2	21,4	0
Maranhão	1	1,2	0,8	10,4	1,6
Paraíba	0,7	1,5	0,2	4,7	0
Pernambuco	1,7	2,3	3,1	12,5	0,2
Piauí	0,7	0,8	0,3	5,9	0
Rio Grande do Norte	1	1,3	0,2	5,2	0
Sergipe	0,3	1	0,1	4,8	0
Brasil (R\$ Milhões)	245.542	126.739	370.523	34.806	23.178

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/ETENE a partir dos Dados do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento.

Adicionalmente, pode ser observada a existência de um desequilíbrio dentro da própria Região, o que pode conduzir a uma concentração de crescimento em alguns estados do Nordeste. Se observarmos os investimentos do BNDES nos últimos cinco anos, visualizamos que Bahia, Pernambuco e Ceará, receberam mais investimentos do que os outros estados da região (Tabela 7). Isso vai colocando estes estados cada vez mais distantes do restante da região, o que torna necessário que também seja tomado um cuidado nessa direção.

Nos estados menos desenvolvidos, isso vale não só no Nordeste, mas, também no Norte, você tem uma fatia da população mais dependente de serviços públicos como Educação e Saúde.

Outro ponto relevante que deve ser discutido refere-se a maior dependência que a população de estados menos desenvolvidos possui dos serviços públicos, como por exemplo, educação e saúde.

Na área da educação, a União possui uma lei federal que organiza a distribuição de recursos, com base nas receitas estaduais e nas receitas municipais. Na prática, os estados é que fazem uma complementação para os seus municípios, com base no número de alunos. E a consequência desta prática é o efeito de uma distribuição perversa, de forma que quanto mais estudantes dependem da rede pública, mais desequilibrado ficam os recursos aplicados

na educação. Santa Catarina, por exemplo, possuía em 2009, 65% de seus estudantes na rede pública, portanto, o poder público precisa custear a educação de 65% dos seus estudantes. Em estados como Piauí, Ceará, Pernambuco, essa dependência é em torno de 90%. Em alguns municípios do Nordeste, a dependência da rede pública chega a quase a totalidade dos estudantes. Logo, há necessidade de uma alteração na regra, porque o impacto sobre a educação nos estados mais pobres será negativo.

Tabela 7 – Aplicações do BNDES – Participação por Região¹ (%)

Regiões	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média do Período
Norte	2,7	3,1	4,6	4,7	8,4	7,0	5,1
Nordeste	5,6	8,1	6,9	7,1	16,1	9,0	8,8
Alagoas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2
Bahia	3,1	4,9	3,4	3,0	2,4	2,3	3,2
Ceará	0,7	1,0	0,6	0,9	1,6	2,0	1,1
Maranhão	0,3	0,2	0,6	1,0	1,4	0,7	0,7
Paraíba	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,2
Pernambuco	0,9	0,9	1,7	1,6	9,1	2,3	2,8
Piauí	0,1	0,1	0,2	0,1	0,6	0,4	0,2
Rio Grande do Norte	0,1	0,4	0,1	0,1	0,2	0,5	0,2
Sergipe	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,4	0,2
Centro-Oeste	9,0	6,7	7,5	9,4	7,7	5,9	7,7
Sudeste	64,9	65,1	64,2	63,8	55,3	64,1	62,9
São Paulo	32,6	35,5	26,6	21,9	19,1	19,5	25,9
Sul	17,8	16,9	16,8	14,9	12,5	13,9	15,5
TOTAL²	95.637	66.730	87.673	140.898	153.671	217.567	100

Fonte: Elaboração Própria a partir dos Dados do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento.

Nota: 1. Inclui as aplicações do FINAME. 2. Valores em R\$ Milhões.

Tabela 8 – Brasil e Regiões – Repasses Anuais com Educação Per Capita (R\$) – 2005 a 2009

Regiões	2005	2006	2007	2007	2009	Média (2005-2009)
Norte	223	251	289	353	359	295
Nordeste	150	164	182	209	240	189
Alagoas	127	143	164	192	190	163
Bahia	146	151	157	189	197	168
Ceará	186	216	237	296	350	257
Maranhão	110	129	135	168	189	146
Paraíba	164	186	191	215	269	205
Pernambuco	107	118	148	185	209	154
Piauí	184	143	190	92	225	167
Rio Grande do Norte	204	238	273	288	303	261
Sergipe	222	260	272	304	342	280
Centro-Oeste¹	230	256	285	318	334	285
Sudeste	297	336	365	430	428	371
São Paulo	383	419	454	543	558	471
Sul	211	233	270	375	401	298
Brasil²	222	248	278	337	352	288

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: 1. Sem o Distrito Federal. 2. Média das regiões

O mesmo acontece com a saúde, em que o número de pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), numa região como a Nordeste, é proporcionalmente muito maior do que nas regiões mais desenvolvidas, gerando outra distorção.

No Ceará, por exemplo, o repasse do SUS/*per capita* foi em média de R\$ 117 entre 2005 e 2009, enquanto que em São Paulo, esse valor foi de R\$ 267. Isso acontece porque a forma da distribuição não considera a proporção da população atendida, mas a resolutividade, ou seja, quanto mais a unidade de saúde tem condições de fazer consultas, exames e cirurgias, mais o estado recebe recursos, o que conduz a uma distorção, ou seja, quem alcançou bons resultados, terá mais chances de conseguir recursos do que quem possui uma maior proporção da população dependente do sistema público de saúde.

Para equalizar os gastos realizados com educação e saúde no Nordeste, com a média brasileira, estima-se que seriam necessários, com base em valores de 2009, de mais R\$ 7,9 bilhões de complemento para acabar com o desequilíbrio.

Tabela 9 – Brasil e Regiões – Repasses Anuais com Saúde *Per Capita* (R\$) – 2005 a 2009

Regiões	2005	2006	2007	2008	2009	Média (2005-2009)
Norte	207,78	243,31	267,92	310,39	322,11	270,30
Nordeste	128,72	144,24	164,37	202,22	226,93	173,30
Alagoas	126,38	129,44	137,40	170,26	203,58	153,41
Bahia	159,86	169,89	184,36	206,88	238,92	191,98
Ceará	89,02	106,90	106,50	126,41	155,53	116,87
Maranhão	53,90	69,01	77,17	114,94	124,16	87,83
Paraíba	111,47	119,80	155,78	187,00	236,33	162,08
Pernambuco	157,48	176,82	208,03	256,58	310,19	221,82
Piauí	117,44	136,92	164,87	325,94	226,21	194,28
Rio Grande do Norte	174,65	196,91	269,04	286,53	311,47	247,72
Sergipe	161,77	208,87	242,63	281,19	294,17	237,72
Centro-Oeste¹	168,98	182,73	219,32	251,51	265,31	217,57
Sudeste	176,73	197,61	208,81	248,60	276,20	221,59
São Paulo	212,88	235,37	254,22	299,97	330,69	266,63
Sul	139,89	161,03	174,74	187,71	230,97	178,87
Brasil²	164,42	185,78	207,03	240,09	264,31	212,33

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/ETENE a partir dos Dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: 1. Sem o distrito Federal. 2. Média da Regiões.

Aproveito este momento para falar a respeito da distribuição dos *royalties* do pré-sal. Alcançamos em 2010, a extração de cerca de dois milhões de barris por dia, gerando de *royalties* R\$ 21,6 bilhões; em 2012, deve chegar a algo em torno de R\$ 29 bilhões; em 2017, devemos alcançar a extração de quatro milhões de barris/dia e, em 2020, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), deveremos alcançar a extração de seis milhões de barris/dia. Se calcularmos o preço do barril a US\$ 70, estamos falando de uma riqueza, só de *royalties*, e de participação especial de R\$ 100 bilhões, referente a apenas a área de extração já licitada, o que equivale a área de 28%.

Hoje, na distribuição dos *royalties*, tomando 2010 como exemplo, a União Federal fica com o montante, em torno de R\$ 8,6 bilhões; o Rio de Janeiro cerca de R\$ 9,8 bilhões; o Espírito Santo com o montante de R\$ 1 bilhão; o restante do Brasil deve receber em conjunto R\$ 700 milhões. O Ceará deve receber algo em torno de R\$ 40 milhões e o Piauí R\$ 23 milhões.

Na distribuição dos recursos com os municípios, observamos que todos os municípios do Brasil deverão receber juntos, o montante de R\$ 6 milhões, enquanto que apenas o município de Campos-RJ recebe a quantia de R\$ 1,1 bilhão, ou seja, o município de Campos fica com um valor maior do que todos os municípios brasileiros juntos.

De maneira resumida, estamos propondo aqui, que primeiro não devemos desequilibrar o Espírito Santo, ou seja, manter o que eles recebem, mais uma fatia pela regra do Fundo de Participação, e fazer, a partir daí, a partilha com os demais estados. Significaria poder ter os demais estados e municípios participando de uma distribuição de cerca de R\$ 9,3 a R\$ 9,4 bilhões, imediatamente após a aprovação e, a partir daí, teriam um grande crescimento da arrecadação desses estados e municípios. Pela regra atual, por exemplo, ao chegar em R\$ 100 bilhões em 2020, 2022, o Rio de Janeiro ficaria com mais ou menos R\$ 48 bilhões. Por esta nova regra, este estado ficaria com algo em torno de R\$ 15 bilhões, o que representaria quase 15%, e não 80% da fatia distribuída para os estados. E assim, teríamos uma forma de fazer uma distribuição de recursos importante para todos os municípios e estados brasileiros. E estes números os quais me refiro, referem-se apenas a área dos 28% licitados.

Para termos uma ideia, os municípios com 0,6 milhão de participação, receberiam por esta nova regra, em 2017, R\$ 1,2 milhão, ou seja, municípios pequenos, aqueles que possuem 4 mil a 5 mil habitantes, receberiam, pelo menos, R\$ 100 mil por mês para fazer suas obras.

Para falarmos sobre os estados, tomaremos o Estado do Ceará como exemplo. As capitais, como a cidade de Fortaleza, passariam a receber R\$ 170 milhões, e por consequência os estados teriam uma participação maior. A ideia é que esse dinheiro seja "carimbado", alocando no mínimo 40% para a educação, no mínimo 30% para a área social, como pesquisa, meio ambiente e, pelo menos, até 30% para infraestrutura. Lembro que esta é uma cobrança dos prefeitos, de forma que coloco este assunto na pauta, pois do ponto de vista da ampliação da capacidade de investimento, tem um conjunto de medidas a serem implementadas.

O ICMS no destino tira uma fatia grande de dinheiro de São Paulo, de modo que ou tem algo para poder equilibrar, ou São Paulo terá problemas. O ICMS no destino, o Rio de Janeiro ganha R\$ 4 bilhões, outro exemplo de grande consumidor de produtos dos outros estados brasileiros. Tenho refletido muito sobre qual modelo devemos adotar em um país como o Brasil para um desenvolvimento com crescimento e distribuição de renda.

Ressalto que os estados do Piauí e Ceará estão fazendo sua parte, investindo na educação e em uma série de medidas que possam levar a um desenvolvimento, mas que não coloquem a desigualdade dentro do próprio estado.

Nós dividimos o Estado do Piauí em territórios de desenvolvimento, assim como outros estados estão fazendo, de forma que temos 11 territórios de desenvolvimento que levam em conta o potencial que tem em cada um desses territórios e, a partir daí, planejam-se os investimentos em todas as áreas. Por exemplo, se temos no litoral, na região da Parnaíba no Piauí, um potencial de desenvolvimento na área da aquicultura. Uma região que tem um potencial de água doce e salgada, contudo, como desenvolver esta região se não tem um curso de Engenharia de Pesca, Biologia Marinha, se não tem base de pesquisa.

Penso que estamos fazendo, porém, precisamos programar ações bem ordenadas. Por exemplo, no Piauí, na área da educação, tem tido bons resultados, de modo que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observando apenas educação, nos aproximando de 0,8, e fizemos um plano para o estado, chamado de Piauí 2022, que projeta vinte anos a partir de 2003, de modo que temos a expectativa de na área da educação, termos condições de alcançar um Índice de Desenvolvimento Humano, de padrão de país desenvolvido.

Estamos implantando um ciclo completo da educação em todos os municípios, onde se tem pré-escolar, fundamental, ensino médio, inclusive, técnico, com o Pronatec, ensino superior, alcançando 50 bases presenciais de ensino superior, com universidade federal, universidade estadual e de ensino técnico, escola técnica estadual ou instituto federal e, com base nelas, neste misto de ensino a distância e presencial, no modelo da Universidade Aberta ou do Etec, observaremos o incremento de atendimento naquela região.

Quanto à expectativa de vida, já alcançamos a marca dos 70 anos, e estamos próximos de alcançarmos os 75 anos. Na área do caju e do mel, está sendo implantado um modelo que responde às seguintes perguntas: como trabalhar para que um pequeno não só tenha condição de uma renda sustentável, mas que ele possa se inserir no grande mercado interno e, inclusive, no mundo globalizado, no mercado externo?

Foi implantada uma central de cooperativa que tem em torno dela, aproximadamente 22 cooperativas espalhadas em vários municípios, em que o produtor produz e entrega em uma casa de mel naquele município, contudo, ele é dono de uma base industrial, uma das mais modernas hoje da América Latina, e que exportou ano passado cerca de dois milhões de quilos de mel. Ademais, tem-se um contrato de gestão com esta base industrial, em que possui pessoal que entende de mercado, de câmbio, de toda a complexidade jurídica e negocial, que se tem no mundo globalizado.

Acredito que nós temos que fazer isto para outros investimentos no modelo tradicional, mas é preciso se pensar como fazer de forma sustentável, principalmente para as pessoas que estão na base do Programa Bolsa Família, que são da ordem de 16 milhões de pessoas.

Um grande abraço e muito obrigado.

LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS

Vamos abrir o bloco das perguntas, que serão no máximo três para os palestrantes.

GLAYDSON

Bom dia. Quero fazer uma pergunta para o senador Wellington Dias. Aproveitando os dados aqui colocados, no caso, 40% da pobreza que se concentra no Norte e Nordeste, levando em consideração que a educação básica nestas regiões, praticamente 90%, segundo o senhor, depende da educação pública. Baseado nestes dados, pergunto-lhe o que seria da melhoria da qualidade da educação e do ensino público, levando em consideração que é um dos fatores determinantes no processo de redução do índice de exclusão social, pois, segundo um dos estudos publicados pelo próprio Ipea, em que coloca o peso da educação como fator fundamental dentro do processo de crescimento econômico e redução da pobreza, ou seja, uma engrenagem fundamental nessa formulação, assim, nessa perspectiva de um novo desempenho econômico e social, coloco assunto interessante que foi apresentado no governo passado, pelo governo Lula que foi a chamada Lei do Piso.

A Lei do Piso, que complementa não só a questão salarial, mas também a disponibilização de um terço da carga horária para o professor planejar. Planejar torna-se de fundamental importância, haja vista a questão das dificuldades econômicas e estruturais das escolas, e até mesmo, a questão dos próprios desequilíbrios familiares, enfim, uma série de fatores que poderá alavancar de sobremaneira a educação.

Este assunto foi tratado pelo ministro da Educação, mas não foi implementado. O senhor, como ex-governador e atual senador, qual a sua perspectiva neste processo de podermos alavancar a lei, de torná-la efetiva? Não seria algo interessante na redução da pobreza e no crescimento econômico?

Obrigado.

LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS

Mais alguma pergunta? Então vamos encerrar só com essa pergunta.

WELLINGTON DIAS

São necessárias alterações no modelo adotado e na gestão, mas também existem problemas de financiamento. Tanto na saúde, quanto na educação. A presidente Dilma Rousseff tomou uma posição de, no caso da regulamentação da Emenda 29, a União fará um acréscimo

de R\$ 10 bilhões para o próximo ano, e por consequência, se não tiver nas minhas contas uma forte mudança na gestão, que está sendo feita, deverão sair recursos do cartão do SUS, etc.

Se não tiver uns R\$ 30 bilhões, não teremos como superar este desafio. Comparando com outros países, temos um modelo para atender 100% da população, ou seja, o mais rico deste país entra em um hospital público para fazer um transplante e faz lá mesmo. Nesse mesmo contexto é a educação. Eu particularmente acredito que a educação é um investimento de uma vez só, de modo que se deve fazer o investimento para uma geração inteira e todas as gerações seguintes, e assim conseguiremos subir de patamar.

Se conseguirmos colocar toda uma geração com ensino básico e, a partir daí, com profissão, e uma grande parcela com ensino superior, penso que é possível mantermos níveis extraordinários. O problema é o modelo de educação que nós estamos transmitindo, que estamos repassando de conhecimentos e informações de preparo para a vida, enfim, está adequado? Ou seja, comparados com outros países, nós estamos em um mundo globalizado. A tese que defendo é de, na ampliação de receita, para darmos esse equilíbrio nestas regiões menos desenvolvidas, de modo que é um valor que tem que ser aplicado proporcional à renda.

Por exemplo, no Estado do Piauí, é feito de investimento por ano, *per capita*, algo em torno de R\$ 260 *per capita* ano/educação. Precisaríamos de R\$ 1.200 *per capita*/ano para poder fazer o que todo mundo quer: piso, ensino com escolas em tempo integral, enfim, com um conjunto de investimentos que você tem que fazer.

Nós estamos falando de uma área (educação) que hoje responde normalmente próximo de 30% de todos os recursos. Por exemplo, no Estado do Ceará, encontraremos em torno de 30% dos recursos no orçamento aplicados em educação. Nós vamos dobrar o piso? Vamos. Vamos dobrar para 60% do seu orçamento para educação. É possível? Não é. Não tem de onde tirar. Então, estou aqui colocando de forma franca, que precisamos de novas fontes de financiamento para o piso e para outras coisas.

Na relação com o professor, penso que o Brasil está encontrando seu caminho, de modo que não é adequar apenas a sua estrutura de trabalho, mas também o cumprimento de metas. A medição que temos hoje, ela é favorável, pois conseguimos medir o resultado por aluno.

Então, se tem uma turma que possui uma determinada nota no provão, e ele está bem em Português, mas está mal em Matemática, poderá ser perguntado: quem é o professor de Matemática? Então você tem como agir ali diretamente naquela turma, bem como o Ideb, também eu penso ser espetacular, pois é uma revolução, na minha visão para a educação brasileira.

Ainda observamos falhas na forma da medição. As escolas, hoje, pegam seus melhores alunos e faz um curso preparatório para o Ideb, o que resulta em distorção. Assim, penso que tem de possuir um mecanismo para evitar distorções, mas que, no geral, é algo muito positivo. Acredito então que precisamos ter mais recursos. Para termos uma ideia de recursos, como falei do pré-sal, os *royalties*, de 28% da área licitada, imagine quando chegar a 100% de toda a área já pesquisada.

E da parte dos *royalties* que não é uma parte pequena. O modelo que o presidente Lula criou, por exemplo, vamos agora pagar pelo serviço da perfuração dos poços, usando um termo aqui que não é técnico, da extração do petróleo, ou seja, a empresa vai ganhar pelo serviço que ela presta. Então, mais ou menos 70% disso, são para formar, sobre a forma de venda beneficiado ou não, de gasolina, de óleo, ou petróleo bruto, nós vamos virar exportador, e assim teremos condições de gerar um fundo, que é o Fundo Social, para ser aplicado num fundo soberano, fora do Brasil, porque senão dará um grande impacto no câmbio, de modo que estamos falando de algo em torno de US\$ 1,5 trilhão, segundo expectativa da EPE. Poderemos comprar a dívida americana, em, aproximadamente, de 10 a 12 anos, somente para compreendermos do que estamos falando.

Tentemos imaginar o resultado disso: 50% aplicado em educação. Se o Ceará vai receber R\$ 2 bilhões só de *royalties*, daqui a alguns anos, estamos falando de 40% de recursos a mais para educação. Ou tem fontes novas de investimento, que não sejam mais tributos, porque o que se quer é desonerar, ou teremos graves problemas. A vantagem também que vejo da pactuação do pré-sal é que ela permite que façamos a reforma, que incentive investimento, inclusive com redução de carga tributária.

Muito Obrigado.

LUIZ CARLOS EVERTON DE FARIAS

Agradeço a todos. Aqui nós encerramos o Painel I – Crescimento Econômico e Redução da Pobreza.

SESSÃO ESPECIAL ETENE

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: José Narciso Sobrinho – Superintendente do BNB/Etene

Aline Maria Souza Menezes – Ceis/Etene
O Nordeste sob a ótica de Insumo-Produto Interregional.

Fernando Luiz Emerenciano Viana – Ceis/Etene
Infraestrutura Macrologística do Nordeste: Caracterização e Proposições de Intervenções

Allisson David de Oliveira Martins – Fundeci/Etene

Apoio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) às Pesquisas e Difusão de Tecnologias para Convivência com o Semiárido.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores,

Dando sequência aos trabalhos técnicos do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia, assistiremos, em seguida, à Sessão Especial BNB-Etene. Para presidir os trabalhos da mesa, convido o senhor José Narciso Sobrinho, superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-Etene, do Banco do Nordeste.

Convido à mesa, os palestrantes e técnicos do Etene, senhora Aline Menezes, coordenadora de Estudos e Pesquisas da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas e Industriais e Serviços do Etene, que irá proferir palestra intitulada “Nordeste sob a Ótica do Insumo-Produto Inter-regional”.

Convido o senhor Fernando Vianna, coordenador de Estudos e Pesquisas da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas e Industriais e de Serviços do Etene, que abordará a temática “Infraestrutura Macrologística do Nordeste – Caracterização e Proposições de Intervenções”.

Convido também a tomar assento à mesa, o senhor gerente do Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e Desenvolvimento, Allisson David de Oliveira Martins, que irá falar sobre o “Apoio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci às Pesquisas e Difusão de Tecnologias para a Convivência com o Semiárido”.

Senhoras e senhores,

Para sua saudação à plateia, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Bom dia a todos e a todas. É com enorme satisfação, em nome do Banco do Nordeste, poder estar saudando a todos e colocar a importância deste evento na busca de promover o desenvolvimento regional.

Nós tivemos no primeiro painel, que foi muito importante, a questão do crescimento econômico e a redução da pobreza, na perspectiva de colocar algumas políticas públicas que contribuam para a desigualdade tanto inter-regionais quanto intrarregional.

Dessa maneira, o Banco do Nordeste vem fazendo seu papel de banco de desenvolvimento, tendo aplicado R\$ 20 bilhões em 2009 e, em 2010, R\$ 21 bilhões e, com isso, mostrando a sua força na promoção e no financiamento das atividades econômicas do Nordeste.

O Etene tem realizado vários estudos que contribuem para o planejamento interno do Banco, mas também para subsidiar a sociedade nordestina de informações, que colaborem ou que sejam subsídios para o planejamento regional e, por consequência, contribuir para que tenhamos a redução da pobreza em nossa Região.

É uma política pública e determinação da presidenta Dilma, o combate à pobreza. E o Banco do Nordeste está empenhado nesta ação, inclusive participando nos momentos de discussão nos estados com a Comissão de Desenvolvimento do Senado, o senador Wellington Dias, representando a Subcomissão do Nordeste, e que estamos participando de vários momentos como estes.

O senador da república Benito Lira atualmente é o presidente da Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, e essa interação é importante, pois é no Congresso Nacional que são definidas as políticas públicas e, com isso, podemos ter uma contribuição relevante.

Então, sem mais delongas, passo a palavra para a Sra. Aline Menezes, para que possa fazer sua apresentação.

ALINE MENEZES

Bom dia a todos.

O Etere tem certa tradição no trabalho com modelos de insumo-produto, tanto no desenvolvimento, quanto na aplicação, e parceria com o pessoal da Fipe, com o professor Guilhoto, que é especialista na área, e neste trabalho tentaremos explorar este modelo que temos em mãos, que é revestido de várias possibilidades, sendo uma tentativa de, além de entender melhor a economia do Nordeste, entender melhor as possibilidades desta ferramenta.

De uma forma geral, acredito que a plateia seja heterogênea, não só de economistas. Faço a seguinte pergunta: o que é um insumo-produto? Basicamente, você tem uma matriz em que estão registradas todas as relações intersetoriais para uma economia em um determinado período de tempo. O modelo de que dispomos hoje, no Banco do Nordeste, é uma matriz intrarregional para o Nordeste, para o ano de 2004.

Visto que temos os registros de todas as relações intersetoriais da economia, tanto o lado da oferta, que é o da produção, mas também pelo lado da demanda, com o registro do consumo das famílias, do governo, enfim, toda a parte da composição da demanda, além de informações sobre impostos.

Pelo menos há 60 anos, o economista Leontief mostrou como podemos explorar estas informações – ele foi o precursor na coleta destas informações e também na exploração delas e, até hoje, vem se desenvolvendo indicadores em que se explora o melhor das informações contidas nessas matrizes, e aqui escolhemos indicadores para entendermos melhor como funciona a economia nordestina, e como ela se relaciona com o resto do Brasil.

Obviamente, temos limitações, pois como em tudo na vida, na economia também temos algumas limitações, como preços relativos fixos, em que quando o preço varia o outro necessariamente vai ter que variar para manter essa relação, temos a tecnologia da indústria, que consideramos aqui em proporção, bem como a participação de um determinado setor na economia é constante, mesmo que o *mix* de produtos fabricados por ele varie, ou seja, tem que haver um ajustamento para que esta proporção seja mantida.

À parte essas limitações, podemos fazer uso e extrair várias informações importantes, que inclusive corroboram com as falas da mesa que nos precederam. Como objetivo específico, tentaremos calcular e decompor os indicadores mais relevantes para a análise da economia do Nordeste e suas inter-relações com o resto do Brasil.

A base de dados da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (MIP-NE) é de 2004. Por que 2004? Sabemos que as contas regionais do IBGE são publicadas com defasagem de dois anos. Então, se formos construir uma matriz de insumo-produto hoje, deste modelo, você poderia fazer para a economia de 2008. Tenho informações que a equipe da Fipe está construindo essa matriz para o ano de 2008, contudo, segundo o professor Guilhoto, acredita-se que não tenham havido modificações relevantes nesses quatro anos, de 2004 para 2008.

Talvez tenha havido modificações mais relevantes na estrutura da economia de 2008 para o momento atual, comparativamente do que ocorrera de 2004 para 2008. Então, acredito também que essa matriz para 2008 está em fase de desenvolvimento. Logo, esta informação é a mais atualizada de que dispomos, de forma que exploramos um modelo inter-regional com o Nordeste e o resto do Brasil.

A matriz original tem 111 setores, contudo, agregamos para 56 setores, de acordo com o nosso propósito de análise. Nossa proposta é decompor estes indicadores, principalmente para os efeitos inter-regionais. Quer dizer: o que o crescimento do Nordeste provoca no resto do Brasil? O que é que o aumento da produção no setor de agricultura provoca na economia do resto do País? O Quadro 1 mostra a estrutura do método de trabalho da Matriz Insumo-Produto do Nordeste (MIP-NE). Os quadros azuis são a cadeia de relacionamento da nossa matriz. Cada quadro desses é uma matriz 56x56.



Quadro 1 – Método de Trabalho da MIP-NE – Método – Matriz FIPE/BNB 2004 – Nordeste x Resto do Brasil – 111 – 56 setores

Fonte: Etene.

Apenas um detalhe: quando agregamos os setores incorre em um erro, um viés de agregação. E, para efeito de análise, consideramos que este viés dessa agregação é irrelevante, no sentido de que estamos considerando a média dos grandes setores. Temos quadros matrizes de 56x56, e essas da diagonal da direita para a esquerda é que vão mostrar as relações inter-regionais entre Nordeste e resto do Brasil.

Visualizam-se na tabela as relações intrarregionais na diagonal principal, Nordeste e resto do Brasil. Identificaremos muitas informações, mas este era o objetivo, o mapa geral. Este gráfico de barras, apresentado abaixo, está mostrando em amarelo as relações intrarregionais para o resto do Brasil e para o Nordeste, com relação à produção.

O que são os multiplicadores? Um multiplicador é a soma de todos os insumos que um setor da economia precisa para produzir uma unidade de serviço ou bem final, ou seja, é a capacidade de multiplicar o crescimento do próprio setor para o resto da economia.

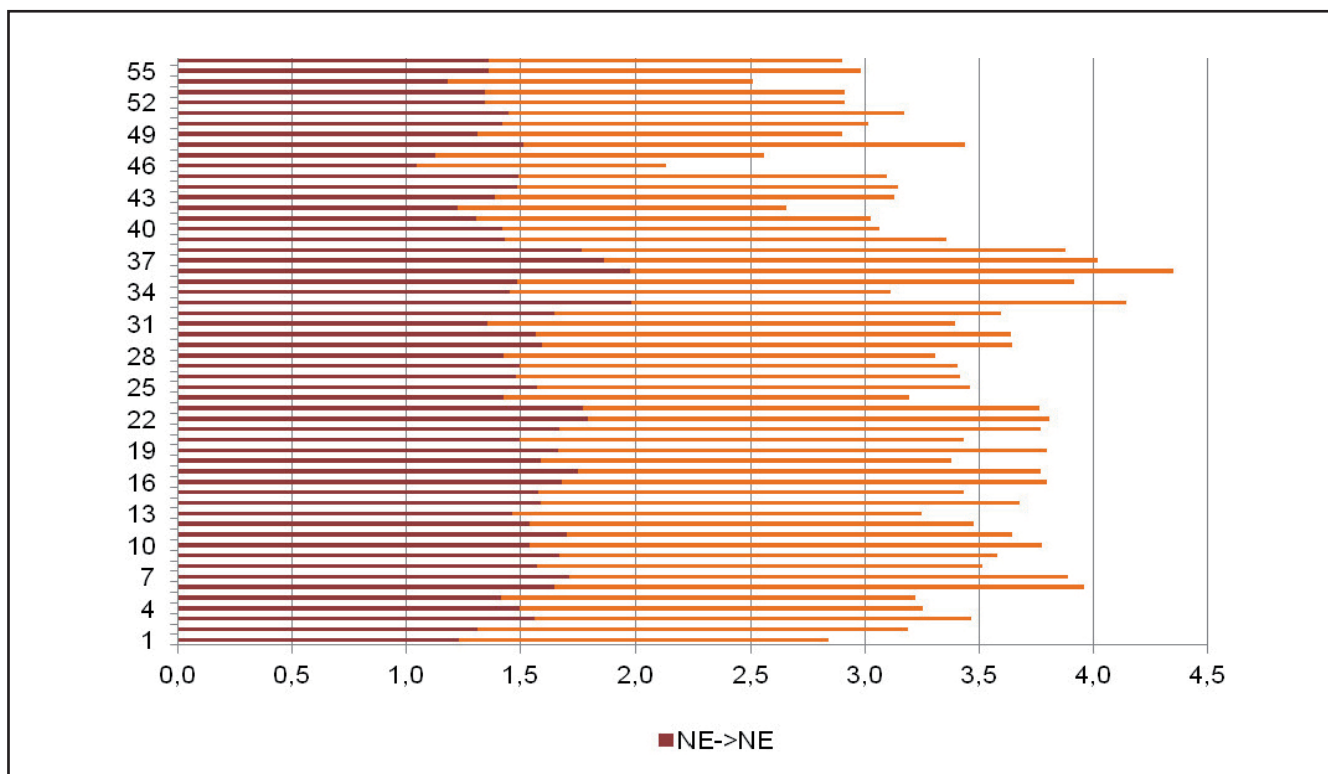


Gráfico 24 – Efeitos no Valor Bruto da Produção

Fonte: Etene.

Aqui, consideramos a nossa unidade monetária, que é um milhão de reais em 2004, pois a matriz toda está em milhões, então, pode-se ver, em vermelho o Nordeste, que a gente não cruza a linha dois, que seria, na verdade, R\$ 2 milhões. Investimento de R\$ 1 milhão nesse primeiro setor, que é agricultura e pecuária, investimento de R\$ 1 milhão em valores de 2004, provocaria um aumento, um crescimento de produção no Nordeste de pouco menos de R\$ 1,5 milhão, no setor 1.

Dadas relações intersetoriais que temos entre o setor da agricultura e pecuária e os demais setores na economia, produzem esses efeitos multiplicadores do crescimento. Na parte amarela do gráfico, tem o resto do Brasil que vai até a linha de quatro pontos, e aí alguém pode argumentar: “você está comparando uma região com um agregado de mais três regiões”. Temos que levar em conta a sofisticação desses multiplicadores para o resto do Brasil, e que muito em parte, por conta do peso do Sudeste, das interligações setoriais mais complexas do Sudeste, e também está comparando as médias setoriais. Então, conclui-se não ser complicado comparar uma região com o resto do Brasil.

O Gráfico 24 apresentava os multiplicadores para o valor bruto da produção e agora vamos para um indicador que é mais relevante, o multiplicador de valor adicionado, porque é que a variação na produção de bem ou serviço final de um setor produz incremento no PIB.

Na Tabela 10, estamos falando em termos de PIB. Então fizemos uma comparação entre *rankings*, porque comparamos a ordenação da importância dos setores para cada economia. Na última coluna, temos a diferença nas posições que achamos mais relevante, acima de quatro posições, que poderíamos avaliar quão importante é determinada atividade para cada uma das economias que estão sendo comparadas.

Tabela 10 – Multiplicadores de Valor Adicionado

Setores	NE->NE	Rank NE (A)	RBR->RBR	Rank RBR (B)	(A)-(B)
Pecuária e pesca	1,273	50	1,760	35	15
Fabricação de aço e derivados	1,653	29	2,175	21	8
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	1,448	40	1,854	32	8
Artefatos de couro e calçados	1,862	19	2,758	12	7
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,113	14	3,215	7	7
Móveis e produtos das indústrias diversas	1,483	36	1,938	29	7
Construção	1,280	49	1,575	43	6
Perfumaria, higiene e limpeza	1,650	30	2,064	25	5
Produtos e preparados químicos diversos	2,231	11	2,554	16	-5
Peças e acessórios para veículos automotores	2,346	8	2,707	13	-5
Educação mercantil	1,413	42	1,505	47	-5
Produtos farmacêuticos	1,703	27	1,840	33	-6
Produtos de madeira – exclusive móveis	1,854	20	2,042	27	-7
Álcool	1,827	23	1,936	30	-7
Saúde mercantil	1,514	32	1,697	39	-7
Serviços de informação	1,529	31	1,651	40	-9
Intermediação financeira e seguros	1,486	35	1,564	46	-11

Fonte: Etene.

A Tabela 10 resume os setores que têm um distanciamento maior, e aqui temos os setores em que o Nordeste está mais distante do resto do Brasil, notadamente, a pecuária e a pesca, que são mais intensivos em capital no resto do Brasil, e então não produz muita surpresa ser este setor mais relevante em termos de multiplicação no valor adicionado no resto do Brasil do que no Nordeste.

No fim da Tabela 10, na parte negativa, são setores que são mais importantes relativamente para o Nordeste em relação ao resto do Brasil. E aqui vamos visualizar como mais distante os valores de intermediação financeira e seguro, observamos notadamente que as maiores distâncias são registradas no setor de serviços, enquanto para o resto do Brasil, temos notadamente a parte da indústria.

No Gráfico 25, tentamos avaliar os principais setores exportadores em termos de produção de valor adicionado. Em amarelo visualizamos o resto do Brasil e, em vermelho, o Nordeste. Onde o vermelho sobrepassa, são os setores em que a geração do valor adicionado é maior no Nordeste proporcionalmente, dentro do próprio setor, e que podemos verificar a metalurgia, metais não ferrosos, celulose, papéis, borracha, automóveis, têxteis e produtos químicos, setores exportadores que geram maior valor adicionado.

No Gráfico 26, ordenamos os principais setores exportadores proporcionalmente, ou seja, quanto cada setor exporta em função do valor bruto da produção. Quanto que ele destina da produção para a exportação. E aqui, temos o ranking para o resto do Brasil, e que colocamos junto à proporção que cada setor equivalente no Nordeste destina à exportação.

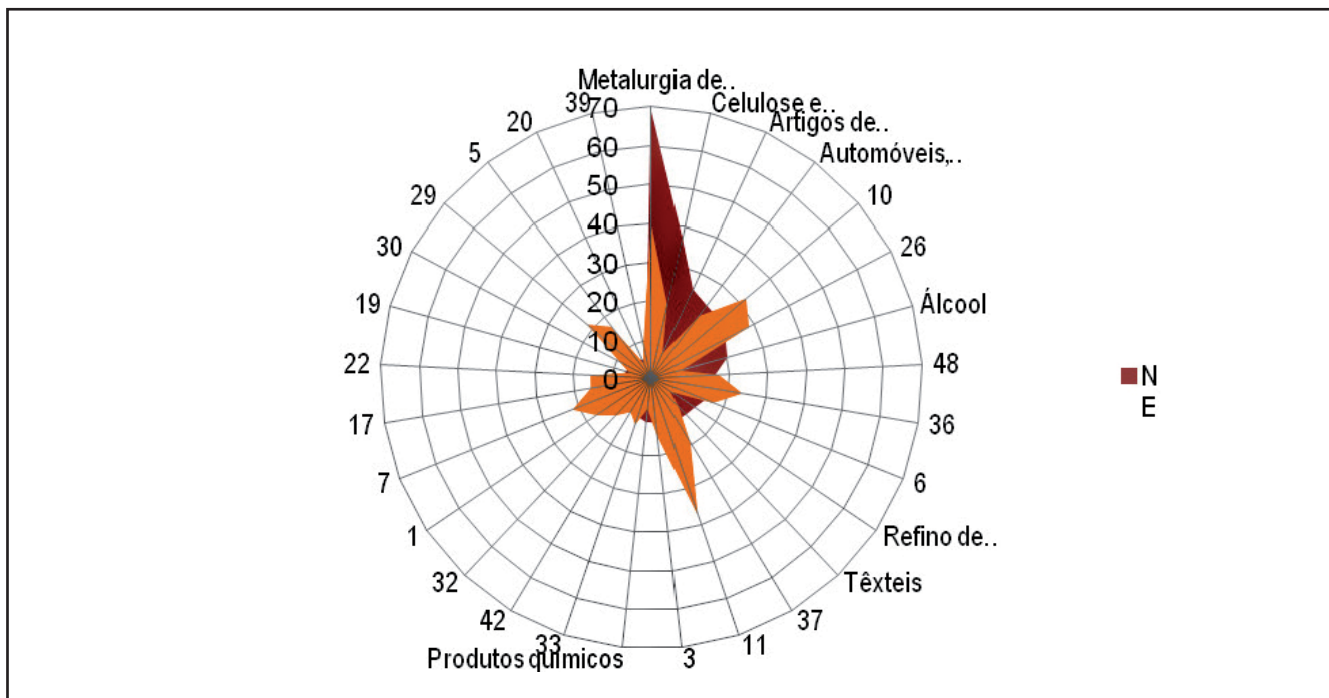


Gráfico 25 – Principais Setores Exportadores em VA

Fonte: Etene.

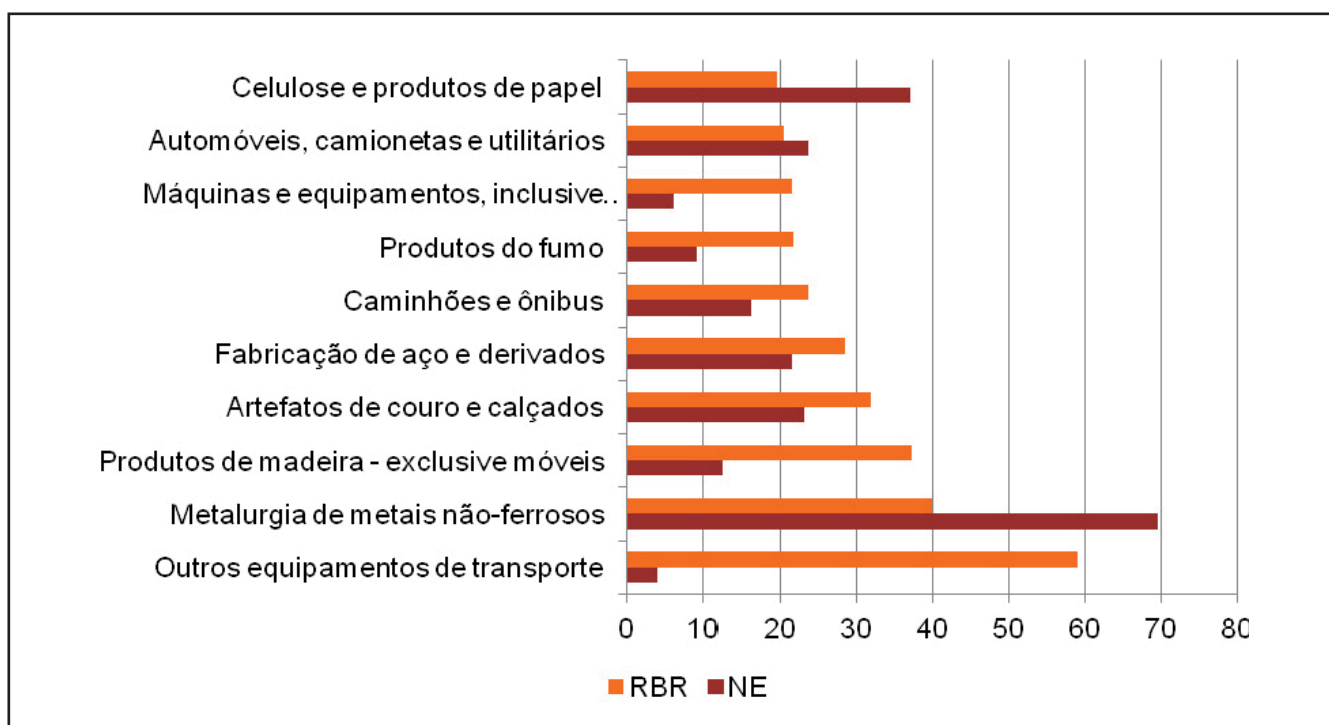


Gráfico 26 – Principais Setores Exportadores em RBR

Fonte: Etene.

Observamos que equipamentos de transporte, em ordem decrescente de baixo para cima, o Nordeste aparece bem reduzido, e outras atividades, como celulose e automóveis, o Nordeste destina maior parte relativamente ao resto do Brasil.

No próximo Gráfico 27 veremos a mesma análise para o Nordeste, de forma que temos uma convergência de setores mais especializados em exportação, em metalurgia de metais não ferrosos, celulose e produtos de papel. Observamos também que estes setores são mais especializados em exportação, o que não significa dizer que o valor exportado seja maior, significa dizer que, proporcionalmente à produção, ele exporta mais.

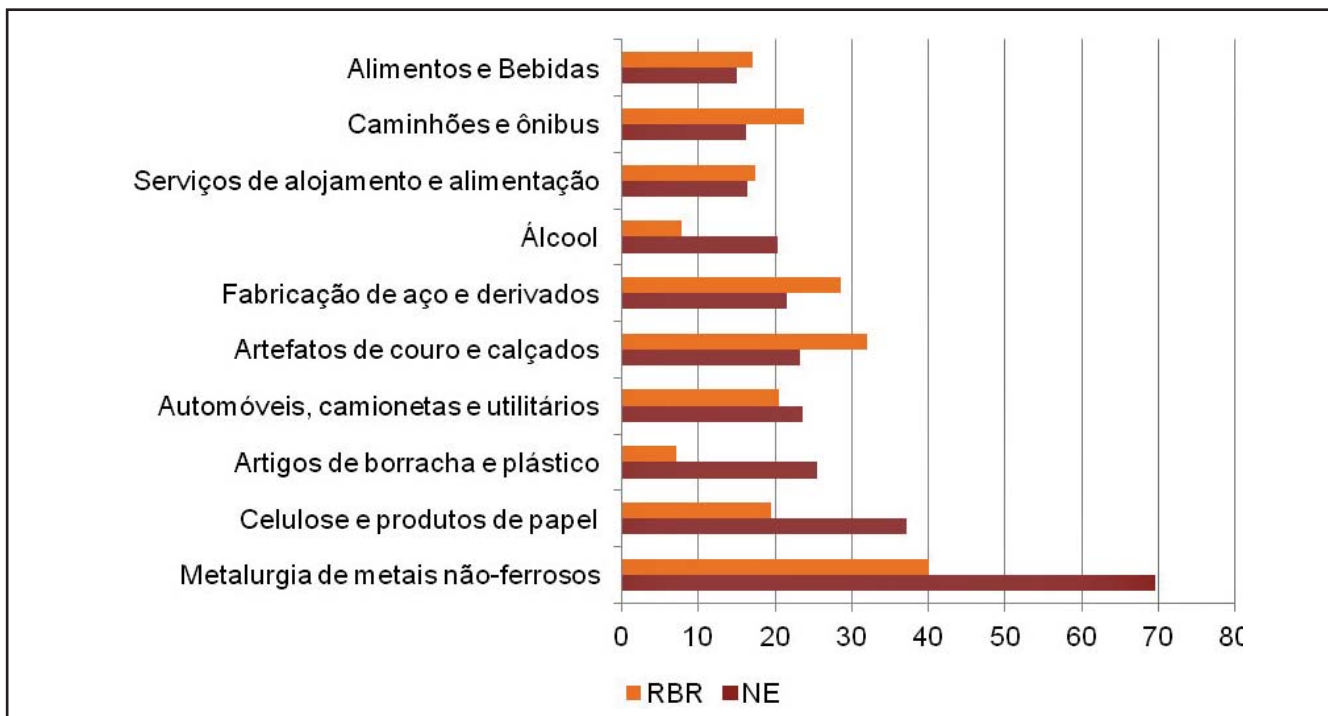


Gráfico 27 – Principais Setores Exportadores do NE

Fonte: Etene.

A Tabela 11 apresenta uma análise interessante, da geração de emprego. Ou seja, quanto um setor gera de empregos quando ele aumenta a sua produção em R\$ 1 milhão de 2004. Assim, temos o *ranking* para os principais setores geradores de empregos do Nordeste e, aqui, fazemos a divisão entre geração de emprego direto e indireto.

Vale lembrar que emprego direto é o gerado no próprio setor, e o indireto é a soma dos empregos gerados nos demais setores. Fizemos uma tentativa de mostrar a dispersão da geração desses empregos ao longo dos setores que sofrem este efeito multiplicador do setor que sofreu o aumento inicial. Verificamos que o setor que gera mais empregos é, mais uma vez, a agricultura, mas não existe necessariamente uma correspondência entre geração de empregos direta e indireta.

Notamos que o setor de alimentos e bebidas, conforme Tabela 11, gera mais empregos indiretos do que diretos. Por que isso? Porque este setor se supre mais significativamente do setor de agricultura e pecuária, que são os setores que empregam mais na economia nacional.

Tabela 11 – Geração de Emprego

Setores	Nº de Set.*	DP	Média	Emp. no setor	Emp. demais setores
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	1	0,4	0,1	238,7	6,6
Pecuária e pesca	3	2,2	0,5	206,8	26,1
Outros serviços	6	0,7	0,3	188,5	17,7
Serviços domésticos	6	0,7	0,3	188,5	17,7
Artigos do vestuário e acessórios	5	2,5	0,7	116,5	36,7
Serviços de manutenção e reparação	1	2,5	0,7	99,6	6,8
Comércio	4	0,5	0,2	95,1	9,4
Álcool	4	11,9	1,8	88,7	19,7
Produtos do fumo	5	11,0	1,8	81,8	20,5
Serviços de alojamento e alimentação	8	2,4	0,7	77,3	39,7
Educação pública	3	0,4	0,2	64,9	9,6
Administração pública e seguridade social	4	0,5	0,3	61,5	13,8
Construção	4	0,8	0,3	56,8	16,4
Produtos de madeira – exclusive móveis	4	3,4	0,7	53,5	38,0
Serviços prestados às empresas	4	0,5	0,2	53,3	12,4
Educação mercantil	10	0,8	0,4	48,2	20,7
Saúde mercantil	8	1,1	0,5	44,4	25,7
Alimentos e Bebidas	5	6,7	1,5	43,8	53,6
Transporte, armazenagem e correio	5	0,7	0,3	43,8	15,1
Têxteis	5	2,0	0,5	43,3	29,6

Fonte: Etene.

Neste sentido, explica-se por que a geração de empregos indiretos é bem maior, em função, também, que o setor de alimentos é mais capital intensivo. Assim, fazemos uma distribuição de quantos setores o aumento da produção do setor de alimentos, discriminado aqui, consegue atingir gerando emprego indireto, mais de um emprego, na verdade.

No Gráfico 28 abaixo, veremos um dos indicadores mais relevantes, os índices de ligação para frente (ILF) e para trás (ILT), que designam os encadeamentos setoriais. O que é um índice de ligação para trás?

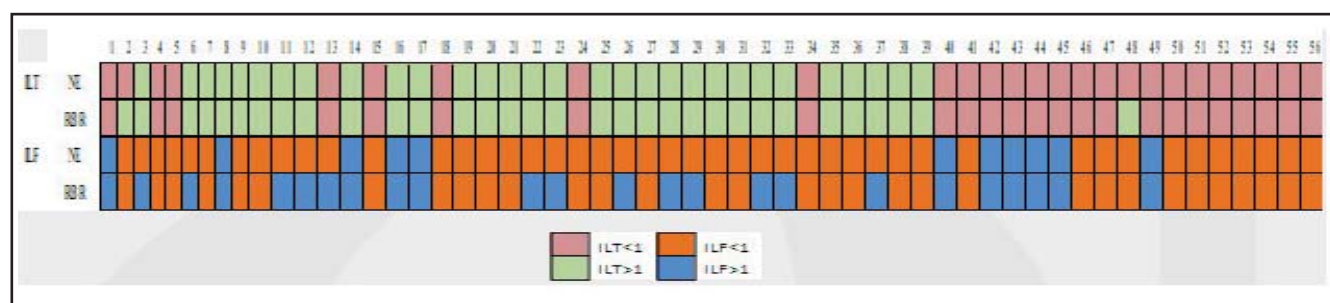


Gráfico 28 – Encadeamentos Setoriais

Fonte: Etene.

Basicamente, a ligação para trás é quanto que um setor demanda dos demais setores da economia. O conceito é bem parecido com o de multiplicador, mas aqui criamos um indicador

diferente. Assim, comparamos a média – a soma de todos os insumos demandados pelo setor em avaliação –, e comparamos com a média do que os demais setores da economia demandam.

E a ligação para frente é outro lado. É quanto que o setor vende para os demais, ou seja, quanto que a economia depende daquele setor específico. E assim, fazemos a comparação dos dois índices para o Nordeste e para o resto do Brasil.

Vale ressaltar que estamos comparando médias, e quando temos esse indicador maior do que um, convencionou-se dizer que tem um forte índice de ligação para trás ou para frente, e menor que um, que tem um fraco índice de ligação, ou seja, fraco encadeamento setorial.

Ainda no Gráfico 28, o verde nas duas primeiras linhas, significa índice de ligação para trás maior que um, e o vermelho menor que um. Nota-se que não temos uma correspondência para apenas dois setores, embora a magnitude desses indicadores seja bastante diferenciada entre Nordeste e resto do Brasil. Fica claro que são características intrínsecas a cada setor esta possibilidade de encadeamento para trás.

Na parte inferior do Gráfico 28, temos os índices de ligação para frente, de modo que notamos uma diferenciação bem mais significativa. Observa-se que há 24 setores no resto do Brasil que têm forte índice de ligação para frente, enquanto no Nordeste, apenas onze, que são representados pelos quadros azuis, os maiores, aquele índice maior que 1, e o laranja, com índice menor que 1.

Que conclusão pode ter? A conclusão mais relevante é que, na maior parte dos indicadores, se destacam na economia nordestina os setores serviços e comércio, porque se espera que os setores primários tenham fortes índices de ligação para frente, quer dizer, de fornecimento para setores industriais que necessitam de mais insumos.

E, no Nordeste, verificamos um setor industrial ainda pouco demandante, pouco desenvolvido. Neste caso, comércio e serviços têm que fazer o papel da intermediação para fornecimento de bens de demanda final para a economia, por isso estes setores são bem mais significativos em relação quando se compara com o resto do Brasil.

A seguir apresento mais um gráfico, a composição do encadeamento do que fica do Nordeste e do que vai para o resto do Brasil. Temos setores cujo aumento de produção vai repercutir muito mais fortemente na economia do resto do Brasil do que internamente, e como consequência, emerge a discussão do que falamos em relação à intermediação financeira em fóruns anteriores, da quantidade de recursos financeiros que é transferida do Nordeste para o resto do Brasil.

Mostramos que o crescimento do Nordeste significa um crescimento bem maior para o resto do Brasil, tendo em vista que somos grandes demandantes do resto do Brasil. Então, como tratamos a convergência de renda? Temos que levar em conta, para fazer esse cálculo, quanto que faz crescer o resto do Brasil com o nosso crescimento, ver o Gráfico 29.

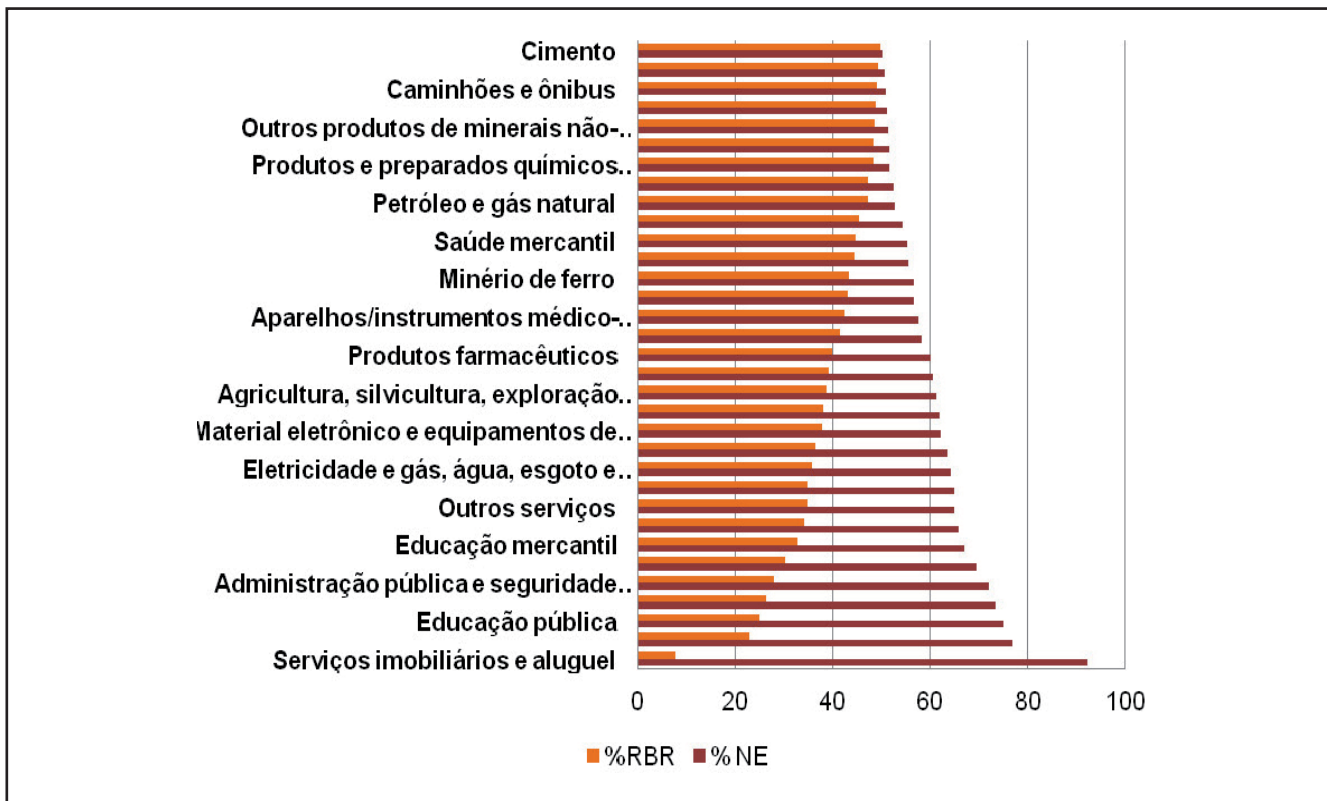


Gráfico 29 – Comparação Brasil e Nordeste

Fonte: Etene.

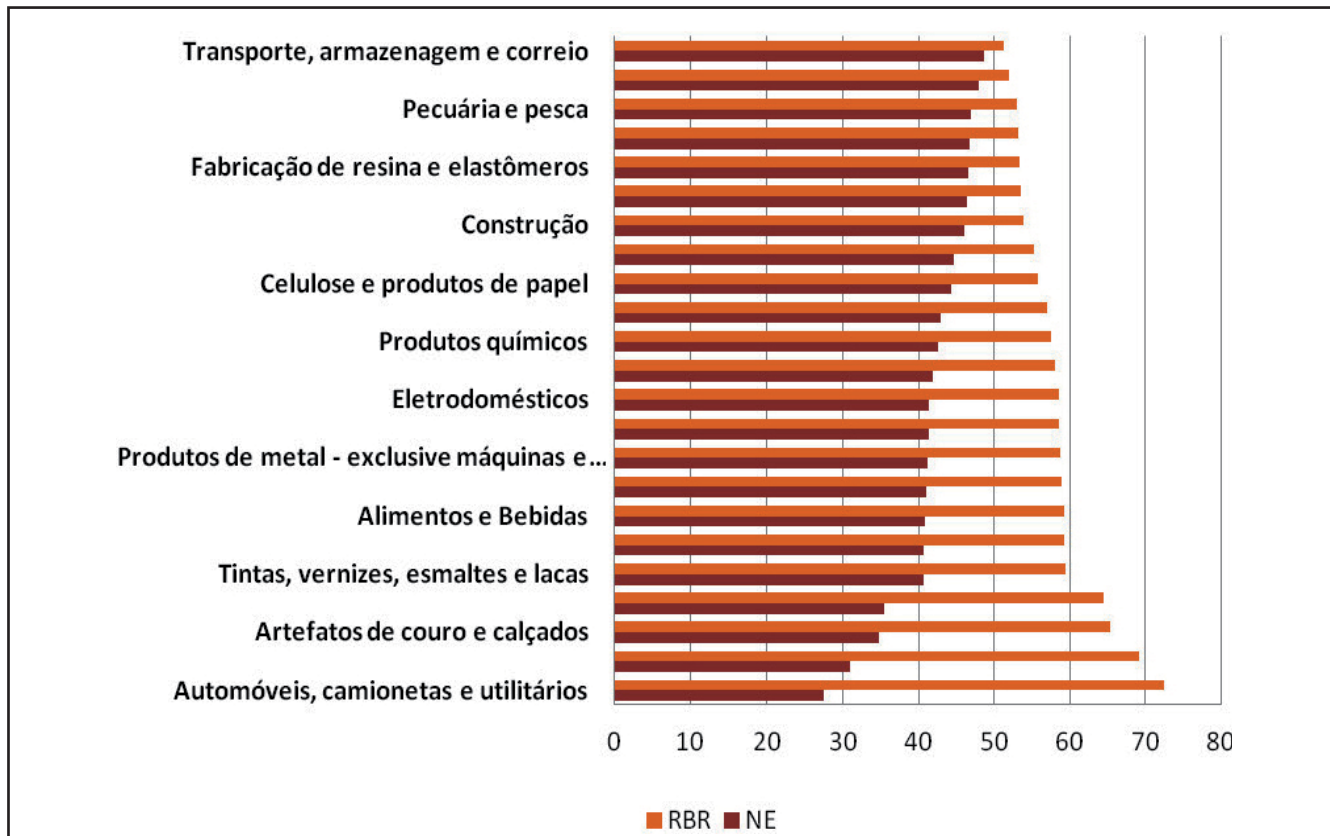


Gráfico 30 – Comparação Brasil e Nordeste

Fonte: Etene.

Como é que acompanhamos e produzimos esta convergência na renda no País? Assim, o que é mais relevante analisarmos com base nestes indicadores, é que não adianta fazermos um planejamento de política regional fundamentada em indicadores isolados, como aquele que gera mais emprego, aquele que gera mais valor adicionado, caso não tenhamos o fortalecimento de toda a cadeia produtiva, que seguramos essa demanda internamente. Mas isso também não significa termos um desenvolvimento autossuficiente e que o Nordeste se isole do resto do País.

Estes são indicadores a serem levados em conta para planejamento de uma política regional, mas uma política regional integradora que, com certeza, tem que levar em conta as vocações econômicas e as vantagens competitivas que a nossa Região tem em relação ao resto do País.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Obrigado, Aline Menezes. A Matriz de Insumo-Produto é um produto lançado em 2010 pelo Banco, em uma parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), e é um instrumento valiosíssimo para avaliação de políticas. Quer dizer, que o Banco está utilizando este instrumento para fazer a avaliação de impactos do que vem financiando na Região, e também importante na decisão do crédito.

Como a palestrante colocou em sua apresentação, a agricultura é a maior geradora de emprego, mas nós sabemos que dentro da agricultura temos também distorção. Como exemplo, um hectare de soja gera muito menos emprego do que um hectare de fruticultura. Esta decisão de alocação de recursos, o Banco pode estar tomando na adição do crédito, utilizando o instrumento Matriz Insumo-Produto.

Então, passo para o colega Fernando Emerenciano, que irá proferir palestra intitulada "Infraestrutura Macrologística no Nordeste: Caracterização e Proposições de Intervenções".

FERNANDO LUIZ EMERENCIANO VIANA

Boa tarde a todos.

Vou falar um pouco sobre infraestrutura macrologística no Nordeste. Do ponto de vista conceitual, quando falamos de infraestrutura macrologística, o foco é em transporte e comunicação, e esta apresentação tem foco principal em infraestrutura de transporte.

Os dados que apresentaremos já são frutos de um estudo conjunto que o Etene está fazendo com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Infraestruturas de Transporte e Logística da Energia, da Universidade Federal do Ceará, que tem a coordenação do professor Bosco Arruda. É importante, neste primeiro momento, fazermos uma breve caracterização

da nossa infraestrutura, cujo foco principal vai ser em transporte, mas, o que observamos é que, embora a região Nordeste tenha avançado nos últimos anos em vários aspectos, a sua infraestrutura macrologística ainda apresenta diversas carências, de modo que destacaremos na infraestrutura de transporte, a malha rodoviária. Ela tem uma abrangência territorial ainda pequena, especialmente quando comparamos com as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, a nossa malha ferroviária tem baixa cobertura e estado de conservação precário.

Boa parte da malha nordestina está desativada e isso representa o que a gente chama de um custo Nordeste ainda maior do que o conhecido custo Brasil. Do ponto de vista de portos e hidrovias, observamos uma subutilização, especialmente em relação às nossas hidrovias e ainda temos os principais aeroportos da Região trabalhando com sobrecapacidade, acima da sua capacidade, no que diz respeito ao transporte de passageiros, o que não é muito aqui o nosso foco.

Só para representar melhor o que eu acabei de falar, temos nos Gráficos 31 e 32 a caracterização da nossa malha rodoviária. Apenas 11% da nossa malha são pavimentados, 81% não são pavimentados e 6% da malha ainda estão planejados.

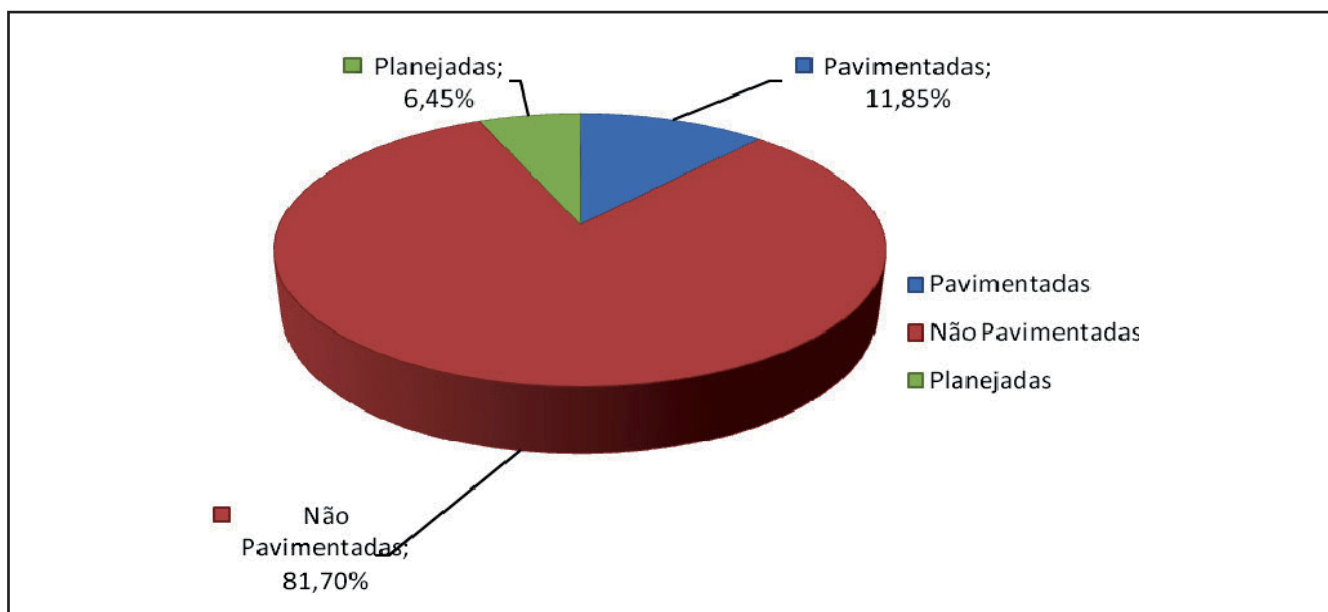


Gráfico 31 – Caracterização Atual da Malha Rodoviária do Nordeste

Fonte: Elaboração do GLEN/UFC a partir dos Dados de Brasil. Ministério dos Transportes (2011).

Tabela 12 – Densidade da Malha Rodoviária em 2010 (km/km²)

Região	Extensão	Área (km²)	Densidade (km/km²)
Centro-Oeste	204.347,5	1.604.852	0,127
Nordeste	443.697,9	1.556.001	0,285
Norte	146.282,9	3.851.560	0,038
Sul	384.707,1	575.316	0,669
Sudeste	533.260,8	927.286	0,575

Fonte: Elaboração do GLEN/UFC a partir dos Dados de Brasil. Ministério dos Transportes (2011).

Do ponto de vista de densidade na malha rodoviária, observamos que a densidade (km de rodovia por km²) na região Nordeste é 0,285, que é menos da metade da densidade da malha do Sul e, mais ou menos, 50% da malha do Sudeste, então a gente apresenta uma densidade maior do que Norte e Centro-Oeste, mas ainda muito longe da densidade da malha rodoviária do Sul e Sudeste.

O mais grave: quando avaliamos a qualidade dessa malha, a Confederação Nacional de Transporte publica, anualmente, uma pesquisa de satisfação, de condição de tráfego das suas principais rodovias no Brasil. Então, as principais rodovias federais e algumas estaduais, se observarmos os dados do Nordeste, considerando a classificação da malha em péssimo ou em regular, bom ou ótimo, verificamos que há uma preponderância da malha nas situações de ruim, regular ou péssima, e em alguns estados a situação é mais crítica.

Se pegarmos o Ceará, em torno de 15% da malha estaria na seguinte situação: boa ou ótima, e grande parte da malha em situação precária; o estado em melhor condição seria Alagoas, o lado direito do gráfico, praticamente igual. Isso indica que a malha rodoviária de Alagoas está, dentro da malha dos diversos estados do Nordeste, em melhor situação. (Gráfico 32).

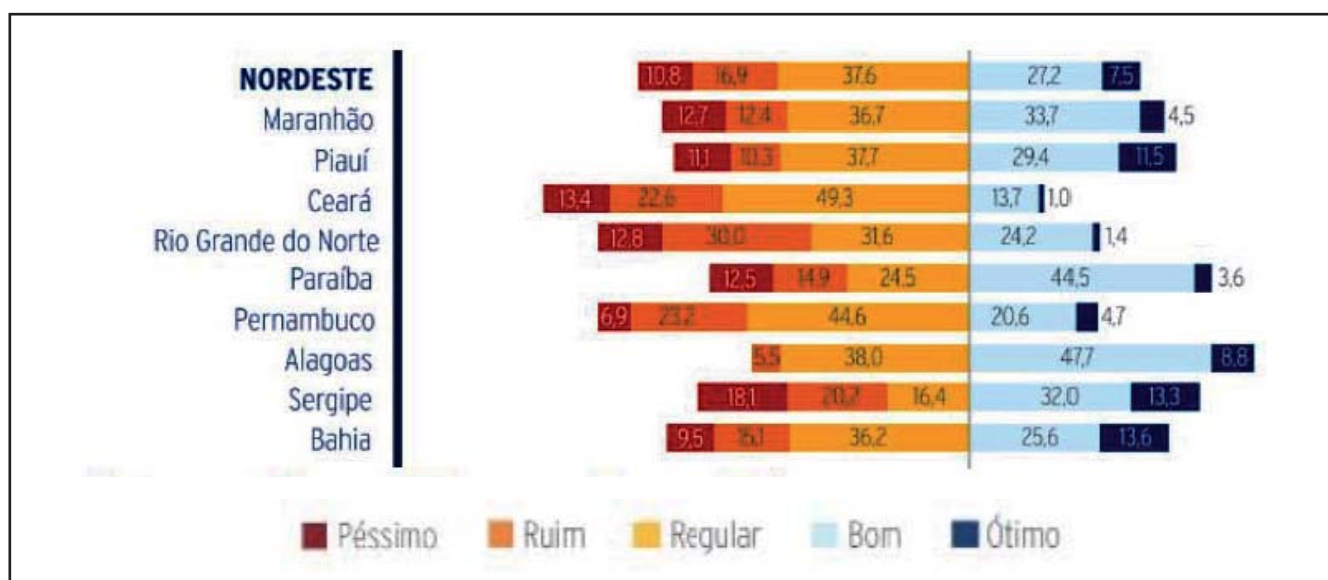


Gráfico 32 – Desempenho do Sistema Rodoviário por Estado no Nordeste

Fonte: Confederação Nacional... (2011).

Do ponto de vista da nossa infraestrutura ferroviária, toda a malha é concessionada. A malha ferroviária brasileira foi passada à iniciativa privada na década de 1990, então observamos uma distribuição entre várias concessionárias.

As que estão em amarelo (Tabela 12) são as concessionárias que têm malha no Nordeste; a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), nos estados da Bahia e de Sergipe; a estrada de ferro Carajás, que liga as minas da Vale ao porto de Itaqui, no Maranhão; a nossa Transnordestina Logística, antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que tem a maior malha aqui na Região, em torno de 4.200 km. Mas se pegarmos esta malha, a maior parte dela está desativada; e a ferrovia Norte-Sul, que fica no trecho do Estado Maranhão.

Tabela 13 – Extensão da Malha Ferroviária em km – 2009

Extensão da Malha Ferroviária em km - 2009				
Concessionárias	Bitola			Total
	1,60m	1,00m	Mista	
América Latina Logística Malha Oeste (ALLMO)	-	1.945	-	1.945
Ferrovias Centro-Atlântica (FCA)	-	7.910	156	8.066
MRS Logística (MRS)	1.632	-	42	1.674
Ferrovias Tereza Cristina (FTC)	-	164	-	164
América Latina Logística Malha Sul (ALLMS)	-	7.293	11	7.304
Estrada de Ferro Paraná Oeste (FERROESTE)	-	248	-	248
Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)	-	905	-	905
Estrada de Ferro Carajás (EFC)	892	-	-	892
Transnordestina Logística (TNL)	-	4.189	18	4.207
América Latina Logística Malha Paulista (ALLMP)	1.463	243	283	1.989
América Latina Logística Malha Norte (ALLMN)	500	-	-	500
VALEC/Subconcessão: Ferrovias Norte-Sul (FNS)	571	-	-	571
Total	5.058	22.897	510	28.465

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O Brasil tem 28.000 km de ferrovia concessionada, mais de 10.000 km estão desativados e, boa parte deles, aqui na nossa malha nordestina. Se olharmos o nosso mapa ferroviário, verificamos que, no Sul e Sudeste, você tem certa densidade de malha, temos uma maior concentração, e temos um grande vazio no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste.

Do ponto de vista dos nossos portos, verificamos na Tabela 14 a movimentação de cargas no ano passado, onde se destacam o porto de Itaqui e seus terminais privados, da Alumina, e da Vale, que é disparado o porto de maior movimentação de carga, com 11,5 milhões, com mais de 100 milhões de toneladas de cargas movimentadas, considerando todos os seus terminais, isso devido ao tipo de carga, principalmente minérios; outros portos destacam-se na Região: Aratu, que dá suporte ao complexo petroquímico e à Ford, na Bahia; o Porto de Pecém, que, embora observemos que ele ainda teve, no ano passado, uma movimentação de carga menor do que o Porto de Fortaleza, este é um porto que está tendo um crescimento muito grande, por conta do seu projeto como complexo industrial; e o Porto de Suape, hoje, que, tirando Itaqui, é o porto que mais cresce e que mais tem movimentado cargas, especialmente de maior valor agregado.

Esses portos tendem a concentrar maior movimentação de cargas na Região e o grande problema é: e os outros portos? Como eles irão se viabilizar, e aí temos algumas ideias com relação a isso e nós vamos colocar nesta apresentação.

Do ponto de vista das nossas hidrovias, temos três grandes hidrovias que, potencialmente, podem ser utilizadas no Nordeste: a hidrovia do São Francisco, com mais de 1.800 km navegáveis, a hidrovia do Parnaíba, com 1.600 km navegáveis, e a Mearim Pindaré, que são rios que estão no Maranhão, onde são afluentes do Parnaíba e, se pegarmos as duas principais, são hidrovias que são subutilizadas.

O principal problema da hidrovia do Parnaíba é que precisa ser finalizada a construção da eclusa da barragem de Boa Esperança, se não, não fica viável o transporte em toda sua extensão, e a hidrovia do São Francisco, que tem grandes problemas de assoreamento, precisa melhorar com dragagem e sinalização.

Tabela 14 – Movimentação de Cargas nos Portos do Nordeste – 2010

Porto ou Terminal	Tipo	UF	Movimentação Total (t)
Alumar	Privado	MA	10.300.000
Aratu	Público	BA	5.592.862
Areia Branca	Público	RN	1.605.450
Cabedelo	Público	PB	1.371.418
Fortaleza	Público	CE	4.200.000
Ilhéus	Público	BA	200.953
Inácio Barbosa	Privado	SE	1.200.000
Itaqui	Público	MA	11.500.000
Maceió	Público	AL	2.981.342
Natal	Público	RN	301.075
Pecém	Privado	CE	3.100.000
Ponta da Madeira	Privado	MA	95.800.000
Recife	Público	PE	1.860.981
Salvador	Público	BA	3.466.805
Suape	Público	PE	8.749.698

Fonte: Elaboração dos Autores a partir dos Dados do BNB/ETENE/CEIS e Agência Nacional... (2011).



Mapa 1 – Dutovias

Fonte: ABGÁS. (2011).

Também estou mostrando um pouco as nossas dutovias (Mapa 1), que são nossa rede de dutos, em que se destacam os gasodutos. O Nordeste tem, atualmente, 2.938 km de gasodutos (Tabela 15), e ainda há alguns que estão em projeto e precisam ser construídos, com destaque para o gasoduto que faria a ligação entre Fortaleza, Teresina e São Luís.

Tabela 15 – Gasodutos em Operação no Nordeste

Gasoduto	Extensão (km)	Diâmetro (Pol)
GNL Pecém	19	20
Ramal Termofortaleza	2	10
Ramal Aracati	6	4
GASFOR	383	12 e 10
Nordestão	424	12
GASMEL	31	24
Santa Rita-São Miguel de Taipu	25	8
Ramal Termopernambuco	12	16
GASALP	204	12
GASEB	230	14
FAFEN II (FAFEN Sergás)	21,7	8
Itaporanga-Carmópolis	65	26
Carmópolis-Pilar	175	26
Atalaia-Itaporanga	29	14
Candeias-Aratu	22	12
Candeias-Camaçari	37	12
Candeias-Camaçari	37	14
Santiago-Camaçari	32	14
Santiago-Camaçari	32	18
Catu-Itaporanga	198	26
GASCAC	954*	28
TOTAL	2938,7	-

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/CEIS a partir dos Dados da GASNET (2011).

E, por fim, nossa caracterização para os aeroportos, como eu falei. Em termos de transportes de passageiros, já temos algumas situações de gargalo, em termos de transporte de cargas, observamos que o quantitativo de cargas transportadas pela via aérea ainda é pequeno, e aí se destacam três aeroportos, coincidentemente, Fortaleza, Salvador e Recife, com grandes diferenças de movimentação de cargas com relação aos outros estados.

Temos que registrar também outro aeroporto, o Senador Nilo Coelho, situado em Petrolina, com um grande potencial para movimentação de cargas, porque é um aeroporto que foi projetado para dar suporte em termos de logística para o polo fruticultor daquela região, mas que não vem sendo utilizado porque ainda não se viabilizou o transporte de frutas para exportação com o uso do modal aéreo, e temos que pensar como viabilizar isso.

Esta caracterização que mostramos, de certa forma, ainda temos muitas carências de infraestrutura de transporte, traz a necessidade de investimentos e a gente observa que, no início deste século, isso tem se apresentado como uma maior janela de oportunidades para o Nordeste, especialmente porque tivemos a chance de ver nas apresentações anteriores, do primeiro painel, que as políticas de transferência de renda e o maior poder de compra do salário mínimo tem tido um impacto muito maior no Nordeste do que nas outras regiões, e isso traz o aumento da demanda.

Nós estamos com vários projetos estruturantes sendo implementados na Região e tudo isso leva a uma necessidade ainda maior também de oferta de infraestrutura. Então, a expansão dos investimentos no Nordeste, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura, são cruciais. Estão previstos vários investimentos. Podemos destacar a ampliação da matriz energética, principalmente nas fontes renováveis eólica, solar e biocombustível; o desenvolvimento da infraestrutura logística, rodovias, portos, aeroportos e hidrovias e também a questão social e urbana, o que envolve saneamento básico, metrô e os trens urbanos.

A maior parte dos recursos desses investimentos tem origem no setor público, embora nós vislumbrássemos que vários projetos podem ser tocados com a participação da iniciativa privada ou, isoladamente, na forma de PPPs, e é importante destacarmos o grande impacto dos projetos que estão no âmbito do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, em sua segunda etapa, e que tem tido nestes investimentos de infraestrutura.

É importante também termos o cuidado de, quando falarmos em investimentos de infraestrutura, na nossa visão, a infraestrutura tem um papel fundamental para a integração regional, tanto do ponto de vista inter-regional, do Nordeste, com outras regiões, quanto do ponto de vista intrarregional, que temos observado também que existem muitas desigualdades intrarregionais e, por isso, é importante pensarmos na questão da interiorização dos investimentos, para eles não ficarem restritos apenas às maiores cidades e à região litorânea.

Se observarmos que, por exemplo, nas cadeias de insumos energéticos, o Nordeste produz 36% do gás natural do Brasil e 15% dos seus derivados de petróleo e, na nossa Região, temos três usinas de biodiesel: em Quixadá, aqui no Ceará, em Candeias, na Bahia, e em Montes Claros, em Minas, que é uma região que está dentro do perímetro de atuação do Banco do Nordeste.

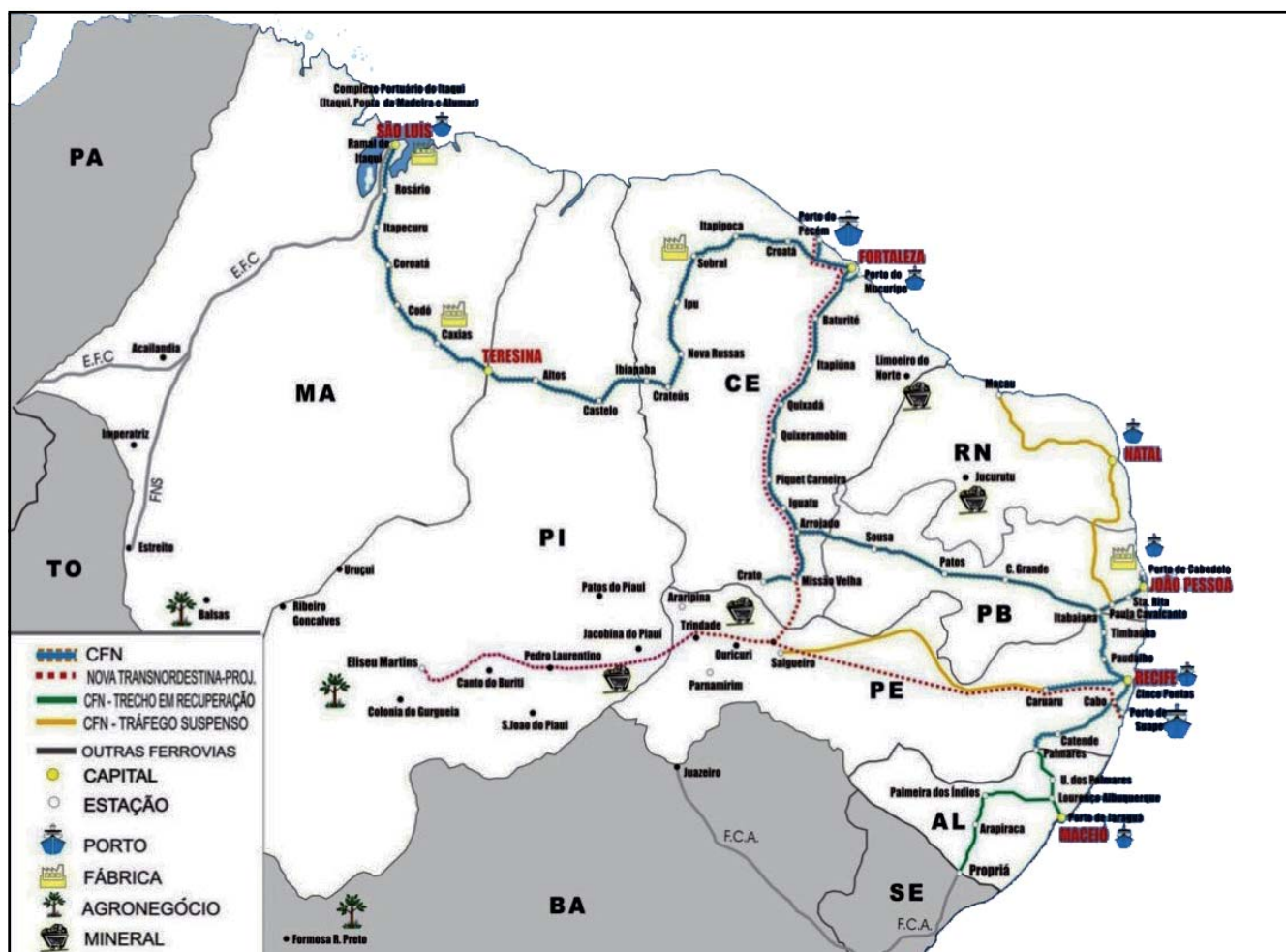
Essas cargas de combustíveis e seus derivados são altamente adequados ao modal ferroviário. Nós temos um problema sério no Brasil em termos de matriz de transporte de cargas. Verificamos uma concentração grande de transportes de cargas pelo modal rodoviário, mais de 60%, de forma que precisamos equilibrar esta questão com o uso de outros modais.

Então, consideramos o transporte ferroviário de alto nível de serviços e o incremento da nossa malha aeroportuária de carga, e aí temos dois exemplos importantes, o aeroporto de Petrolina, e do aeroporto que está planejado e que foi iniciada sua construção, que é o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Natal. O projeto prevê que ele seja um grande aeroporto para transporte de cargas também.

Estes componentes interligados são elementos basilares de plataforma de logística e vão dar apoio para empreendimentos industriais de maior valor agregado. É importante que nós tenhamos no Nordeste empreendimentos de agregação de valor e, nesse escopo, a participação também do transporte de cargas por via aérea tende a ser mais importante.

Nesta visão de interiorização dos investimentos, consideramos que a Ferrovia Transnordestina se constitui como um elemento-chave, pela sua área de influência e vinculação com as principais plataformas logísticas portuárias e aeroportuárias regionais. Desse modo, precisamos trabalhar melhor esta questão da intermodalidade. E, nisso, a Transnordestina vem trazer melhores condições para que a intermodalidade seja praticada na Região.

Temos o Mapa 2 que mostra a localização de outra ferrovia importante. É uma ferrovia que vai ligar a região de Eliseu Martins, no Piauí, aos portos de Pecém, aqui no Ceará, e Suape, esta outra malha é uma malha que já existe; a Transnordestina tem sob sua área de influência algumas áreas portuárias de diversos polos produtivos de minério, agrícola, construção civil, entre outros. A presença de uma ferrovia tende a baratear o custo logístico e tende também a propiciar a atração de investimentos produtivos de agregação de valor ao longo de seu traçado.



Do que está previsto de investimentos, temos um dado importante no estudo que nós fizemos no Etene, que o orçamento geral da União traz como previsão de investimentos para 2011, R\$ 51,4 bilhões, sendo que 19% dos investimentos estão previstos para o Nordeste, que vai trazer mais investimentos do que as demais regiões, daquilo que está dentro do orçamento.

Muitos desses investimentos estão vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e também existe outro montante de investimentos de R\$ 107 bilhões que estão previstos para as estatais. Quando falamos em estatais, o peso da Petrobras é considerável, sendo que 21% serão aplicados no Nordeste, e neste caso, principalmente nas três refinarias da Petrobras que estão sendo projetadas e implantadas na Região.

O Gráfico 32 mostra um pouco a divisão dos investimentos, onde 45% são de âmbito nacional, ou seja, com impacto em várias regiões e, se pensarmos do ponto de vista somente regional, o Nordeste abarca a maior parte do que está previsto no orçamento desse ano.

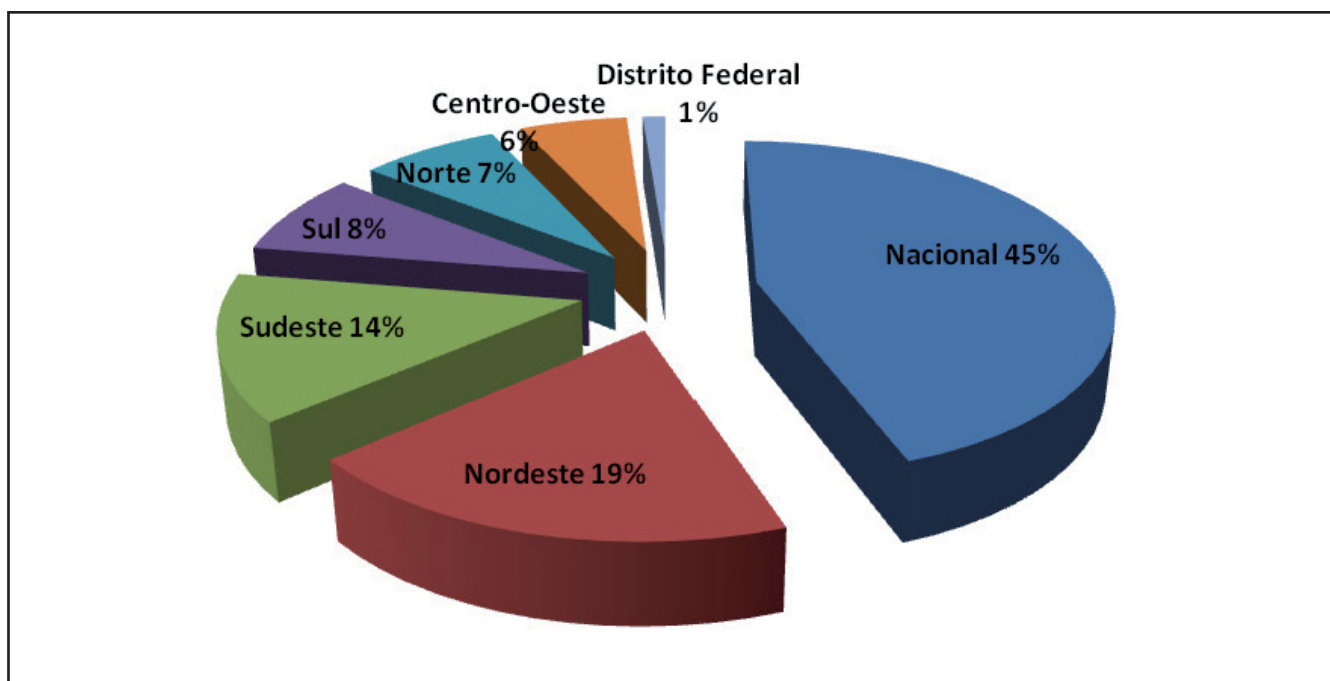


Gráfico 33 – Distribuição dos Investimentos do Orçamento Federal por Região em 2011

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Se falarmos de investimentos em infraestrutura em um escopo mais amplo, não somente limitados aos investimentos previstos no orçamento, aos investimentos públicos, temos R\$ 21,5 bilhões de investimentos previstos para o Nordeste nos próximos anos em infraestrutura de transportes, a maioria deles finalizando em 2016, 2017, sendo a maior parte nas ferrovias.

Observamos na Tabela 16, que R\$ 2,3 bilhões serão alocados para as rodovias, com destaque para a duplicação da BR-101, já feita uma parte, e implantação da BR-135, no Maranhão, para atender à região produtora de soja; das três grandes ferrovias, a Transnordestina, Ferrovia Oeste-Leste, na Bahia, e Norte-Sul, que tem alguns trechos aqui no

Nordeste; hidrovias em um montante muito pequeno, focada só na hidrovia do São Francisco; nos portos, quase R\$ 2 bilhões de investimentos, com destaque para as ampliações de Itaqui e de Pecém; aeroportos, R\$ 239 milhões, sendo que nesse montante não está ainda, por exemplo, a ampliação do aeroporto de Fortaleza, apenas o projeto, mas podemos destacar o aeroporto de São Gonçalo do Amarante e o novo terminal de Aracaju; e R\$ 3 bilhões previstos de investimentos em gasodutos, com destaque para o gasoduto Meio Norte, que é aquele que mostrei que abasteceria Teresina e São Luís, e o gasoduto Cacimbas Catu, que faz a ligação da nossa malha (Nordeste) de gasodutos com a malha Sudeste.

Tabela 16 – Investimentos Previstos em Infraestrutura de Transporte no Nordeste

Componente da Infraestrutura	Valor Previsto para os Investimentos (R\$ Milhões)	Destaques
Rodovias	2.291	Duplicação BR-101 e Construção BR-135
Ferrovias	12.540	Transnordestina, Oeste-Leste e Norte-Sul
Hidrovias	75	Melhoria navegação Rio São Francisco
Portos	1.898	Ampliação Itaqui e Pecém, dragagem vários portos
Aeroportos	239	Aeroporto São Gonçalo do Amarante (RN) e novo terminal Aeroporto Santa Maria (SE)
Gasodutos	3.189	Gasoduto Meio Norte (CE, PI, MA) e Gasoduto Cacimbas-Catu (BA, ES)
Total	21.491	

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/CEIS a partir dos Dados do Anuário Exame Infraestrutura (2010).

Dentro do que percebemos de investimentos previstos, verificamos que são fundamentais os investimentos no âmbito do PAC. Eles devem trazer muitos benefícios para nossa Região, mas nós entendemos também que algo mais precisa ser feito, além daquilo que está previsto.

Então, sinalizamos algumas proposições, rapidamente. A revitalização da malha rodoferroviária de acesso aos portos; pensar em investimentos em infraestrutura de caráter intermodal que dê suporte aos fluxos de entrada e saída das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) que estão previstas para o Nordeste, que são nove ao todo, fundamental a integração da nossa malha com a malha das outras regiões.

O projeto da Transnordestina que está proposto precisa ser complementado, de modo que precisamos ter a integração da Transnordestina com a Ferrovia Centro-Atlântica, para isso, precisaria construir um ramal da Transnordestina ligando Salgueiro a Petrolina, assim com a ligação da Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul, e isto já está contemplado no projeto; da Ferrovia Leste-Oeste da Bahia também com a Ferrovia Norte-Sul; com a integração ferroviária a gente consegue fazer a integração do Nordeste com as demais regiões.

Recuperação da malha ferroviária existente, isso é uma preocupação que não está prevista no projeto da Transnordestina. Temos uma malha desativada e, se queremos fazer uma integração intrarregional, ela precisa também ser contemplada, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, o que propiciaria a ligação da nova Transnordestina com os portos de Natal e Cabedelo, e com as ZPEs que estão previstas para esta região, Assu e Macaíba, no Rio Grande do Norte.

A implantação da rodovia Transcerrados no Piauí, para dar suporte ao escoamento da produção de soja como alternativa à ferrovia, mas também a questão da hidrovía do Parnaíba é fundamental, se forem recuperadas e ampliadas, Parnaíba e São Francisco é mais um modal que se abre para escoamento da nossa produção, principalmente para produtos de baixo valor agregado, como os produtos agrícolas, grãos; finalização da construção no porto Luiz Correia, no Piauí, é exatamente onde desaguaria o Parnaíba, a integração sistêmica dos portos do Nordeste.

É importante não perdermos o foco nos portos que já existem e precisam também receber investimentos. Só colocando um dado para vocês: hoje, o Porto de Suape já está com alguns problemas em termos do estrangulamento da sua capacidade, o que trouxe, de certa forma, impacto em outros portos.

O porto de Recife voltou a ter aumento da sua movimentação de cargas. O porto de Cabedelo, em algumas situações, já recebeu cargas que iam para Suape. Nós teremos esta situação aqui também no Ceará, a própria direção do porto do Mucuripe já vê o porto como um ponto de apoio às operações do Pecém, então é importante que estes portos estejam interligados através do modal ferroviário. E a questão da ampliação dos aeroportos, principalmente do ponto de vista do apoio à nossa atividade turística.

Obrigado pela atenção de todos.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Parabéns Fernando Viana pela apresentação. Gostaria de agradecer a colaboração para este evento feita pela colega Laura Ramos, que intensamente trabalhou para que este evento pudesse acontecer a contento, a Luíza Falcão, Michele Matos, Jânia Pinho, que também teve uma participação na discussão inicial da estruturação do evento, Cynara Pedreira, Joélia Pinheiro, Janaína Saldanha, do Gapre, na pessoa da Lúcia Telles, e outras pessoas que se envolveram na realização deste evento.

Então, agora passo a palavra para o colega Allisson Martins, para que ele possa, em vinte minutos, fazer sua apresentação falando sobre o apoio do Fundeci à Ciência e Tecnologia.

ALLISSON DAVID DE OLIVEIRA MARTINS

Boa tarde a todos. Queria inicialmente cumprimentar a mesa, em especial na pessoa do nosso superintendente, José Narciso Sobrinho, que está proporcionando este espaço para que possamos apresentar as principais linhas de pesquisas, projetos e difusão de tecnologias, que o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) apoiou nestes últimos anos.

Minha exposição vai ser focada no semiárido. Vou tentar apresentar de uma maneira simples, sempre contextualizando com casos práticos, de forma que a palestra possuirá três partes: primeiramente falarei um pouco do institucional do Banco, em seguida, falarei das ferramentas que o Etene dispõe para apoiar a Ciência e Tecnologia e, em por fim, apresentar projetos apoiados, através do uso de fotos, de forma que estes já estão dando frutos.

Primeiramente, a missão do Banco, como o ex-governador e então senador Wellington Dias colocou, o Etene formulou um estudo em que mostra em termos de convergência de PIB *per capita*, que até 2025, se houver esforços no sentido de ampliação de investimentos, o PIB *per capita* do Nordeste poderá convergir com o PIB nacional. Então, percebam que a missão do Banco está neste sentido, que é promover o desenvolvimento sustentável, de uma forma que possa integrar a dinâmica da região Nordeste com a nacional. É este o nosso esforço, o esforço do Banco do Nordeste. No que tange ao papel do Banco, posso colocar que o Banco do Nordeste hoje é a oitava maior instituição financeira do País, em termos de saldo médio em carteira; somos hoje o segundo banco em termos de crédito rural, pois o primeiro é o Banco do Brasil, no entanto, o Banco do Brasil atua em todos os estados da Federação; o Banco do Nordeste tem um papel muito significativo em operações da área rural e, só para vocês terem uma ideia, em crédito de longo prazo o BNB tem, em média, em torno de 60% do crédito de longo prazo na Região.

De forma complementar, o Banco do Nordeste também tem operações de crédito comercial, operações de desconto de cheques, duplicatas, notas promissórias, enfim, todo tipo de produtos e serviços bancários. Operamos também em mercado de capitais, executamos políticas do Governo Federal, como o microcrédito produtivo orientado, que com certeza deve ser um dos assuntos tratados na palestra de amanhã, do professor Marcelo Neri, que deve tratar do Crediamigo. Também temos o Agroamigo, que já é um programa de destaque no contexto rural. Ressaltamos que estes dois programas do Banco do Nordeste já possuem repercussão internacional.

O Crediamigo, hoje, é o segundo maior programa de microcrédito da América Latina, e isto demonstra o papel do Banco do Nordeste, não só como sendo uma instituição financeira, mas também uma instituição que promove o desenvolvimento da Região. O BNB não busca o lucro por si só. Buscamos também o lucro sustentável e prover toda a integração e desenvolvimento da Região. Na agricultura familiar, o Banco atua em todas as linhas de crédito, como o Pronaf. Também atuamos no segmento de micro e pequenas empresas, de modo que o Banco também apresenta números bastante consideráveis. O próprio presidente comentou isso na abertura deste evento.

Só para vocês terem uma ideia, o nosso maior *funding* de recursos é o FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, nele temos diretrizes de 40% de todo o *funding* ser direcionado aos mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas.

O Banco também busca fazer parcerias com ministérios e secretarias. Um caso prático que podemos comentar trata-se da parceria que temos com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em que o Banco formalizou uma parceria para apoiar projetos produtivos solidários. Esta foi uma parceria que começou em 2005 e, até hoje, temos mais de 50 projetos, apoiando a economia solidária. Só um dos exemplos que podemos comentar de parcerias com vários outros ministérios que o Banco possui.

Já no nosso caso de Ciência e Tecnologia, o Banco do Nordeste também apoia estudos, pesquisas, difusão de tecnologias. Nós somos uma instituição de desenvolvimento. O Banco acredita em Ciência e Tecnologia como um dos vetores do desenvolvimento, de modo que o Ete ne tem, dentro de suas atribuições, além de fazer estudos, operacionalizar políticas de apoio a estudos e pesquisas.

Basicamente, o Ete ne administra três fundos de recursos: o Fundeci é o mais antigo, um fundo pioneiro na Região, fundado em 1971. Já superamos a marca dos três mil projetos, mais de R\$ 313 milhões aplicados na Região, apenas com este Fundo, que é o de maior destaque, que vou comentar agora nesta minha apresentação sobre o apoio do Banco à Ciência e Tecnologia, especificamente no semiárido, que será o foco de nossa palestra.

Temos também o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas (Fase), e por meio deste fundo, financiamos vários eventos técnicos, científicos, publicações, e, principalmente, estudos socioeconômicos, no qual podemos comentar é o estudo da Matriz Insumo-Produto. Outro estudo também importante, como a avaliação do Crediamigo. Enfim, este é um fundo que fornece suporte financeiro, para que nós possamos apoiar estes estudos de caráter regional. E o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um fundo que funciona desde 1989 e, basicamente, atua na capacitação profissional e também em ações de economia solidária.

Focando no Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), temos como diretriz, atuar, principalmente, em parcerias com os estados na Região. Só para termos uma ideia, formalizamos parcerias em vários estados. Por exemplo, em 2010, formalizamos parceria com o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário daquele Estado; continuando com esta estratégia, em 2011, formalizamos parceria com o Estado de Pernambuco, associações de municípios de Pernambuco, no sentido de prover estudos de eficiência energética.

Temos também parcerias formalizadas com o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Emater e da Emparn. Esta parceria foi possível viabilizar o circuito de difusão de tecnologias, na qual esta ação basicamente trata de eventos para difusão de tecnologias e isso, torna possível ao Banco alavancar os recursos e prover ações diretas de difusão nos estados.

Neste sentido, também temos como diretriz, alavancar recursos federais e privados, para a região Nordeste, de modo que ultimamente, estamos conversando com a

Finep. Recentemente estivemos na sede da Finep, no Rio de Janeiro, para conversar com o presidente daquela instituição, de maneira que propomos parcerias, oferecendo a capilaridade que o Banco tem na região Nordeste e, assim, trazer mais recursos, principalmente por meio dos fundos setoriais, que possuem quantidade de recursos considerável.

Como falado anteriormente, também relativo à difusão de tecnologias, buscamos não só realizar pesquisa, mas difundi-las nas "prateleiras" dos centros de pesquisas seja através de dias de campo, seminários, *workshops*, entre outros. De maneira que, consigamos dar maior conhecimento à Região, dessas tecnologias já descobertas.

Neste momento, trataremos do lançamento de editais. O Banco do Nordeste sempre busca focar o lançamento dos seus editais a determinados programas e setores de atividade, sempre em consonância com o ativo operacional. Hoje, o Banco tem em aberto cinco editais, que podem ser consultados no *site* bnb.gov.br. Temos atualmente editais voltados para caprinos, ovinos, convivência com o semiárido, entre outras atividades que perpassam pelo setor produtivo da região Nordeste. O Banco sempre procura lançar editais voltados para a difusão de tecnologias.

Contudo, priorizamos também, pesquisas direcionadas à superação de gargalos ao setor produtivo. Por exemplo, uma praga que ocorre em alguma cultura, o Banco está sempre apto a financiar pesquisas que busquem superar estes gargalos.

Diante do exposto, traz como benefício para o Banco, primeiramente, uma promoção da sustentabilidade destes projetos produtivos. O Banco, assim, busca fortalecer as cadeias produtivas, como por exemplo, a de caju, a de mandioca, sempre neste sentido de que o Banco, financiando estas pesquisas e também a difusão de tecnologia, vai proporcionar diretamente uma sustentabilidade dos projetos financiados.

Por exemplo, há alguns anos, trabalhava na rede de agências como gerente do Pronaf, e lá percebi, na prática, que as tecnologias apoiadas pelo Fundeci, proporcionam aos produtores das áreas rurais, uma tecnologia de maior produtividade, e que, na época, percebi isso *in loco*, que os níveis de inadimplência das operações de crédito foram baixíssimos. Assim, percebe-se o benefício para a comunidade e também para nós da instituição financeira.

O Banco também, por meio do Fundeci, financiando centros de pesquisa, vem gerando novas tecnologias para o setor produtivo, o que proporciona maior competitividade aos empreendedores nordestinos. Um exemplo clássico é a pesquisa da uva sem sementes, em que você torna possível a agregação de valor ao produto, e que traz um retorno financeiro maior para o produtor.

O Gráfico 34 mostra a evolução da dotação de recursos que o Banco vem aportando nos últimos anos para o Fundeci, Fase e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Em 2002, o valor apoiado era em torno de R\$ 4,2 milhões, isto para os três fundos, e hoje, em 2011, já temos R\$ 32 milhões alocados nestes três fundos de recursos.

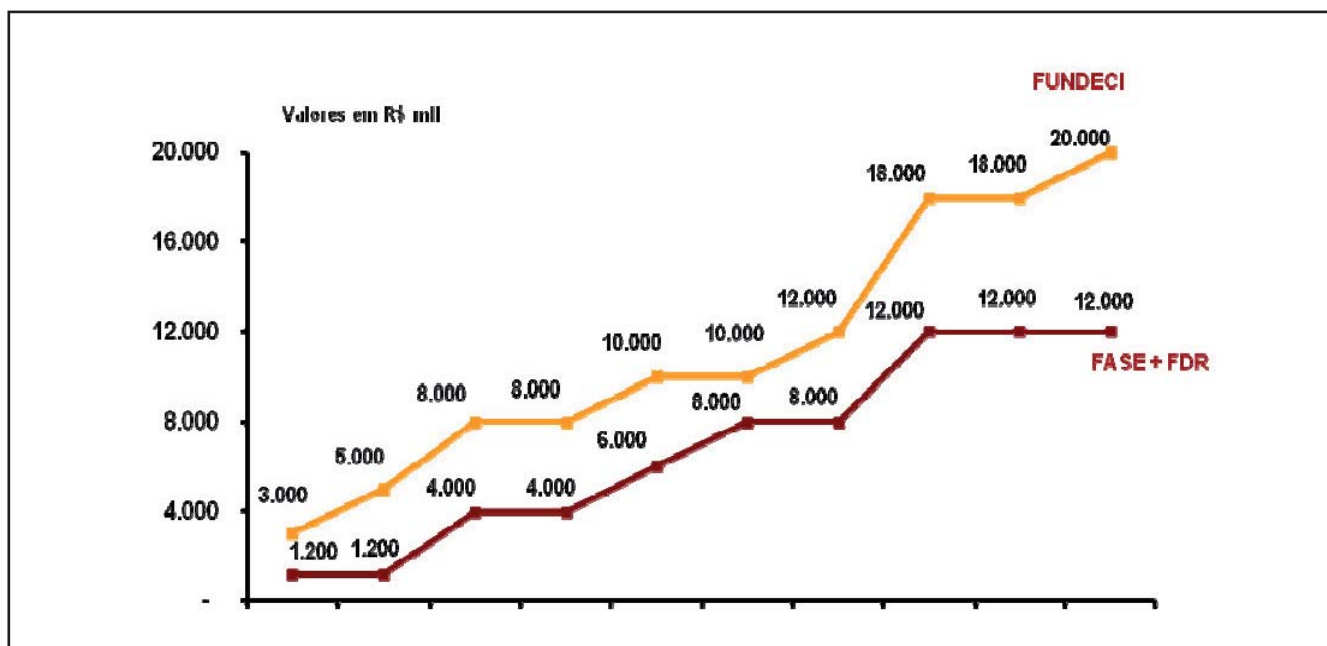


Gráfico 34 – Evolução da Dotação de Recursos

Fonte: ETENE/BNB.

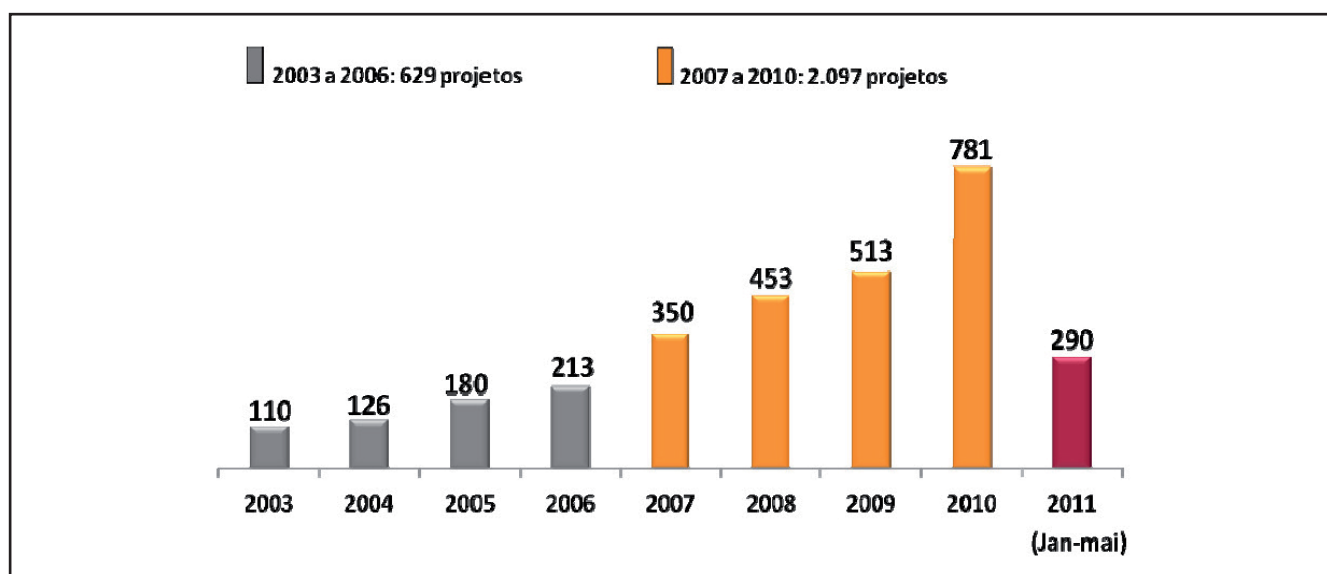


Gráfico 35 – Apoio à Pesquisa – Quantidade de Projeto Apoiados

Fonte: ETENE/BNB.

O Fundeci, como eu comentei, é o fundo que tem maior destaque, pois este fundo perpassa todas as cadeias produtivas. E, neste sentido, a quantidade de projetos apoiados, tem se mostrado crescente, pois se você considera em 2003, 110 projetos, e agora, em 2010, já superamos a marca dos 700 projetos apoiados em toda área de atuação do Banco.

Para 2011, já temos mais de 290 projetos, como podemos verificar no Gráfico 35. Fazendo uma linha do tempo entre 2007 e 2010, já apoiamos mais de dois mil projetos.

Agora, falando da área de atuação do Banco, nós atuamos em todos os estados do Nordeste e mais norte de Minas e norte do Espírito Santo. Além disso, possuímos agências extrarregionais, situadas em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Percebam

que a região semiárida, a área marcada em laranja, supera os 60% do território do Nordeste. Mostrarei para vocês, em termos de indicadores, números bastante preocupantes. Contudo, o Banco encara como um desafio.

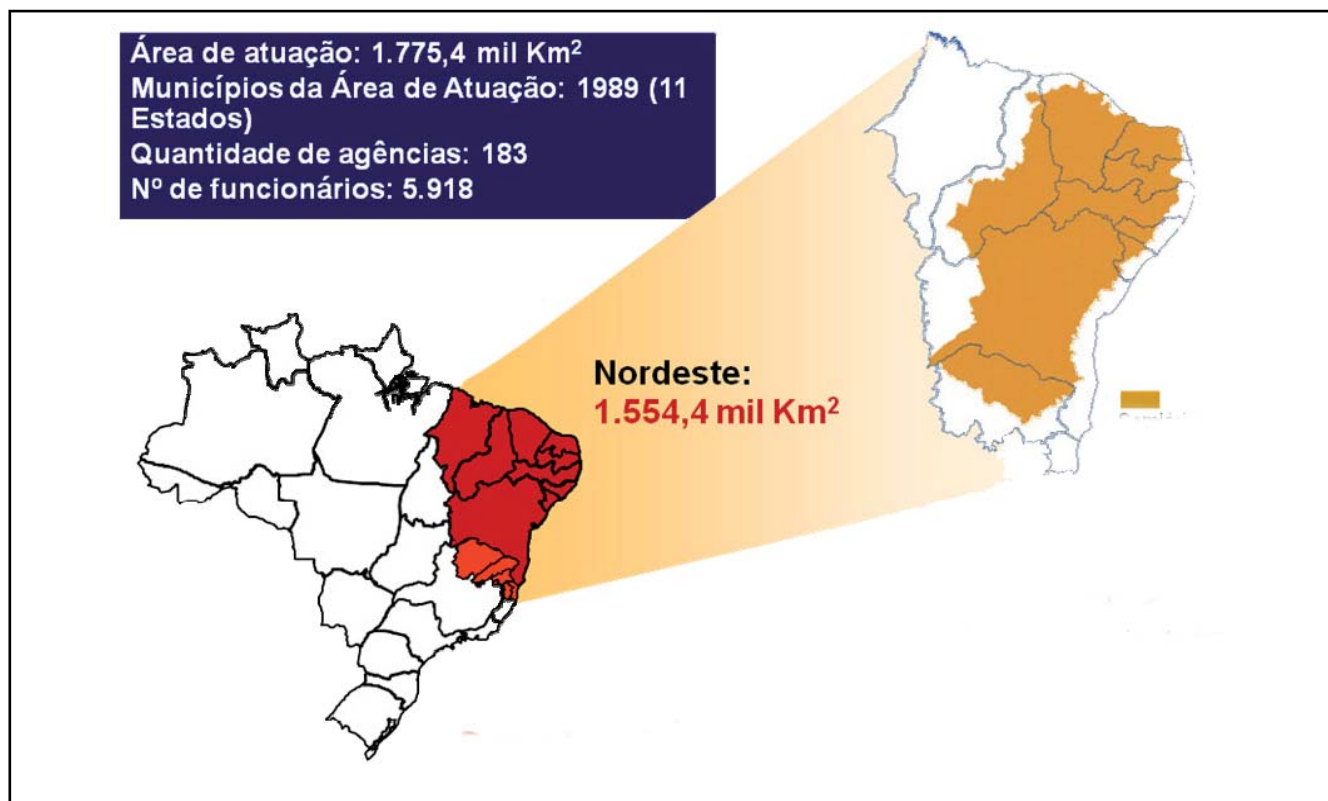
Em termos de indicadores, o PIB do semiárido, se comparado ao do Nordeste, é 29%, e quando você faz um paralelo e leva para a questão nacional, o Nordeste possui em torno de 13% do PIB nacional. Então, quando você volta o olhar para o semiárido, os números se mostram também bastante preocupantes.

A Tabela 16 também mostra a quantidade de domicílios que estão na extrema pobreza; percebam que o semiárido possui quase 60% de domicílios, ressalto que o índice não trata de pessoas, mas a quantidade de domicílios na linha de extrema pobreza, ou seja, aqueles que recebem menos de R\$ 70 *per capita*.

Tabela 17 – Indicadores do Semiárido e Nordeste

Discriminação	Semiárido	Nordeste	Semiárido/NE (%)
PIB - R\$ Bilhões (2008)	116	397	29%
PIB per capita (2008)	5.076	7.488	68%
População - Milhões (2010)	23	53	43%
Área Territorial (Km ²)	874.348	1.554.388	64%
Densidade Demográfica (hab./km ²)	26	34	76%
Qtde. de Domicílios	6.338.053	14.922.901	42%
Qtde. de Domicílios na extrema pobreza	914.063	1.624.954	57%

Fonte: ETENE/BNB.



Mapa 3 – Área de Atuação do Banco do Nordeste

Fonte: ETENE/BNB.

Desse modo, comparando estes números numa densidade demográfica de 26 hab/km² no semiárido, ou seja, para uma situação demográfica considerável, torna-se bastante alarmante. Assim, podemos falar das características da região Nordeste, na qual possui população de 23 milhões de habitantes; em termos de características de solo, cobertura vegetal, predominante é a caatinga; densidade demográfica alta; temperaturas médias de 25°C a 30°C, com precipitações pluviais de 300 mm a 800 mm por ano.

A questão que muita gente comenta é que o problema é só escassez de chuva, mas na verdade não é apenas isto. Percebam que as condições de clima em si, problemas de temperatura e condições de solo têm que ser levados em conta. Por exemplo: em Paris chove em torno de 650 mm por ano, e não vemos comentários de problemas da escassez de água naquela cidade. Então, não é só chuva. Existem outros “quesitos”, como condição social e econômica, condição de solo, saúde, educação, infraestrutura, entre outros.

Dentro da perspectiva de promover o desenvolvimento, o Fundeci procurou apoiar projetos, notadamente situados na região do semiárido. No que se refere a basicamente projetos que o Banco do Nordeste apoiou no semiárido, foram apoiados quase 256 projetos, em torno de R\$ 16 milhões. Entretanto, existem atividades em que o Banco apoia que possuem transversalidade com suas atividades. Reforço mais uma vez, que o número apresentado, representa apenas os projetos em que o Banco do Nordeste apoiou no semiárido, especificamente, como temática central, captação de água *in situ*, tecnologias de racionalização de água, cana-de-açúcar tolerante a estresse hídrico, entre outros.

Falaremos agora dos principais resultados do Fundeci no semiárido. Primeiramente, uma pesquisa que o Banco fez em parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical, versa sobre o cajueiro anão precoce, em que o Banco fez o aporte desse recurso, e como resultado, alcançou-se o seguinte: a produção de castanha, que antes era de 200 kg por hectare, agora passou de 800 a 1.200 kg, e isto na cultura de sequeiro, enquanto que na cultura irrigada já superou os 4.000 quilos por hectare.

Na ovinocaprinocultura, ao passar do tempo, os ovinos e caprinos foram perdendo suas características de genótipo local, e assim o Banco, em parceria com várias instituições da Região, apoiou projeto no sentido de conservar, preservar e avaliar as condições dos melhores genótipos de caprinos e ovinos para a região Nordeste, e assim, buscar manter a raça de caprinos e ovinos nativa.

Outra tecnologia que também o Banco apoia é a Cisterna Calçadão. Pesquisa realizada no Rio Grande do Norte, por meio da Emparn, consiste da seguinte maneira: a primeira é uma placa de concreto onde faz a captação da água, depois, por gravidade, a água desce até a cisterna de armazenamento e, em seguida, por técnica de gotejamento, realiza-se a irrigação.

No caso da palma adensada, estratégia bastante interessante para o apascentamento dos animais, principalmente no verão, em que se tem pouca água, pouca forragem, a palma, por ser bastante tolerante ao estresse hídrico, consegue ter um nível de forragem satisfatório, principalmente na região do semiárido.

Outra técnica de convivência com o seminário, captação de água *in situ*. Basicamente o Banco do Nordeste promove a difusão destas tecnologias, principalmente através de dias de campo.

A adaptação de frutas exóticas ao semiárido é outra pesquisa que o Banco está apoiando. A pesquisa tem resultados bastante interessantes, pois está sendo possível produzir pêra em Petrolina-PE. Os resultados são animadores.

Outra pesquisa refere-se ao caqui em Petrolina. A pesquisa já apresenta resultados práticos, em que frutas exóticas são obtidas no semiárido. A maçã, com certeza, vai ser uma cultura muito interessante, pois a atividade agrícola poderá ser diversificada na Região.

Neste sentido, promovemos também outra pesquisa paralela aqui no Ceará, em Russas, agora em 2011. A adaptação de frutas exóticas no semiárido, de forma que provavelmente até o fim do ano, já tenhamos a primeira safra experimental. A cidade de Russas é perímetro irrigado, mas temos pesquisas também em zonas de serra e litoral. Então, estamos fazendo pesquisas dentro de outros microclimas, de modo, a saber, qual o maior índice de sucesso e de produtividade da maçã.

Outros projetos também de convivência do semiárido com xerófilas, como o umbuzeiro, é uma experiência bastante interessante, que por meio de enxertia você pega o umbuzeiro e coloca outra planta, como as *spondias*, nome técnico dado à cajarana e seriguela, demonstram resultado muito interessante.

O Banco também apoia projetos de galinhas caipiras, cisternas, barragens subterrâneas, enfim, essa é a nossa participação aqui do Fundo de Pesquisa à Ciência e Tecnologia (Fundeci). Muito obrigado.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Parabéns ao Allisson Martins por sua apresentação. Eu acho que, como ele colocou, na década de 70, tivemos no semiárido o surgimento da uva na região de Petrolina e, agora, vamos ter a maçã, como um produto aqui do semiárido. São frutas de clima temperado, maçã, pêra, caqui, assim como a oliveira, e estamos trazendo para o semiárido como uma alternativa para a fruticultura regional e, com isto, trazendo oportunidades de novos produtos na região Nordeste.

Agora vamos passar para o bloco das perguntas.

ANA MARIA

Boa tarde. Meu nome é Ana Maria, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Minha pergunta é um pouco acadêmica, porque há interesse particular.

Tenho acompanhado alguns projetos em Pernambuco de apoio do Banco, não só rurais, mas de empresas privadas e urbanas, e senti meio que de longe, uma carência, no acompanhamento do retorno que este investimento oferece para a empresa que o recebe, que capta. E aí me veio uma brecha de que isso não seria uma oportunidade para envolver os acadêmicos no auxílio de captar este retorno.

Qual é o retorno econômico que o estado, que o município ou, por exemplo, no sertão de Pernambuco, onde têm alguns investimentos, qual é o retorno que a Região tem que a própria empresa tem que possamos pegar outros recursos e ter um crescimento de fato, se não seria, inclusive, já que o Banco é bastante envolvido, se nós, estudantes acadêmicos não estaríamos tendo um crescimento grande, o estado, as empresas, o País.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

O Banco do Nordeste, por meio do Etene, tem uma Célula de Avaliação de Políticas e Programas, de forma que realizamos parcerias com centros de estudos, inclusive está sendo feita agora pesquisa do Pronaf, para obtermos dados neste sentido.

Então, o que poderia era estas entidades estarem motivando profissionais ou acadêmicos de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, que pudessem fazer parte desta equipe, apropriando-se desta metodologia de avaliação e também contribuindo com sua formação.

Nós temos parcerias inclusive com a Fipe neste aspecto. Esta avaliação de políticas e programas não é feita apenas com técnicos do Etene, mas através de uma equipe mista interna e externa, de modo a obter imparcialidade, e não ser só o viés interno.

Mas é oportuna sua pergunta e deixaremos isso como um ponto a discutir, motivar e colocar que estas entidades também chamem acadêmicos para participarem deste processo.

Para finalizar, agradecemos a presença de todos e muito obrigado pela participação na Sessão Especial BNB-Etene.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento/BNB

Marcelo Neri – Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece)

Cláudio da Rocha Roquete – Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza/ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, bom dia.

Neste momento, damos continuidade às discussões do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e XVI Encontro Regional de Economia realizados em parceria pelo Banco do Nordeste e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Neste momento, convido o senhor diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior, para presidir, no palco, o painel intitulado "Pobreza e Exclusão Social".

Convido a compor a mesa os palestrantes, senhor Cláudio da Rocha Roquete, secretário-adjunto da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; senhor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas; senhor Flávio Ataliba Flexa Daltró Barreto, diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (Ipece). Por gentileza, senhores, queiram sentar-se.

Para sua saudação à plateia e, em especial, aos palestrantes convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Bom dia a todos e a todas. Acho extremamente importante e feliz a escolha do tema, então queria parabenizar o Etene pela escolha e também destacar a oportunidade desta discussão, tendo em vista os objetivos da política de governo de erradicação da extrema pobreza. Acredito ser essa uma questão de mais de 500 anos que nós temos neste País, aqui no Nordeste é exatamente onde você tem o problema na sua forma mais aguda.

O Banco do Nordeste foi um banco criado com fins específicos de trabalhar o semiárido, região dentro do Nordeste com os maiores problemas. Então, acho extremamente importante nós discutirmos esta temática. E também aqui à mesa temos pesquisadores, políticas de governo, então nós uniremos esta discussão nessa questão.

Estão presentes os três pesquisadores, no qual ressalto o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que é exatamente o ministério-chave de todo este processo, que também tem que lembrar que essa função, que este objetivo de governo é um objetivo de todas as áreas de governo.

Então, eu queria colocar rapidamente, em função do nosso tempo, passar para o Cláudio da Rocha Roquete, secretário-adjunto do MDS, exatamente para colocar as posições de governo, as principais diretrizes do governo nesta área, e depois o professor Marcelo Neri, e, por conseguinte, o professor Ataliba Barreto, com suas respectivas experiências em relação às diversas áreas, tanto da Fundação Getúlio Vargas (FGV) quanto do Laboratório de Estudos da Pobreza, que o professor Ataliba foi um dos fundadores. Essas são duas instituições que inclusive têm processos de parcerias profundos, importantes para ajudar em relação a estas políticas de governo.

CLÁUDIO DA ROCHA ROQUETE

Muito obrigado. Bom dia a todos.

É um prazer muito grande estar aqui de novo. Estive, recentemente, em Fortaleza, em um debate sobre a Economia Rural Sustentável e foi muito bom aquele debate, pois houve uma troca de ideias muito interessante. Saúdo a mesa. Acho que vamos ter um debate bastante qualificado. O professor Marcelo Neri é uma pessoa que vem tratando desse tema da pobreza há muito tempo, com uma característica muito importante, do meu ponto de vista, que é a característica de permitir que os debates e as ideias sobre as questões da pobreza ganhem um espaço na mídia e nas discussões da sociedade.

É um prazer estar aqui, preciso que controlem o meu tempo, porque o plano "Brasil Sem Miséria" tem mais de 70 ações, é bastante detalhado e complexo, então vou tentar ser bastante sucinto.

Entraremos logo no tema exatamente por conta da questão do tempo. Acho que é importante destacar essa questão de que há um compromisso claro do Governo Federal, onde a presidente Dilma Rousseff deixou isto bem claro logo na campanha eleitoral, nos seus primeiros discursos, e assim que assumiu o exercício do mandato, colocou como uma questão central do seu governo a questão da erradicação da miséria até 2014.

Mas, para isto, para poder fazer um plano que seja monitorado, para verificar o sucesso dele, deve-se estabelecer uma linha de monitoramento. Fundamentalmente, aqui, nós acabamos escolhendo uma linha de renda monetária, a de R\$ 70 *per capita*/mês.

Eu mesmo, no início das discussões em janeiro e fevereiro, defendi outro critério, que é um critério multidimensional no próprio critério, mas fui convencido sob o argumento da questão da simplicidade, na questão do entendimento pela sociedade, do próprio público-alvo se identificar mais facilmente ali dentro.

Mas isso não quer dizer que tenhamos uma visão estritamente monetária, pelo contrário, a concepção do governo é que a pobreza é multidimensional, como vou mostrar na sequência, isso está extremamente absorvido. Então, a linha que nós estamos trabalhando é uma linha de monitoramento e com a consciência de que essa renda monetária dos mais pobres, não só dos mais pobres, mas dos mais pobres especialmente, é uma renda bastante volátil.

Os dados que temos trabalhando são do Censo de 2010, que traz números a respeito de um mês específico, que é o mês de referência, agosto de 2010. Então, naquele mês, aquelas pessoas estavam recebendo até R\$ 70, mas isto não quer dizer que seja uma constante. A variação, a volatilidade da renda é muito grande, então, na verdade, aqui parece ser muito mais um marco, um farol, no sentido de monitorar o sucesso do plano do que uma questão de elegibilidade.

Neste sentido, alguns critérios foram usados, de modo que é importante destacar que este valor correspondia a um quarto do salário mínimo quando foi lançado o Programa Bolsa Família. Se for corrigir apenas pela inflação, nós estaríamos hoje com um $\frac{1}{4}$ de salário mínimo que não é verdadeiro, porque hoje o salário mínimo teve um crescimento real bastante expressivo.

Isso é importante destacar, inclusive por conta de que em 2003, $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, você abarcava um número razoável de pessoas que tinham trabalho formal. Hoje, para um trabalhador formal estar caracterizado na extrema pobreza, nesta faixa de renda de R\$ 70 *per capita*, ele precisa ter apenas um provedor e uma família bastante extensa, uma família de oito pessoas.

Então, o impacto do salário mínimo na capacidade de retirar famílias da extrema pobreza, foi um impacto bastante importante. Em estudos com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), esse valor que, para a maior parte das regiões, cobre as necessidades básicas de quilocalorias.

Não são todas as regiões, nas regiões mais ricas não cobre, porém estas regiões mais ricas têm programas próprios de transferência de rendas. Então nós consideramos no sentido de que seria importante haver um esforço do Governo Federal para que houvesse sinergia nestes programas de transferência de renda, ao que tudo indica que acontecerá.

Todas as conversas que nós estamos tendo com os governos estaduais que têm transferência de renda apontam que seremos bem-sucedidos nessa concepção.

Estou exatamente tentando sintetizar para mostrar a percepção forte do caráter multidimensional da pobreza. Se nós colocarmos, olharmos para os dados do Censo de 2010, em relação ao analfabetismo urbano, e olharmos aquela faixa etária de 15 a 17 anos com R\$ 141 de renda *per capita*, teremos uma taxa de analfabetismo de 1,1%, que é uma taxa razoável, próxima da dos países desenvolvidos.

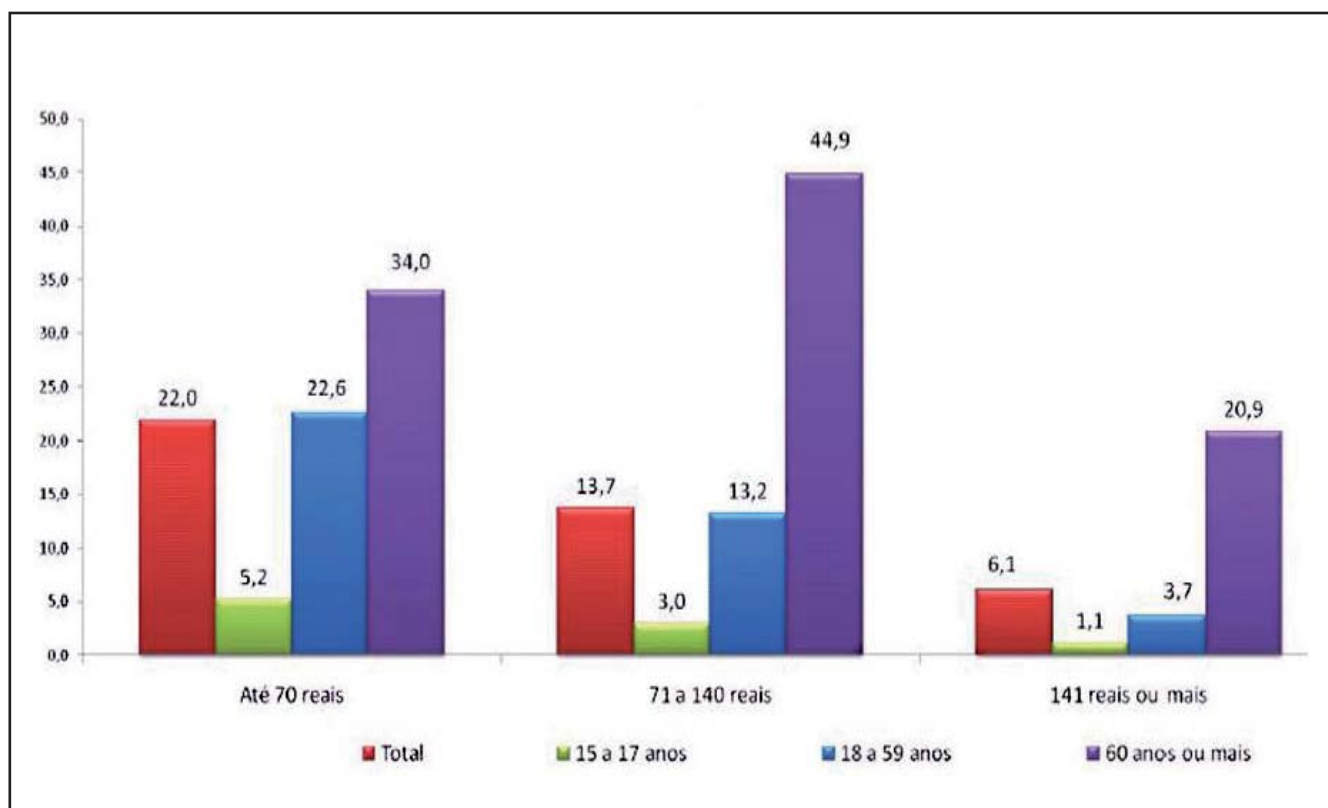


Gráfico 36 – Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, por Grupos de Idade, segundo as Classes de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar *Per Capita*, Brasil Urbano – 2010

Fonte: IBGE.

Porém, se olharmos para as pessoas que estão em extrema pobreza, mesmo na faixa etária de 15 a 17 anos, que é uma faixa alta e caracteriza uma pobreza não monetária, mas uma pobreza de educação. Então, temos na faixa de renda até R\$ 70, de 5,2% da população entre 15 a 17 como analfabetos.

Este tipo de consideração nós estamos fazendo não apenas em relação ao analfabetismo. Na questão rural, no analfabetismo rural esses números são ainda mais expressivos. Nós vemos aqui, na faixa etária de 15 a 17 anos, na faixa de renda de R\$ 141 ou mais, em vez de 1,1% como anteriormente no meio urbano, sobe para 2,9, que é uma taxa alta, porém não é uma taxa tão assustadora no conjunto da população extremamente pobre até R\$ 70, que a gente tem ali uma faixa de analfabetismo de 30,3%, que é extremamente alta.

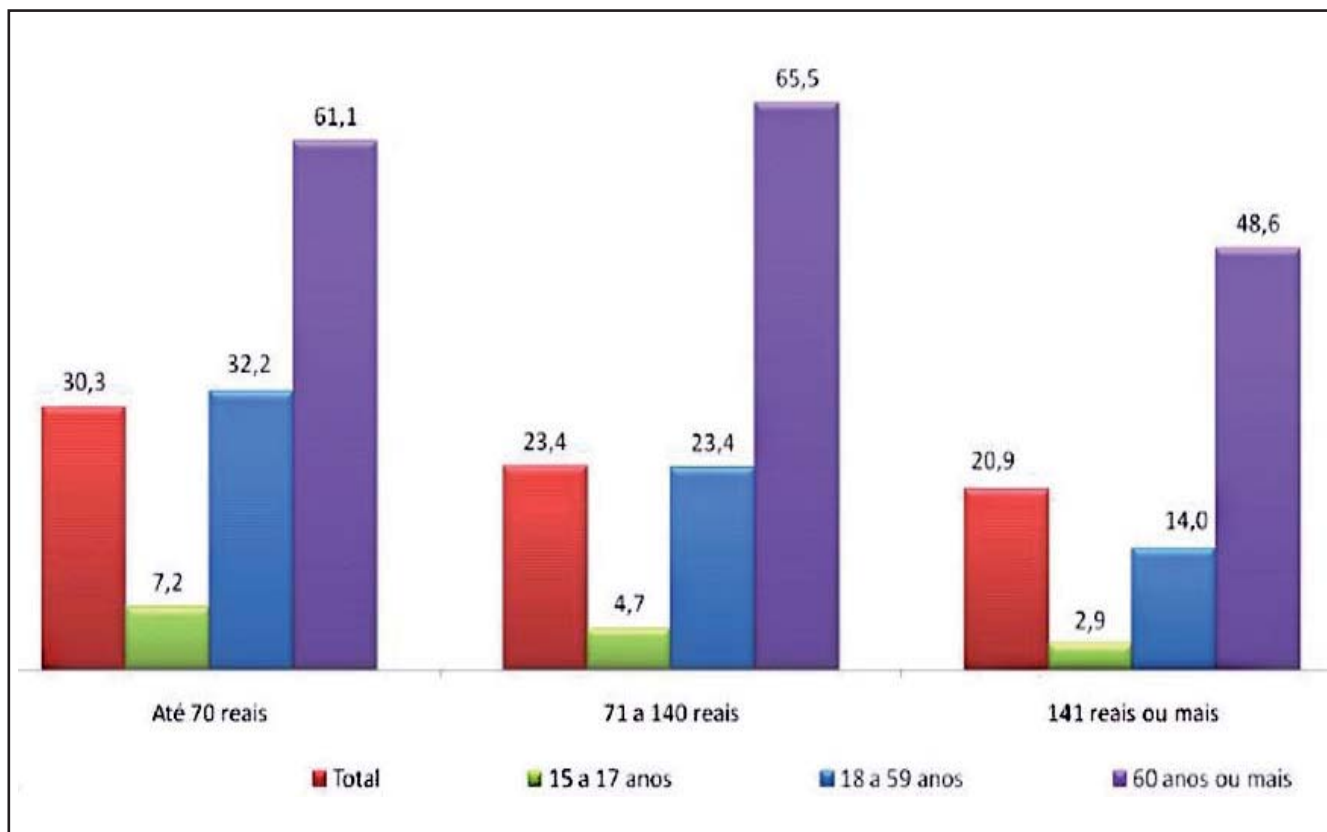


Gráfico 38 – Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, por Grupos de Idade, segundo as Classes de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar *Per Capita*, Brasil Rural – 2010

Fonte: IBGE.

Exatamente dentro desse aspecto, os dados iniciais que nós temos do censo demográfico, destacar alguns critérios, algumas características desta população. Uma primeira característica importante é a concentração no Nordeste, em termos de percentual, dos 16,3 milhões de brasileiros capturados no Censo com essa renda *per capita* até R\$ 70, um total de 9,61 milhões estão no Nordeste.

Tabela 18 – População com Renda *Per Capita* de até R\$ 70,00, Brasil e Regiões

País/Regiões	Total de Pessoas	%	Urbano		Rural	
			Pessoas	%	Pessoas	%
Brasil	16.267.197	100%	8.673.845	53%	7.593.352	47%
Norte	2.658.452	17%	1.158.501	44%	1.499.951	56%
Nordeste	9.609.803	59%	4.560.486	48%	5.049.317	52%
Sudeste	2.725.532	17%	2.144.624	79%	580.908	21%
Sul	715.961	4%	437.346	61%	278.615	39%
Centro-Oeste	557.449	3%	372.888	67%	184.561	33%

Fonte: IBGE.

Outra característica importante é a questão rural. A pobreza rural proporcionalmente é uma pobreza bem mais intensa. Quer dizer, você tem praticamente um em cada quatro em extrema pobreza, ou seja, 25,5% da população rural numa situação de extrema pobreza.

Outra característica importante em relação à faixa etária, a extrema pobreza é muito jovem. Até os 19 anos, temos mais da metade da população extremamente pobre. Até 14 anos, 40% da população são extremamente pobres. Então, para resolver o problema da extrema pobreza, devem-se ser observadas essas características: a concentração no Nordeste, a questão rural, e eu destacaria, principalmente, a questão etária, a juventude nesta situação de extrema pobreza.

Outra questão que gostaria de comentar é a diminuição do preconceito em relação à ajuda monetária para estas pessoas em extrema pobreza. Em todo caso, esses dados do Censo devem servir como a pá de cal nos preconceitos que existiam em relação a isso. Primeiro, porque a maioria dessa população não deveria estar trabalhando; deveria estar estudando. Então essa cobrança de que quem recebe a Bolsa Família deve trabalhar, é uma cobrança que pelo menos para a metade não faz sentido, porque essa metade é de jovens, extremamente jovens.

Recentemente, houve um estudo que foi um pouco alardeado na mídia de São Paulo, dizendo que era muito baixa a participação de pessoas do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho. Poucos trabalhavam. Isso na verdade foi uma manchete mal dada, traduzindo muito mal o conteúdo da pesquisa, que indicava aquilo que eu falei no início: poucas pessoas com emprego formal estão na situação de extrema pobreza.

Isso não quer dizer que as pessoas não trabalham. Elas trabalham, mas não com emprego formal. Então, o nível de atividade de quem é adulto, em idade ativa e está na extrema pobreza ou recebe Bolsa Família é de mais de 70% trabalhando em um determinado mês, que é um nível de busca de atividade ocupacional, de geração de renda, bastante significativo.

Acho que são dados importantes no sentido de sepultar os preconceitos que, durante algum tempo, foram importantes, marcaram bastante este debate que eu acho que seria bom que eles fossem, definitivamente, superados. Importante nesta questão da multidimensionalidade também é destacar a questão da rede de esgotos, quer dizer que o percentual da extrema pobreza dada pela renda que não tem ligação à rede de esgotos é alta, bem mais alta que a população em geral, da mesma forma que a questão da água, o acesso à água, o critério de redes de distribuição de água e poços ou nascentes na propriedade.

A síntese dos dados do IBGE, e aqui cabe destacar que esses dados são do Censo de 2010, e nós sabemos que ele é um instrumento importante, é o que nós vamos usar, é o instrumento que nos dá o ponto de partida para monitorar. Não é o melhor instrumento em termos de capturar a renda da população, ainda mais esse que nós usamos que foi o formulário simplificado, o primeiro que o IBGE pôde divulgar os resultados.

O formulário simplificado faz uma pergunta geral sobre a renda da família para uma pessoa, diferente do formulário detalhado, onde ele pergunta cada tipo de renda, renda do trabalho, renda de aluguel, de benefício, de previdência etc. Então, a captura da renda tende a ser maior, assim como outras pesquisas domiciliares do IBGE tendem a fazer uma captura melhor da renda, porém, o Censo tem um impacto maior, ele por si só se impõe, então nós vamos trabalhar com ele, embora tenhamos a preocupação de não ter sucesso estatístico.

O que eu quero dizer com isso? É que nós podemos ter em uma pesquisa como a Pnad, uma Pesquisa Nacional pela Amostra de Domicílio, a seguir, uma queda razoável desse número da extrema pobreza, por uma captura melhor da renda. E nós já fizemos um convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), IBGE e Ipea, para estudar tudo o que envolve essas diferenças de fontes de dados e fazer os acessos necessários, para se extirpar qualquer sucesso estatístico no processo. Tudo isso será divulgado em termos de notas técnicas, etc., mas vamos dizer: o ponto de partida do plano é este que está aqui.

Nós temos 16,3 milhões de pessoas extremamente pobres no Brasil, 53% na área urbana e 47% na área rural. Destaco, mais uma vez, que na população de um modo geral, esta proporção é de 85% para 15%. É daí o peso da pobreza rural, que faz com que 15% da população rural no todo da população brasileira, quando você olha apenas o aspecto de extrema pobreza, isto vai para 47%. No Nordeste, temos 59% da população extremamente pobre, 17% no Norte e no Sudeste, 4% no Sul e no Centro-Oeste.

O plano do Governo Federal é atacar três eixos: a garantia de renda, onde o Programa Bolsa Família tem um papel fundamental, mas não apenas este programa, a previdência rural, e também os Benefícios de Previdência Continuada (BPC). Nós sabemos que há pessoas no Brasil que têm direito a esses benefícios e que ainda não acessam. Daí uma ação firme do governo no sentido da busca ativa. O que a gente chama de busca ativa – ontem mesmo houve uma reunião, coordenada pelo MDS, juntando vários ministérios, Embrapa etc., vimos todas as formas como estes outros entes do governo podem ajudar no sentido de identificar estas famílias que por diversas razões, não foram bem recebidas.

Há preconceito, há dificuldades desta população extremamente pobre adentrar em instituições estatais, isso é uma preocupação do plano. O plano, eu diria, tem uma característica muito forte quando falamos em busca ativa, a questão de que o estado brasileiro precisa ir atrás desta população.

O estado não pode se colocar numa posição de considerar que são casos perdidos, que ficaram para trás, que nós estamos em uma economia dinâmica e queremos conviver com 16 milhões de pessoas que ficam para trás, que o Brasil consegue caminhar sem essas pessoas.

É preciso sair de uma posição passiva para uma ação ativa de busca destas pessoas, de identificar os problemas, as dificuldades de eles acessarem o estado. Isto é uma concepção geral que estamos chamando de busca ativa e ela se reflete na questão da renda.

Um exemplo pode ser dado pela previdência rural garantida na Constituição brasileira. A previdência rural dá direito à previdência não contributiva para trabalhadores em regime da agricultura familiar, isso inclui inclusive os índios, na agricultura familiar. Mas os índios têm uma característica específica. Eles podem ser também artesãos e terem o mesmo direito. E nem todos sabem disso, e nem todos os funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sabem disso.

Muitas vezes o índio, quando vai ao INSS requerer um direito desse, é recusado. Uma medida simples é fazer com que a Fundação Nacional do Índio (Funai) seja capaz de intermediar esse acesso ao direito, já fez com que houvesse mais concessão de aposentadorias rurais para esta população, que tem direito, é um direito assegurado e que não é exercido.

Temos medidas a serem trabalhadas neste eixo de garantia de renda. Houve um aumento de três para cinco crianças que podem receber a Bolsa Família, de modo que acho extremamente importante que isso tenha sido feito pelas características que nós já apontamos da juventude da pobreza extrema.

O outro eixo é o de acesso a serviços. Todas as ações que eu mostrei aqui, mais de 70 ações são universais. Só que, no Plano Plurianual (PPA) do Governo, nós estamos destacando aqui cada uma dessas verbas e um marcador específico que tem de ser atendida a extrema pobreza.

Tem o “Brasil Sorridente”, o “Olhar Brasil”, entre outros. Então, muitas vezes a gente tem políticas do tipo remédio para diabetes, para hipertensão, que é algo universal, em que qualquer pessoa pode buscar, porém, a extrema pobreza tem dificuldade de acessar. Ela tem mais dificuldade de acessar esses serviços universais do que o restante da população, do que a classe média. Há um esforço em cada ação, em cada uma dessas ações há metas e há controle de forma a facilitar esse acesso, para que consigamos atingir essa população e que ela tenha acesso ao serviço.

Há uma visão de que a população extremamente pobre tem que entrar no estado. O estado tem que ir lá e trazê-las. Isso se reflete, inclusive, no outro eixo, que é o terceiro eixo do Plano, o da inclusão produtiva. Reflete-se no sentido de que nós vamos fazer capacitações de qualidade para esta população extremamente pobre.

Não estamos nos propondo a fazer cursos de segunda categoria para essa população. Estamos querendo abrir escolas técnicas, estamos contando com institutos federais de educação, para abrir estes institutos para essa população entrar e fazer cursos que não sirvam apenas para ficar pendurado um diploma na parede, mas que tenha a ver com a dinâmica daquele município onde ela está.

Isto precisa de uma pactuação com os governos estaduais e com os governos municipais de maneira intensa, no sentido de identificar quais são os melhores cursos do ponto de vista do mercado de trabalho, que é uma população que não pode se dar ao luxo de desperdiçar tempo, energia, transporte, etc., para fazer um curso que não lhe servirá imediatamente.

É extremamente importante que consigamos fazer com que esta população tenha acesso a cursos de qualidade e que tenhamos um desdobramento rápido na geração de renda, para vencer toda uma série de estigmas colocados por outros e muitos deles também internalizados, da pessoa achar que ela não consegue entrar em um instituto federal de educação, por exemplo, por achar que aquilo ali não é para ela.

Precisamos que o estado se prepare, de modo que precisa capacitar desde o porteiro, que está lá no instituto federal, também precisa saber acolher essas pessoas e orientá-las. Nós estamos com muita esperança no programa-piloto que existiu durante alguns anos aqui, o Programa "Mulheres Mil", um programa de gênero. Ele tem uma metodologia de reconhecimento de saberes, certificados de conhecimentos, e de aumento da escolaridade e capacitação. E toda uma metodologia desde identificar a turma até acolher dentro do instituto federal, acompanhar a entrada no mercado de trabalho etc.

Assim, o governo tem estes três eixos. O Plano Brasil sem Miséria tem esses três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos para essa população e inclusão produtiva, de que falei da parte urbana.

Ressalto que a presidente vai fazer o lançamento do Plano Brasil sem Miséria aqui no Nordeste, com todos os governadores, em Arapiraca. Na oportunidade, ela vai lançar a questão da água, terão os decretos que vão ser lançados nesta data, muito voltado para a questão da inclusão rural, que tem toda uma questão de assistência técnica e já há editais para termos técnicos que vão acompanhar as famílias.

Cada técnico vai acompanhar um número x de famílias, 30, 40, para liderar o fomento, de R\$ 2.300, para melhorar a capacidade de produção, onde tem toda uma questão de fortalecer o Programa de Compras Alimentares de Governo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar para a Agricultura Familiar (PNAE), e também existem muitas ações voltadas para a área rural, no sentido da inclusão produtiva, que está muito focada em aumentar a capacidade de produção e comercialização dessa produção.

Fizemos um acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), onde colocamos claramente para eles que o governo vai aumentar a compra da agricultura familiar e queremos que os supermercados também aumentem esta compra, porque é um bom negócio para eles, e que nós vamos dar assistência técnica a essas famílias.

A Embrapa dá sementes selecionadas e mudas, de modo que estamos procurando produtos de qualidade. Quando nos encontramos, falamos isso claramente: não há favor aqui! Estamos pedindo que percebam a seriedade disso, percebam que é um bom produto e a importância em trazer 16 milhões de pessoas para a cidadania e para o consumo.

Eu diria que nós vamos agora à fase de lançar os planos regionalmente, e a partir deste, com a adesão dos governos estaduais, há uma série de objetivos que nós vamos começar a detalhar os planos com os estados e, com base neste detalhamento, vamos fazer o detalhamento com os municípios.

Posso garantir que a determinação da presidente é que, efetivamente, a gente chegue a 2014 com o Brasil sem miséria, dado esses critérios. O professor Marcelo Neri vai nos ajudar inclusive nisso que eu vou falar agora.

Vamos ter dados em breve, porque o IBGE está fazendo uma revolução importante na questão das pesquisas: vamos ter um novo sistema de pesquisas no Brasil, mais completo, com base amostral maior, com um tempo menor, mais frequente, uma Pnad contínua, uma base amostral que vai sair de 800 municípios para 3.300, de modo que vamos ter mais segurança nos dados, e que poderemos analisar com maior capacidade de interpretar esses dados.

No ano que vem, vamos sediar, no Rio de Janeiro a Rio + 20, que será um debate sobre esta questão do desenvolvimento sustentável, embora seja debate difícil, porque estamos vivendo um momento difícil em termos de conseguir um consenso político internacional, dado a crise econômica na Europa e a crise econômica nos Estados Unidos da América (EUA).

A crise política nos EUA, a forma como está forte a direita mais anarquista, talvez, vamos dizer assim, nos Estados Unidos, isso dificulte um consenso na Rio + 20, no sentido de conseguirmos traçar metas para um desenvolvimento sustentável aliado à superação da extrema pobreza, pois estas podem andar juntas, e a conferência se propõe que elas andem juntas, porém não necessariamente andam juntas.

Podemos ter um desenvolvimento sustentável sem erradicar a pobreza. Pelo contrário, até aumentando. O Brasil tem um papel importante, de modo que o plano Brasil Sem Miséria tem resultados palpáveis já ano que vem na Rio + 20, e que pode ser uma questão extremamente importante, não só para o Brasil, mas para o mundo, porque o Brasil vai estar naquele momento com a moral alta para reivindicar dos países mais desenvolvidos uma compreensão de que não dá para impor aos países pobres um desenvolvimento sustentável dependente das tecnologias externas sem resolver a questão da extrema pobreza, da miséria e da desigualdade, que é, eu diria, uma desigualdade extrema que existe hoje e que temos que estar atentos para isso.

Obrigado pela atenção.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

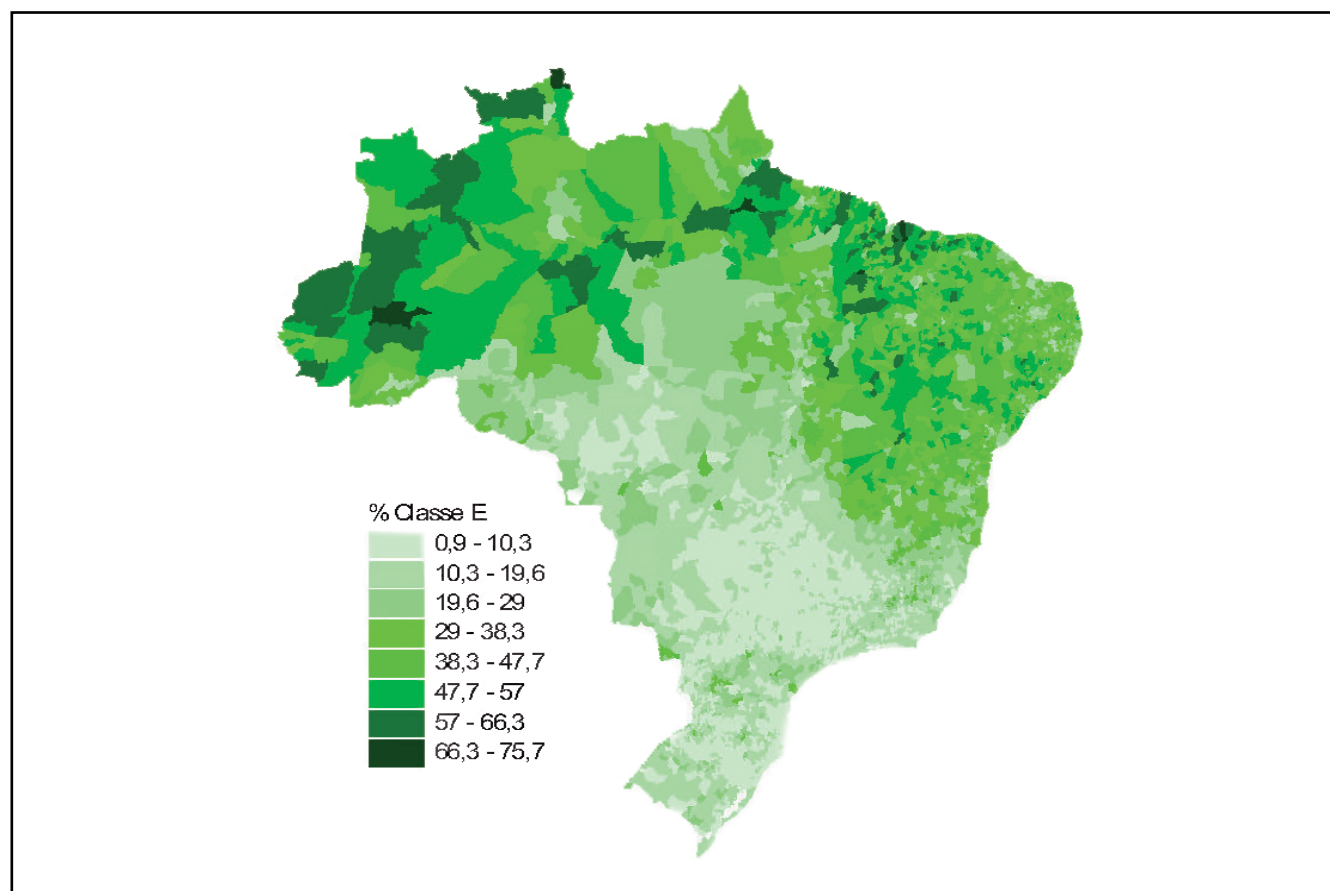
Agradeço ao Sr. Cláudio Roquete pela palestra, que colocou algo importante, certamente o principal objetivo do governo hoje, uma política direcionada para a erradicação da extrema pobreza. Na sequência do Painel II – Pobreza e Exclusão Social, com a palavra, o professor Marcelo Neri.

MARCELO NERI

Bom dia a todos. É um enorme prazer voltar a Fortaleza, a esta casa que tenho participado já há bastante tempo. Não lembro se foi exatamente no primeiro fórum, mas certamente de 1997 para este ano, venho participando com regularidade. O Nordeste tem passado por grandes transformações, e tem sido um prazer realmente voltar e observar nos dados, as mudanças que têm ocorrido.

Iremos fazer uma apresentação em que talvez tenha de ser um pouco meio de campo entre a dos palestrantes deste painel. Vou mostrar alguns dados, uma análise mais descritiva, sem tentar buscar causas, mas o que ocorrera, e, por conseguinte, o Flávio Ataliba deve entrar nos determinantes da pobreza e da exclusão social no Brasil e no Nordeste, talvez um pouco mais no Brasil, e depois discutir um pouco as novas políticas sociais, as novas direções, etc.

No Mapa 4 da pobreza abaixo, usando a nossa linha no Brasil, o Censo 2010, notamos que o Nordeste do Brasil, em 2010, era a região mais pobre, daí a ênfase dada pelo “Brasil sem Miséria” no Nordeste ser bastante importante, porque é onde a taxa de pobreza é maior e onde boa parte do contingente populacional se encontra. (Mapa 4).



Mapa 4 – Mapa da Pobreza (Linha FGV R\$ 151)

Fonte: Elaboração do Centro de Políticas Sociais/Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir dos Dados da PNAD/IBGE.

No Gráfico 39, tem-se a evolução da pobreza no Brasil até a última Pnad. Percebem-se dois grandes deslocamentos, 1993 e 1995, época do lançamento do Plano Real. Usando a linha de pobreza adotada na Fundação de R\$ 151/mês, nota-se que, em 2003, primeiro ano do governo Lula, a pobreza aumentou um pouco devido à recessão nesse ano, mas depois houve um ajuste e ela vem caindo bastante desde então.

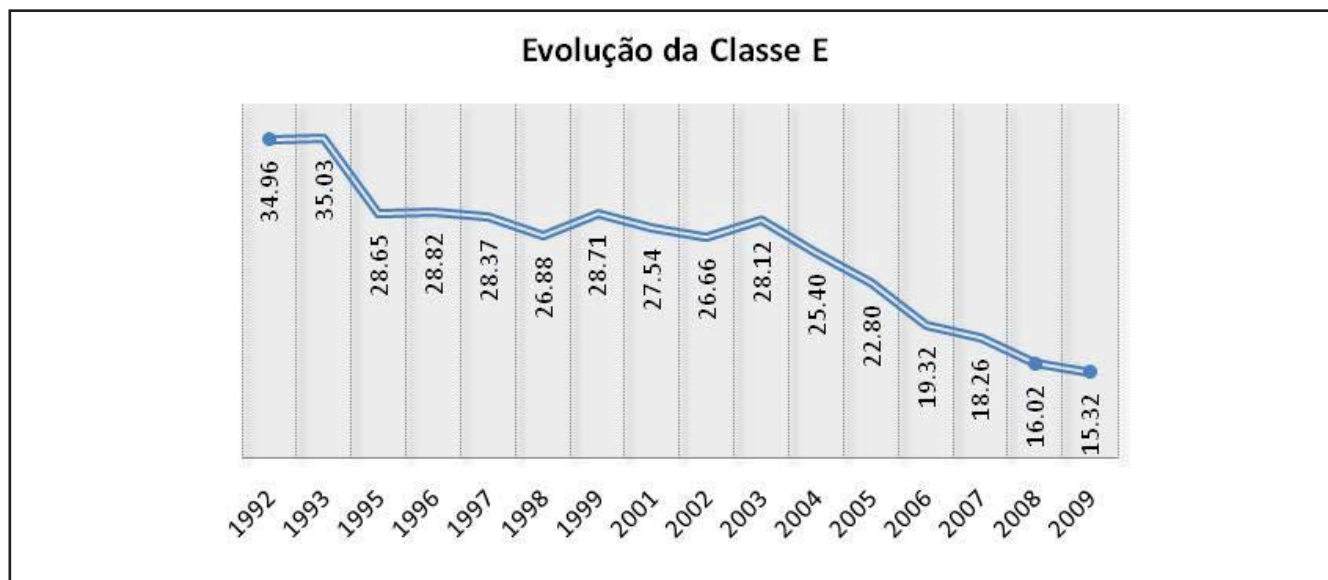


Gráfico 39 – Evolução da Pobreza no Brasil

Fonte: Elaboração do Centro de Políticas Sociais (CPS)/FGV a partir dos Microdados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* de 2009 Publicada pelo IBGE

Nota: Linha CPS/FGV.

Lembro que acabamos de lançar uma pesquisa, disponível no nosso *site*, que faz algumas aproximações e mostra que o processo de redução da pobreza continua bem ativo, e em um ritmo forte. Para vocês terem uma ideia, em 2010, pelas nossas estimativas, a pobreza deve ter caído algo em torno de 16% em um ano.

Um pouco olhando para frente, para 2014, sem incorporar efeitos do “Plano Brasil sem Miséria”, mas a evolução da renda por estado e das desigualdades dentro dos estados, observamos dois cenários básicos: um usando o PIB de cada estado e outro usando a renda da PNAD, onde se visualiza uma maior queda de pobreza.

Existe um descolamento importante, quer dizer, existe certa dissonância entre os economistas, e a maioria deles só olha para o PIB, as contas nacionais, e há aqueles que olham para PNAD. O Flávio Ataliba olha para as duas, mas porque a PNAD está crescendo a quase dois pontos de porcentagem, 1,8 de porcentagem por ano acima da taxa de crescimento do PIB desde 2003. Isso faz muita diferença na média, sem falar em desigualdade. O cenário que confio mais, como sou um pesquisador de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), é que a pobreza poderia cair 44% até 2014, e isso sem o “Plano Brasil sem Miséria”.

Falando em desigualdade, já que o tema é exclusão social, essa é a taxa de variação de renda por décimos, da distribuição, os 10% mais pobres e os 10% mais ricos. Observamos que os mais pobres obtiveram um crescimento muitas vezes superior ao dos 10% mais ricos.

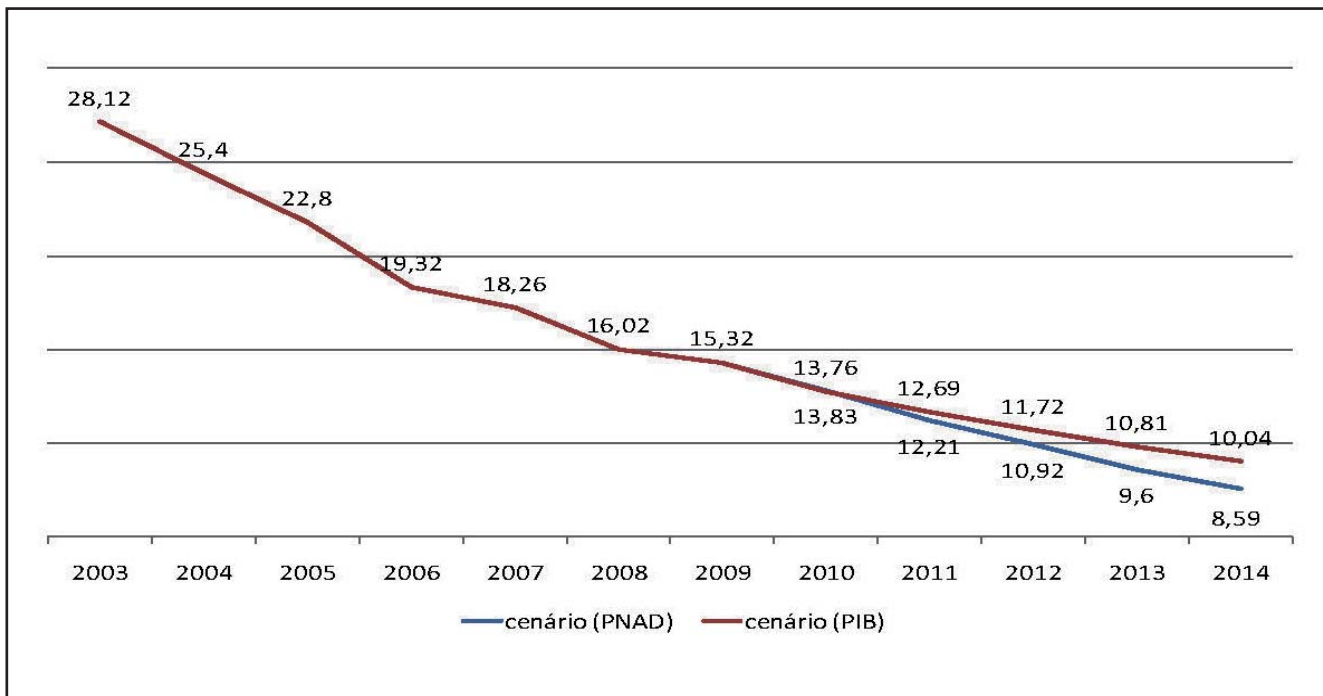
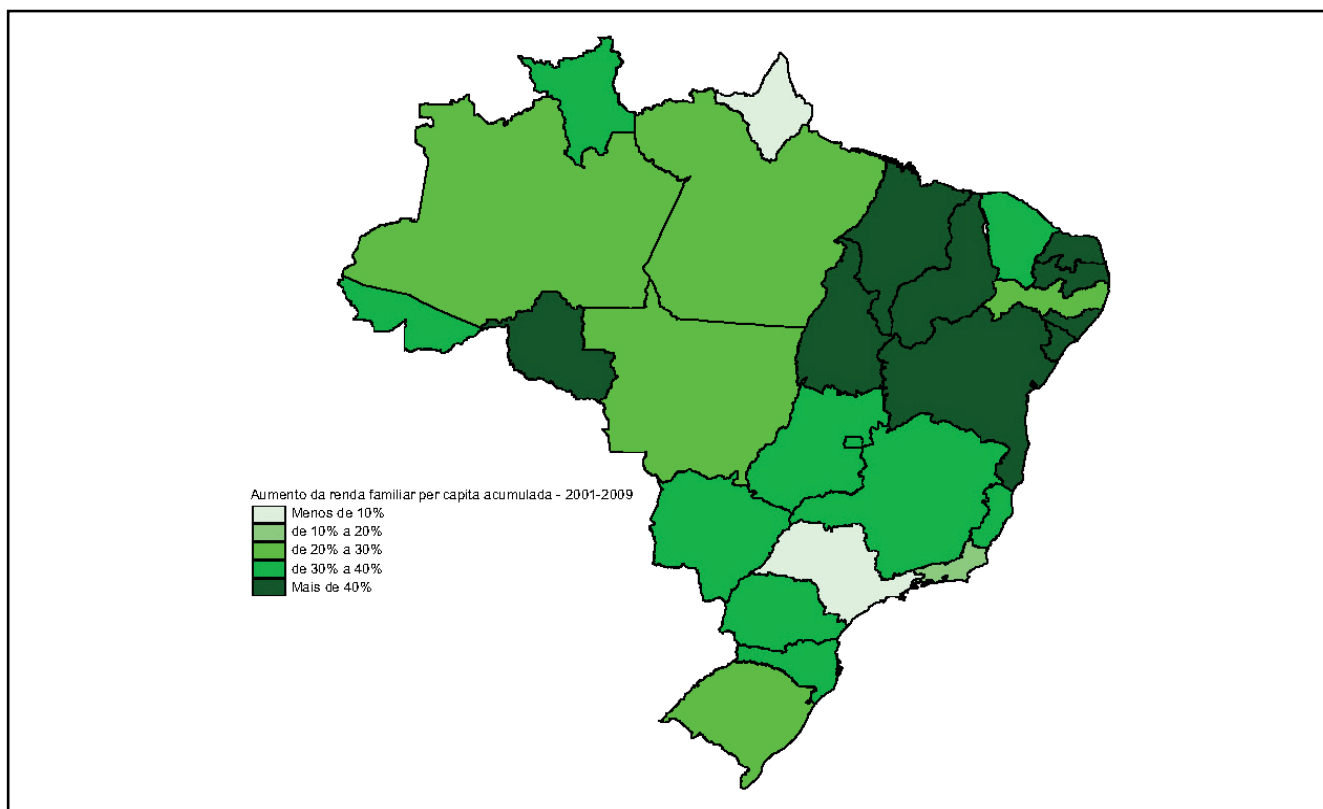


Gráfico 40 – Cenários de Redução de Pobreza até 2014

Fonte: Elaboração do Centro de Políticas Sociais (CPS)/FGV a partir dos Microdados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* de 2009 Publicada pelo IBGE

Nota: Linha CPS/FGV.



Mapa 5 – Variação Acumulada da Renda Média por Unidades da Federação – 2009 a 2001

Fonte: Elaboração do Centro de Políticas Sociais (CPS)/FGV a partir dos Microdados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* de 2009 Publicada pelo IBGE

Nota: Linha CPS/FGV.

No Mapa 5, verifica-se que o maior crescimento da renda ocorreu no Nordeste, onde estão os lugares mais escuros, que são as maiores taxas de crescimento. Então a geografia econômica do Brasil de crescimento de renda, a média em cada lugar, é bem mais forte no Nordeste.

Chama a atenção o fato de estados ricos e com grande concentração de população como, São Paulo e Rio de Janeiro, a taxa de crescimento ser bem menor. Os dados da Pnad mostram, portanto, uma desconcentração muito importante que está acontecendo no Brasil, em virtude do crescimento maior da renda média do Nordeste mensurada pela Pnad.

Tendo como referência o Maranhão, o estado mais pobre do Brasil nesse período, teve um crescimento de 46% real *per capita* de 2001 a 2009, descontando a inflação e crescimento populacional, enquanto São Paulo teve um crescimento de 7,2% nesse período.

Se observarmos o estado que cresceu mais no Brasil, Sergipe, a taxa de crescimento foi de 58%. Quer dizer, tem uma mudança forte nesse período e a desigualdade começou a cair mesmo a partir de 2001. No Nordeste, a renda cresce 42%, no Sudeste 16%, no campo 49%, nas metrópoles 16%, e se formos às favelas, que são basicamente metropolitanas, o crescimento é ainda maior.

Ou seja, tudo o que é lugar, observamos a renda dos grupos tradicionalmente excluídos, nordestinos, pessoal do campo, dentre outros, crescendo muito mais. É um crescimento quase chinês de renda. Se olharmos por atributos pessoais, é a primeira vez que eu vejo renda de pessoas, que se autorreportam como negros e pretos com crescimento acumulado de 43%, enquanto brancos e negros tiveram crescimento de 21% e 48%, respectivamente. De outra parte, a renda das mulheres aumentou 38%, enquanto a dos homens 16%.

Entre os analfabetos, o crescimento foi de 47%, enquanto entre as pessoas que já foram à universidade com doze anos de estudos ou mais tiveram uma queda de 17%, ou seja, o Brasil está de cabeça para baixo: as pessoas mais pobres estão tendo um crescimento muito maior do que as pessoas de mais atributos produtivos. E o que explica muito isso é a educação.

A educação é muito diferente do que se viveu até pouco tempo aqui no Brasil, como é muito diferente do que está acontecendo em outros países do Brics, como Índia, China, África do Sul e Rússia. Nos países desenvolvidos, isso já acontece faz algum tempo, e em outros países da América Latina, em 2007, 13 dos 17 países latino-americanos em que se possuem dados, a desigualdade estava caindo fortemente.

Está acontecendo uma convergência da desigualdade dentro dos países, tendo como principal resultado a queda da pobreza. Fazendo uma combinação, um resumo, quer dizer, na nossa contabilidade, misturando algumas bases de dados, Pnad, PME, etc. Na Era Fernando Henrique Cardoso (FHC), por exemplo, a pobreza caiu 31,9%, incluindo o Plano Real, redução de imposto inflacionário, que foram coisas importantes.

Na Era Lula, de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, caiu 50,6%, ou seja, o Brasil cumpriu a meta do milênio, que o Cláudio Roquete se referiu, e fez 25 anos em oito, a uma velocidade bastante grande, de modo que a meta do milênio era fazer em 25 anos a pobreza cair à metade e o Brasil fez isso em oito anos.

Como anteriormente tínhamos apresentado, a pobreza caiu nos últimos doze meses 16%. Isto, se você pegar todo o período desde o lançamento do Real, até agora, caiu 67%. A pobreza caiu dois terços, agora falta o terço mais difícil de erradicar, que é o núcleo duro da pobreza, que é mais difícil você de fato transformar, de modo que os frutos mais baixos já foram colhidos, agora você tem que colher os frutos mais altos.

Em termos de desigualdade, também com base nesta compilação de base de dados, estimamos que a desigualdade esteja no menor nível histórico das séries que começa em 1960, embora seja um nível ainda muito alto, o índice de Gini é acima de meio.

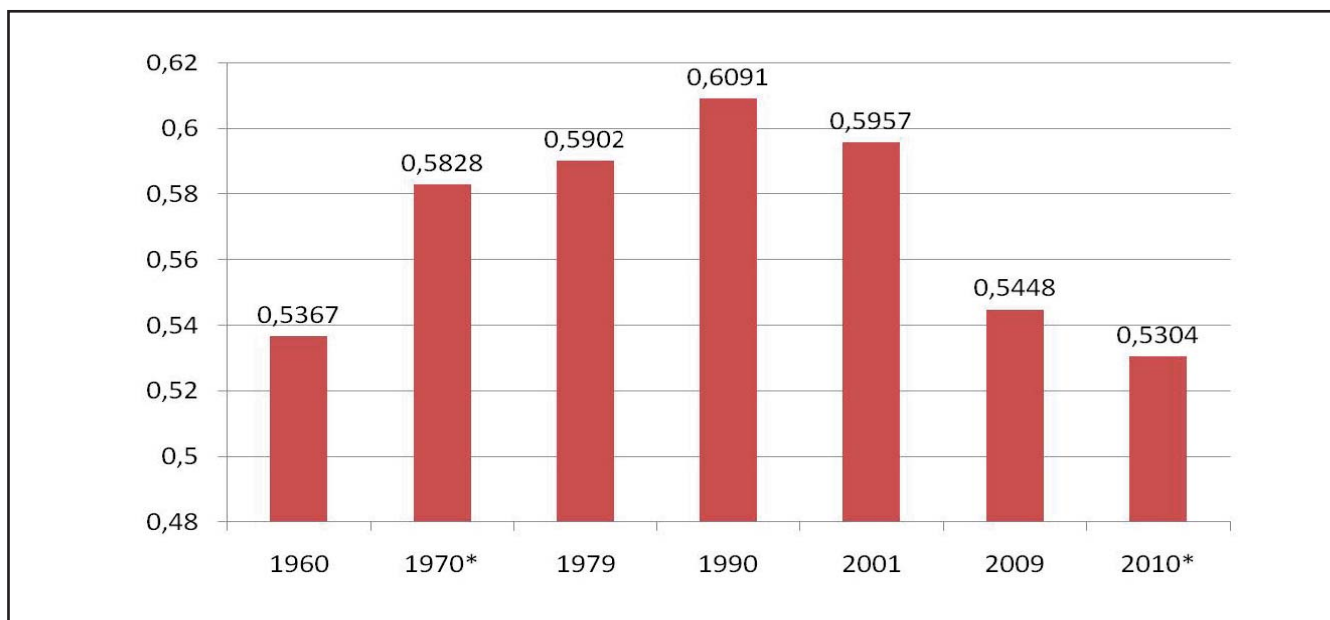


Gráfico 41 – Visão de Longo Prazo Desigualdade

Fonte: Elaboração do Centro de Políticas Sociais (CPS)/FGV a partir dos Microdados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) de 2009 Publicada pelo IBGE e Langoni (2005).

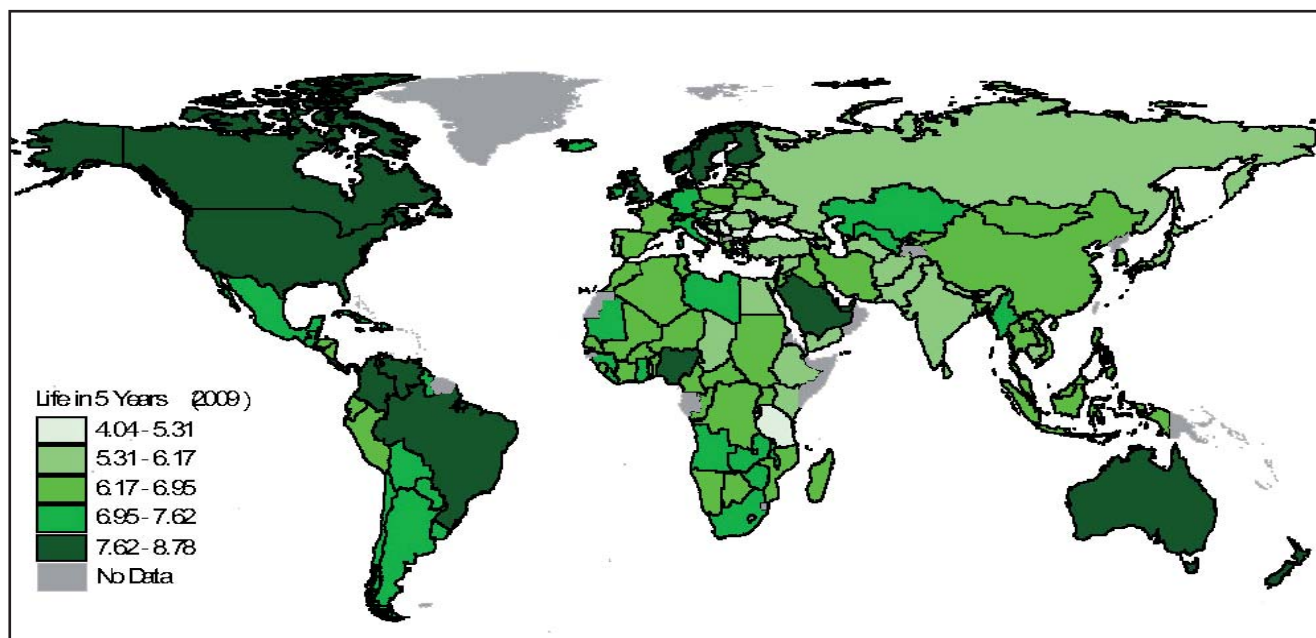
Nota: Linha CPS/FGV.

Com base na renda, pode-se observar um processo de redução de pobreza e de desigualdade. Mas se forem incorporadas outras dimensões, provavelmente, o impacto será maior, uma vez que tanto a escola quanto a saúde foram universalizados.

Para fazer um pouco a síntese desta redução da desigualdade, nesta década, o que chamamos na pesquisa de década de redução da desigualdade, a taxa de crescimento dos 50% mais pobres foi 5,7 vezes maior que a dos 10% mais ricos. E entre os muitos estão no Nordeste, assim o Nordeste é uma parte muito importante deste movimento de ascensão.

Isso se reflete um pouco em um dado que trabalhamos. Um dado diferente para os economistas se refere à autoestima do brasileiro, como ele olha para o futuro? Para verificar

como a renda se reflete na felicidade do indivíduo, uma pesquisa do Gallup realizada para 144 países, pede para os entrevistados atribuírem uma nota de zero a dez para a seguinte pergunta: "onde você espera estar daqui a cinco anos", ou seja, 2009 em relação a 2014. Observa-se que o Brasil está em um grupo de países ricos: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Europa, países produtores de petróleo, e na verdade, quando a gente olha o dado, é uma surpresa o Brasil ser o campeão mundial de felicidade futura.



Mapa 6 – Mapa-Múndi de Felicidade Futura em 2014

Fonte: CPS/FGV a partir do *Gallup World Poll* de 2009.

Em todos os países que foram pedidos para se dar uma nota de onde é que você acha que vai estar daqui a cinco anos, ninguém dá nota mais alta que o brasileiro. Somos todos brasileiros, sabemos que isso é um traço cultural, é o "brasileiro profissão esperança", e isso na verdade é uma regularidade empírica, de forma que fizemos esse cálculo em 2006, obtivemos o mesmo resultado, então, acho que esse resultado capta alguma coisa.

Isso não é uma qualidade, pois pode levar a certa complacência também de que chegamos lá. Este é o grande risco, por isso, acho muito importante propor metas, mas metas ousadas, etc. Partindo para a peça mais normativa, que são as grandes inovações da política social, sem tentar fazer uma ligação da redução de desigualdade, redução de pobreza com políticas, mas sim falar de maneira geral, quais são as grandes políticas sociais que o Brasil fez e que vale a pena seguir no futuro.

Acho que tem uma que não é exatamente uma política, mas é um guarda-chuva de políticas que é o "Brasil sem Miséria", que é a meta de erradicação da miséria. Para ser bem direto, acho o termo superação usado pelo Cláudio Roquete mais adequado do que erradicação da miséria. O governo está sendo bastante corajoso, talvez até excessivamente corajoso em alguns sentidos, de falar em erradicação de pobreza, de modo que acho que superação é um termo mais positivo.

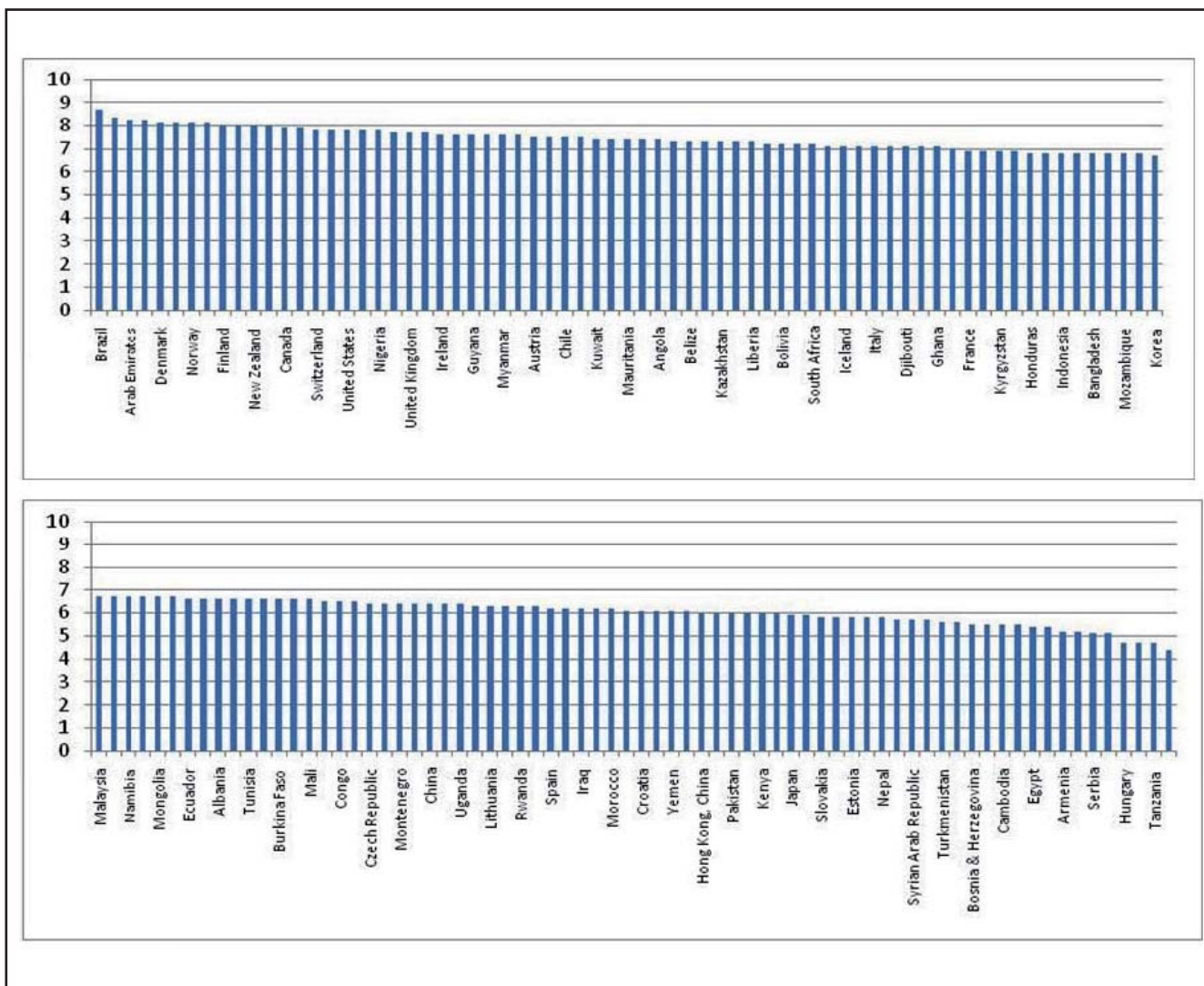


Gráfico 41 – Índice de Felicidade Futura – 2009 em relação a 2014

Fonte: Neri (2011).

O plano "Brasil sem Miséria" e a nova direção de política, que eu gosto de chamar de Bolsa Família 2.0. São *upgrades* como estes que foram falados aqui, e outros, de você incorporar *upgrades*, que melhoramentos no Programa Bolsa Família, você pode pensar em novas condicionalidades, alguma coisa que me chama muita atenção, que parece música aos meus ouvidos, que é esta ênfase que o Governo Federal está dando às crianças.

Não lembro se foi em fevereiro ou em março, o governo anunciou um grande ajuste fiscal necessário ao País, e no dia seguinte ao anúncio do ajuste fiscal anunciou reajuste de 45% aos benefícios de crianças de zero a 15 anos, muito maiores do que qualquer outra faixa etária. Os economistas podem ficar um pouco assustados, aqueles que não estão acostumados a olhar para números, mas isso custa pouco, custa menos de 0,1% do PIB e aí, mais recentemente, no lançamento do "Brasil sem Miséria", teve um anúncio desta mudança a que o Cláudio Roquete se referiu, de três para cinco crianças, ou seja, criança virou prioridade.

Meu pensamento, como os dados mostram, é algo que o Brasil fez pouco até agora, e eu acredito ser muito importante. Você pode pensar em um *upgrade* nas condicionalidades,

em ligações entre crédito e combate à pobreza, as chamadas portas de saída, mas que prefiro chamar até de portas de entrada dos pobres na cidadania, nos mercados. Penso que a experiência aqui do Banco do Nordeste com o Crediamigo é uma experiência muito interessante, que é o programa de combate à pobreza nascido nesta Casa, inclusive exportado para o Sul do País.

Enfim, como no futebol, cada um tem uma escalação, logo, acho que o Programa Bolsa Família é esta estrutura que não existia há alguns anos, foi criado, sofreu uma série de *upgrades* de Bolsa Escola, depois Bolsa Família e agora incorporando o Plano Brasil sem Miséria, que se torna muito interessante. O terceiro, que eu já falei, seria o Crediamigo, e o quarto, é o Ideb.

Então, vou me aprofundar só em um ponto, pois meu tempo já está se esgotando. São alguns *upgrades* que estão acontecendo no sistema, que pode se ter, que alguns lugares estão fazendo, no sistema de pagamento do Programa Bolsa Família. É um ponto específico.

Existe uma coisa que o Cláudio Roquete falou e que talvez se torne realidade, e que posso dizer que no meu estado já se tornou uma realidade, no Estado do Rio. Eu trouxe aqui até a prova, não tem o meu nome, vocês não precisam ficar assustados, é o cartão misto entre Bolsa Família e Renda Melhor, um programa lançado pelo Estado do Rio, e eu tive o prazer de trabalhar no desenho.

Esta junção, que chamo de federalismo social, é você ter várias camadas de programas sociais na linha que o Governo Federal está desafiando as unidades da federação, e que possivelmente virá para o Nordeste. É acoplar camadas de programa, sobrepor-se, porque o Programa Bolsa Família, até agora, o cadastro é entre município e União. E o estado, qual o papel dos estados?

Certamente, tem um ganho de escala nesse processo, o próprio município do Rio de Janeiro lançou, em dezembro, um programa chamado Família Carioca. Lá no Rio, temos o município, o estado e o Governo Federal tentando, e faz todo sentido porque o Rio de Janeiro não é um estado pobre em relação aos outros do Brasil, e faz todo sentido ter um programa, qualquer estado deveria ter o seu, mas lá, especialmente. Acho que tem um novo marco de políticas, que é o que eu chamo de federalismo social.

Acho que tem só três *upgrades* que são interessantes, quer dizer um, o Governo Federal buscou intuitivamente, o Cláudio Roquete mostra isso, a conexão com metas internacionais, quer dizer, o que eu acho que a presidente Dilma fez, ela resolveu uma pendenga de 15 anos em três meses ou dois meses. Ela elegeu uma linha oficial de pobreza. Não é exatamente uma linha de pobreza, é um critério oficial.

Não é linha de pobreza porque não muda o custo de vida, mas eu acompanhei não sei quantas comissões para escolher uma linha de pobreza. Nunca se chegou a um acordo. Então ela foi lá e disse: R\$ 70 e ponto final. Não importa muito se é R\$ 70, se você tem um objetivo, você precisa ter uma meta. Para ter uma meta, para fixar meta de inflação tem-se que elegeu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como objeto, depois o Brasil, hoje, tem o sistema de metas de inflação, porque precisou ter antes um índice oficial de inflação.

Existem algumas críticas feitas à linha do programa como a de que a linha é muito baixa, de R\$ 70 por pessoa. Embora a linha de pobreza estabelecida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) seja duas vezes maior do que essa, eu não compartilho dessa crítica, por quê? Porque se você dobrar o valor da linha, o custo de um programa para superar totalmente a miséria é multiplicado por cinco. Então, o lado economista preocupado com as finanças públicas também vai ficar preocupado. É uma conciliação.

O que me preocupa na linha? Preocupa-me a preferência pelo uso do Censo como base oficial com a qual Cláudio Roquete se referiu. Porque, segundo meus cálculos, estes 16 milhões que são 8,5% da população pelo Censo 2010, com a Pnad são 5,3%, e com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que é a melhor das bases, vai ser 3,8% de pobres.

Por quê? Porque você não está pegando a renda das pessoas. O Censo não tem essa característica. O que eu defendo é o MDS fazer o que já fez antes, que é combinar a POF com o Censo, usar a abertura geográfica do Censo com a capacidade da POF de captar renda.

Essa junção já estava operando. Sei que tudo tem pressa. O Censo acabou de sair e os desafios, eu penso, que, por exemplo, a pobreza rural de acordo com o Censo é 47% da população pobre que está na área rural. Pela Pnad são 31%. Acreditamos que é menos do que 31%, pois a população rural brasileira é 14%, então, acho que provavelmente a pobreza rural vai ser 28% da pobreza ou algo assim.

A principal crítica que eu faço ao programa é uma crítica extremamente positiva: você colocar este lema "País rico é país sem pobreza", esse não é o lema do Ministério do Desenvolvimento Social, é o lema do País hoje.

Essa ênfase dada como principal meta é inédita. Realmente tem que colocar uma ênfase, um peso, então esta é a principal crítica. Acho que se é superação, se é erradicação, ninguém vai ser contra erradicação, não dá para ser politicamente contra isso. Ninguém pode ser em sã consciência contra isso. Agora, talvez você atraia uma dificuldade maior, como vai ser em 2014, olha, achei um pobre aqui! Vocês sabem que esses programas de televisão, eles acham um pobre, assim, naquela época de fim de ano, quando faltam matérias, etc., aí vão achar um pobre em dezembro de 2014.

A linha que temos trabalhado no município, no Estado do Rio, usamos a linha de US\$ 2 por dia. Essa linha da meta de R\$ 70, é US\$ 1,25, é um pouco acima de US\$ 1,25. Então, penso ser interessante usar a meta internacional. Dá uma conexão interessante que pode facilitar o entendimento entre níveis de governo, uma meta ligada internacionalmente, neutra neste sentido, assim, eu penso que, de certa forma, a opção do governo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi nesta linha.

Um segundo ponto. Estamos perseguindo no Rio de Janeiro é complementar a renda das pessoas até a linha de pobreza. Está o Flávio Ataliba aqui, está pensando no P1, está pensando nos indicadores diretos de pobreza, que é basicamente você ter um programa que é esse que está sendo feito, que é cada um dar um complemento até a linha. Ou seja, o

muito pobre recebe mais, o pouco pobre recebe menos, o não pobre não recebe nada. E, com o Cadastro Social Único, você consegue fazer isso. Então é dar mais a quem tem menos. Para o Governo Federal é mais difícil, ele está atacando na escala do problema, agora, municípios, estados podem complementar de diferentes formas.

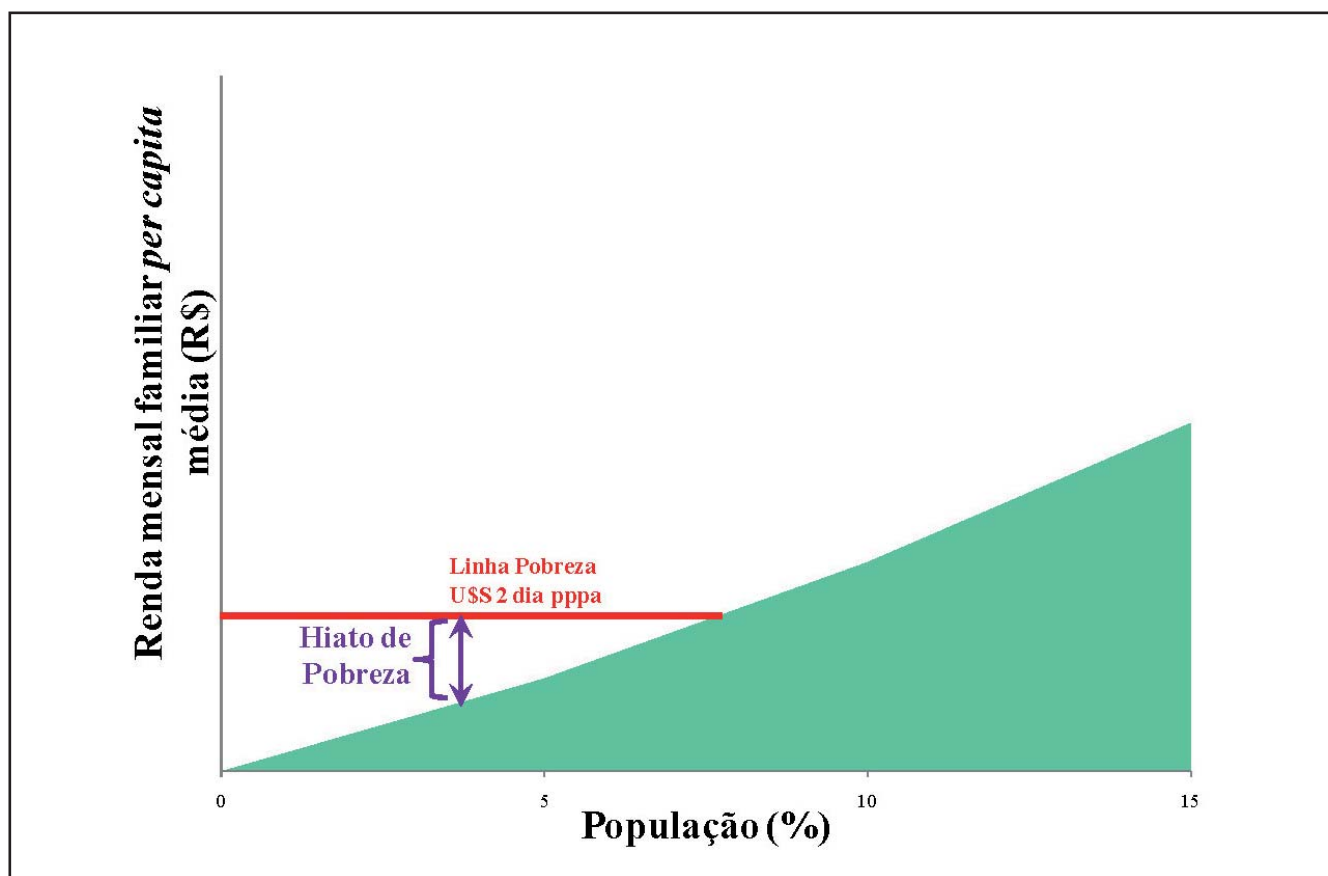


Gráfico 42 – Impacto na Distribuição de Renda: “Dá Mais a Quem Tem Menos”

Fonte: FGV (2013).

Outro ponto importante, até ligado ao ponto que eu falei antes, temos trabalhado no Rio de Janeiro com a renda presumida, em vez de renda reportada. O MDS conhece muito bem, de modo que já tivemos reuniões sobre Cadastro Único, há quase oito anos, ou dez anos atrás, quero dizer, que o Cadastro Único é um instrumento muito interessante, porque ele é um censo operacional dos pobres, ou seja, você tem o endereço financeiro das pessoas com cartão etc.

O que estamos fazendo é em vez de usar uma única informação que a pessoa te dá que é a renda, onde ela tem incentivos claros para usar uma informação que não é muito confiável (questão de incentivos), utilizamos miríades de informação do Cadastro, que pega desde nível de escolaridade, inclusive se a criança está atrasada, quanto tempo ela está atrasada, e todos os exercícios de distribuição de renda mostram, que a escolaridade explica muito. Inserção no mercado de trabalho, configuração física da moradia, acessos a serviços públicos, presença de grupos vulneráveis, de modo que a gente tente identificar quem é o pobre estrutural, não quem está pobre.

Pobre porque a pessoa tem baixa escolaridade, o filho está atrasado na escola, sabemos que aquela família no futuro vai ser pobre, vai continuar sendo pobre, enquanto que outra, por causa da bolsa, o filho está estudando mais, etc., você sabe, sai da pobreza no longo prazo. E o que eu chamo atenção não é que um programa é melhor que o outro não, é que esses programas são complementares. Porque é ideia de nuvem. O que é melhor? Uma vez que você tem um programa de renda reportada, você tem um programa de renda presumida, você vai atacando a pobreza transitória e a pobreza estrutural.

Assim, você não está colocando todos os ovos na mesma cesta. Você está diversificando um pouco os riscos da população vulnerável. Então, eu penso que o advento do Cadastro Único, hoje em dia, é muito importante. Em Nova York, existe um programa muito famoso, o *Opportunity New York*, que possui 10 mil famílias, o que não é nada, comparado ao que o MDS realiza.

No Rio de Janeiro, temos um programa do município que tem 100 mil famílias e analisamos como pequeno. O que eu penso que está se fazendo aqui no Brasil a um custo fiscal muito razoável, os economistas com preocupações fiscais não precisam disso, porque a grande vantagem deste programa, desta estratégia, é que é barato em termos fiscais.

O Programa Bolsa Família, hoje, custa quanto? 0,4%, 0,5% do PIB, já com incorporação de crianças, então eu acho que nós estamos diante de um cenário no Brasil, e aqui no Nordeste, bem diferente do que a gente tinha há dez anos e, se este Plano for para frente, como está indo, acho que daqui a quatro anos iremos ter um Nordeste diferente, principalmente para as populações mais pobres. Muito obrigado.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

O professor Marcelo Neri colocou importantes questões e eu queria lembrar um estudo realizado pelo Etene, que é a área de estudos e pesquisas do Banco, que com base na Matriz de Insumo-Produto, em que mostra que os tributos arrecadados representam um terço do Programa Bolsa Família.

Na verdade, o custo fiscal do Programa Bolsa Família, quando nós colocamos os três entes de governo, representa um terço a menos. E fora os vazamentos também que você tem para o Sul do País e o Sudeste, e o que o Programa Bolsa Família consome, acaba retornando para os três entes de governo e também tem o vazamento para o Sul e Sudeste.

E agora com a palavra o senhor Flávio Ataliba.

FLÁVIO ATALIBA F. D. BARRETO

Minha ideia inicial era de na apresentação reforçar mais o discurso sobre crescimento econômico e redução da pobreza, que é o tema de debate deste evento, com ênfase em pobreza e exclusão social.

Evidentemente, como o tempo está muito curto, vou me centrar em algumas ideias principais e essas ideias têm, como pano de fundo, a comparação entre o desempenho do Nordeste e o do Sudeste. Eu penso que a discussão principal no Brasil, em termos de política social, que diminui um pouco o debate que acontece em termos dos rebatimentos das políticas sociais olhando para o Nordeste, *vis-à-vis* as regiões mais ricas do País, principalmente o Sudeste.

É nesta perspectiva que eu montei uma apresentação. Este primeiro gráfico mostra o que o Marcelo Neri estava falando em relação entre PIB, renda e pobreza. No Gráfico 43, tem-se de azul a evolução do PIB, a taxa de crescimento do PIB, e o de vermelho as taxas de pobreza.

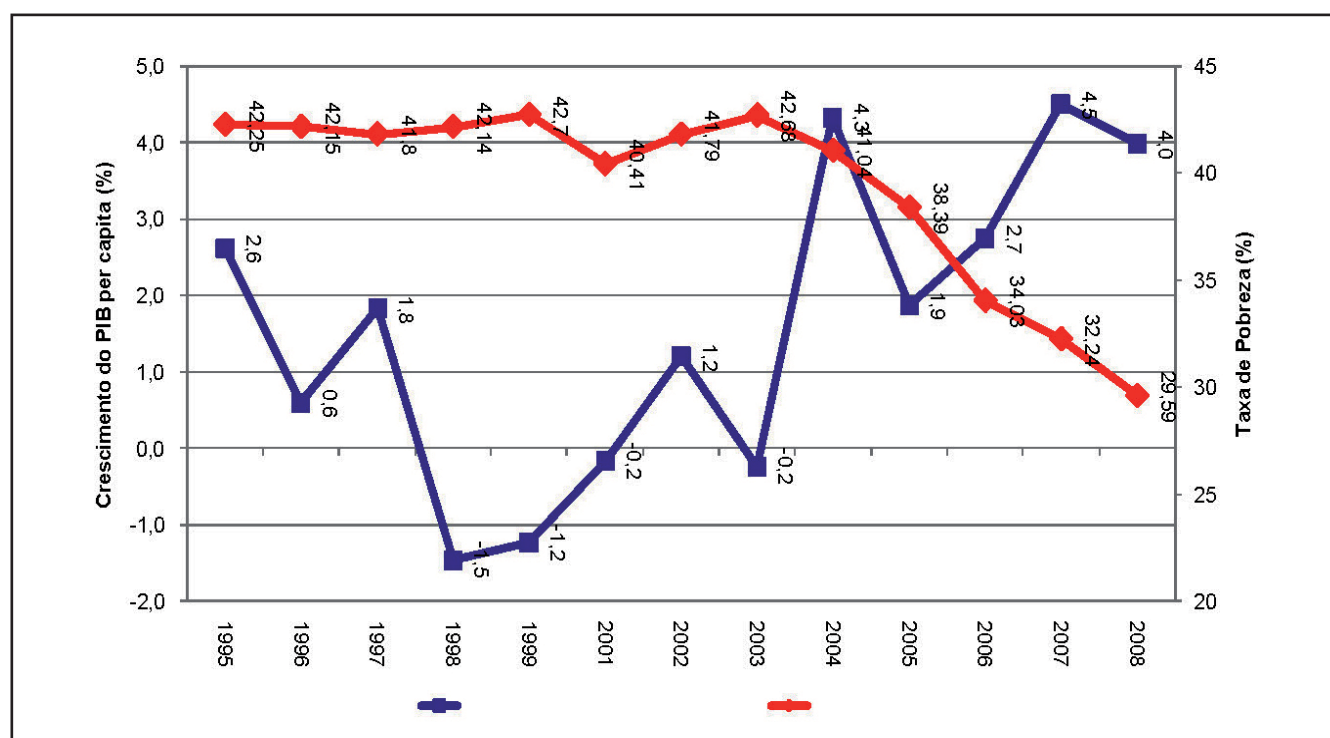


Gráfico 43 – Crescimento do PIB e Redução da Pobreza – Evidência: Brasil – 1995 a 2008

Fontes: PNAD/IBGE e BACEN.

Percebe-se, no Gráfico 42, que a partir de 2003 ocorre uma tendência clara de redução da pobreza no Brasil e, evidentemente, não existe aí uma relação tão direta entre crescimento do PIB e redução da pobreza. O nível de pobreza no Brasil diminuiu a despeito do Brasil ter reduzido sua taxa de crescimento do PIB. Então, parece que caminha, de certa forma, independente.

No Gráfico 44, apresenta-se a renda familiar *per capita*, de 1995 a 2009 e, evidentemente, a partir de 2003, todas as regiões praticamente já têm uma expansão na renda média dentro da renda familiar *per capita*. A linha mais baixa (verde) representa o Nordeste, em cima estão o Centro-Oeste, Sudeste e o Sul. Na verdade, você tem uma caracterização do desempenho, tanto em termos de nível como em taxa de crescimento.

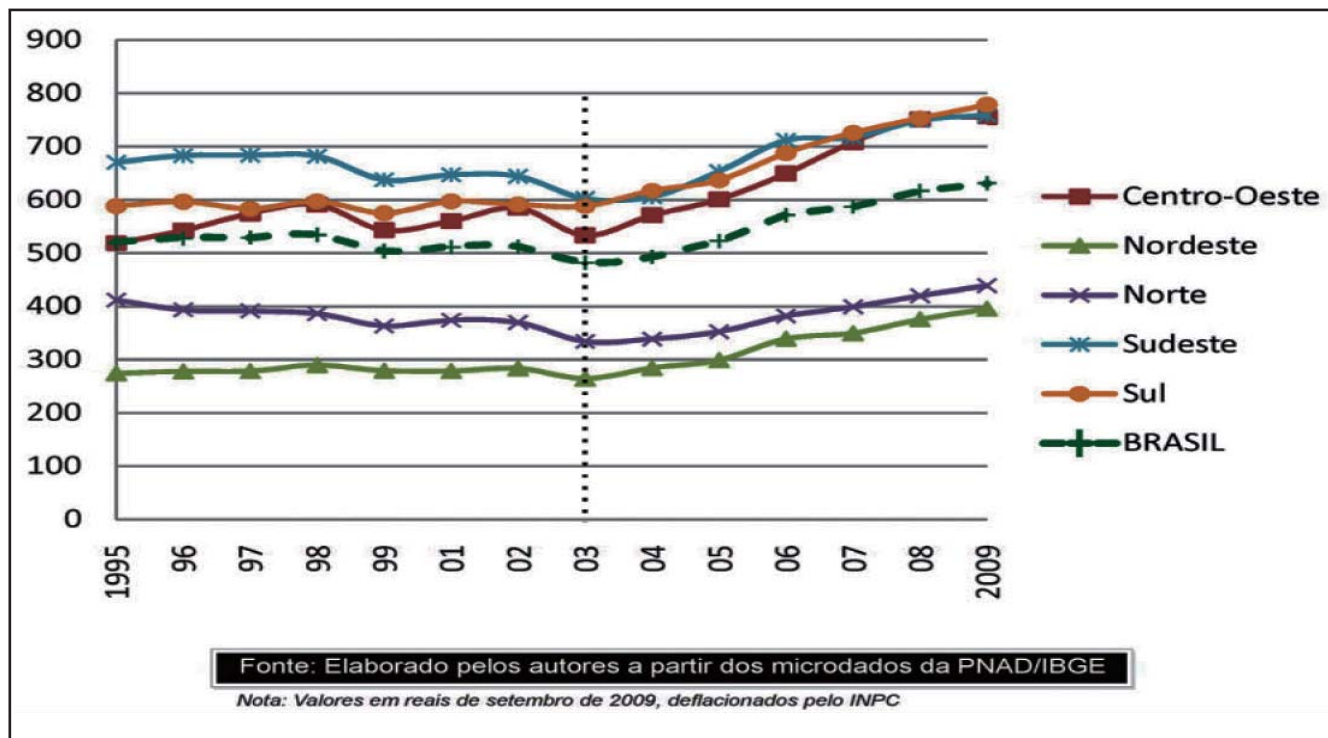


Gráfico 44 – Evolução da Renda Familiar *Per Capita* Brasil e Regiões: 1995 a 2009

Fonte: IBGE.

E o ponto central da discussão é que, quando você fala, normalmente, em crescimento, sempre se tem a ideia de que pobreza será reduzida pelo crescimento econômico. Eu penso que os governos, e aí eu faço parte também do Governo do Estado do Ceará, que colocam o PIB sempre como elemento central, e se o PIB está crescendo, as coisas estão se resolvendo e, na verdade, não é assim.

Na verdade, se o PIB aumenta, a renda aumenta evidentemente. Mas o rebatimento da expansão do PIB em termos de redução da pobreza não ocorre de forma igual. No próximo gráfico, vocês podem perceber, e aí assim pode comparar São Paulo, e estas informações podem ser analisadas com mais acuidade, elas estão para 2003.

A renda em São Paulo, entre 2003 e 2009, cresceu 20%, mas a pobreza reduziu 55%. Se comparar com o Piauí, por exemplo, que cresceu 59% e a pobreza no Piauí neste período caiu 41%, ou seja, o crescimento, ele rebate de forma diferenciada em termos de redução de pobreza nos diversos estados brasileiros, então, algo está faltando. (Gráfico 45). Mas o que pode justificar por que isso acontece, ou seja, será que a qualidade do crescimento importa aos formuladores de política econômica? Este é um ponto importante que deve ser observado.

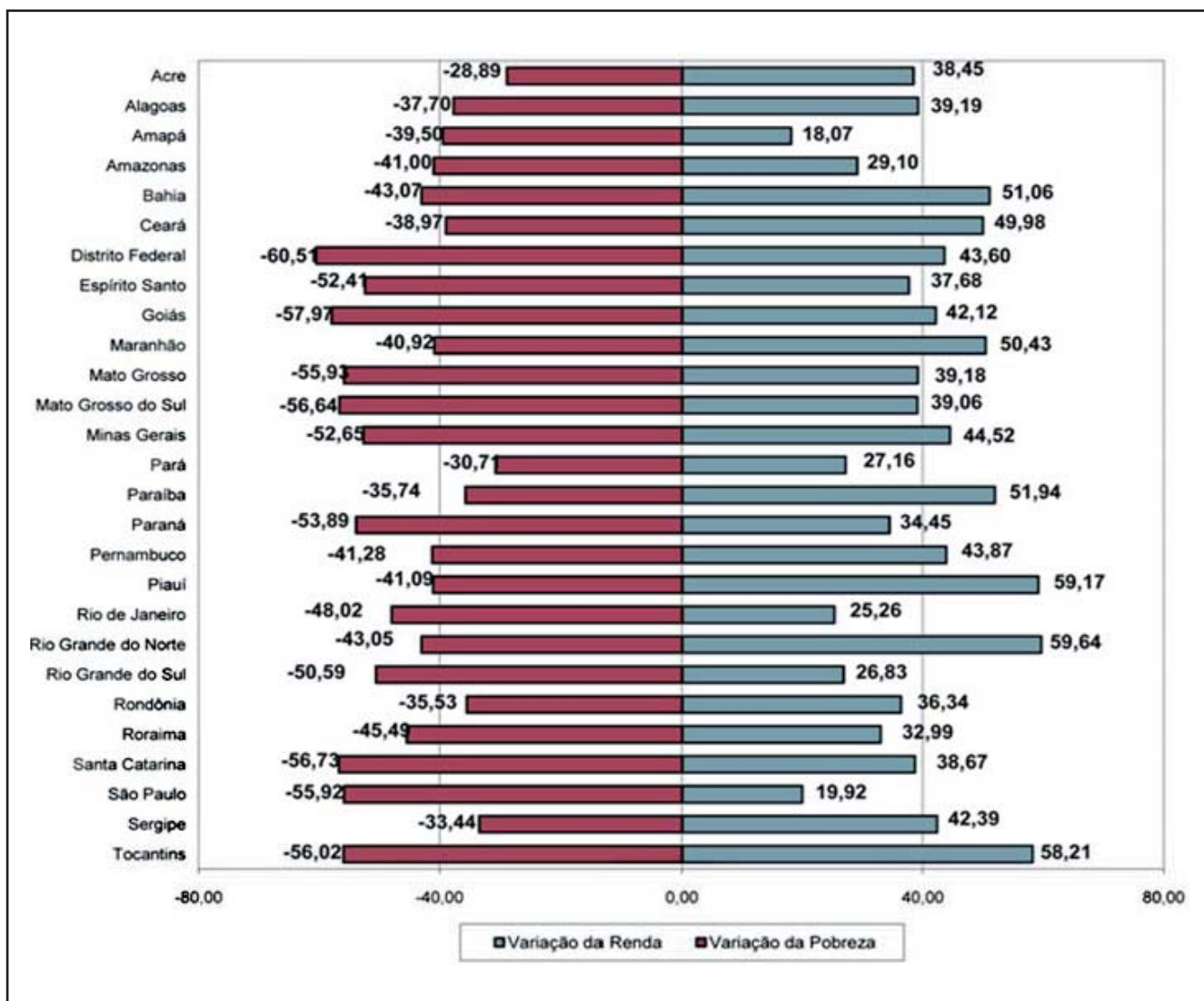


Gráfico 45 – Variação da Renda e Redução da Pobreza – Estados Brasileiros – 2003 a 2009
 Fonte: IBGE.

Na sequência são analisadas as regiões, comparando Sudeste e Nordeste. Nota-se que o Sudeste cresce 25% no período e o Nordeste cresce o dobro, praticamente, mas a pobreza no Sudeste cai muito mais rápida do que no Nordeste. Então, algo está faltando para tentar explicar o porquê desses números, ou seja, a pergunta é: por que a renda tem impacto diferenciado na redução da pobreza nos diversos estados brasileiros? Um grande candidato a explicar é o comportamento da desigualdade, tanto em termos do nível inicial de desigualdade que se parte na análise, como também na taxa de crescimento, na redução desta desigualdade no período.

Como já foi colocado pelo professor Marcelo Neri, a partir de 2001, é claro que praticamente no País há uma tendência contínua de redução da desigualdade, seguida por todas as regiões, nesta perspectiva, de forma que dois elementos importam: tanto o nível inicial de desigualdade do estado como a magnitude de sua redução.

Se você observar, por exemplo, o Sudeste, que tem um nível de desigualdade medido pelo índice de Gini de 56%, em 2003; no Nordeste, a desigualdade é bem mais elevada, 59%. Mas quando você examina a redução da pobreza no Nordeste, ela foi menor,

então o nível inicial, evidentemente importa muito, porque quando a renda expande, se a sociedade tem uma renda muito concentrada, essa expansão vai rebater com muito menos velocidade nas camadas mais baixas da população.

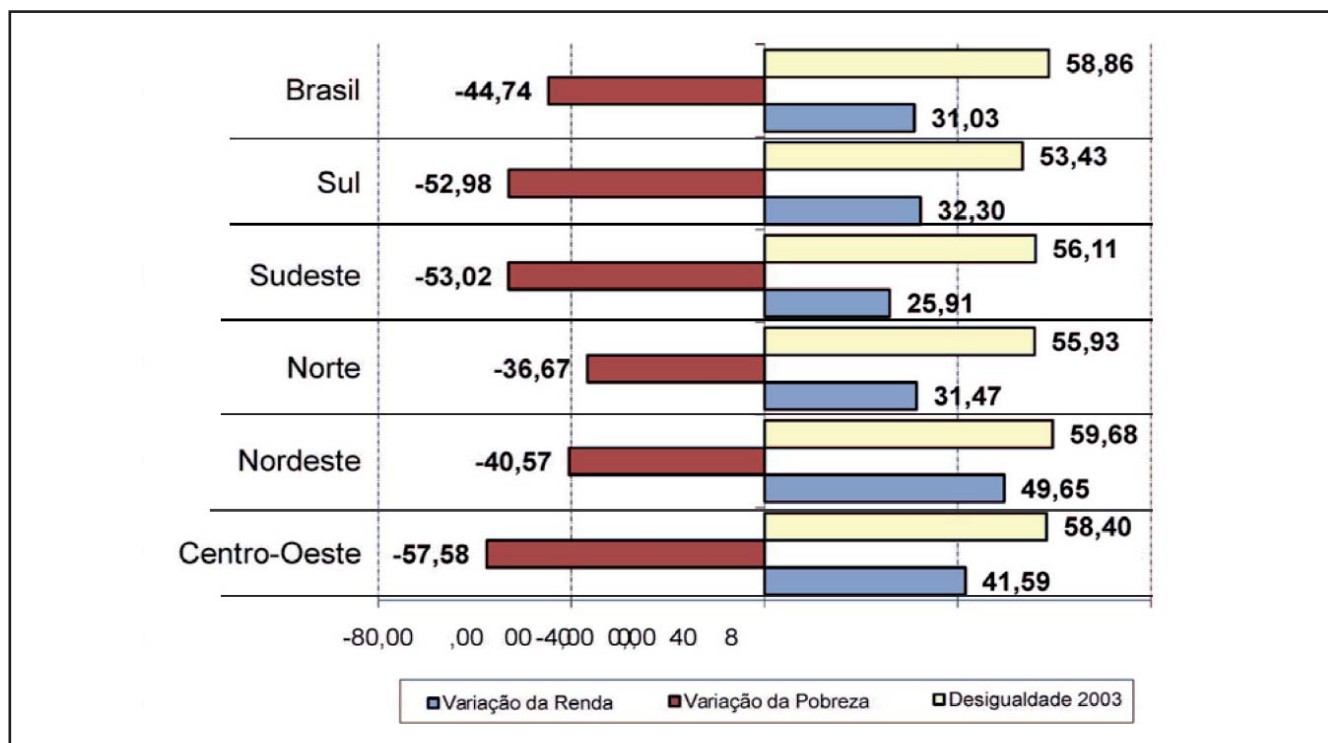


Gráfico 46 – Aumento da Renda e Redução da Pobreza (2003-2009) e Nível de Desigualdade em 2003 – Brasil e Regiões %

Fonte: IBGE.

Logo, olhar a desigualdade é fundamental, tanto do ponto de vista de partida, como também para verificar o que acontece com a desigualdade durante o processo de expansão da renda. No Sudeste, a desigualdade neste período cai 8,8% e no Nordeste 5,16%, ou seja, além do Nordeste ter um nível de desigualdade inicial elevado, ele tem uma redução muito mais lenta. Essas são informações de 2001 a 2009. Percebe-se que o Sudeste teve uma redução de pobreza de 47%, enquanto a sua renda familiar só cresceu 17%, isso pegando um período maior.

Um ponto fundamental é olhar para desigualdade em qualquer política pública, especialmente uma política de combate à extrema pobreza, ou seja, políticas microeconômicas com foco na desigualdade é um elemento-chave no sucesso de qualquer empreitada dessas. Olhar para o crescimento do PIB, como isso sendo um objeto de desejo de todo o governo não deve ser assim, e evidentemente, a redução da pobreza está ligada diretamente tanto a mudança na distribuição, quanto ao aumento da renda agregada média. As duas coisas funcionam na mesma direção.

Claro, que uma pode funcionar com mais intensidade do que outra, e aí apenas um exemplo, quando você tem o deslocamento de uma curva, uma função de distribuição de renda mantendo o formato da distribuição, você tem uma redução da pobreza, dado pela área verde. (Gráfico 48).

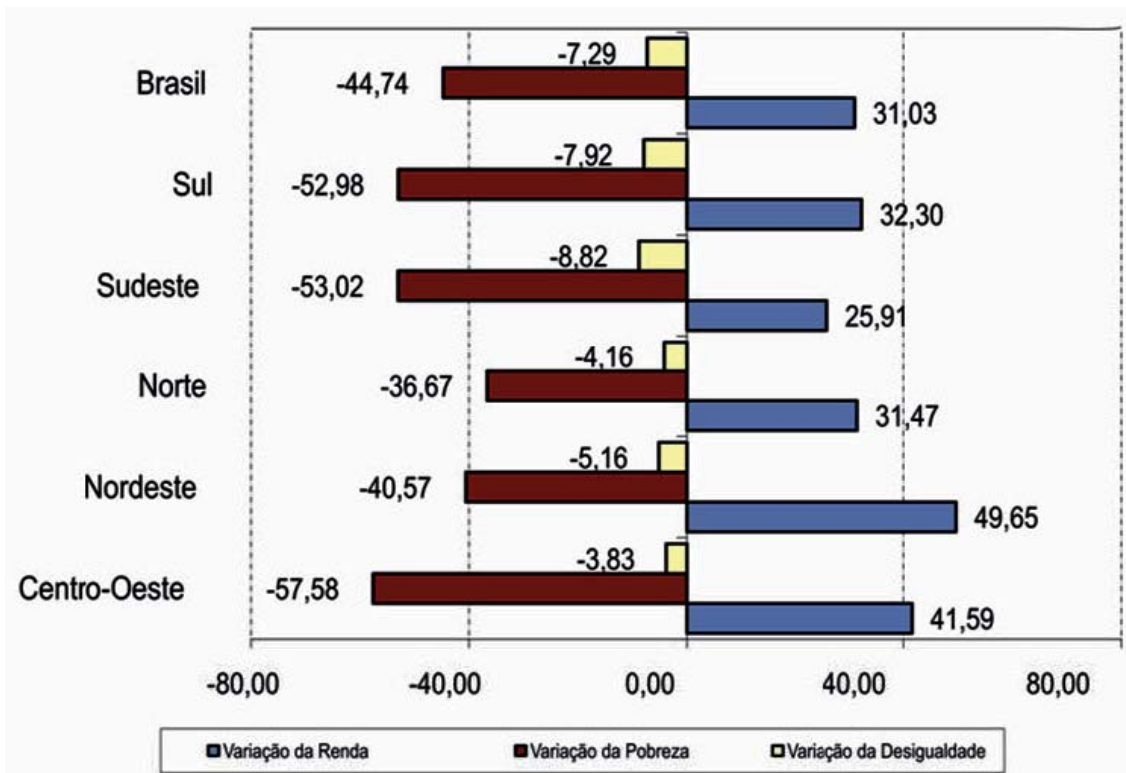


Gráfico 47 – Aumento da Renda e Redução da Pobreza (2003-2009) e Variação da Desigualdade em 2009: Brasil e Regiões %

Fonte: IBGE.

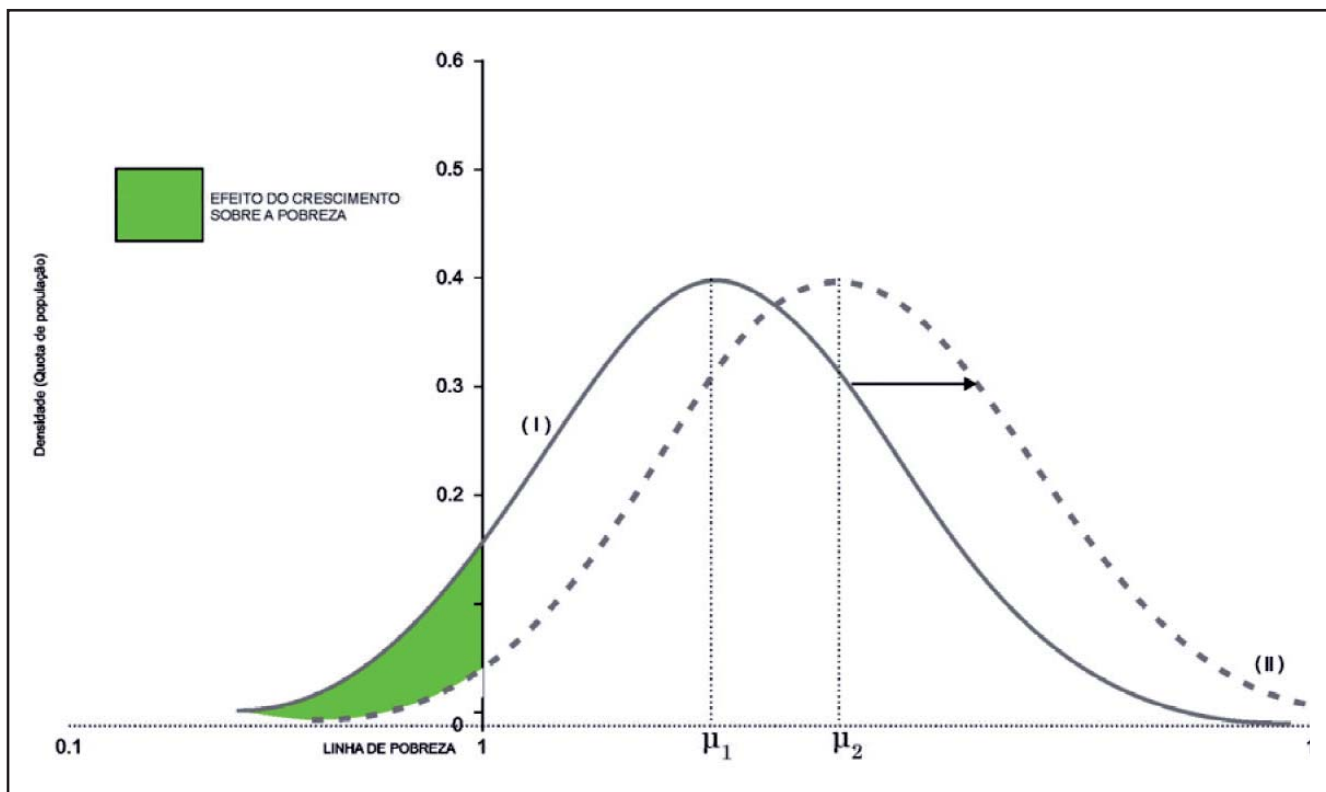


Gráfico 48 – Efeito do Crescimento da Renda na Redução da Pobreza

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Desse modo, o Gráfico 48 mostra que a redução da pobreza veio simplesmente pelo aumento da renda média sem mexer na distribuição. Mas também você pode não ter aumento da renda média da economia, pois muda o formato da distribuição de renda e você também ter o mesmo impacto na redução da pobreza. (Gráfico 49). Ou seja, as duas coisas importam.

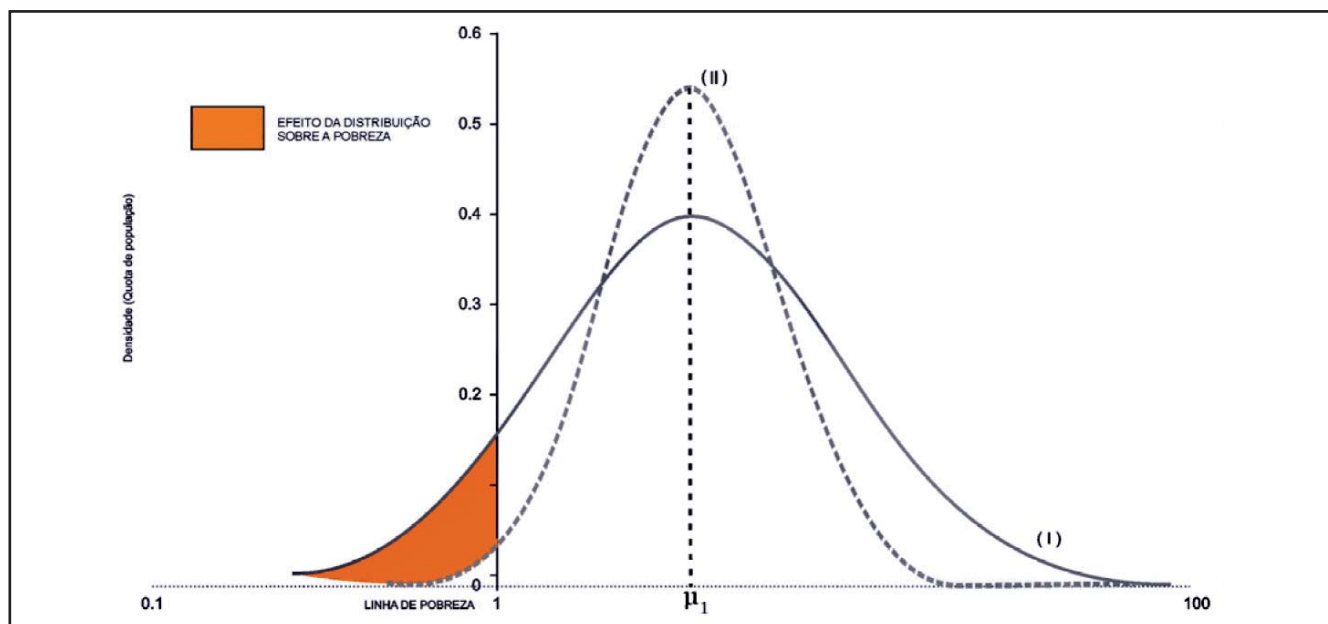


Gráfico 49 – Efeito da Distribuição de Renda na Redução da Pobreza

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Pode-se também ter o efeito dos dois juntos, aumento da distribuição, melhoria na distribuição, como também uma expansão da renda média da distribuição.

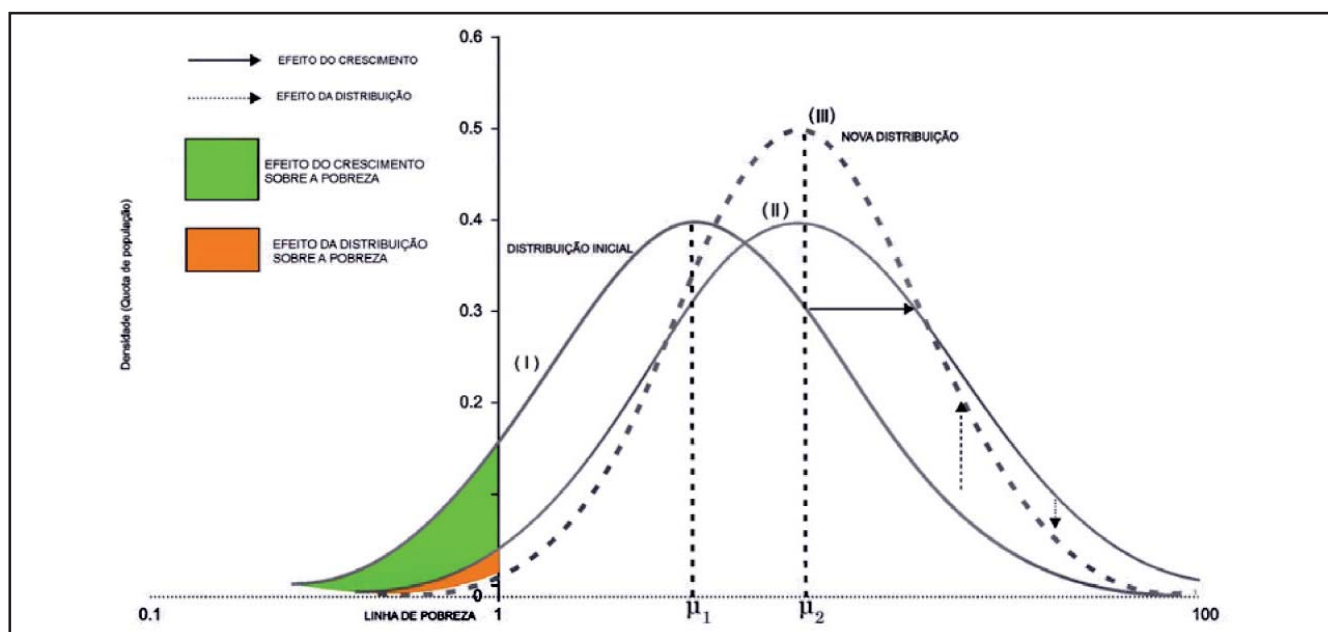


Gráfico 50 – Decomposição dos Efeitos Crescimento e Distribuição de Renda na Redução da Pobreza

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

O ponto central é qual das duas políticas seria mais importante em termos de combate à pobreza. Seria estimular política distributiva ou estimular a política de crescimento? As estatísticas são exemplos de testes econométricos, inclusive o Marcelo Néri conhece, pois ele participou da banca da tese de doutorado do professor João Mário, uma agenda de pesquisa é você calcular a elasticidade de distribuição de renda, distribuição de pobreza e renda-pobreza.

E todos os testes e estatísticas apontam que a elasticidade da desigualdade tem muito mais impacto em redução de pobreza do que a elasticidade de renda, ou seja, reduzir um ponto percentual na desigualdade importa mais na redução da pobreza do que aumentar a renda um ponto percentual.

Evidentemente, que comparar qual das duas é melhor, você tem que saber quais são os recursos monetários envolvidos em reduzir um ponto de desigualdade na distribuição ou o aumento na renda de 1% e, além dessa questão, quando você olha no Nordeste, as elasticidades são mais baixas, quer dizer, as do Sul e Sudeste são muito mais expressivas. Parece que o Nordeste tem uma dificuldade maior ainda, tanto em termos de política distributiva, quanto em expansão de renda e em reduzir a pobreza, e há inércia maior em termos de pobreza.

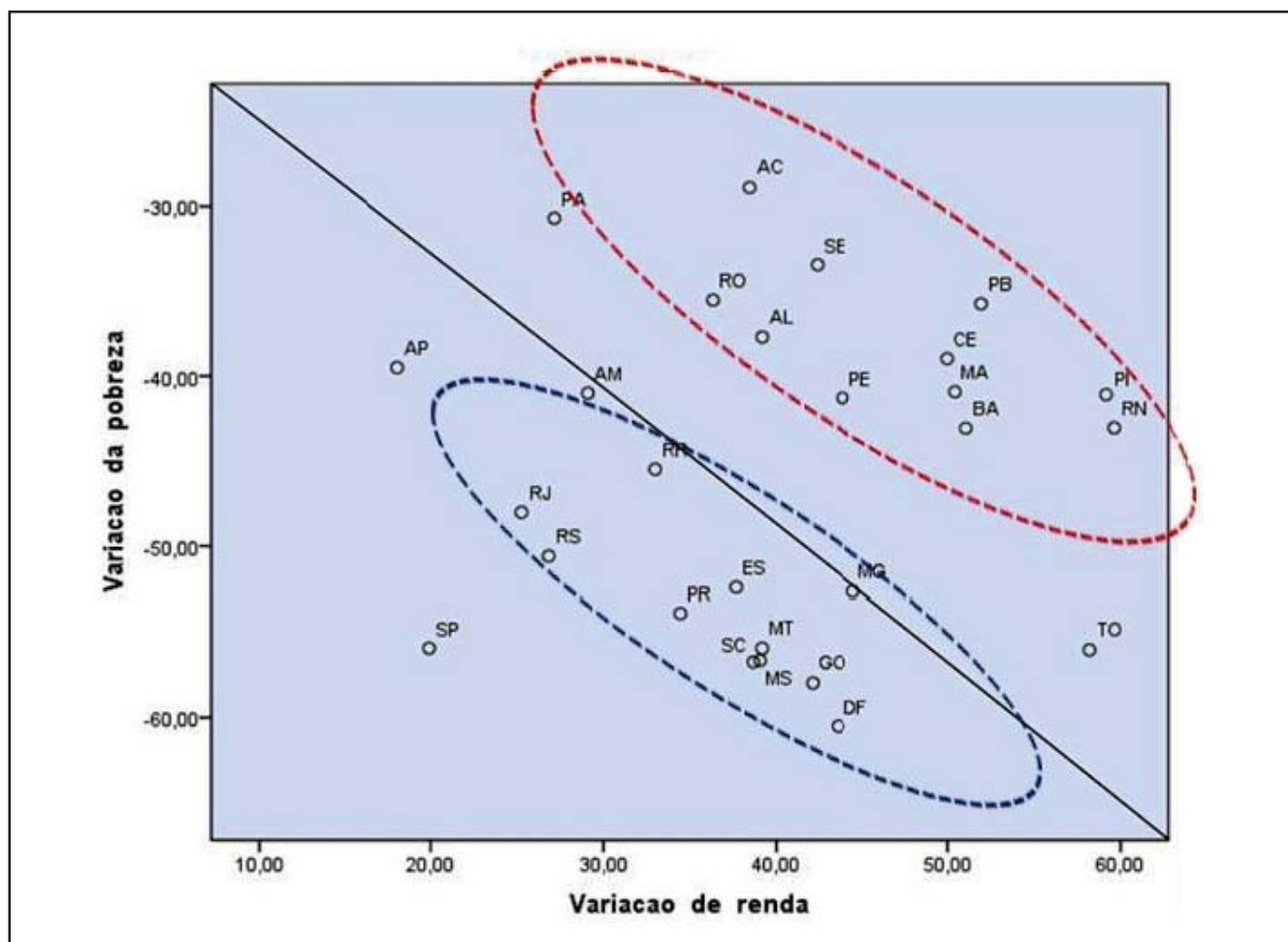


Gráfico 51 – Variação da Pobreza x Variação da Renda – Estados 2003-2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Chegando neste ponto, vou apenas comentar mais um gráfico. No eixo vertical do Gráfico 51, tem-se a variação da pobreza em termos percentuais, e no eixo horizontal a variação da renda. Interessante que o ciclo vermelho está incluindo todos os estados do Nordeste e alguns estados do Norte e a linha azul são os estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

A linha diagonal que corta o gráfico em 45° significa que se eu tivesse caminhando em cima da diagonal principal, à medida que eu aumente a renda em determinada proporção, a pobreza cairia na mesma proporção e teria elasticidade de um, mas como estou caminhando no Sudeste e os valores estão abaixo desta linha, então significa que no Sudeste, a variação da renda tem muito mais impacto na redução da pobreza do que comparado com o Nordeste.

O Nordeste possui, portanto, uma grande dificuldade ao ser beneficiado por políticas de expansão de renda e, evidentemente, em termos relativos, as políticas distributivas no Nordeste seriam muito mais importantes do que nas outras regiões do País. E assim temos as evidências, são todos os estados, quanto maior o nível de desigualdade inicial que são os estados no círculo vermelho, menor é a elasticidade de renda da pobreza, de modo que você percebe que quase todos os estados do Nordeste, praticamente todos estados do Nordeste têm alta desigualdade, ou seja, se tem alta desigualdade do ponto de partida, o impacto da renda em redução de pobreza é pequeno, e o Gráfico 50 mostra evidências disso.

Nós construímos outras evidências, considerações sobre os determinantes, ou seja, olhar para desigualdade é fundamental em qualquer política pública no Brasil, muito mais especialmente no Nordeste. E o Marcelo Neri citou a política de microcrédito que o Banco do Nordeste executa como uma política extremamente vitoriosa nesta perspectiva.

Há outro ponto, que todos os estados brasileiros praticamente reduziram a desigualdade e aumentaram a renda, e aí vem uma discussão acadêmica que já tem um rebatimento, inclusive um dos coautores, o Marcelo Neri é um dos expoentes nesta literatura, é saber qual região neste período teve um crescimento inclusivo maior, ou seja, pró-pobre. Se a região Nordeste ou região Sudeste, dado que nas duas regiões a renda aumentou e a desigualdade caiu.

Tem a versão absoluta, que basta olhar o crescimento nos percentis mais baixos de renda e verificar se é pró-pobre ou não. Na versão do coautor do Marcelo Neri, ele busca identificar o seguinte: eu tenho a renda, o crescimento da renda observado, e a desigualdade caiu, a queda da desigualdade provoca redução da pobreza. Então, vem a pergunta: qual seria a renda hipotética que eu deveria ter em termos de aumento real de renda para superar ou para incorporar a queda da desigualdade?

Ou seja, supondo que não tenha desigualdade, mas eu queria atender o mesmo objetivo que eu atendi. Quanto deveria ser dado de renda para o efeito de a renda compensar a desigualdade? No caso das curvas de incidência crescimento, dá a impressão que o Nordeste teve crescimento na sua renda mais elevada nos percentis mais pobres elevados, e aí você tem toda uma curva decrescente que é a curva vermelha, o azul é a cor do Sudeste, conforme gráfico a seguir.

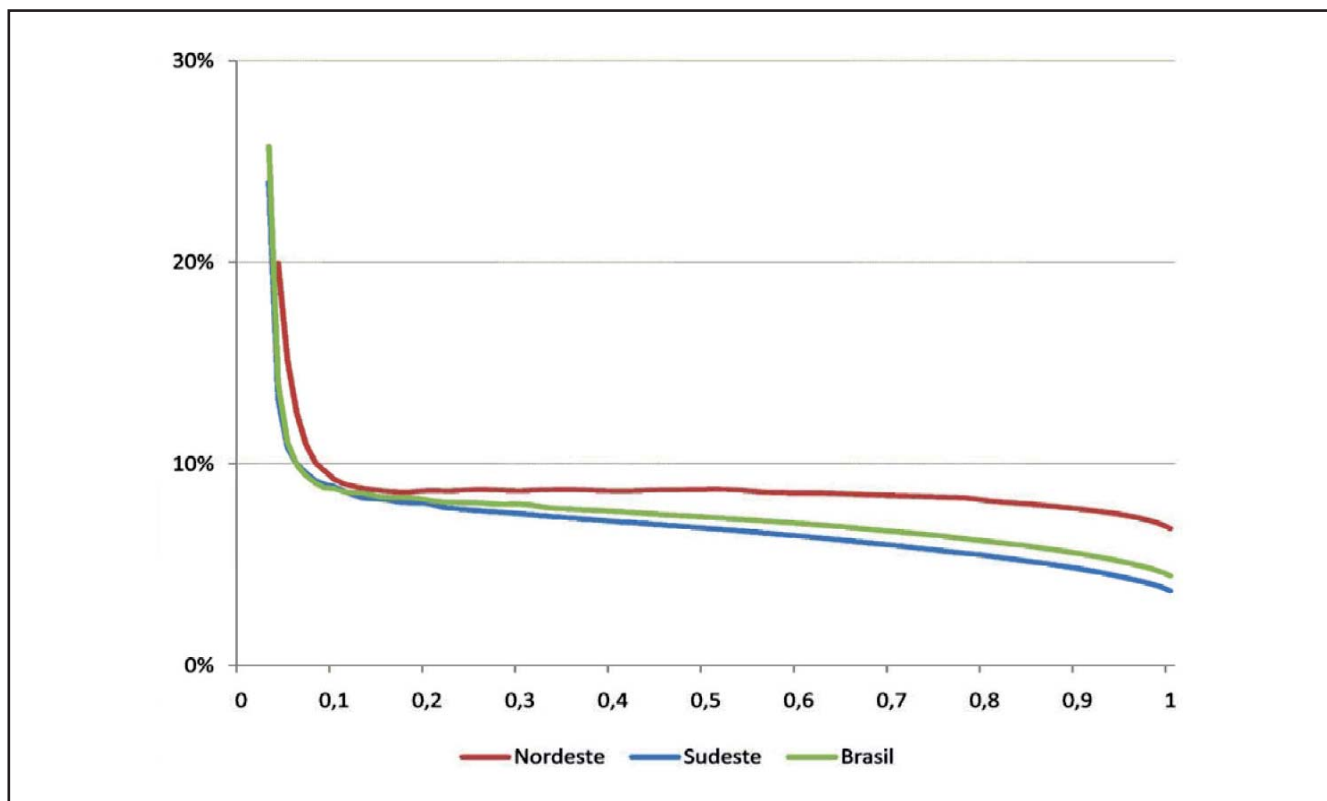


Gráfico 52 – Curva de Incidência Crescimento: Nordeste, Sudeste, Brasil 2003-2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Na versão absoluta, o Nordeste parece que teve um crescimento mais inclusivo. (Gráfico 52). Quando você vai para o outro critério, quando leva em conta a renda hipotética do que se ganharia, caso não tivesse a desigualdade, o Sudeste teve uma expansão maior, principalmente a partir de 2003. Conforme o gráfico anterior, a curva vermelha do Sudeste está mais em cima que a curva do Nordeste, ou seja, por esse critério, o Sudeste teria tido um crescimento mais pró-pobre, vamos dizer mais inclusivo, do que a região Nordeste, e aí a pergunta: se teve um crescimento mais intenso em termos de inclusivo no Sudeste, quem é que está contribuindo para isto?

No Gráfico 54, poderemos visualizar do lado esquerdo a curva de Lorenz do Nordeste e do lado direito do Sudeste. A curva de Lorenz relaciona a proporção acumulada nos percentis com a proporção acumulada da renda correspondente nos percentis. A linha diagonal que corta o quadrado seria a igualdade máxima, ou seja, 30% da população, por exemplo, mais pobre, acumula 30% a mais da renda, daria uma distribuição igual.

Percebe que esse exercício é feito considerando a curva de Lorenz de 2003 a 2009. Parece que quando olhamos para o Sudeste, o ganho em termos de desigualdade, foi muito mais intenso do que no Nordeste, de forma que parece que a classe média contribuiu mais para a redução da desigualdade nessa Região do que propriamente o Nordeste, e aí há uma rigidez maior nesse perfil.

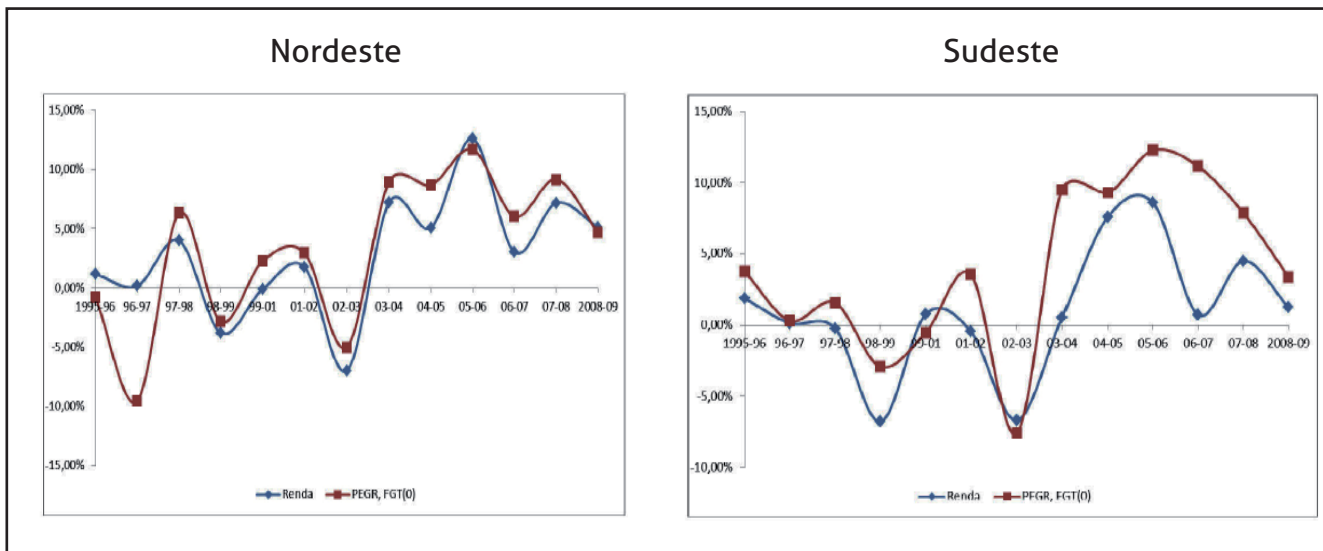


Gráfico 53 – Renda x PEGR, Região Nordeste e Sudeste: 1995 a 2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Devido ao tempo, não poderei explicitar em detalhar a curva dos três "IS", de modo que falarei sobre a curva de Lorenz.

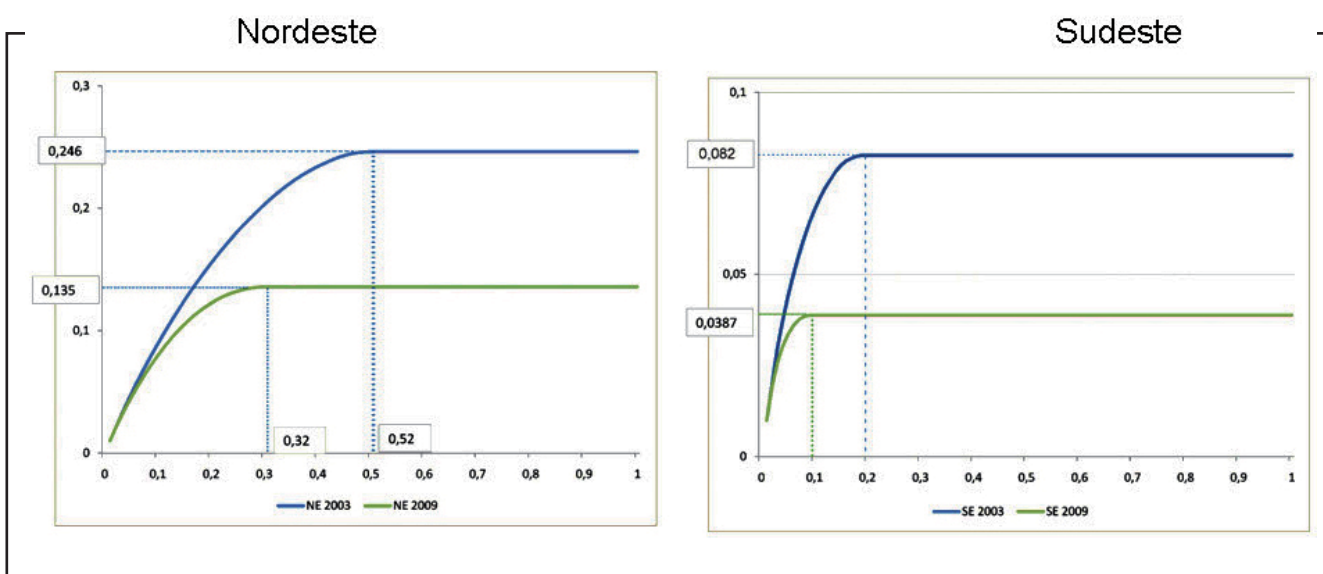


Gráfico 54 – Curvas dos Três "IS" (Incidence, Intensity, Inequality) – NE e SE 2003-2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Nesta perspectiva, o que fizemos foi pegar a diferença entre a curva de Lorenz no Nordeste em 2009 sobre 2003 e a mesma coisa para o Sudeste. Assim, criamos estas duas curvas. A do lado esquerdo, a mais alta, é a do Sudeste comparando a diferença. Estou pegando a diferença da Lorenz em 2009 menos 2003, e a diferença da Lorenz no Nordeste em 2009 e 2003. Para todos os percentis, no Sudeste o ganho relativo é maior do que no Nordeste.

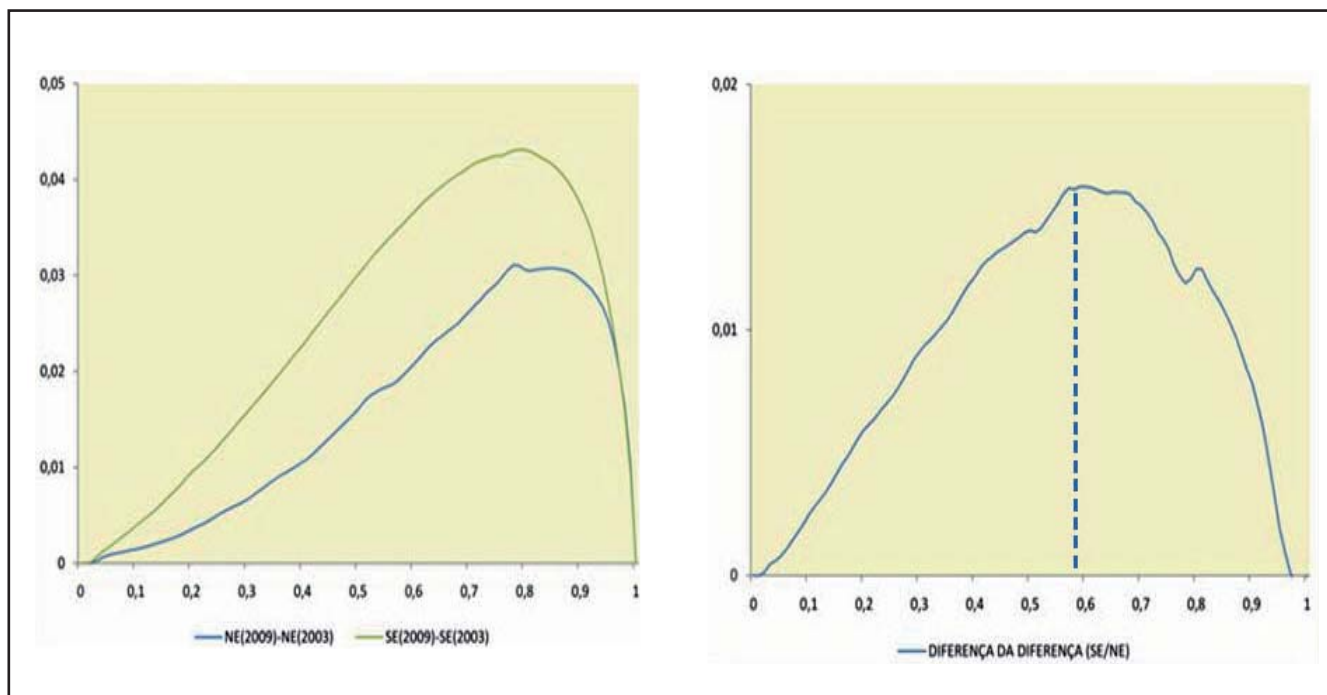


Gráfico 55 – Diferenças nas Curvas de Lorenz dentro de cada Região – NE e SE 2003-2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

O ponto máximo da distribuição de diferença está no percentil 60, ou seja, se compararmos o percentil 60 no Nordeste e no Sudeste é onde houve maior distância em termos de ganho de renda entre as duas regiões. Eu não tenho aqui as explicações, mas isto é mais uma investigação que está sendo feita, um trabalho que estamos desenvolvendo no Ipece em parceria com o Caen, e com o Laboratório de Estudos da Pobreza para explicar as causas de o Sudeste ter obtido ganhos mais elevados.

A expansão do Sudeste é relativamente maior nos percentis médios. Por quê? Na Tabela 17, pegamos a renda e fizemos a decomposição da renda entre a renda do salário, aposentadorias, aluguéis, doações e transferências, tudo isso daí com juros.

No Nordeste, a participação da renda do trabalho é 72%; no Sudeste 76%. As transferências em 2003 eram 1,6%, e no Sudeste 0,8%. Quando você olha para 2009, no Nordeste sai de 72,3% para 70,4%. No Sudeste, praticamente fica a mesma coisa. As transferências no Nordeste sobem muito mais do que em 2009.

Quando se calcula o quanto se contribuiu, quanto deste aumento da renda contribuiu para a queda do Gini, se percebe o seguinte: No Nordeste, a renda salarial contribuiu com 37% para a queda da desigualdade. No Sudeste contribuiu com 70%. As transferências contribuem para a queda da desigualdade no Nordeste em 55% e no Sudeste 9,6%, ou seja, as transferências são extremamente importantes e aqui vai o não preconceito para que você possa reduzir a desigualdade.

Tabela 19 – Participação de cada Parcela na Renda Total, Nordeste, Sudeste e Áreas Censitárias – 2003 e 2009

Ano/Parcela	Todas Áreas		Metropolitanas		Urbanas		Rurais	
	NE	SE	NE	SE	NE	SE	NE	SE
ANO_1:2003								
TTR	0,723	0,765	0,743	0,765	0,735	0,765	0,64	0,75
AP	0,238	0,203	0,221	0,206	0,227	0,206	0,314	0,206
AL_DOA	0,023	0,024	0,025	0,023	0,025	0,023	0,011	0,02
TR_JUR	0,016	0,008	0,011	0,006	0,013	0,006	0,036	0,014
TOTAL	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
GINI_1	59,68%	56,11%	61,42%	57,01%	58,43%	53,60%	48,28%	53,26%
ANO_2:2009								
TTR	0,704	0,766	0,743	0,777	0,716	0,759	0,569	0,698
AP	0,236	0,207	0,211	0,202	0,225	0,209	0,333	0,259
AL_DOA	0,019	0,018	0,022	0,015	0,02	0,021	0,008	0,015
TR_JUR	0,041	0,01	0,023	0,007	0,039	0,012	0,091	0,029
TOTAL	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
GINI_2	56,60%	51,16%	57,80%	53,41%	54,90%	47,97%	47,77%	43,99%
(2003 - 2009)%								
TTR	-2,68%	0,13%	0,12%	1,54%	-2,48%	-0,80%	-11,07%	-8,20%
AP	-0,79%	2,10%	-4,51%	-2,01%	-0,91%	5,01%	6,03%	26,06%
AL_DOA	-18,26%	-27,09%	-11,08%	-36,37%	-21,15%	-18,20%	-30,02%	-27,81%
TR_JUR	160,08%	15,43%	107,97%	12,84%	190,26%	7,48%	155,02%	98,69%
(GINI_2-GINI_1)	-3,08%	-4,95%	-3,62%	-3,60%	-3,53%	-5,63%	-0,51%	-9,27%

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

E quando olhamos a área rural do Nordeste, que tem 484,78, ou seja, é quanto de transferências importam na redução da desigualdade nas áreas rurais no Nordeste. No Nordeste você tem 484, no Sudeste 10%, ou seja, toda a política do MDS falada pelo Cláudio Roquete, de olhar as áreas rurais do Nordeste, é extremamente importante, porque neste território é que está grande parte do problema.

A sequência da investigação é verificar se a renda salarial explica em grande parte a queda da desigualdade. A queda da desigualdade é extremamente importante para potencializar os benefícios do crescimento da renda sobre a pobreza, quem é que está explicando a queda, a dinâmica da renda salarial?

Realizando uma decomposição das estimativas em 2003 e comparando as duas regiões Sudeste e Nordeste, é praticamente no Sudeste (54%) e no Nordeste (40%). Ou seja, da renda salarial 40% são explicados pela educação. Os outros elementos, gênero, cor, idade, são menos importantes, e existe um resíduo grande, o que significa que outros fatores poderiam explicar a renda salarial.

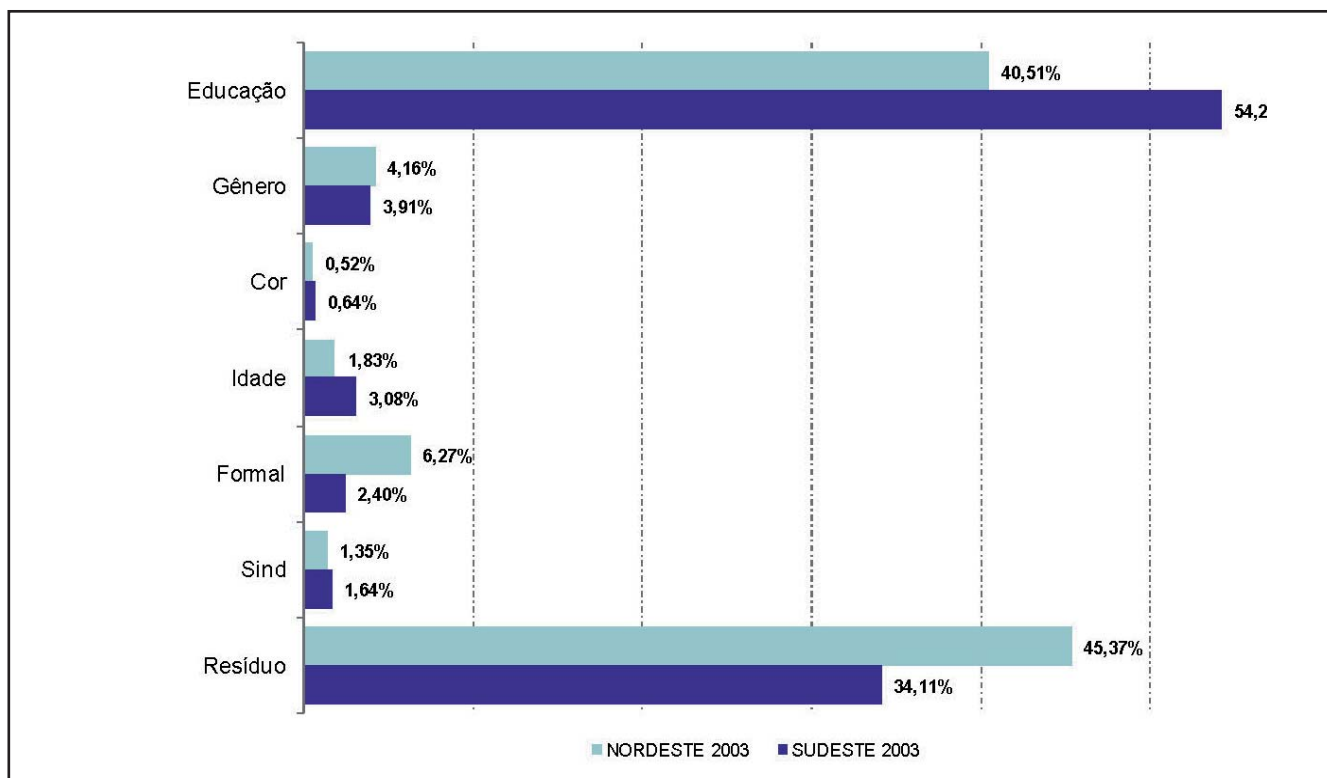


Gráfico 56 – Contribuições para a Determinação da Renda Salarial: NE e SE – 2003

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

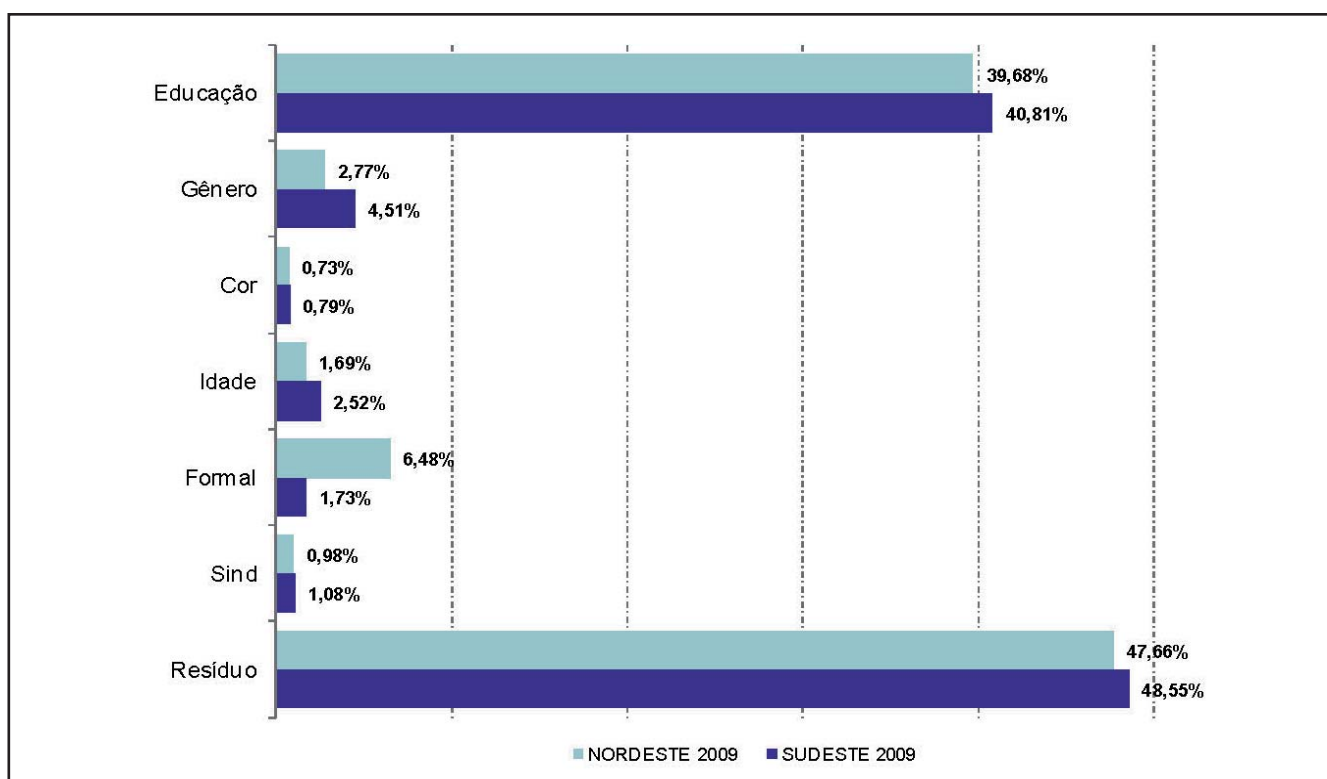


Gráfico 57 – Contribuições para Determinação da Desigualdade de Renda Salarial: NE e SE - 2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Quando se olha para 2009, a educação continua tendo este mesmo efeito resíduo. Na verdade, o que deve explicar a queda da desigualdade é o comportamento da educação, e da distribuição da educação nas duas regiões. Quando olhamos o índice de Gini da renda, nas duas regiões, e observamos o índice de Gini da educação, a distribuição da educação é muito menos concentrada no Sudeste do que no Nordeste, além de ser muito menos concentrada, ela cai mais significativamente. (Gráfico 57).

Assim, o índice de Gini da educação no Sudeste cai 15% e no Nordeste 14%. Enquanto tem aqui do lado direito o Gini da renda, ou seja, a distribuição da educação, ela importa na distribuição da renda, que influencia a distribuição da desigualdade e que inibe os efeitos positivos do crescimento econômico.

Logo, um dos candidatos fortíssimos a explicar o baixo benefício da expansão da renda em termos de redução da pobreza está em grande parte no perfil educacional diferenciado entre as duas regiões. Assim, fizemos uma análise a partir da curva de Lorenz para a educação, em que no eixo horizontal está a proporção acumulada da população e no eixo vertical estão os ganhos da educação por classe nas proporções acumuladas.

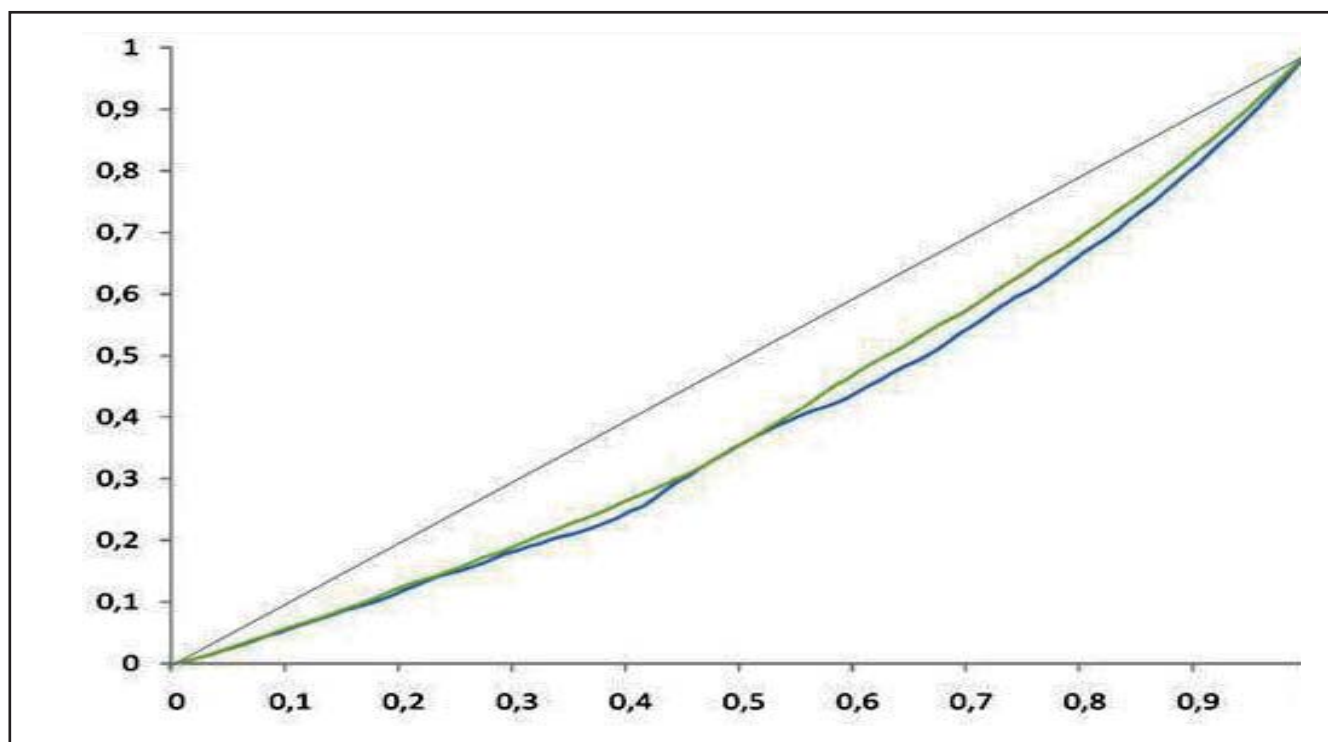


Gráfico 58 - Curva de Lorenz da Educação (Anos de Estudo) - NE 2003 e 2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

No Nordeste, parece que há um ganho, quer dizer, quando esta curva se aproxima da reta da descida diagonal se tem distribuição da educação perfeita. Então percebemos que no Nordeste parece que este ganho acontece mais do percentil 0,50% para frente.

Quando olhamos esta mesma distribuição para o Sudeste, ela é mais bem distribuída em todos os percentis, evidentemente que no começo se tem poucos ganhos, ou seja, parece que a distribuição da educação no Sudeste e o ganho dela acontecem de forma mais distribuída no Sudeste do que no Nordeste.

Então, a desigualdade educacional é menor e reduz mais rápido no Sudeste e isso influencia cada vez mais rápido a desigualdade da renda nesta região. Vou só para o último gráfico, que mostra o retorno da escolaridade.

Estou chamando de produtividade à quantidade de anos de estudo que o indivíduo tem pelo retorno daquele estudo no mercado. Observamos que esta curva de crescimento da produtividade que estou chamando nesta apresentação, no Sudeste representado pelo azul mais escuro, cai muito mais pró-pobre, quer dizer, os percentis mais baixos de renda têm produtividades muito maiores que os percentis mais altos de renda no Sudeste.

E no Nordeste não, pelo contrário, nos percentis iniciais há uma subida e depois uma distribuição que não é tão bem comportada em termos de redução, quando comparamos com o Sudeste, ou seja, isto pode estar sugerindo que a educação e os ganhos da educação são muito mais bem distribuídos no Sudeste do que no Nordeste, o que faz com que a desigualdade lá no Sudeste caia muito mais rápida.

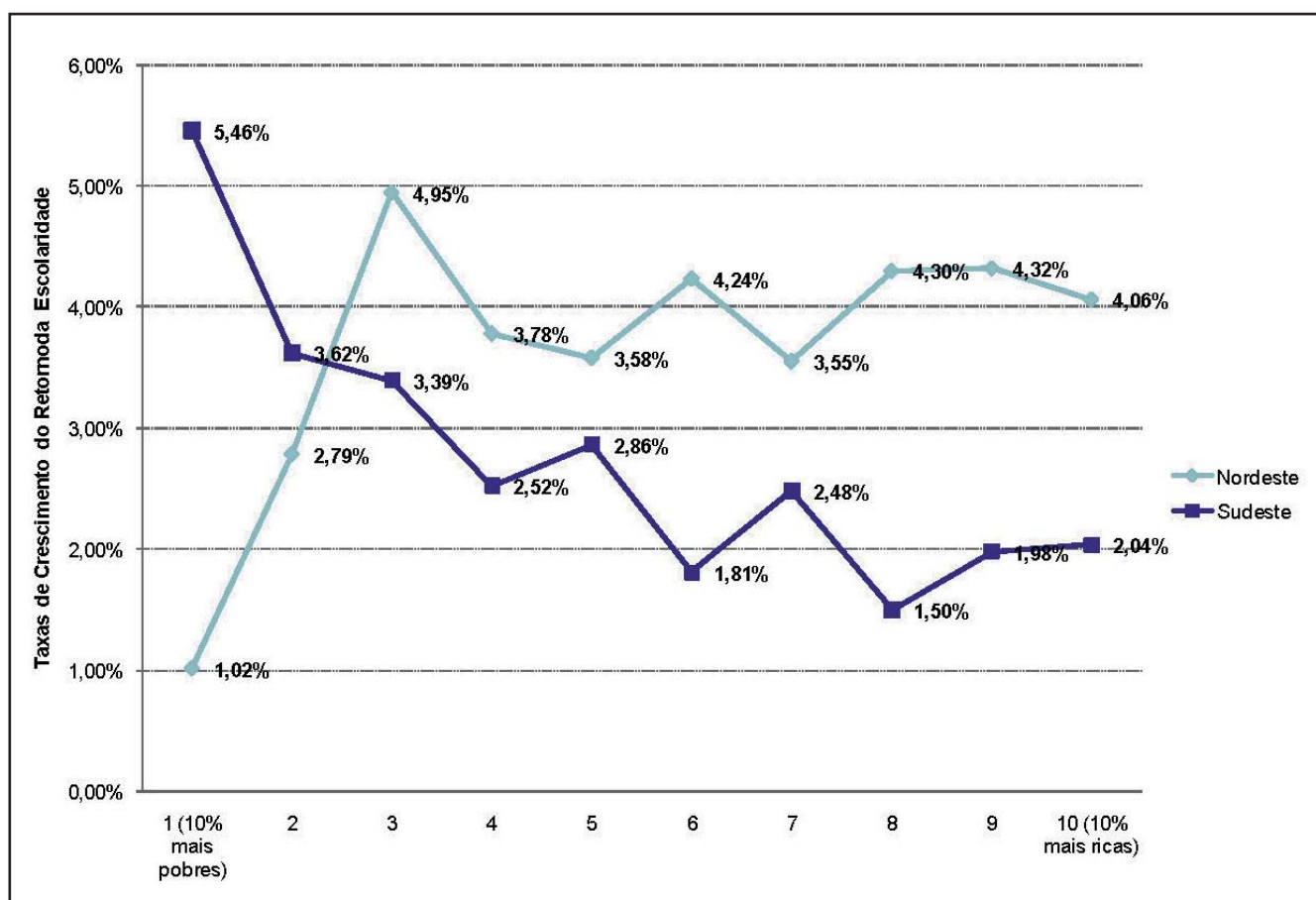


Gráfico 59 – Curva de Crescimento do Retorno da Escolaridade, 2003 a 2009

Fonte: Elaboração do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) a partir dos Microdados da PNAD de 2009 Publicada pelo IBGE.

Seguindo esse raciocínio, os ganhos de produtividades decorrentes da educação são melhores distribuídos no Sudeste do que no Nordeste. Na parte da extrema pobreza, coloco este mapa, que é um mapa que praticamente o Marcelo Neri colocou em termos de

renda, mas aí sei que o Norte e Nordeste concentram a grande parte da proporção de extrema pobreza no Brasil.

Basicamente, temos dois Brasis em termos de redução da pobreza. Primeiro, o Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará, etc. Fizemos um exercício no Ipece, e pegamos os 100 municípios com menores níveis de rendimento domiciliar, isso no Censo de 2010.

Desses 100, o Maranhão concentra 53 desta renda, o Piauí 15, Pará 11, Alagoas 5, Bahia 5, Amazonas 4, Ceará 3, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ou seja, dos 100 piores, exceto Pará e Amazonas, estão todos no Nordeste. E, incrivelmente, o Maranhão disparado aí, primeiro lugar no *ranking* de ter maior número de domicílios nesta faixa dos 100 mais pobres. (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição dos 100 Municípios com Menores Níveis de Rendimento Médio Domiciliar *Per Capita* por Estado – 2010

Estado	Nº de municípios	Total de Municípios do Estado
Maranhão	53	217
Piauí	15	224
Pará	11	143
Alagoas	5	102
Bahia	5	417
Amazonas	4	62
Ceará	3	184
Pernambuco	2	185
Paraíba	1	223
Rio Grande do Norte	1	167
Total	100	1924

Fonte: Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP/UFC).

Neste sentido, a primeira ideia é que a expansão de renda nos estados tenha efeito distinto nos resultados da redução da pobreza; segundo é que os melhores resultados ocorrem onde a desigualdade inicial do estado é mais baixa e é onde ela se reduz de forma mais intensa, porque aí você potencializa os ganhos do crescimento da renda. Ou seja, olhar a desigualdade e olhar políticas microeconômicas para reduzir a desigualdade é fundamental neste processo.

No Sudeste, a desigualdade cai mais rápido devido à melhoria de renda dos percentis situados mais no centro da distribuição. O comportamento da renda salarial tem efeito relativo mais importante na queda da desigualdade no Sudeste, enquanto que no Nordeste são as transferências, ou seja, quem explica a queda da desigualdade no Sudeste é o mercado de trabalho, é o ganho de renda; no Nordeste quem tem um peso proporcionalmente maior são as transferências.

E a educação explica grande parte da evolução da renda salarial. Além de menos concentrada no Sudeste, seus ganhos são mais pró-pobres nesta região, ou seja, a distribuição da educação no Sudeste faz com que o aumento da adequação reforce esta melhoria da distribuição, o que faz com que a distribuição de renda também diminua. Então você consegue explicar ou tentar explicar aqui por que é que São Paulo, com apenas 25% de crescimento de renda, teve uma redução da pobreza de 50%, enquanto Sergipe cresceu 60% e a pobreza só caiu 40%.

Na verdade tudo vem da educação, e quando falamos em educação, é sempre um tema recorrente. Na semana passada teve um fato polêmico, em que um deputado disse que a culpa da pobreza no Ceará eram os prefeitos e o estado, mas na verdade, eles têm uma importância essencial, porque o Ensino Fundamental está todo constituído na mão dos prefeitos, e ali é que se começa a formar o cidadão.

O Estado do Ceará tem um programa chamado "Alfabetização na Idade Certa" para corrigir o que vem de errado desde o início da formação do estudante. Olhar para a educação no nível fundamental é de extrema importância. Se você quer ter sucesso em todos estes programas de combate à pobreza e de extrema pobreza. Evidentemente, acho que precisaria mudar a Constituição para resolver os problemas, mas penso que tem que estar na pauta da discussão nos próximos anos no Brasil, com certeza porque o poder, o Governo do Estado, ele têm pouco poder de afetar ou de dar os incentivos corretos à educação nos níveis iniciais.

O Governo do Estado do Ceará redistribuiu o ICMS com aqueles municípios que obtiveram melhor desempenho no Exame Nacional de Educação, mas isso não consegue dar um incentivo completo que se precisa. Tentei ser o mais breve possível, mas me coloco à disposição de todos. Os *slides* da apresentação encontram-se no Banco e no *site* do Ipece.

Muito obrigado.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Agradecemos aos palestrantes, e quero destacar ao Flávio Ataliba, que percebo um movimento no Nordeste, de forma que estou com sérias desconfianças, principalmente porque observamos um movimento de cima para baixo na educação. A expansão das unidades de ensino superior, promovida pelo Governo Federal, tanto das Universidades Federais, como dos Institutos Federais e de Tecnologia, as antigas Escolas Técnicas.

Digo isso porque estive, há uns dois meses em Salgueiro, Pernambuco, e observei que aquele município possui praticamente hoje em torno de 8 mil estudantes de nível superior, em pleno sertão pernambucano. E isso tem um efeito de cima para baixo.

Quando chegamos a qualquer cidade média do Nordeste, temos já um contingente respeitado de estudantes de nível superior, e isto tem todo um efeito de cima para baixo.

Certamente, os prefeitos, as unidades básicas de ensino também estarão sendo empurrados, terá esse efeito, e como isso é relativamente recente, este movimento foi do início do governo Lula. De 2004 até hoje, a grande expansão das Universidades e das Escolas Técnicas, suponho que ainda esteja, digamos, na metade do processo.

Também gostaria de colocar para os três palestrantes, acho que foi de extrema importância esta discussão do professor Marcelo Neri, do Cláudio Roquete do MDS e do Flávio Ataliba. Agradecemos a todos pela oportunidade de estar aqui, que eu acho este assunto fundamental para o País. Eu queria lembrar também que esta questão da extrema pobreza é uma questão também do capitalismo. Para o capitalismo, pobre e extremamente pobre não contam, estão fora do mercado. Então, este é um movimento importante de entrada no mercado de trabalho, de forma que estou lembrando, do ponto de vista, digamos de uma coisa mais crua, uma forma mais do mercado.

Muito obrigado a todos.

SESSÃO ESPECIAL APDR

ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO ATLÂNTICO SUL E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: Ana Paula Bastos – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho – Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/Professor da Universidade dos Açores, Portugal.

Isaías Barreto de Sousa – APDR-Cabo Verde/Professor da Universidade Jean Piaget, Cabo Verde.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores.

Na sequência de nossa programação, teremos a Sessão Especial que traz como tema de discussão e análise “Aspectos da Globalização nas Relações Econômicas do Atlântico Sul e seu Impacto no Desenvolvimento Regional”. A sessão é promovida pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR).

Para presidir os trabalhos à mesa, convido a professora doutora Ana Paula Bastos, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, ela que também é membro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR).

Convido à mesa o senhor presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e professor da Universidade dos Açores em Portugal, professor doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

Convido à mesa o professor doutor Isaías Barreto da Rosa, da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, ele que também é membro da APDR.

Com a palavra, a senhora presidente dos trabalhos à mesa, professora doutora Ana Paula Bastos, da Universidade Federal do Pará.

ANA PAULA BASTOS

Muito boa tarde a todos! Gostaria de agradecer o apoio da Anpec e do Banco do Nordeste, que patrocinou esta mesa. Gostaria previamente de dizer que essa decisão de trazer alguém de fora é do conselho deliberativo que organiza o Encontro, e temos o prazer de ter dois convidados ilustres que vão falar sobre os aspectos da globalização, do desenvolvimento regional e das questões do Atlântico Sul.

À minha direita, tenho o professor Tomaz Dentinho, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, que tem promovido diversos encontros, principalmente do outro lado do Atlântico, e também está associado à *Regional Science Association*, europeia e americana. A minha esquerda, tenho o professor Isaías, que é fundador de um novo centro regional da Associação de Ciência Regional Cabo Verdiano, ambos somos membros da APDR, mas estamos ligados também a outros centros.

Ele está mais ligado às novas tecnologias de informação e à educação a distância, e eu vou lhe dar a palavra já em seguida.

ISAÍAS BARRETO DE SOUSA

Olá, muito boa tarde. Eu vou falar sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação, globalização e desenvolvimento regional nos países em desenvolvimento, abordando o caso muito particular de Cabo Verde.

Numa breve introdução, diríamos que, de fato, a agricultura foi, durante muito tempo, o setor de atividade econômica por excelência. No século XIX, tivemos a Revolução Industrial, com o surgimento do motor e de toda a revolução que isso trouxe ao processo de produção.

No século XX, atrevo-me a dizer que tivemos uma nova revolução, a Revolução da Informação, o surgimento do computador, o surgimento da televisão e toda a grande transformação que isso trouxe ao processo produtivo e a própria economia.

Se no início a agricultura trouxe um valor a acrescentar para a economia, a Revolução Industrial trouxe um valor ainda maior, mas diria também que, no século XX e com a Era da Informação, tivemos um valor a acrescentar ainda maior.

Portanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação revolucionaram muita coisa: a nossa maneira de viver, de divertir, de trabalhar, de pensar... São indicadores importantes de desenvolvimento dos países. Na verdade, as Tecnologias de Informação e Comunicação revolucionaram de forma quase que irreversível as nossas sociedades.

Uma pergunta que muitas vezes nós podemos nos colocar é: será que conseguimos imaginar a nossa sociedade atual sem essas Tecnologias de Informação e Comunicação? Na

verdade, um bocadinho a brincar, diríamos que, no processo de nossa evolução enquanto homens, talvez alguma coisa tenha corrido mal.

Éramos *australopithecus*, com o passar dos anos começamos a ter, cada vez mais, uma posição mais ereta, mas depois, com a Revolução Agrícola, com a Revolução Industrial e, finalmente, com o surgimento do computador, voltamos a nossa posição inicial de *australopithecus*.

Mas, na verdade, essas Tecnologias de Informação e Comunicação têm também tido impacto substancial ao nível de globalização. Nós, talvez, somos um exemplo paradigmático disso. Olhamos, por exemplo, para o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação na investigação científica. Se alguns anos atrás os pesquisadores tinham que se deslocarem a outras cidades ou até mesmo países diferentes para consultarem um artigo ou uma bibliografia, hoje todos nós podemos fazer isso, no conforto de nossos lares, com um computador e podemos ter acesso a uma gama vastíssima de recursos bibliográficos em todo o mundo.

Com as Tecnologias de Informação e Comunicação, as empresas também podem efetivamente integrar as atividades econômicas dispersas por diversas regiões e podem, portanto, fazer essa integração das filiais a redes de produção, de distribuição global, Mais valia, portanto, das Tecnologias de Informação e Comunicação para a globalização.

E permitem, sobretudo, a transferência de produção para novas regiões e para zonas menos desenvolvidas. Falamos aqui da promoção do próprio desenvolvimento regional através das Tecnologias de Informação e Comunicação e da globalização. E, naturalmente, muitas atividades são realizadas em países com mão de obra mais barata, até certo ponto também devido à influência das Tecnologias de Informação e Comunicação.

É por isso que se diz que a regionalização da economia mundial é, paradoxalmente, um corolário da própria globalização, porque, na verdade, as Tecnologias de Informação e Comunicação permitem que essas empresas em escala global tenham presença nas regiões eventualmente mais remotas.

Assim sendo, surgem novas formas e novos acordos entre empresas para ganharem acesso à tecnologia. A concentração de empresas em autênticos oligopólios globais aumenta, naturalmente, a vantagem competitiva das grandes empresas. Um dos aspectos importantes é a influência das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para os países em desenvolvimento, entretanto, isso pode representar algum tipo de enfraquecimento. Conforme afirma a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), estes países em desenvolvimento correm o risco de perder mercado no comércio internacional e precisam fazer pelo menos duas coisas: uma atualização tecnológica e promover, portanto, a aprendizagem do desenvolvimento tecnológico; e precisam desenvolver capacidade de inovação.

E, na verdade, qual é a realidade dos países em desenvolvimento? Em que pé nós, países em desenvolvimento, estamos nesta matéria? A realidade dos países em desenvolvimento é caracterizada por um acesso à Internet que é caro e extremamente lento.

As instituições, por exemplo, de ensino superior na África, há pelo menos cinco anos, pagavam cerca de cinquenta vezes mais pelo acesso à Internet do que suas congêneres europeias e norte-americanas. Ora, nesse contexto as coisas ficam muito complicadas para esses países mais pobres.

Se analisarmos a taxa de penetração da Internet, constatamos que, por exemplo, na África – que possui a esmagadora maioria dos países mais pobres do mundo – essa taxa de penetração é quase de 11%. Na América do Norte, por exemplo, temos 78% e, portanto, os países mais pobres têm uma taxa de penetração muito baixa.

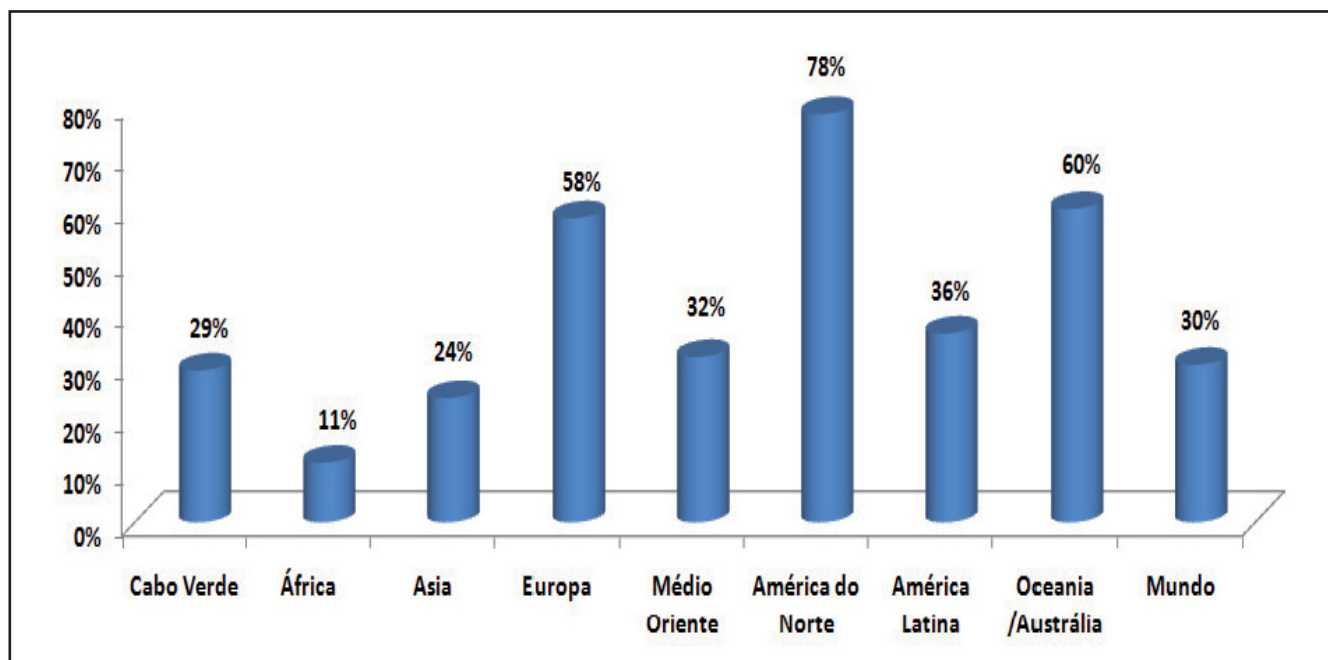


Gráfico 60 – TIC e Globalização

Fontes: *International Telecommunication Union (United Nations)* e Dados de 2010 do *World Bank*.

Há, igualmente, baixa taxa de penetração de computadores: poucas pessoas têm acesso, portanto, a computador e Internet. Há deficiente infraestrutura das Tecnologias de Informação e Comunicação, há uma grande taxa de analfabetismo digital, as pessoas não sabem usar computador e Internet, e há fraca formação dos recursos humanos.

Ora, então estamos a falar em uma globalização, até certo ponto também promovida pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, em que os *players* são muito desiguais, por um lado há aqueles que têm tudo, e por outro lado, outros enfrentam grandes dificuldades.

Eu queria falar, nos poucos minutos que ainda me restam, sobre a realidade cabo verdiana naquilo que diz respeito a isso. Cabo Verde é um pequeno arquipélago com cerca de meio milhão de habitantes, não sei se seria apenas uma rua ou um bloco em uma cidade grande aqui do Brasil. Teve a sua independência em 1975, uma dimensão de 4.033 km². Em 1974, um ano antes da independência, uma equipe do Banco Mundial visitou Cabo Verde para avaliar, digamos, a exequibilidade do país, a viabilidade do país Cabo Verde, então colônia de Cabo

Verde, como país independente. A conclusão a que chegaram foi que Cabo Verde é inviável como país independente, isso foi em 1974, quando o nosso PIB *per capita* era de US\$ 300.

Passaram-se mais de 30 anos, e atualmente o nosso PIB *per capita* é de US\$ 3.467, aumentou cerca de doze vezes. E, de fato, o país não tem ouro, não tem prata, não tem recursos naturais e enfrenta grandes dificuldades, mas a gestão da coisa pública, a gestão dos recursos existentes é fundamental, digamos, para o desenvolvimento e para a afirmação do país.

Falando sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação, a Internet, por exemplo, chegou a Cabo Verde em 1997. De 1997 a 2006 quase ninguém usava a Internet, mas, de 2006 a 2010 houve um aumento substancial da taxa de penetração. Era 5% em 2006 e, em 2010, passou para 29%. A média africana é cerca de 10% de taxa de penetração da Internet.

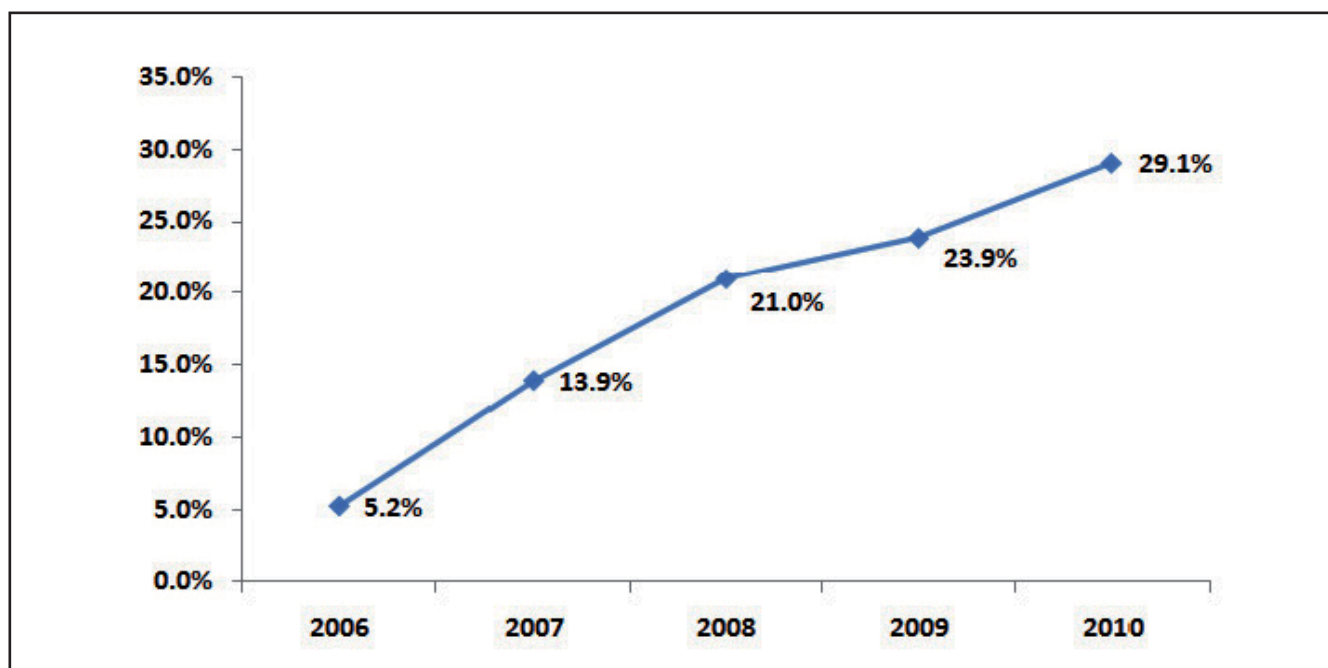


Gráfico 61 – TIC em Cabo Verde – Evolução da Taxa de Penetração de Internet

Fontes: *International Telecommunication Union (United Nations)* e Dados de 2010 do *World Bank*.

Houve alguma coisa feita nessa altura que despertou esse incremento substancial da taxa de penetração na Internet. A mesma coisa acontece com a taxa de penetração dos telefones celulares, aqueles que chamamos de telemóveis. Entrou também em 1997, mas a partir de 2006 começou a vir o incremento substancial e, hoje, a taxa de penetração é de 72%; portanto 72% dos cabo-verdianos possuem um telefone celular.

Se nós formos analisar alguns indicadores importantes em nível mundial, por exemplo, da governança eletrônica, as nações unidas publicam anualmente um relatório sobre a governança eletrônica e nesse relatório a média mundial é de 0,44, como nós podemos na Tabela 21, a média africana é cerca da metade, 0,27.

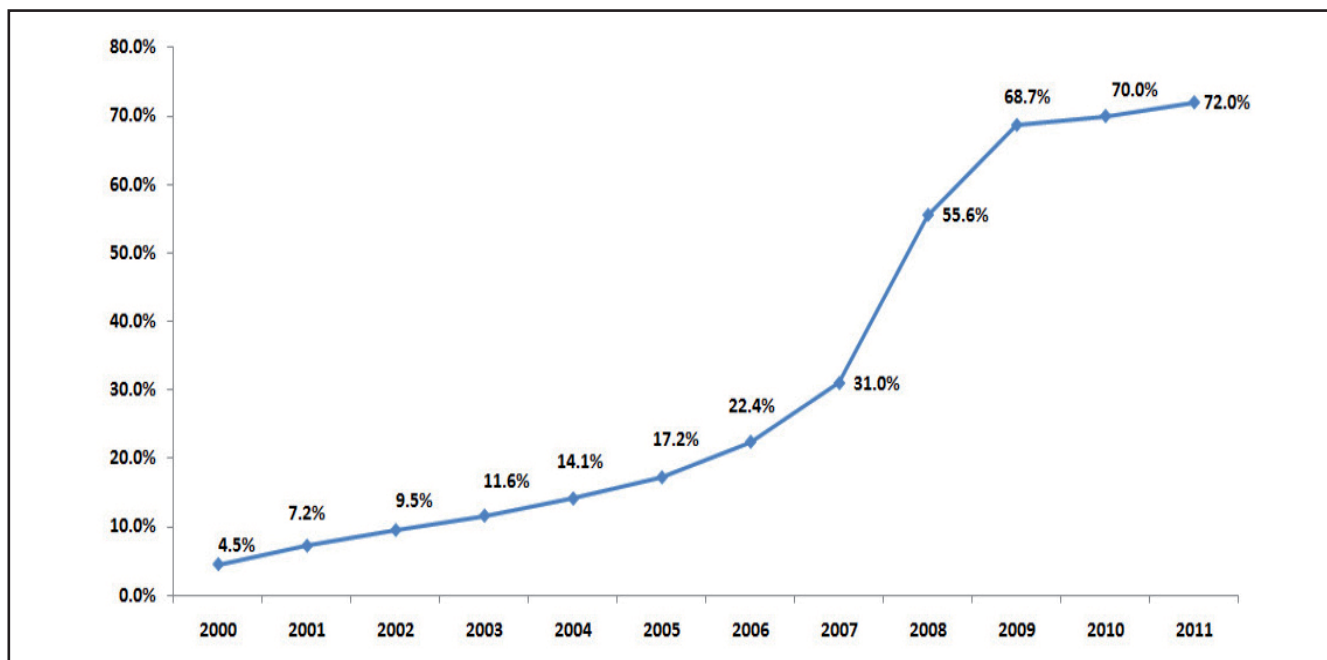









Gráfico 62 – TIC em Cabo Verde – Evolução da Taxa de Penetração de Telemóveis

Fontes: *International Telecommunication Union (United Nations)* e Dados de 2010 do *World Bank*.








Tabela 21 – TIC em Cabo Verde – Evolução da Taxa de Penetração de Internet

Rank África	Rank Mundo	País	e-Gov Index
1	66	 Tunísia	0.4826
2	77	 Maurícias	0.4645
3	86	 Egipto	0.4518
4	97	 África do Sul	0.4306
5	104	 Seychelles	0.4179
6	108	 Cabo Verde	0.4054
7	114	 Líbia	0.3799
		Média Mundial	0.4406
		Média Africana	0.2733

Fonte: Dados de 2010 de *International Telecommunication Union, United Nations*.

E nós, em Cabo Verde, estamos a 0,40. Em nível global, Cabo Verde ocupa a 108ª posição, em um *ranking* de 157 países. Apesar disto, está na 6ª posição no âmbito do continente africano. E, se formos ver outro índice, que é o Desenvolvimento Tecnológico da União Internacional das Telecomunicações, o país está em 102ª em nível mundial e na 4ª posição no africano.

Tabela 22 – TIC em Cabo Verde – Índice de Desenvolvimento Tecnológico 2010

Rank África	Rank Mundo	País	ICT Index
1	66	 Seychelles	3.64
2	72	 Maurícias	3.44
3	92	 África do Sul	2.79
4	102	 Cabo Verde	2.62
5	109	 Botswana	2.30
6	113	 Gabão	2.16
7	114	 Namíbia	2.04
		Média Mundial	3.38
		Média Africana	1.60

Fonte: Dados de 2010 de *International Telecommunication Union, United Nations*.

O que levou Cabo Verde, no contexto dos países mais pobres da África, a ter algum desempenho positivo nos últimos cinco ou seis anos? Em primeiro lugar, criou-se uma estrutura dedicada exclusivamente à promoção da governança eletrônica e da sociedade da informação, o Nosi, que era responsável e continua a ser o responsável pela implementação das iniciativas da governança eletrônica, com dependência direta do primeiro ministro, portanto, com forte apoio político.

Programou, portanto, os projetos mais estruturantes da governança eletrônica no País, promoveu, logo no início, a definição de documentos estratégicos para a governança eletrônica e para a criação da Sociedade de Informação no País.

Um das iniciativas mais marcantes do processo da governança eletrônica foi a criação da Casa do Cidadão, que é uma casa, um conceito, em que em vez das pessoas irem a várias instituições públicas para tratar de vários documentos, elas vão a uma única instituição pública e lá podem tratar uma gama vastíssima de documentos e podem também fazer isso via telefone, celular, SMS, *web*.

Ou seja, por exemplo, se alguém quer criar um novo negócio, tradicionalmente, demoraria uns dois meses. Com esse novo sistema, as pessoas podem criar a sua empresa em 60 minutos. De dois meses para 60 minutos. Portanto, o que aconteceu, basicamente, foi acabar com toda a burocracia anterior, criar, na verdade, algo como um corretor, um *broker* e as pessoas iriam apenas a esse corretor, a Casa do Cidadão, via presencial ou via *web*, via telefone ou via celular, e conseguiriam acesso a uma vastíssima gama de serviços.

Isso trouxe mais valia substancial para dinamizar a governança eletrônica em Cabo Verde. Criou-se também a Casa do Cidadão Móvel, que é veículo *Van*, um carrinho com computador e acesso à Internet, que disponibiliza os serviços da Casa do Cidadão para

os sítios mais recolhidos do país. Portanto, as regiões mais remotas também têm acesso a esses serviços.

Para terminar, outra iniciativa que deu um contributo valioso a esse processo foi a das praças digitais. Nesse momento, as principais praças e parques do país têm acesso à Internet *wireless* gratuito; qualquer pessoa pode ir aos aeroportos e nas praças do país com um telefone, por exemplo, ou um computador portátil com *wireless* e consegue navegar na Internet. Isso deu um contributo valiosíssimo para dinamização da Sociedade da Informação no País.

Uma iniciativa muito importante que está neste momento a ser implementada é o programa Mundo Novo, que consiste na distribuição de cerca de 150 mil computadores a todos os níveis do ensino em Cabo Verde, desde o primário ao superior. Cento e cinquenta mil computadores representa qualquer coisa como o equivalente a 30% da nossa população, pois somos, mais ou menos, 500 mil.

Distribuir computadores a 30% da população é uma iniciativa, de fato, que vem a revolucionar o país em termos de construção do cenário da informação e preparação para a globalização com base nas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Há uma rede de telecentros por todo o país que visa levar esses recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação aos sítios mais recolhidos. E, finalmente, a joia da coroa da governança eletrônica em Cabo Verde é aquilo que nós chamamos de Sigof, que é um sistema integrado de gestão orçamental e financeira do estado. Portanto, pode-se controlar, por um lado, a transparência da gestão orçamental do país, de forma que as decisões políticos podem, a partir da sua mesa, do seu computador, controlar toda a execução orçamental do Estado de Cabo Verde.

Eu fico por aqui, muito obrigado.

ANA PAULA BASTOS

Vou passar a palavra para o professor Tomaz Dentinho e, depois, abriremos a sessão de perguntas para a plateia.

TOMAZ LOPES CAVALHEIRO PONCE DENTINHO

Muito obrigado, Ana Paula, por ter me desafiado a vir aqui, muito obrigado ao Banco do Nordeste, à Anpec, é de fato, um gosto grande estar aqui.

Vou falar dos aspectos da globalização, da globalização no Atlântico Sul, da questão do desenvolvimento regional, dos sucessos e falhas em estratégias de desenvolvimento regional, sobre aprender com os erros e arriscar novos desafios e concluir.

Fui buscar esta informação fundamentalmente em um livro que organizei com o professor José Manuel Viegas sobre os desafios emergentes para o desenvolvimento regional onde a questão da globalização apareceu como crucial. Reunimos uma série de gente, contribuições, os professores Carlos e Eduardo aqui do Brasil, e outros colegas portugueses de várias áreas, e também do curso de Ciência Regional. Organizamos em junho uma mesa-redonda com os alunos, que vai passar na *web*, também sobre a temática da globalização e desenvolvimento regional.

Dos capítulos deste livro, organizei em três partes: sobre as forças, os impactos e respostas. Das forças, temos fundamentalmente a globalização, temos outros aspectos como a Sociedade de Informação, os novos paradigmas energéticos, a questão agrícola que traz novas crises, a fome e as mudanças climáticas que constituem uma bandeira importante.

Os impactos estão ao nível dos fatores produtivos, nos fluxos de investimento, nos fluxos de pessoas, nas transferências entre regiões, na mudança dos transportes e no uso do solo.

E depois as respostas, que para mim foi um pouco de desilusão, respostas de políticas que nós cientistas temos que dar aos políticos e não têm nada a ver com esse novo desafio; são respostas antigas e as respostas antigas também falharam como nós vamos ver.

De fato a grande força da globalização é a emergência da China e da Índia, é o *global warming* que vai começar a ter impacto, e, sobretudo, já tem reações e é uma realidade que, como define um autor, "antes de ser já era", porque implica reações da parte dos seres humanos. Temos depois as crises alimentares e essa parte de países que estão em crise, sobretudo na Europa e nos Estado Unidos.

Nos impactos, o que é que assistimos? Assistimos, por exemplo, que o transporte tem um efeito duplo, se eu aumento muito a assiduidade posso reduzir o investimento local, porque vale à pena concentrar e transportar os produtos que são produzidos centralmente; as migrações têm a ver com a aceitabilidade social, que afeta os países de destino e a sua integração, mais do que a questão econômica; em termos de produção agrícola, verificamos que são por causa das políticas de intervenção que são criadas as crises e não o contrário, quer dizer, são as políticas protecionistas que evitam a exportação, por exemplo, dos cereais entre a Rússia e a Argentina e, ficaram na Argentina por questões internas que agravam a crise internacional.

Temos, também, estes aspectos dos usos do solo, que têm fortes impactos em termos ambientais porque reagem muito rapidamente à política central, muitas vezes políticas de subsídios, e, portanto, há aqui uma dinâmica da ocupação dos espaços, e que se faz sentir mais na periferia do que no centro.

Depois temos então as políticas, há quem defenda a concentração, há quem defenda a descentralização, há quem defenda as infraestruturas. O que é certo é que, olhando para aquela lista de nomes que estão a acontecer e para as crises que estão a desenvolver, não parece que, pelo menos em termos europeus, não está a dar resposta. E não está a dar resposta em face de que o mundo está a mudar completamente.

Os centros do mundo são atualmente três: os Estados Unidos, a Europa do Norte e o Japão. E olhando para os fluxos que saem e entram no Brasil, vemos que são muito mais marítimos do que terrestres, enfim, nós pensamos que a globalização é marítima, é do litoral e, também, naturalmente, aeroportos, mas é muito marítima.

Sempre foi marítima, aliás, a globalização portuguesa, a globalização holandesa, a globalização que está a ocorrer é muito marítima e a globalização que vai ocorrer se dermos igual peso *per capita* aos diversos países e pode ocorrer em 20-30 anos, de fato, centra, completamente, o mundo no oriente. Quer dizer, os fluxos passam a ser muito mais com Índia, com China, com Brasil, com Indonésia, do que propriamente com a Europa ou com os Estado Unidos.

Depois, esta escala convém a ser em nível de cidade, e as cidades são fundamentalmente de vários níveis, portanto, sua quantidade é importante. Há cidades que, pelo poder administrativo que têm, tendem a concentrar, como é o caso do México, e há outras cidades, curiosamente, com núcleos urbanos que são mais competitivos em nível mundial, as regiões do nordeste americano, por exemplo. São redes de cidades bem concentradas que completam os produtos da escala global: é a região de Xangai, é a região da Turquia, é a região de Hong Kong, mas são redes de cidades que competem entre si para ganhar um mercado internacional.

E isto é muito importante, muitas vezes na periferia nós temos tendência a centrar em Lisboa, a centrar em Roma, a centrar eventualmente em São Paulo, com toda a ideia da escala da competitividade, e nós fomos ver, de fato, que o que acontece são redes de cidades relativamente intermediárias, próximas umas das outras, a competir em nível internacional e, portanto, isso também tem a ver certamente com o desenho urbano que se quer fixar, e não necessariamente com uma capacidade competitiva reforçada por uma política administrativa, que centra naturalmente em Madri, em Brasília ou na Holanda, com a ideia das escalas.

Há outras formas de fazer, e a competição entre cidades mais ou menos iguais será eventualmente a competição entre cidades como o Recife do Nordeste, que gera mais competição em nível global do que provavelmente concentrar em uma cidade grande, que tenta competir em nível global.

E agora vamos àquilo que se fala sobre política regional. O nosso amigo Juan fala de quatro fatores: as cidades que tiveram sucesso na Espanha tiveram crescimento, seguridade, serviço de produção e industrial. Curiosamente, as políticas que diversos autores propõem são exatamente a mesma coisa: produção do capital humano, a seguridade e crescimento em função de investimento privado externo e interno.

Mas são cuidadosos e dizem que dependem de contrapeso e medida, ou seja, uma política em função dos recursos humanos pode também ser uma política que favorece a seguridade, favorece também as importações e o setor construtivo. Esse jogo funciona muito bem nas cidades italianas, que elas competem entre si sobre o mesmo mercado, mas depois competem exteriormente, e isto não é fácil, atingir esses ambientes inovadores exige uma cultura de inovação e competição internacional que não existe em muitas regiões. E também a produção de investimento privado interno e externo por novos setores dependentes.

E, portanto, há aqui um aviso que nem toda a política regional que até agora nos habituamos a dizer, a política de desenvolvimento que era sempre boa e foi por fases, todas novas modas de alguma forma acuradas pela nossa própria teoria, que nós desenvolvemos, da teoria da independência, da teoria das necessidades básicas e, agora, a da inovação e depois a da sustentabilidade, que foram levadas de políticas diferentes. Nunca olhamos para os erros que cometemos e, portanto, certamente ao vê-los, como temos agora o desastre do sul da Europa, cabe denunciar isso mesmo.

E, de fato, no sul da Europa é o desastre; exatamente as regiões que estavam sujeitas à política de apoio regional colapsaram: o sul da Itália já tava há muito tempo, a Grécia colapsou, Portugal colapsou, Espanha está a colapsar, Irlanda está a colapsar.

O que erramos? Onde é que está o nosso erro? O erro foi nosso. Nós que achamos que essa seguridade, que o desenvolvimento era só seguridade e não criatividade. Achávamos que era uma questão de consumidor e não do produtor também. E, portanto, criamos pessoas eventualmente dependentes, sobretudo mudamos: em vez de serem exportadores passaram a ser, fundamentalmente, importadores. Os ricos passaram a ganhar dinheiro com as importações e com os produtos.

Outra questão muito importante que eu quero ressaltar é que: fala-se de economia de aglomeração e, portanto, os erros no centro não acontecem. Eu faço uma estrada em Paris, corre sempre bem, faço uma estrada em Londres, corre sempre bem, faço uma estrada em São Paulo, corre sempre bem, faço uma estrada no Acre ou em um sítio mais remoto, não é complementado ao resto.

E, portanto, grande parte do gasto que foi feito na periferia europeia e nas periferias acabam por nunca suscitarem complementaridade, porque no fundo o projeto de infraestrutura ou projeto de apoio nunca foi avaliado em termos de custo-benefício e por quê? Porque não era rentável. Mas nunca foi avaliado em termos dos outros projetos complementares que poderiam dar viabilidade ao primeiro, e isto eu dou o exemplo daqui do Pico.

O Pico é a montanha mais alta de Portugal, lá em cima pode ser muito importante em termos de monitoramento do clima ao nível do mundo, por estar no meio do Atlântico e na estratosfera, é possível. Mas para isso é preciso fazer um teleférico. Um teleférico não se justifica em termos da zona lá do posto científico, o teleférico também não se justifica em termos do atual turismo que existe que daria 12 mil subidas, é preciso 40 mil.

E, portanto, para fazer o teleférico eu preciso pensar em outro projeto que seja rentável, um projeto de dinamização turística que não pode basear-se só no teleférico, tem que valer por si a procura.

Portanto, a descoberta destes projetos, desta cultura de projeto em nível local, é completamente contrária à cultura do projeto que tem sido imposta por Bruxelas, que é propor. Agora são computadores, depois são estradas, depois é isso, depois aquilo, e nunca gruda raramente se junta em nível regional.

E, portanto, o que eu diria é que a busca das complementaridades através do diálogo interdisciplinar, através de uma situação criteriosa de projetos, não apenas com a taxa de desconto no tempo que normalmente o banco usa, mas também com a taxa de desconto no espaço, para saber se este projeto não é rentável, quando é que vai aparecer o outro projeto que torna mais rentável. As complementaridades do capital revelam-se através do tempo.

Ora, isto acontece em cidades centrais. Fazemos qualquer coisa e aquilo mais tarde vem a ser útil, e as cidades periféricas são ruínas, pois estão lá, com os armazéns fechados, os aeroportos subutilizados, os portos transformados em ruínas. É claro que as cidades grandes também ruínam, também são insustentáveis e a história revela isso, mas, tentar descobrir essas complementaridades em cada sítio parece que é muito importante.

Muito obrigado.

ANA PAULA BASTOS

Bem, são duas comunicações um pouco diferentes das que estivemos a ouvir, mas no fundo falamos de desigualdade. Mantivemos um pouco o clima geral da conferência, que é a questão da desigualdade da periferia vista por diversas perspectivas. Eu gostaria de abrir agora para perguntas, comentários, e pedir, por favor, para se identificarem antes de fazer o comentário.

CLEUDSON / UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Meu nome é Cleudson, da Universidade Federal do Ceará. Antes de tudo, quero parabenizar à mesa, que foi interessantíssima, ao seu Isaías, que trouxe um tema interessante, a realidade de Cabo Verde. E uma pergunta que eu gostaria de fazer, mas antes quero fazer só uma observação que, no caso, se você levar em conta o número... A Internet tendo uma alta qualidade, você oferecer isso em grande quantidade e uma acessibilidade maior, você pode ser que tenha um acesso a bibliotecas, no âmbito de conhecimento amplo.

Democratizando isso em qualquer instância, seja na periferia, seja no centro, isso é interessantíssimo. Eu verifiquei a questão da população de 400 mil habitantes, meio milhão, é praticamente aqui a Grande Messejana, um bairro que nós temos e, realmente, seria interessante se o poder público verificasse e copiasse esse exemplo para cá, com certeza nós teríamos bibliotecas acessíveis às crianças aqui na nossa cidade, Fortaleza.

Sem falar que passa próximo ao Ceará, os grandes cabeamentos de Internet que interligam todo o planeta. Bem próximo, então, estamos atrasados relativamente, o Brasil está atrasado nessa capacidade de acessibilidade. Eu acredito que o conhecimento é um fator determinante, e foi colocado agora recentemente que se multiplica anualmente toda a informação do planeta, a cada seis meses, praticamente.

Desse modo, faço a pergunta, com relação a essa acessibilidade que tiveram desde 2004, comparado que o PIB aumentou de 1975 para cá doze vezes, creio que doze vezes, qual foi a intensidade, se essa acessibilidade à Internet e também a outros meios. O celular também se tornou mais acessível e qual foi essa velocidade, no crescimento do PIB, devido a essa facilidade de comunicação mais veloz e mais dinâmica dentro de Cabo Verde? Obrigado.

ANA PAULA BASTOS

Mais alguma questão?

NÃO IDENTIFICADO

Boa tarde, eu queria saudar os patrícios da mesa, de Cabo Verde e dos Açores, e fazer duas rápidas observações.

Em 1980 começaram a chegar à Economia lá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte os primeiros cabo-verdianos, já por lá passaram vários, o Manoel Almeida, que creio deve conhecer, o Pires, atual presidente, Maria da Luz Alves, entre tantos outros que já passaram.

Eu me lembro daquela época, que logo em que vocês fizeram a revolução, faziam menção também àquele mesmo quadro que o problema era o seguinte: Cabo Verde vai fazer a reforma agrária ou não vai? Vai. Mas, para fazer a reforma agrária em Cabo Verde naqueles anos, logo que sucedeu à revolução, era tirar as terras dos mais ricos, esses mais ricos moravam fora, moravam nos Estados Unidos e mandavam os dólares para Cabo Verde.

Então, isso impediu, eu me lembro de que vinham uns jornais de Cabo Verde que nós líamos naquela época, quer dizer, isso impediu uma reforma agrária em Cabo Verde porque não vamos tirar terras de quem manda os dólares, senão morreremos aqui. E agora eu vejo um Cabo Verde todo conectado mundialmente.

Eu achei que talvez depois você pudesse falar, talvez particularmente, outras transformações na base econômica de Cabo Verde, se além do aeroporto, vocês têm alguma outra forma de renda que sustente a economia local.

E eu queria fazer um registro também do problema dessas ruínas. Eu moro em uma cidade, Natal, que tem 700 mil habitantes, onde posso ver canal da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e as notícias dos Açores, uma ilha muito linda que a gente pode pela RTP conhecer. Lá (em Natal) vamos fazer agora um estádio para receber a Copa do Mundo.

Ora, um estado tão pobre, que vai carrear recursos e vai aumentar a desigualdade, porque vai desviar recursos para construir o circo, quando falta-nos o pão e isso se sucede. Então, nesse quadro que o senhor coloca e juntando com a palestra anterior, ao mesmo tempo em que políticas de governo tentam reduzir a desigualdade. Lá no meu estado se faz uma rede de escolas, pelo interior, fantástica, com universidade, com prédios belíssimos, com uma série de doutores, temos ao mesmo tempo, e contraditoriamente, e é assim que é o real, a construção de um grande estádio que vai levar um mundo de recursos para o circo. Sabe quantos jogos devem ter lá?

São os jogos iniciais do campeonato, porque somos uma cidade periférica e a mais próxima da África, talvez. Natal está exatamente na esquina do Brasil, estamos muito próximos de vocês, não só geograficamente, como também por esses alunos que nos vêm.

Vamos construir agora um estádio em nome de um espetáculo internacional e aí a minha pergunta é: por que essas coisas vêm de fora e nós aceitamos? Meio na linha do que tu perguntas: por que temos que aceitar e fazer um estádio ao modelo desejado? E Portugal parece que teve a mesma coisa. Só tem um estádio rentável lá porque tem *shows*, se não me engano é no Porto. É verdade, ou não é?

Bom, obrigado pela observação e, ao colega de Cabo Verde, também as nossas saudações.

ANA PAULA BASTOS

Então eu vou passar a palavra ao Isaías, por favor, para responder as duas questões que foram colocadas.

ISAÍAS BARRETO DE SOUSA

Ok, muito obrigado. Primeira observação em relação ao que diz respeito à relação entre o crescimento do PIB e a melhoria da acessibilidade e da construção da sociedade da informação em Cabo Verde. Bom, na verdade, Cabo Verde, em 2008-2009, deixou de pertencer oficialmente ao grupo dos países menos desenvolvidos, os países mais pobres do mundo, para passar a pertencer ao grupo dos países de rendimento médio.

Houve, naturalmente, melhorias ao nível dos indicadores de desenvolvimento humano e ao nível, portanto, do PIB. São três condições requeridas, outra condição tem a ver com a sustentabilidade, com a fragilidade da economia. Nesse indicador, Cabo Verde não passou porque, de fato, a economia, a estrutura da economia é frágil, mas passou para país de rendimento médio.

E, portanto, houve progressos notórios. Há uma relação entre esse progresso e a construção da sociedade da informação, esta é uma pergunta interessante para fazer uma investigação concreta e se provar isso cientificamente. Mas o fato é que, efetivamente, nesse período houve um acréscimo substancial naquilo que diz respeito ao PIB e, também, os valores para os indicadores do desenvolvimento humano.

Cabo Verde há três ou quatro anos, foi o país melhor governado da África, o país número um em termos de desenvolvimento humano, e eu acho que as coisas estão inter-relacionadas. Em relação à economia cabo-verdiana, de onde vem o rendimento?

Bom, de fato, tem a ver com os transportes, porto e aeroporto, continuamos a depender muito das remessas dos imigrantes, mais de 50%. Cabo Verde tem meio milhão de habitantes, mas temos cerca de um milhão de cabo-verdianos a viver na diáspora.

Portanto, existem mais cabo-verdianos fora do país do que dentro. Se voltarem todos nós temos um problema sério, mas na verdade, temos a remessa dos imigrantes; temos o setor dos transportes, devido a nossa situação estratégica, entre América e África e Europa, América digo o continente americano; mas o outro aspecto importante tem a ver com o turismo, que tem experimentando uma dinâmica nos últimos anos e tem, naturalmente, contribuído para uma maior dinamização da economia.

O turismo cabo-verdiano é um turismo, neste momento, basicamente de sol e praia, há necessidade de infraestrutura turística e etc., mas tem experimentado uma dinâmica bastante interessante nos últimos anos e, naturalmente, tem dado uma contribuição interessante para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

Muito obrigado.

TOMAZ LOPES CAVALHEIRO PONCE DENTINHO

Acredito que, quando uma região está pobre – isso aconteceu em Portugal e acontece aqui –, os primeiros investimentos são óbvios e, portanto, são sempre bem-vindos. O que nós não contamos é que, ao criarmos esses investimentos de algum volume, todo tipo se adapta à produção desses investimentos, o setor exportador vira-se da sua exportação para a construção civil, e os políticos viram-se da melhor gestão das taxas para captação do apoio externo.

Portanto, esta adulteração do sistema é que nós, muitas vezes, não contamos quando fazemos as políticas de desenvolvimento regional continuadas: o cenário político se adultera, a melhor política é a que capta dinheiro fora, e o sistema produtivo também se modifica.

Depois, é difícil voltar para trás, por exemplo, fizemos um estudo recentemente e é engraçado, sobre a motivação das pessoas. Deu três grupos: as ONGs, que não percebiam

nada do assunto; os estudantes que estavam em Lisboa ou fora e que estavam de alguma forma, revoltados porque tinham que estudar fora, e depois todos os outros que, aparentemente, no dia a dia diziam mal uns dos outros ou tinham opiniões diferentes sobre os mais diversos assuntos, quando fizeram a hierarquização de uma série de frases e de uma série de propostas eram todos iguais, da esquerda, da direita, de técnicos, dos não técnicos.

E eram todos iguais nesse sentido, os empresários e não empresários, o negócio, o que nós pensaríamos para São Tomé? O que vale a pena é o turismo, é a logística, é o petróleo, é a pesca e o cacau. Erro. O que vale a pena é ir buscar o dinheiro fora, porque é o setor mais fácil, mais produtivo.

A melhor estratégia para um grupo de 30, 40, 100 empresários que estão em São Tomé é, de fato, captar dinheiro fora. Portanto, não interessa tanto fazer um porto de águas profundas, interessa fazer o projeto do porto de águas profundas, porque o projeto é que vai alimentando técnicos. O que importa é todo o diálogo em um curto prazo.

Nos Açores, eu vivo nos Açores, esse enviesamento da forma de pensar das poucas pessoas que existem lá e da forma de agir, em termos de ser competitivo, o grande negócio é de fato captar dinheiro fora e, depois, acontece que nos endividamos para captar dinheiro fora, foi o que aconteceu em Portugal, Espanha. E como os investimentos que são feitos não são produtivos, não geram renda, enfim, é o colapso.

Há aqui alguma coisa a corrigir neste aspecto, certamente que os primeiros investimentos foram um sucesso, havia muita coisa para fazer e isso resultou em portos, aeroportos, um sucesso. Não percebemos é que criamos uma máquina que ela própria é difícil de mudar para o outro lado. Acho que, cada vez que nós temos um apoio, temos que pensar qual é a adaptação, o ajustamento que o setor produtivo daquela região vai fazer e teria em função disso.

É muito importante, como vi aqui, esta questão da pobreza no Brasil. Como é que nas regiões está se adaptando o processo produtivo, o que é que estão fazendo os empresários em cada uma das regiões? Estão deixando de exportar, de produzir e exportar seus produtos e começando a ser importadores e a abrir um negócio para importar. E a região fica dependente, não há outra forma. E os jovens, que nós pomos nas universidades, querem sair e viver lá, mas não tem, na zona mais periférica não tem negócio para eles.

Não estou dizendo que a política está mal. A nossa avaliação como cientistas é que se deve aprender muito com os erros, como está acontecendo na Europa e no mundo em termos de apoio ao desenvolvimento, já temos apoiado o desenvolvimento há muito tempo e não temos agora um crescimento, portanto, temos mais dinheiro para distribuir, eventualmente nos países que estão a emergir, mas o fato de haver dinheiro para distribuir não quer dizer que a distribuição, ela própria é benéfica.

O que acontece a seguir? Será que as pessoas que estão recebendo dinheiro, será que isso é apenas uma passagem de fato da miséria para a pobreza e pode ser

produtivo ou será, de fato, que nós criamos um grupo de pessoas dependentes e que têm mais dificuldade?

E o processo em Portugal e nos Açores aconteceu assim, embora as pessoas sejam capazes de reagir aos desafios, não há dúvida nenhuma. Mas talvez precisemos fazer um bocadinho melhor, e essa é minha dúvida.

ANA PAULA BASTOS

Bem, terminamos aqui a sessão. Muito obrigada.

Mestre de Cerimônias

Gostaria de ratificar os agradecimentos pela honrosa presença da professora doutora Ana Paula, que gentilmente aceitou o convite para presidir os trabalhos, do professor doutor Tomaz Lopes Dentinho e do professor doutor Isaiás Barreto, que aqui vieram de tão longe partilhar seus conhecimentos. Os agradecimentos são da organização deste evento.

SESSÃO ESPECIAL ANPEC

“MUDANÇA ESTRUTURAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO”

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: Adriana Amado – Secretária Executiva da Anpec

Carmem Feijó – Professora da Universidade Federal Fluminense e
Diretora do Centro Internacional Celso Furtado

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, boa tarde.

Dando sequência aos trabalhos do XVII Fórum de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia, iniciaremos agora a Sessão Especial: “Mudança Estrutural e Crescimento Econômico”, promovida pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Informamos que, logo após o encerramento deste painel, iniciaremos o que traz como tema: “Financiamento aos Pequenos Negócios como Estratégia de Desenvolvimento”.

Para presidir os trabalhos técnicos pertinentes ao próximo painel, convido ao palco a senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), professora doutora Adriana Amado. Convido ao palco a professora doutora Carmem Feijó, da Universidade Federal Fluminense e diretora do Centro Internacional Celso Furtado.

Para sua saudação à plateia e, em especial à palestrante convidada, com a palavra a senhora presidente dos trabalhos da mesa, professora doutora Adriana Amado.

ADRIANA AMADO

Boa tarde a todos. A Anpec, em sua Sessão Especial, convida a professora Carmem Feijó, da Universidade Federal Fluminense e atualmente diretora do Centro Internacional Celso Furtado e ex-secretária executiva da Anpec que me antecedeu, para proferir uma palestra com o tema: “Mudança Estrutural e Crescimento Econômico”.

A gente poderia conduzir os trabalhos no sentido de uma apresentação, se eu não me engano é uma hora. A apresentação é de 40 a 50 minutos, mais 10 minutos para debate.

CARMEM FEIJÓ

Quero agradecer o convite da associação organizada pela Anpec, para mim é uma grande satisfação retornar aqui ao Fórum BNB e Encontro da Anpec Nordeste, poder rever amigos, rever Fortaleza, então muito obrigada por esta oportunidade.

Bom, o tema que escolhi falar é sobre como a mudança estrutural pode favorecer uma trajetória de crescimento mais sustentável, mais dinâmica. Ou você pode descrever cenários onde a economia apresente uma trajetória de crescimento que provoque uma mudança estrutural e essa mudança, ao invés de favorecer mais crescimento, pode não ser tão benéfica. É um pouco essa discussão que eu estou propondo nesta apresentação.

O debate tem ênfase na discussão do papel da indústria na economia e esse debate não é novo, com certeza, mas o objetivo é recuperar como ele tem sido tratado no momento mais recente. E isso se baseia numa evidência, que eu acho que não tem muita discussão, é constatado que o peso da indústria vem decaindo de forma constante na estrutura produtiva brasileira, principalmente depois da abertura econômica.

E, obviamente, no cerne dessa discussão – hoje esse é um tema bem controverso, que está em destaque –, está a questão da valorização da tendência à apreciação da taxa de câmbio. Organizei a apresentação tratando em duas partes. Em uma descrevendo, definindo como é que se entende o quê que seja uma desindustrialização, quais as causas desse processo, as consequências, entre as causas e as consequências você tem posições divergentes na literatura e discutir, em uma segunda parte, a questão da desindustrialização, mas com foco na composição do setor industrial.

E aí, introduzir essa ideia, quer dizer: qual é o efeito da desindustrialização quando você tem uma estrutura produtiva que é imatura? Então, a perda relativa de importância do setor industrial, nesse caso, poderia estar sinalizando um retrocesso da estrutura no sentido de reduzir o potencial de crescimento da economia. Esses são os focos que eu vou tratar.

Começando com as causas da desindustrialização, pelo menos duas posições podem ser identificadas: de um lado os novos desenvolvimentistas, que atribuem que a desindustrialização teria sua origem nessa combinação perversa de abertura financeira, com a valorização dos termos de troca e com uma tendência ao câmbio em países emergentes de apreciação. E, por outro lado, economistas ortodoxos que não interpretam como negativo o fato de a indústria perder peso na estrutura produtiva.

Muito pelo contrário, a apreciação do câmbio é oriunda de reformas, é decorrente da abertura econômica e financeira, e na realidade vai favorecer a indústria ao permitir que ela renovasse o seu estoque de capital, absorvesse técnicas mais modernas e, com isso, realmente é constatado que a produtividade industrial recuperou nos anos 90, quando ela tinha ficado estagnada ao longo de todos os anos, ou pelo menos na segunda metade dos anos 80.

Aqui vale, um pouco rapidamente, conversarmos sobre como é que identificamos a desindustrialização. Então, pegando logo essa dupla de autores que chamamos de uma definição clássica, seria uma redução persistente na participação do emprego industrial no emprego total do País.

Isto teria sido verificado nos países desenvolvidos a partir da década de 70, e na América Latina na década de 90. Um estudo mais recente do Tregena amplia um pouco essa caracterização de como medir essa desindustrialização mostrando que tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado podem se reduzir com uma proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Uma economia se desindustrializa quando o setor industrial vai perder importância, tanto como fonte geradora de empregos e/ou valor adicionado para uma determinada economia. Bom, uma questão importante é vermos que a desindustrialização pode ser avaliada de forma positiva, como ela pode ser avaliada de uma forma negativa, e aí teríamos a caracterização da doença holandesa.

Uma desindustrialização positiva seria aquela que ocorreria meio que naturalmente, quando a partir de um determinado estágio de desenvolvimento da economia há uma transferência para o exterior de atividades que são mais intensivas no trabalho, com menor valor adicionado. Então, nesse caso, você tem que observar um aumento na participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e de maior valor adicionado na pauta de exportação.

Uma desindustrialização seria negativa quando se observa o contrário, uma reprimarização na pauta de exportações. E a doença holandesa se verificaria quando, por força da descoberta de recursos naturais que são valorizados no comércio internacional, você leva aquele país produtor desses recursos, da exploração desses recursos, a uma apreciação na taxa real de câmbio a tal ponto que torna menos competitivas demais exportações e, com isso, então, você sacrificaria os outros setores industriais.

Qualificando dentro da desindustrialização positiva, a positiva seria aquela que adviria de causas internas, então seria a ideia de que o desenvolvimento econômico, naturalmente, vai levar as economias a se desindustrializarem. E economias mais desenvolvidas, vão apresentar uma demanda maior por serviços do que por bens manufaturados, onde a elasticidade-renda da demanda de serviços é maior do que a de manufaturados.

Economias com renda *per capita* mais elevadas apresentariam um perfil de consumo que beneficiaria o setor-serviço, nada mais lógico do que o peso de serviços na estrutura tenda a aumentar. Como a produtividade do trabalho vai crescer mais rápido na indústria do que nos serviços, é possível que você observe que a participação do emprego vai declinar antes do que o declínio no valor adicionado.

No caso da causa da desindustrialização negativa, ela poderia ter como causa, o que estamos chamando de causas externas, em que a economia vai se integrar no fluxo de comércio internacional de forma que ela acabe se especializando em produtos mais

intensivos, em trabalho menos qualificado, ou em bens de baixo valor, e então, com isso, você teria uma trava aí no processo de industrialização.

E, por fim, a doença holandesa poderia estar associada ao que comumente se chama aqui na América Latina, de uma desindustrialização precoce, quer dizer, um país pode, por força da especialização da sua estrutura produtiva em recursos e em bens de exploração de recursos naturais, ou então de trabalho extensivo, trabalho pouco qualificado, ele pode inibir o desenvolvimento de outros setores mais avançados e iniciar um processo de desindustrialização, mesmo sem ter atingido aquele nível de renda *per capita* que se observa nos países desenvolvidos quando então se constata que o processo de desindustrialização já teria se iniciado.

O Gabriel de Palma tem um texto que é muito referenciado falando sobre a desindustrialização precoce e que a América Latina teria sido acometida desse processo de desindustrialização precoce. Países obviamente afetados pela doença holandesa vão, caracterizadamente, ter iniciado um processo de industrialização sem ter atingido aquele ponto de maturidade das suas estruturas produtivas.

Qual é a consequência disso? É que eles não esgotam as possibilidades de desenvolvimento econômico que vão ser permitidos pelo processo de industrialização. Como que a literatura econômica vê as consequências da desindustrialização? Modelos mais convencionais, a ocorrência ou não da desindustrialização, é irrelevante dentro da agenda de pesquisa, porque o crescimento em longo prazo vai ser uma consequência de acumulação de fatores, progresso tecnológico. Então é independente da composição setorial da produção.

Já para o pensamento heterodoxo, o processo de crescimento seria setor específico, quer dizer, os setores são diferenciados, obviamente, a indústria vai ter um papel especial e esse tema é bastante discutido, principalmente dentro da literatura kaldoriana.

E o que tem a indústria de especial? A expressão "a indústria como motor de crescimento em longo prazo", o que torna esse setor diferente de outros setores? Por que ele merece uma atenção, deveria merecer uma atenção especial em estratégias de desenvolvimento econômico?

Bom, primeiro porque são mais fortes na indústria os efeitos de encadeamento pra frente e pra trás, o setor industrial é o setor que demanda praticamente todos os outros setores e fornece para todos os outros setores e, dentro do setor industrial, o setor produtor de máquinas e equipamentos.

Então, ele condiciona o processo de trabalho de outros setores, a presença de economias de escala, estáticas e dinâmicas. É um setor onde os rendimentos são crescentes, a produtividade é função da produção industrial, as mudanças tecnológicas ocorrem, principalmente, na indústria, de forma que ele vai ser difundido a partir do setor industrial e a elasticidade-renda de importação e de manufaturas é maior do que a elasticidade-renda de importação de *commodities*.

Portanto, o que se observa é que a industrialização é necessária justamente para aliviar a restrição ao crescimento dado pelo balanço de pagamentos. Ter uma indústria forte, ter uma indústria relativamente bem diversificada, faz diferença em termos de potencial de crescimento da economia.

Em vista disso, outro tema que eu acho que está ligado a essa questão da indústria é discutir um pouco a ideia de maturidade de uma economia. Uma economia vai se tornar madura quando ela já completou as etapas de desenvolvimento industrial.

Em uma economia imatura, observa-se um grande contingente de mão de obra em setor de baixa produtividade. Se tivermos um processo harmonioso, se isso fosse possível, de desenvolvimento, você passaria para uma fase mais madura, tornando essa economia mais homogênea em termos de produtividade entre os setores industriais.

Kaldor tem uma proposta de interpretação, existem várias, de que o desenvolvimento da industrialização poderia ser analisado em quatro estágios e a sua origem keynesiana, a sua variável-chave vai ser a expansão da demanda agregada. O processo de industrialização para ele tem uma variável que é chave para explicar, que é a acumulação de capital, e observar a rapidez em que a mudança tecnológica vai sendo introduzida, absorvida na indústria, e isso vai beneficiando toda a economia.

A fase de maturidade de uma estrutura produtiva seria atingida quando houvesse um nível de produtividade que fosse relativamente homogêneo em toda a economia, e é o princípio da causa-ação circular, eu acho que explica muito bem, é como deve se dar essa relação entre estímulos de oferta e estímulos de demanda para gerar uma trajetória de crescimento que favoreça programar essas etapas de desenvolvimento industrial e, com isso, completar a sua estrutura, tornando-a mais madura, uma economia com uma produtividade mais homogênea e diversificada.

Acho que essa ideia da causa-ação circular é bastante interessante para poder mostrar, dentro dessa lógica dos estágios de desenvolvimento, a ideia de que as etapas se dão de forma cumulativa; começaríamos com a produção de bens de consumo, em seguida a produção de bens de capital, a princípio, voltadas para o abastecimento do mercado interno e, posteriormente, voltadas para exportação.

Rapidamente, só mostrar um diagrama, que ilustra um pouco essa ideia da causa-ação circular, que é chave, dentro desse pensamento heterodoxo para ressaltar a importância da indústria, como que o processo de crescimento deve promover mudança estrutural no sentido de você ir completando aqueles estágios de desenvolvimento.

A interpretação, muito rapidamente, isso é uma adaptação de um diagrama de Dickson, que é relativamente conhecido, que está bem simplificado, mas a ideia é começar, é destacar o papel das exportações como o componente da demanda agregada mais importante, segundo Kaldor, para dinamizar o crescimento das economias.

Uma expansão das exportações ampliaria o produto, via multiplicador, o crescimento do produto pela lei Kaldor-Veerdoorn, deveria estimular o crescimento da produ-
ti-

vidade do setor industrial, onde os retornos são crescentes e isso deveria favorecer os termos de troca, melhorar a competitividade da economia, na medida em que esse crescimento vá promovendo transformações produtivas, introduzindo novas tecnologias. Então, não só a competição preço, mas a não preço também estaria se verificando, e com isso você estaria reforçando o crescimento das exportações.

Quer dizer, as integrações da demanda agregada com as condições de oferta dadas pela estrutura produtiva poderiam estar gerando um círculo virtuoso de crescimento, na medida em que as transformações na estrutura favoreçam no sentido de você estar sofisticando a sua forma de produzir, em particular a indústria.

Portanto o que estaria na literatura kaldoriana como os estágios de desenvolvimento seria a produção, primeiro, a substituição de importação de bens de consumo, depois, começar a produção de bens de capital para atender um pouco a demanda doméstica e, em terceiro estágio, o país já conseguiria promover alguma exportação de bens de capital, possivelmente bastantes bens de consumo, e tentar desenvolver uma tecnologia própria, com isso você consolidaria a participação no setor de bens de capital e, por fim, um país que já estivesse com uma estrutura produtiva madura, você notaria que ele seria um exportador de bens de capital.

Em relação à economia brasileira, o que se observa é que tem uma matriz industrial relativamente complexa, mas claramente ainda não realizou o que se chama de *catching-up*, principalmente porque não completou os últimos estágios de desenvolvimento.

A balança comercial brasileira é deficitária em bens de maior intensidade tecnológica, o país é um importador líquido de bens de capital. E, no período mais recente, no ciclo mais recente de desenvolvimento, a partir de 2004, as conjunturas domésticas internacionais talvez não tenham favorecido o processo de industrialização, tornando a economia brasileira menos dinâmica na perspectiva de longo prazo.

O aspecto estrutural importante é o fato de não ter desenvolvido esse núcleo endógeno de dinamização tecnológica. Só lembrando rapidamente, Celso Furtado já teria observado que quando se tem um processo de industrialização incompleto, você deveria basear o seu crescimento no que ele chamou de criatividade, quer dizer, tem que descobrir vocações, tem que elaborar sobre isso.

Não basta desenvolver uma indústria de bens de capital, é necessário também construir o que se chama núcleo endógeno de progresso técnico que tem articulado com todo o sistema produtivo. Essa seria uma carência que ainda se observa na estrutura produtiva brasileira.

Pensando rapidamente, mostrando como se deu a evolução da industrialização, você tem um processo acelerado até os anos 80, o peso da indústria era 20% em 1947, chega a atingir 36% em 1985 e, depois, mais recentemente, o valor adicionado da indústria de transformação chega a pouco mais de 15% em 2010.

Até 1980, a taxa de crescimento do produto industrial estava acima do PIB na maioria dos anos, mas é a partir da crise da dívida, até 2010, só em 10 anos se observará que o valor adicionado da indústria ficará acima do crescimento do PIB.

Eu tenho uma sequência agora de três gráficos, só para ilustrar mais ou menos a história que se conhece. O primeiro é melhor porque pega desde 1948, então compara o crescimento do PIB com o crescimento do valor adicionado da indústria de transformação.

É claro que até 1980 a linhazinha vermelha do gráfico tende a ficar acima da linha azul, o crescimento da indústria acima da azul e isso vai se alternando um pouco depois de 1980. É muito próximo o ciclo de desenvolvimento da indústria com o da economia, existe uma elevadíssima correlação entre o crescimento industrial e o crescimento do PIB.

Logo, pode-se argumentar que a perda de dinamismo da indústria a partir de 1980, esse vai ser um ponto que eu vou interpretar, porque está associado a uma mudança estrutural onde aqueles setores que faltariam ser mais desenvolvidos não se completam por força da interrupção do processo como vinha sendo antes da industrialização.



Gráfico 63 – Taxa Anual de Crescimento do PIB e do Valor Adicionado da Indústria de Transformação (VA) – 1948-2010

Fonte: IBGE.

O Gráfico 64 a seguir começa em 1970 e vai acumulando as taxas da indústria e do PIB de crescimento. Fica bem claro como essa distância vai se ampliando, a indústria é o vermelho a partir dos anos 80. O dinamismo, a tendência, é o setor industrial com um menor dinamismo com relação ao restante, aos outros setores.

E esse gráfico vai mostrar, vai comparar a taxa de crescimento da produção de bens de capital com a da indústria de transformação, exatamente na fase de crescimento mais acelerado, que é até os anos 80 do setor industrial, onde você tem o setor de bens de capital com taxas bem acima e, o que se observa, é que a partir de 2003, o setor de bens de capital volta a crescer a taxas acima da média da indústria, bem acima, retomando o início do ciclo de investimento que foi prejudicado com a crise de 2008, que está bem marcado ali também.



Gráfico 64 – Taxa de crescimento do PIB e do Valor Adicionado da Indústria de Transformação (VA) – 1970-2010

Fonte: IBGE.

O fato é que essa segunda retomada do setor de bens de capital vai acontecer com a indústria com o peso menor em termos da estrutura produtiva. Para evoluir nesse argumento de que a composição da indústria brasileira não tem evoluído na direção de relaxar a restrição externa ao crescimento, vou rapidamente falar em três cortes analíticos para alguns *insights* sobre essa questão da mudança dessa estrutura produtiva.

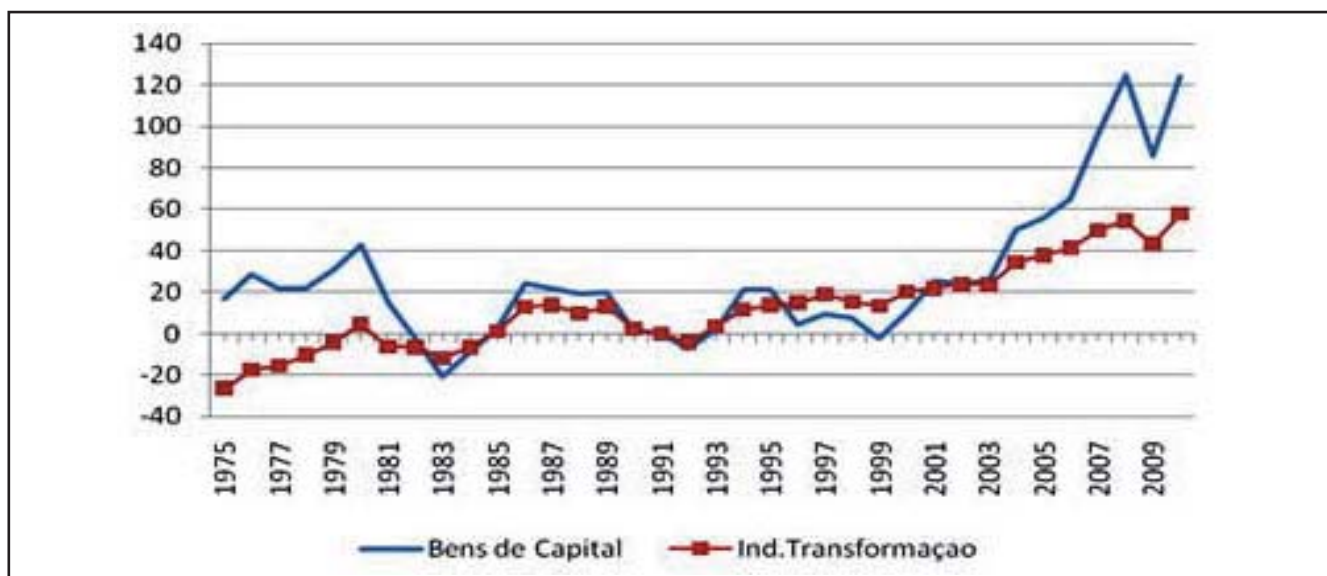


Gráfico 65 – Taxa de Crescimento de Produção Física: Bens de Capital e Indústria de Transformação 1975-2010

Fonte: IBGE.

O Gráfico 66 vai mostrar a mudança da composição do valor adicionado da indústria, como essa classificação tem sido bastante utilizada. O que se observa pegando

o senso industrial de 1970, é que a estrutura muda relativamente pouco, o que eu quero assinalar é que é muito localizado onde vai ter a mudança na participação dos setores.

É claramente na fabricação de coque e refino de petróleo, que em 1970 era 3,4% e vai passar para 14% em 2007, sendo que o maior ganho é de 1996 a 2007, então com isso, os setores produtores explorando recursos naturais, a participação deles no peso da indústria passa de 30% para 40%, em compensação, o setor, no processo intensivo de trabalho, vai ser o que apresenta maior perda, entre eles o setor têxtil. Sendo que a perda do setor têxtil vem mais contínua, ao longo das décadas.

O setor intensivo em escala também perde um pouquinho e o diferenciado em ciência, que seria então onde teria o maior conteúdo em termo de inovação tecnológica, ele fica mais ou menos estável. Então, se pensarmos nos estágios do Kaldor de desenvolvimento, veremos claramente, o setor um, quer dizer, o estágio um e o estágio dois, eles estão relativamente bem consolidados e, certamente, o início do estágio três seria, então, o início do setor de bens de capital já exportando alguma coisa.

O Gráfico 66 vai comparar qual é a relação valor adicionado no valor da produção. É então essa medida de valor adicionado sobre o valor da produção, ela é bem conhecida em organização industrial como indicador para medir o grau de verticalização, o grau de especialização dos setores, não necessariamente para o que eu estou fazendo aqui que é avaliar, o quanto de insumos está sendo importado. Enquanto você está substituindo a produção nacional por produção de insumos importados, na medida em que o que você está agregando de valor é no seu processo de produção, está decaindo, certo?

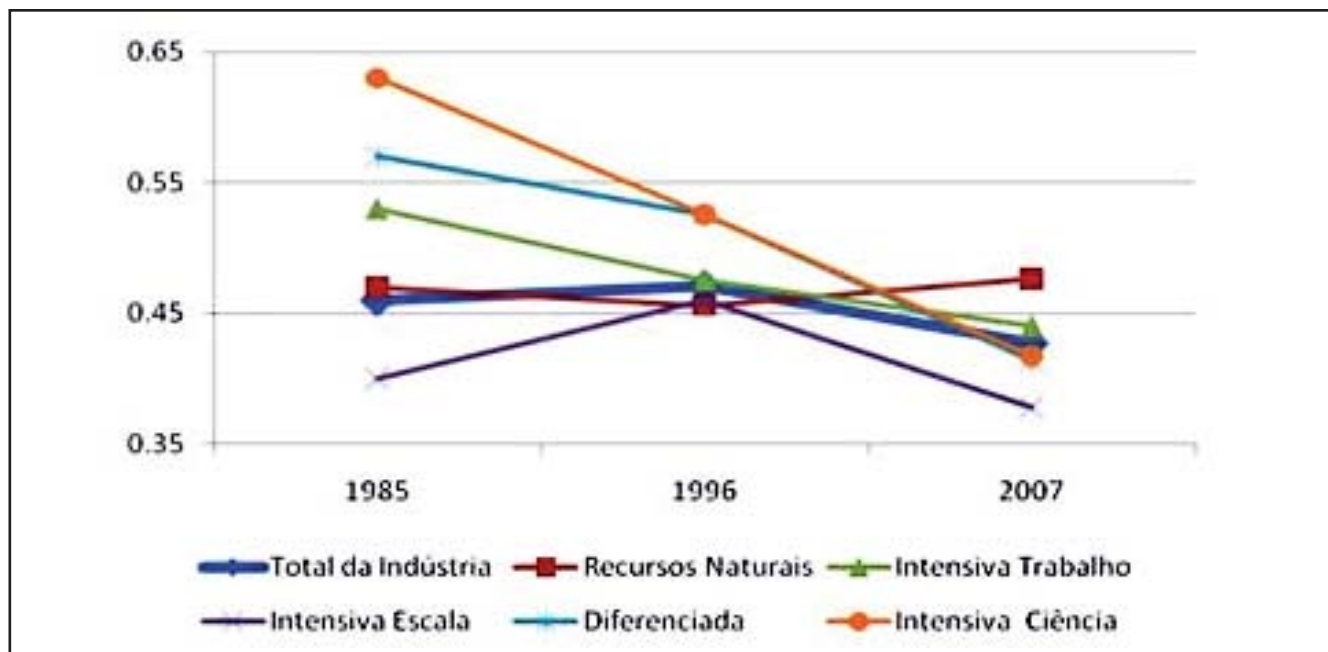


Gráfico 66 – Indústria de Transformação e Extrativa Mineral – Participação % do Valor Adicionado no Valor da Produção por Setores segundo a Intensidade de Tecnologia – 1985, 1996, 2007

Fonte: IBGE.

Mas a indústria como um todo tem perdido espaço dentro da estrutura industrial e é tão marcante que todos os setores, praticamente, só com exceção dos recursos naturais, onde não tem perda de valor adicionado por produção, é que eu acho que é o indicador interessante para mostrar como é que se está especializando a economia em setores com menos valor.

Para a indústria como um todo, em 1985 era 46% a participação do valor adicionado no valor da produção, e passa para 47% em 1996, mas cai para 43% em 2007. Então, uma primeira avaliação desse primeiro recorte analítico é o aprofundamento do processo de industrialização, que foi claramente prejudicado a partir dos anos 80. De 1970 a 2007, claramente, também há uma tendência de especialização em recursos naturais, mas a estrutura é relativamente rígida no sentido de que se têm perdas e ganhos bem localizados.

E as mudanças nas participações vão ser mais intensas a partir de 1985. A abertura tem um papel importante aí, mas o fato é que ao longo desses mais de 30 anos, se constata que dentro daquela ideia de maturidade da estrutura produtiva, a indústria não atingiu a maturidade em termos de desenvolvimento industrial.

Olhando do ponto de vista do fluxo de comércio, também isso revela que movimentos na mudança de estrutura, a ideia é fazer uma análise do saldo comercial para bens de consumo durável e bens de capital. Classificando os setores por intensidade tecnológica, a conclusão vai ser que o desempenho do setor produtor de bens de capital, é importador líquido, vai ser negativo todo tempo, então essa etapa ainda não está concluída.

Só para ilustrar, o Gráfico 67 mostra que são bens de consumo durável, bens de capital, o amarelinho é o bem de consumo durável, o Brasil foi exportador de bens de consumo de 1977 a 1993, porém esse é um período em que a economia estava muito fechada. O que é mais relevante é a partir de 2003-2004, onde você tem saldo positivo tanto na exportação de bens de consumo durável, quanto em bens de capital.

Foi um breve momento nessa série, onde o fluxo de comércio no País conseguiu melhorar, mas a crise internacional veio interromper esse processo. O próximo gráfico é por intensidade tecnológica (em azul), vão ser justamente os setores classificados como de alta, média, média alta tecnologia; o saldo para esses é totalmente negativo, persistentemente negativo, e da indústria de média tecnologia (em vermelho) e baixa tecnologia ele é positivo. É claro que, em termos de comércio, a inserção do País é em bens, o saldo positivo se dá em bens de menor conteúdo tecnológico.

Bom, então é conclusão que o aumento de exportações líquidas de produtos básicos não sustenta um crescimento de longo prazo, e isso é uma observação importante, quer dizer, com a exceção do progresso técnico aplicado à produção de commodities, as inovações de produto ou processos não estariam sendo criadas no País, porque com essa estrutura o núcleo endógeno de progresso técnico não está se consolidando.

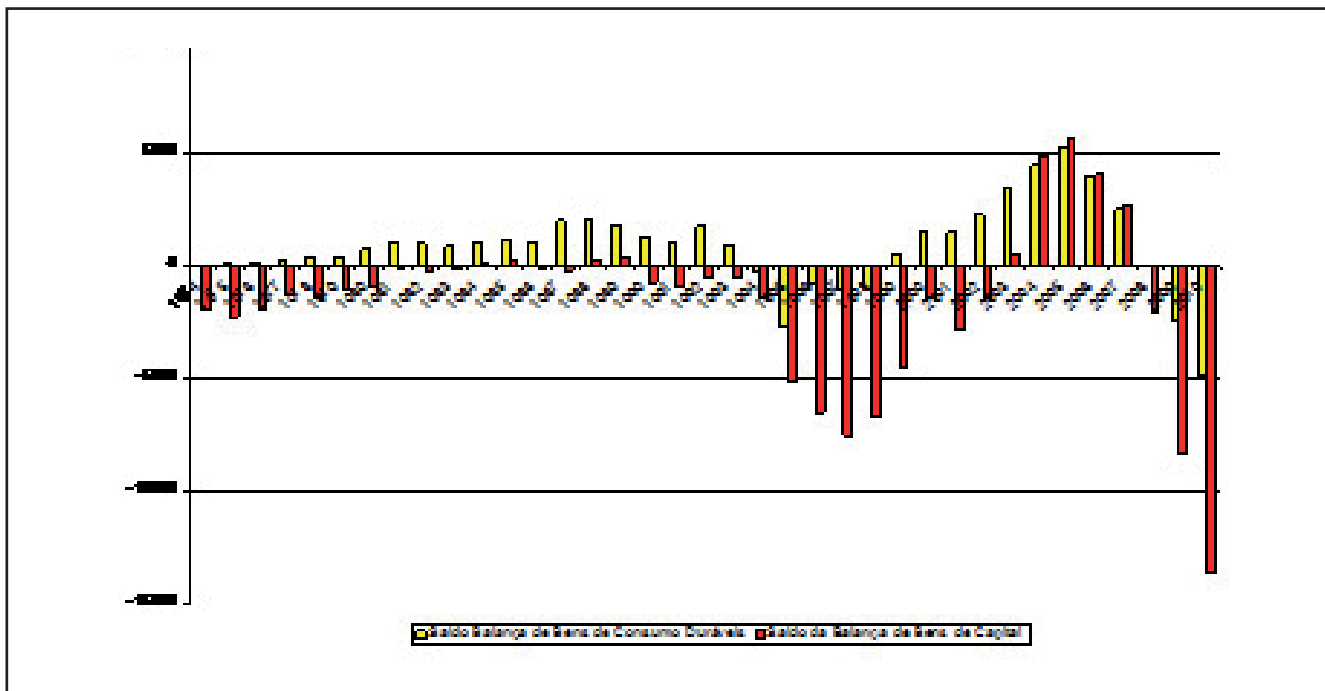


Gráfico 67 – Saldo da Balança Comercial de Bens de Consumo Duráveis e de Capital – FOB em US\$ Milhões – 1974-2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

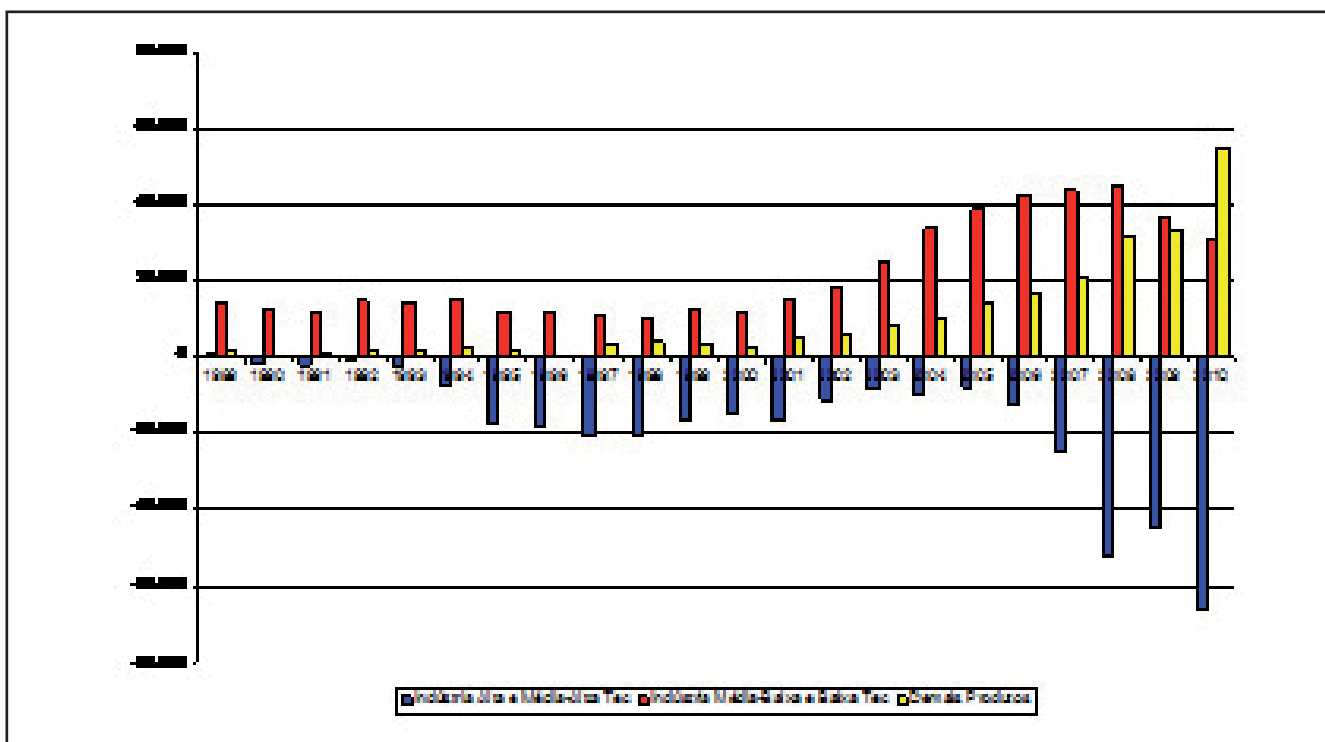


Gráfico 68 – Balança Comercial por Intensidade Tecnológica

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Quando a renda maior advém do comércio e da produção de *commodities*, esse núcleo de progresso técnico vai estar voltado para aumentar as vantagens comparativas na produção e comercialização de produtos básicos. E a elasticidade-renda da demanda por

importação vai continuar sendo maior do que a elasticidade-renda das exportações, quer dizer que seria uma forma de crescer sem estar relaxando aquela condição de maior crescimento ao longo do tempo.

Bom, se eu estou preocupada com a questão do *catching-up*, ele só poderia ocorrer quando a especialização da indústria fosse dada ao sentido na produção com maior valor adicionado, maior conteúdo tecnológico e mais dinâmico, e porque isso é que vai permitir que houvesse um transbordamento dos seus efeitos para outros setores.

Concluindo, essa desindustrialização recente se dá com uma estrutura industrial que ainda é imatura e para que esse processo de *catching-up* venha a ocorrer e aquele princípio de causalidade cumulativa possa gerar uma trajetória virtuosa de crescimento venha a operar, pouco provavelmente eu dependo de forças além dos incentivos via mercado.

Então eu deveria depender, eu dependo também, de forças que sejam orientadas especificamente para esse desenvolvimento industrial com vistas a essa maior sofisticação tecnológica. E, se eu acrescento aí um contexto, por razões várias, de uma apreciação cambial forte, então mais ainda políticas de importação e de substituição de importação de bens de alta tecnologia se fariam mais necessárias.

Passando para o período mais recente, acho que você tem uma clara mudança, um reforço nessa estrutura mais especializada de incentivos para continuar especializando a estrutura industrial em direção a recursos naturais. Um dado de 2004-2010 se tem uma apreciação da moeda em torno de 60% e valorização dos termos de troca em torno dos 35%.

Logo, a valorização no preço das *commodities*, mesmo com esse câmbio apreciado, permitiu que se tivesse uma influência positiva no crescimento da economia, mas, obviamente, acentuando a questão da especialização produtiva. E eu acho que o debate sobre a doença holandesa tem se tornado mais recorrente no meio acadêmico, e isso porque o aumento excessivo da rentabilidade dos setores exportadores de bens de *commodities* acaba reduzindo a rentabilidade nos demais setores e, logicamente, acaba reforçando, então, com os investimentos, com recursos que se canalizem para o setor de *commodities*.

Lembrando que você está em uma estrutura produtiva e que, se eu adotar esse critério dos estágios de desenvolvimento, estará com uma economia ainda muito imatura. A valorização da taxa de câmbio vai tornar o setor industrial menos competitivo e isso vai reforçar a tendência à estagnação dos outros setores, principalmente dos baseados em ciência e diferenciado, e mais ainda redução dos setores intensivos de trabalho em escala.

Caminhando para o fim da apresentação, eu então adicionaria que em período recente você tem essa combinação de uma estrutura que já estava incompleta e adicionando esse processo de perda relativa da importância da indústria na estrutura produtiva, ele vem sendo agravado pela condução de uma política monetária que mantém um diferencial de juros muito elevado em uma situação internacional de elevada liquidez, de baixa perspectiva de investimentos nos países centrais.

Com isso, você atrai a entrada de moedas estrangeiras na forma de *superávit* na conta capital e financeira, de modo que a entrada de recursos se dá em excesso às necessidades de financiamento do balanço de pagamento e contribui para a apreciação contínua do câmbio.

Esse último gráfico que eu tenho para apresentar são os principais saldos e o total das reservas, como participação do PIB. O marcado de roxo são as reservas sobre o PIB. Claramente, elas estão em uma tendência crescente, estão mostrando, ilustrando esse detalhe, como a entrada tem sido excessiva e como isso tem contribuído para a apreciação cambial, o que na realidade não contribui para que você naturalmente viesse, por forças outras de mercado, a caminhar em uma mudança estrutural no sentido de aumentar o potencial do desenvolvimento, de favorecer a causação circular pelo mau crescimento.

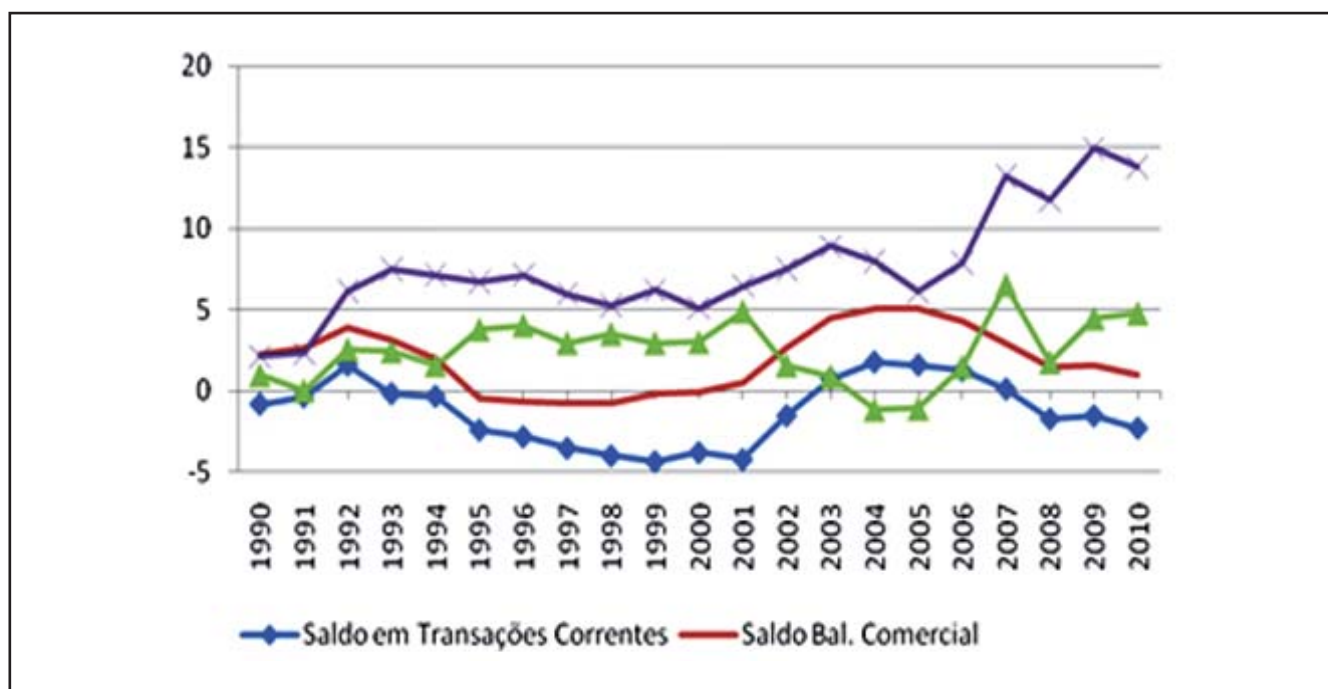


Gráfico 69 – Participação % no PIB dos Saldos do Balanço de Pagamentos e Reservas Internacionais – 1990 a 2010

Fonte: IBGE.

Então, só a título de conclusão, esse debate sobre a importância da indústria não é um debate atual, mas é um debate muito antigo, sempre se discutiu o papel da industrialização, o custo da industrialização, se vale a pena industrializar ou não. O interesse de como se dá o processo de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos já ocupa a agenda de pesquisa desde os anos 1940-50, os estruturalistas já tinham identificado, eles passam a defender a industrialização pelo entendimento de que países, para melhorar a sua inserção no fluxo de comércio, deveriam se industrializar.

Só que a industrialização tardia na América Latina gerou uma série de estruturas produtivas muito heterogêneas e pouco diversificadas e também esse processo via substituição de importações acabou levando as economias a sofrerem problemas crônicos nos balanços de pagamento, com isso eles interromperam o seu processo de industrialização, antes de concluir todas as etapas.

Bom, a valorização do câmbio pode, como se argumenta, beneficiar o setor produtivo na medida em que barateiam as importações de insumos e de bens de capital, mesmo desestimulando as exportações, a questão é avaliar, qual o impacto que isso tem na estrutura produtiva. Vai depender em que medida, de fato, esse benefício do câmbio apreciado vai se refletir no aumento de produtividade que irá compensar a perda relativa de competitividade.

O impacto sobre a estrutura produtiva seria positivo se promovesse uma mudança estrutural na direção de relaxar a restrição externa de longo prazo, essa seria a condição. Eu vou usar, para concluir, uma citação de um trabalho que eu gosto muito, quando ele mostra que, o fato de você ter uma indústria especializada em recursos naturais, a existência de recursos naturais em quantidades abundantes pode, de fato, sustentar alta taxa de crescimento durante certo período, sem que seja necessário um grande esforço de investimento para a produção de tecnologia.

Porém, essa disponibilidade em si mesma, vai ser insuficiente para sustentar o crescimento em longo prazo. Por quê? Porque o crescimento baseado em fatores abundantes não vai promover mudança estrutural, acho que a gente já tem visto isso, e o crescimento vai ser muito mais vulnerável às mudanças na economia internacional. A capacidade de defesa que a economia tem quando ela é muito especializada em bens de baixo valor agregado é menor, ela fica sujeita a situações do comportamento da demanda externa.

Muito obrigado.

ADRIANA AMADO

Obrigada, a gente podia abrir para perguntas.

BERNARDO CAMPO

Bernardo Campo Lima, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar). Gostei muito da sua apresentação Carmem. Tenho desenvolvido alguns trabalhos em cima desse tema e uma coisa que o Aníbal Pinto e o Celso Furtado chamam atenção, no nosso padrão de crescimento e, principalmente, na industrialização, é o aspecto ligado à desigualdade na distribuição de renda como um fator limitante, principalmente à industrialização, à indústria de bens de consumo de massa, que levou a um fator limitante.

Será que nos últimos anos, em função dessa melhoria na distribuição de renda que está havendo, claro, em função dos programas de transferência de renda, não está se abrindo a possibilidade de se retomar um crescimento da indústria de bens de consumo para avançarmos novamente?

CLÁUDIO MARTINS/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

Sou Cláudio Martins, professor da Uece. Discute-se muito, ultimamente, a questão da valorização cambial e alguns advogam até a interferência direta do governo no câmbio flutuante. Eu gostaria de saber a opinião da senhora, se seria interessante essa interferência ou se deixa tudo como está.

CARMEM FEIJÓ

Bom, obrigada, as duas perguntas são ótimas. Respondendo a primeira, sem dúvida alguma, a melhoria da distribuição de renda ou o desenvolvimento pelo mercado interno poderia sim contribuir para que você avançasse na questão do aprofundamento dessa mudança estrutural.

O particular da realidade hoje é que se tem um câmbio extremamente apreciado, então o que se observa também é um aumento. Você está direcionando para o exterior uma parte desse poder de compra, então isso é muito preocupante. Quer dizer, realmente se está desperdiçando uma oportunidade de estar melhorando com a perspectiva de um prazo mais longo.

A questão do câmbio eu acho que hoje está central. Não há como discutir a questão da mudança estrutural sem pensar que com esse câmbio fica complicado. A questão de que se deve ou não interferir na questão do câmbio, com certeza, eu acho que deveria se utilizar uma discussão que está sempre sendo colocada, em relação ao câmbio, que é a questão de controlar o fluxo de capitais, porque isso é extremamente ruim para o País, essa volatilidade, a alta especulação com o valor da moeda, pouca motivação para se controlar isso.

Penso que já há um debate internacional colocado sobre essa questão do controle de capitais, mas que aqui ele penetra relativamente pouco, e seria uma medida, talvez, que fosse mais produtiva para se tentar controlar essa questão do câmbio.

ADRIANA AMADO

Alguém mais gostaria de fazer alguma questão?

JOSÉ FERREIRA IRMÃO/UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

José Ferreira Irmão, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Eu fiquei com uma dúvida em relação à exposição, no sentido de que me pareceu que a senhora não defende ainda a indústria como um motor de desenvolvimento atualmente, no caso do Brasil.

E também no caso da mudança tecnológica, eu fiquei também assim sem entender muito bem o papel dela em relação ao crescimento brasileiro. A minha pergunta seria do sentido: qual é, efetivamente, o motor do crescimento atualmente na economia brasileira: tecnologia, capital humano ou acumulação do capital?

HELANO (UFC)

Professora Carmem, Helano, professor da UFC. A senhora apresentou vários fatos estilizados e eu gostaria de saber se existem algumas evidências que possam trazer, por exemplo, a questão da existência de *spillovers* externos. Será que essa abertura somente deteriorou a atividade industrial brasileira? Isso tem um padrão definido para as regiões ou existem diferenças regionais por conta das economias de aglomerações no Centro-Sul do País e, sei lá, em detrimento do Nordeste e Norte?

Então, além dessa questão das evidências que você apresentou, existem alguns fatos estilizados que possam se reportar a existência desses *spillovers* desde Marshall, que falava sobre a questão das interações regionais e das possíveis transferências de atividade econômica, sobretudo de conhecimento, do processo industrial. Gostaria de saber, dado que a senhora não mencionou, se existem evidências a esse respeito.

ROBERT/UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA-SOBRAL)

Boa tarde, Robert, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral. Aproveitando a pergunta do colega, especificamente o caso brasileiro de transferência de produção industrial a partir de incentivos fiscais, principalmente no Nordeste, não sei se você tem conhecimento profundo a respeito disso, se você poderia comentar alguma coisa sobre o assunto.

CARMEM FEIJÓ

Começando se a indústria é um motor de crescimento, eu acho que sim, eu acredito que o que seria o motor do crescimento é se consolidar núcleos de desenvolvimento tecnológico que fossem de domínio nacional. E esse desenvolvimento, é um desenvolvimento que é custoso, é de longo prazo, então ele exige políticas específicas para isso.

Na inserção internacional que se tem hoje, quer dizer, isso dificilmente vai ser via mercado. Então, a questão: por que a indústria vai ser importante? Quando discutimos a questão do núcleo de desenvolvimento tecnológico, associamos a ideia de ter uma indústria também diversificada, uma indústria forte.

Porque para Kaldor e outros autores, a ideia é de que você incorpora nas máquinas e equipamentos a tecnologia, então isso condiciona o processo de trabalho de

todos os setores ou grande parte dos setores da economia. Quer dizer, o país que domina com seu conhecimento esse tipo de tecnologia, algumas pelo menos que estão incorporadas em máquinas e equipamentos. A indústria é o motor do crescimento pela posição que ela se encontra dentro dessa enorme cadeia produtiva e dentro da indústria, o setor produtor de máquinas e equipamentos, então é uma questão diferenciada, por isso que é setor específico.

Eu diria que é tudo capital humano, é acumulação de capital, é o estoque de capital físico, mas esse conhecimento, esse saber que ele tem que está incorporado na forma como você produz.

A parte regional, realmente, não é especificamente uma área que eu seja muito versada, mas me interessa muito. O que eu andei olhando, talvez vocês até me ajudem. Parece que eu não vi desde o processo de abertura as áreas se diferenciando em termos daquilo que estava acontecendo no resto do país, quer dizer, do centro mais industrializado; você pode ter transferência, descentralização regional, mas não ficou claro para mim que tenha algum *upgrade* em termos nacionais de como era feito antes.

Essa questão de fundos especiais, dos incentivos fiscais, realmente eu ignoro pouco. Os fundos constitucionais, que são recursos para empréstimo, focalizados, mas também não cheguei a constatar, quando eu tento assim desagregar os dados, eu não vejo um padrão diferente daquilo que eu esperaria, então penso que não se delinea, pelo menos eu não percebo assim, um padrão diferenciado em termos de desenvolvimento regional, do ponto de vista da indústria.

Agora é claro que a exploração de vantagens que já existem, os *spillovers* locais, sim, mas eu penso que dentro de uma estratégia talvez de descentralização, mas do que já um pouco existia para a região aquilo pode ser um *upgrade*, mas não sei se do ponto de vista de uma estrutura produtiva nacional aquilo realmente representa um diferencial grande, mas isso que eu não vou me alongar mais.

ADRIANA AMADO

Então obrigada pela excelente exposição e agora a gente passa para apresentação seguinte. Obrigada!

Mestre de Cerimônias

Os agradecimentos, portanto, à professora Adriana Amado que presidiu os trabalhos pertinentes a esta Sessão Especial da Anpec e à participação da professora doutora Carmem Feijó.

FINANCIAMENTO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Composição da Mesa

Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior –
Diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento/BNB

Dep. Luiz Gonzaga Patriota – Rep. da Bancada do Nordeste

Cláudio Bernardo Figueiredo – Superintendente da área de Operações Indiretas do BNDES

Mestre de Cerimônias

Nossos agradecimentos à professora Adriana Amado, que presidiu os trabalhos pertinentes a esta Sessão Especial da Anpec, e à participação da professora doutora Carmem Feijó.

Senhoras e senhores, conforme anunciado, assistiremos em instantes ao painel que nos traz como tema: “Financiamento aos Pequenos Negócios como Estratégia de Desenvolvimento”. Para presidir os trabalhos à mesa, convido o senhor diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, José Sydrião de Alencar Júnior.

Convido à mesa o senhor coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados, deputado federal pelo Estado de Pernambuco, Luiz Gonzaga Patriota, e o senhor superintendente da Área de Operações Indiretas do BNDES, Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes.

Para sua saudação à plateia, e em especial aos palestrantes convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos e diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, deputado Luiz Gonzaga Patriota, nosso coordenador da Bancada do Nordeste, onde se debatem temas fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste, sendo o financiamento um deles, ao qual o deputado sempre se reporta como uma questão importante para o desenvolvimento da Região. Nosso colega de BNDES, Cláudio Bernardo. O BNDES e o Banco do Nordeste são, e eu digo sempre, irmãos siameses: nós nascemos, praticamente, na mesma fornada, da assessoria do Governo Vargas.

O BNDES, se não me engano, é de junho de 1952, e o Banco do Nordeste, de julho de 1952, ambos fundados por Rômulo de Almeida. Naquele momento, em junho-julho de 1952, também foram criados a Petrobras, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Então é um momento extremamente rico e eu digo sempre que o BNDES e o Banco do Nordeste são siameses, porque, na verdade, o Banco do Nordeste nasceu de forma complementar a ação do BNDES de âmbito nacional, e nós consideramos que persistem, em boa parte, as motivações para criação dos dois bancos. Logo, há necessidade desses dois bancos, não concorrentes, especialmente no Nordeste.

Passo a palavra ao senhor Cláudio Figueiredo para falar em relação à ação do BNDES, especialmente nessa área tão importante que é a de microempresas e pequenas empresas.

CLÁUDIO BERNARDO FIGUEIREDO

Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, queria agradecer o convite ao BNDES para poder participar e trocar ideias com esse público. Estamos percebendo um grande dinamismo da economia do Nordeste. Saúdo o deputado Patriota, um defensor de que, cada vez mais, sejam alocados recursos na região Nordeste, que vem apresentando um dinamismo muito grande.

Reparamos, dentro do BNDES, que é uma região onde a taxa dos desembolsos vem crescendo à taxa chinesa; acho que é importante falar um pouco de como o BNDES tem criado produtos e interage com os pequenos negócios.

O BNDES com seus clientes de duas maneiras: a forma direta, para operações acima de R\$ 10 milhões de financiamento, e a indireta, quando utilizamos a nossa rede de agentes financeiros, do qual o BNB já foi um agente importante para alocar recursos no Nordeste e hoje, como o José Sydrião falou, há um esforço conjunto entre BNDES e o BNB de recuperar nossa parceria histórica, visto que nós temos o mesmo objetivo, canalizar mais recursos para a região Nordeste.

Na nossa classificação, cada instituição tem a sua, o micronegócio se refere a empresas que faturem até R\$ 2,4 milhões por ano; a pequena é até R\$ 16 milhões por ano; e a média, até R\$ 90 milhões por ano. O BNDES criou outra diferenciação de empresa, que nós chamamos "média-grande", que não é a grande, mas é aquela que fatura até R\$ 300 milhões, além de termos a grande empresa, que é aquela que fatura acima de R\$ 300 milhões por ano.

O BNDES financia projetos, máquinas e equipamentos e pequenos negócios por meio do cartão BNDES. Vou falar um pouco o que é o produto Finem que opera com o olhar voltado para o pequeno negócio, bem como o BNDES automático. Máquinas e equipamentos

têm o Finame e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que surgiu após a crise em 2009; então, mostra um pouco o que a nossa professora Carmem Feijó falou, um pouco da taxa de crescimento da indústria de bens de capitais. Caiu muito e, com a entrada do PSI e o instrumento Finame há o fortalecimento da indústria de bens de capital nacional.

E o nosso cartão BNDES, que começou em 2003, e que vem crescendo a taxas superiores a 80% ao ano, do qual nós gostaríamos que o BNB participasse na construção desse produto com o BNDES. Ofertamos uma linha de capital de giro voltada especificamente para a regiões Norte e Nordeste, e região Nordeste ampliada à região da Sudene, também, voltado para os pequenos negócios.

Esse é o desempenho que tivemos no período acumulado até março de 2011. (Gráfico 71). Atingimos um total de quase 657 mil operações; microempresas e pequenas são aquelas que faturam até R\$ 16 milhões por ano, no total do número de operações, 72%; a pequena, 7%; a pessoa física aí está muito ligada ao agronegócio, à agroindústria, ao produtor rural, 15%, que demanda muita máquina e equipamentos, a parte toda de maquinário agrícola, tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas; e a grande empresa, representando apenas 6% do total de operações.

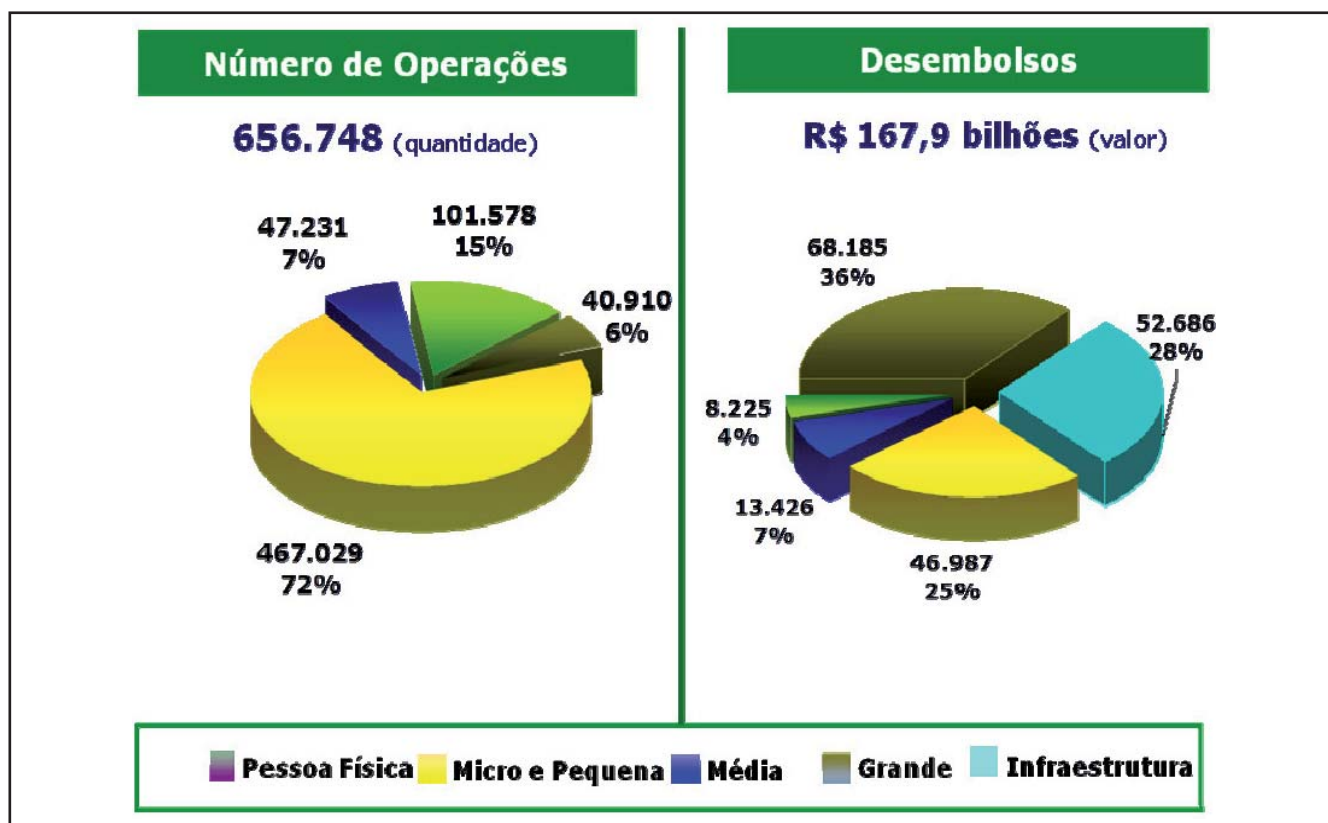


Gráfico 70 – Desempenho do BNDES em 2011: Operações e Desembolsos

Fonte: BNDES.

Somando o conjunto micro, pequenas e médias empresas, teríamos uma participação, correspondente a 94% do número de operações. Na questão do desembolso, nesse período foram quase R\$ 168 bilhões, já incluindo a capitalização da Petrobras; por isso,

fazemos um destaque na infraestrutura, que representou 28%, 36% para grande empresa e, somando a diferença, 25+7+4, daria um total de 36%, quase 40% a participação dos desembolsos para micro, pequena e média empresa.

Esse ano, até maio, a participação de micro, pequena e média empresa no total de desembolso do BNDES representa 45%, então o BNDES tem crescido constantemente nesse público, que é estratégico para a Instituição e para pulverizar mais os recursos. Mais adiante, vamos falar um pouco do cartão BNDES.

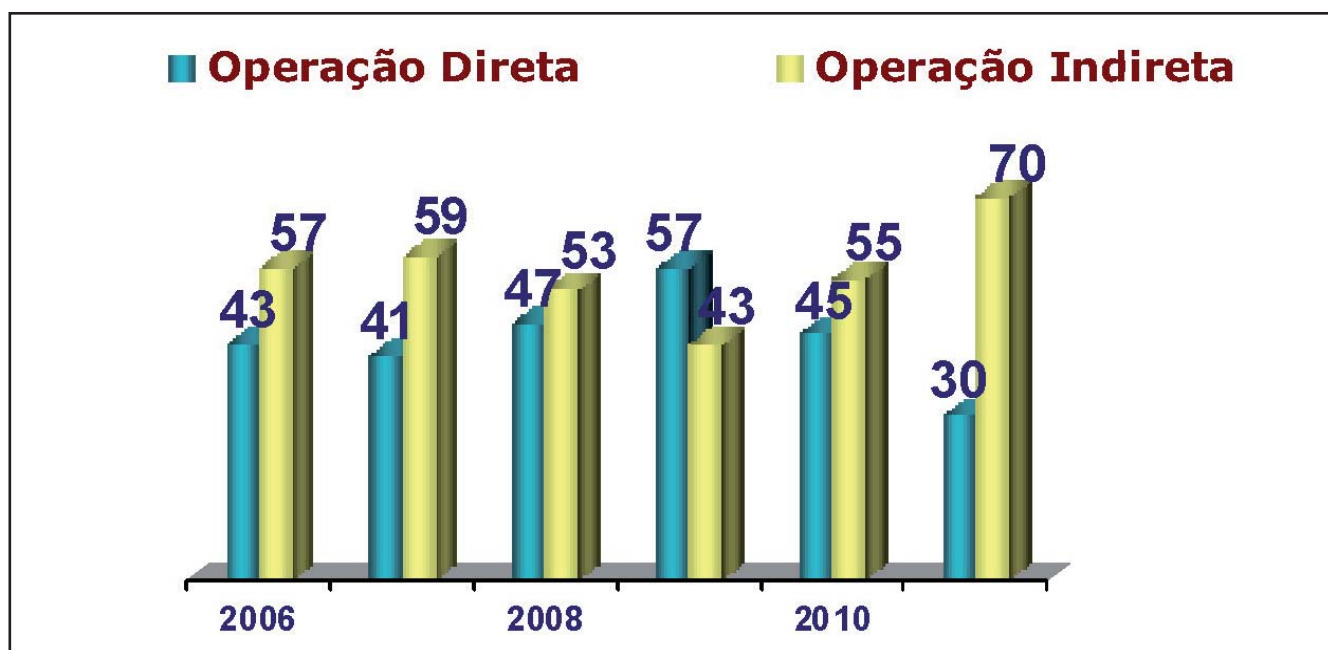


Gráfico 71 – Desembolsos por Modalidade

Fonte: BNDES.

O Gráfico 71 mostra os desembolsos por modalidade: operações diretas (desembolsos do BNDES) e indiretas (meio dos agentes financeiros). Os agentes financeiros vinham participando mais na distribuição dos desembolsos do BNDES, exceto o ano de 2009, que o BNDES teve que entrar firmemente, tomando mais risco, para minimizar o efeito da crise. Em 2009, o BNDES, em suas operações diretas, participou com 57%, e as indiretas, em 43%. Nesse primeiro trimestre, chama bastante atenção o nível de 70% dos desembolsos do BNDES no primeiro trimestre, não sendo feito pela Área de Repasses do Banco, representada pela Área de Operações Indireta e a Área de Exportação do Banco. E grande parte destes recursos, por volta de 70%, é para micro, pequeno e médio negócio.

São os destaques no primeiro semestre de 2011: só por meio dos agentes financeiros, já ultrapassamos quase R\$ 3,9 bilhões, e os principais meios são os agentes, com uma base mais de varejo, que vão mais ao pequeno negócio. (Gráfico 70). O diretor José Sydrião comentou que o BNB tem como estratégia chegar ao topo na estatística dos maiores repassadores de recurso do BNDES na região Nordeste, onde ocorrera em tempos passados.

Tabela 23 – Desembolsos do BNDES no Primeiro Semestre de 2011

Agentes Financeiros	Desembolsos (R\$ milhões)	Part %	Acum %	Nº de Operações	Posições
BC BRASIL	798,8	20,6	20,6	24.637	1
BRADESCO	698,3	18	38,6	12.591	2
ITAU UNIBANCO	571	14,7	53,4	2.598	3
VOLKS	401,3	10,4	63,7	3.730	4
MERCEDES-BENZ	236,7	6,1	69,8	1.745	5
VOTORANTIM	206,5	5,3	75,2	196	6
SAFRA	152,4	3,9	79,1	927	7
CATERPILLAR	113,5	2,9	82	743	8
CEF	107,4	2,8	84,8	1.460	9
DLL/RABOBANK	99,3	2,6	87,4	1.174	10
FIAT	84,2	2,2	89,6	646	11
BNB	50,3	1,3	90,9	559	12
VOLVO	46,9	1,2	92,1	293	13
HSBC	46,7	1,2	93,3	126	14
SANTANDER	42,1	1,1	94,4	77	15
...				14	
TOTAL	3.874,2	100		52.334	

Fonte: BNDES.

O produto BNDES é voltado para projetos e investimentos. Se for uma média grande empresa, até R\$ 300 milhões, o limite máximo de financiamento é de R\$ 20 milhões. Os itens financiáveis são móveis, utensílios, pesquisa, desenvolvimento, máquinas e equipamentos de fabricação nacional, exceto para microempresa, que tem a oportunidade de adquirir equipamento usado. E o capital de giro associado, se for microempresa, até 70%; e, se for pequena e média, até 40% do investimento fixo. Lembrando que o BNDES não financia terreno.

O outro produto, já com uma longa tradição, é o Finame; e decorrente da crise, foi criado o Finame PSI, com aquelas condições: na primeira fase 4,5% ao ano, a segunda fase 5,5% ao ano, a terceira fase a 6,5% ao ano, se for micro, pequena e média empresa, e, se for grande empresa 8,7% ao ano, com taxas e remunerações dos agentes financeiros do BNDES embutidas. O Finame financia equipamentos novos, nacionais, bem como necessita ter o cadastro Finame, pois não financiamos equipamento importado, sem limite de valor.

O Plano de Sustentação do Investimento (PSI) tem a vertente para ônibus e caminhões, a um custo de 10% ao ano; os demais bens de capital, eu fiz a observação, é de 6,5% se for para micro, pequena e média empresa; e de 8,7%, se for grande empresa. Ressalto que os bens de informática e automação de tecnologia nacional, temos estimulado bastante. Nós estamos ainda numa curva de aprendizado, que financiar inovação é um tema central para o nosso desenvolvimento. O BNDES está criando linhas e programas para estimular o empresariado, a cada vez mais, investir em pesquisa e desenvolvimento, na inovação tecnológica, inovação de processos etc. E o capital de giro associado, se a empresa

quiser, pode pleitear junto ao agente financeiro; se for uma microempresa, 50% do valor do equipamento; se for pequena e média, até 30%.

No desempenho acumulado PSI até 13 de julho de 2011, nós alocamos R\$ 113 bilhões neste segmento, parte em máquinas e equipamentos, parte em estímulo na exportação, somando duas vertentes: bens de consumo e bem de capital, somando recursos na faixa de R\$ 25 bilhões do total de R\$ 113 bilhões. (Tabela 24). Destaque são os demais bens de capital (R\$ 44 bilhões); ônibus e caminhão R\$ 36 bilhões; inovação ainda está na curva de aprendizado, R\$ 100 milhões, e o Procaminhoneiro foi um programa voltado para o caminhoneiro autônomo e nós, até agora, conseguimos fazer quase R\$ 8 bilhões.

Agora vou falar um pouco de como se deu a distribuição. Em número de operações, micro e pequenas empresas obtiveram 48%; pessoa física, muito ligada a equipamentos agrícolas, 25%; a média 14% e a grande 13%. E a somatória de pessoa física, micro, pequena e média superam R\$ 60 bilhões, de um total de R\$ 113 bilhões.

No desembolso da PSI por região, percebemos que a participação do Nordeste ainda é menor que a posição relativa do Nordeste dentro do PIB, que deve estar em torno de 15-16%. Nossa participação no Nordeste dentro do programa PSI ficou em 12%, a região Sudeste 40%, a região Sul chama atenção, pois é uma região que não tem fundos constitucionais e tem uma rede de agentes públicos muito forte.

Tabela 24 – Desembolsos do PSI por Subprogramas – 2009-2011

Subprogramas	Nº de Operações Aprovadas	R\$ milhões
BK - Demais Itens	133.735	43.915
BK - Finam e Componentes	14	7
BK - Ônibus e Caminhão	150.009	36.648
Capital Inovador	14	155
Exportação BK	874	17.883
Exportação Bens e Consumo	411	6.786
Inovação Tecnológica	17	103
Procaminhoneiro	42.944	7.584
Total	328.018	113.081

Fonte: BNDES.

Então, eles se destacam como um grande utilizador do recurso do BNDES por ter uma rede de fomento muito grande e, também, por não ter recursos constitucionais naquela região. O Centro-Oeste tem o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que ficou com 10% e muito ligado à parte de equipamentos agrícolas.

Quanto ao capital de giro, existem as linhas micro, pequena e média empresa, a indústria de transformação, que queremos fomentar e manter; e a média e média grande, alguns setores, a micro e pequena mais abrangente e, para as médias e médias grandes, é mais restrito. E temos também toda uma linha de capital de giro direcionada para as regiões

Norte e Nordeste, sendo que a Nordeste pega o conceito do FNE. Já alocamos, em 2010, quase R\$ 1,3 bilhão; em 2009, colocamos R\$ 227 milhões. O BNDES foi muito criticado na época da crise por ter alocado recursos significativos em linha de giro, mas naquele momento era importante; e essa demanda por micro, pequena e média empresa é constante pelo custo do capital, do financiamento. (Tabela 25).

Tabela 25 – BNDES Progeren – Operações e Desembolsos 2009-2010

PORTE	2009		2010		Variação	
	Nº Oper	R\$ mil	Nº Oper	R\$ mil	Nº Oper	R\$ mil
Grande	-	-	208	558.991	-	-
Média	226	185.084	575	608.435	154%	229%
MPE	283	42.477	1159	172.553	310%	306%
TOTAL	509	227.561	1.942	1.339.979	281,5	488,8

REGIÃO	2009		2010		Variação	
	Nº Oper	R\$ mil	Nº Oper	R\$ mil	Nº Oper	R\$ mil
CO	13	6.744	78	79.841	500%	1084%
NE	12	2.504	149	117.464	1142%	4591%
B	2	2.210	6	5.120	200%	132%
SE	311	141.700	870	827.044	180%	484%
SE	171	74.403	839	310.510	391%	317%
TOTAL	509	227.561	1.942	1.339.979	281,5	488,8

Fonte: BNDES.

O BNDES vem criando uma política de giro, no sentido de apoiar mais a micro, pequena e média empresa e aquelas regiões menos desenvolvidas; grande empresa hoje praticamente não tem apoio, essa grande empresa que está na tabela é mais a média grande, aquela que fatura até R\$ 300 milhões.

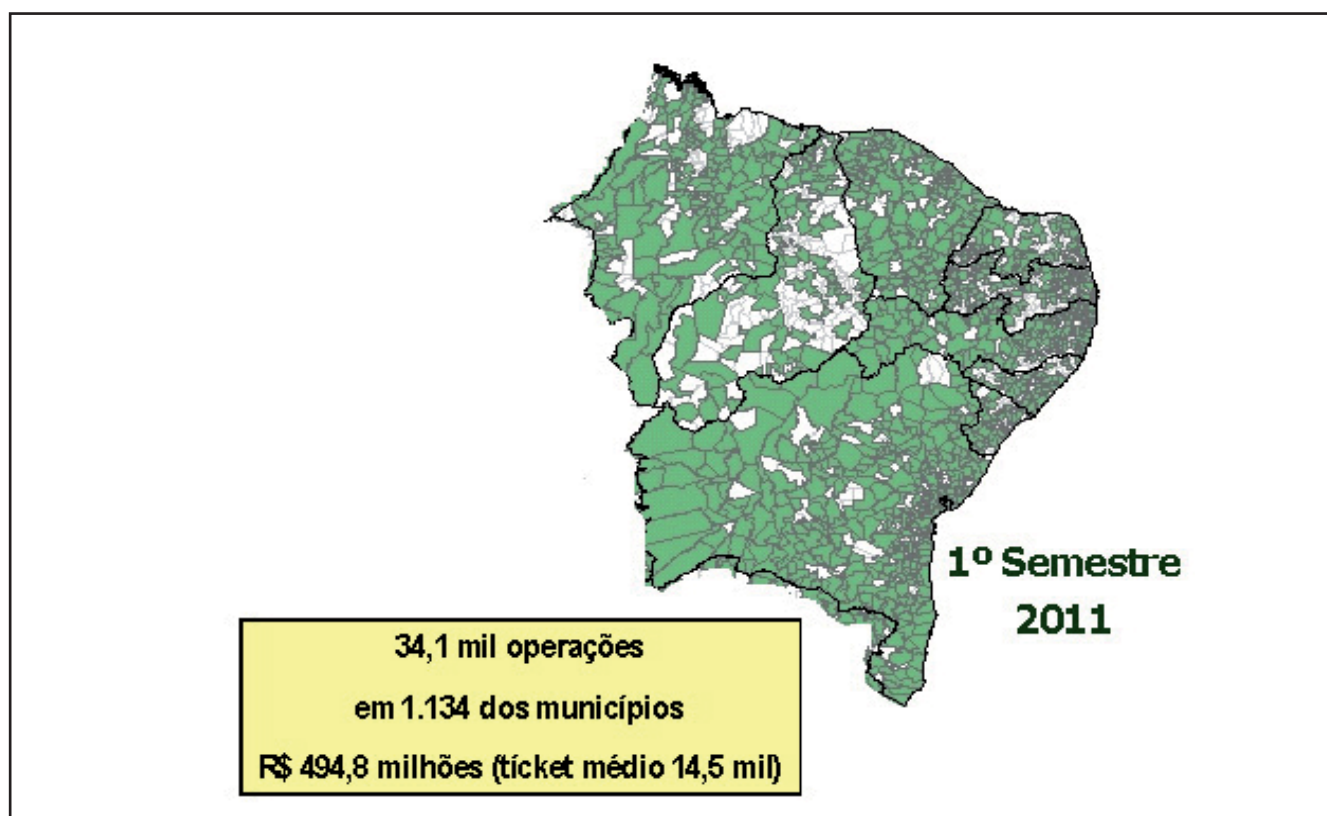
Na região Nordeste, através de um programa recente, que começou no fim do quarto trimestre de 2010, já alocamos praticamente R\$ 150 milhões. É um valor que aportamos, mais uns R\$ 200 milhões agora; esses recursos praticamente já se esgotaram, e nós pensamos em levar a nossa Diretoria mais recursos para uma linha de crédito que vem dando certo, pois é uma necessidade, pelas próprias características da Região, com pequenos negócios e muito comércio.

Agora falaremos sobre o produto cartão BNDES, que penso ser o produto mais direcionado para os pequenos negócios. Hoje, o BNDES tem cinco agentes emissores do cartão BNDES: o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú Unibanco, que ingressou recentemente, e o Banrisul.

A condição dos juros hoje é 0,99% ao mês de taxa final; o prazo, até 48 meses; e o limite máximo concedido de crédito, R\$ 1 milhão. Falando um pouco das estatísticas do cartão. A participação dele no Nordeste é 11,7%; a participação de todos os produtos da Área de Operações Indiretas em relação ao desembolso, e o cartão BNDES representa 14,4%. No Norte, 5,5%; a participação do desembolso da ordem de 4,9% na região Sudeste; onde existe uma inversão de valor é na região Centro-Oeste e região Sul. Um dado interessante do cartão BNDES, comparando ao desembolso da Área de Operações Indiretas, voltada apenas para micro e pequenos negócios, é que o cartão representa quase 34% do desembolso básico para essa categoria de empresas.

O Cartão BNDES começou em 2003 e em 2004, o cartão abrangia 5% da totalidade dos municípios do País. Com o passar do tempo, em 2007, já atingíamos 36%, e, em 2010, já estávamos atingindo 76% dos municípios.

Observamos que, na região Norte, devido à grandeza do País, é mais difícil; algumas regiões do Nordeste, mais especificamente entre o Piauí e o Maranhão, ainda existe uma mancha branca, mas se olharmos como é esse produto, a simplicidade, a facilidade com limite de crédito, em que comprar tudo que está no nosso catálogo, que vai desde insumo a serviços tecnológicos, a serviços de metrologia, insumos, máquinas e equipamentos, é um trabalho grande.



Mapa 7 – Cartão BNDES – Abrangência na região Nordeste

Fonte: BNDES.

Agora olharemos bem para a região Nordeste. Hoje, a base do cartão BNDES está na faixa dos 410 mil cartões emitidos, de forma que a região Nordeste tem 58 mil cartões, o

que representa 14% do total de cartões, crédito pré-aprovado para a Região na ordem de R\$ 2,5 bilhões. Se somarmos todos os cartões BNDES e os créditos que foram concedidos para os cartões emitidos no Nordeste, representa 13% do País.

A nossa abrangência em 2004 foi muito pequena, reduzida praticamente na região do Estado da Bahia, e um pouco no Maranhão. Com o passar do tempo, observamos que, em 2007, avançamos mais um pouco e, atualmente, já estamos, conforme comentei, com o desafio de entrar mais fortemente no Estado do Piauí. No primeiro semestre já foram 34 mil operações, 1.134 municípios da região Nordeste, em um total de quase R\$ 500 milhões desembolsados. E o interessante é que o valor médio por operação chega a R\$ 14,5 mil, um valor bem pulverizado e que atende a necessidade diária do empresário.

Outro dado interessante é que o cartão, na origem, ou seja, as compras locais representam bastante, de modo que estamos incluindo o segmento de máquinas e equipamentos. No próximo, vou excluir as máquinas e equipamentos. E observamos que a região Nordeste tem comprado na própria região quase 38%; o Nordeste compra 41% das transações da região Sudeste, onde está grande parte da aglomeração das indústrias de bens de capital; e a região Sul também possui outra aglomeração de fabricantes de bens de capital, na ordem de 18%.

Então, reparamos que o cartão tem uma característica muito interessante de estimular a compra local. Essas são as taxas de participação, excluindo máquinas e equipamentos; vejam o exemplo do Ceará, que em 2006 comprava apenas 28%, atualmente já está comprando 53%. Logo, ficamos bastante satisfeitos porque esse é um produto voltado para o pequeno negócio e que estimula a própria economia local.

Falando um pouco do cooperativismo. O BNDES construiu alguns arranjos institucionais, pois tínhamos uma dificuldade muito grande de repassar recursos para o Pronaf; e, praticamente no passado quem repassava era o BNB e o Banco do Brasil, e que, posteriormente, o Banco do Brasil e o BNB conseguiram *funding* mais adequado e atuam hoje com suas fontes de recursos para apoiar o Pronaf.

Assim, a partir de um grupo de trabalho, o BNDES criou um programa para financiamento, para que os cooperados aportassem recursos às suas cooperativas. Essa linha de crédito aprovada foi de R\$ 1 bilhão, e hoje estamos bem perto de ter gasto esse R\$ 1 bilhão. (Gráfico 72). Em relação à quantidade de operações feitas com cooperados, observamos uma queda, porque o endividamento dos seus cooperados, o comprometimento que eles já tomaram crédito para aportar em suas cooperativas, já tira um pouco a base de endividamento desses cooperados, então, é natural que tenhamos certa redução.

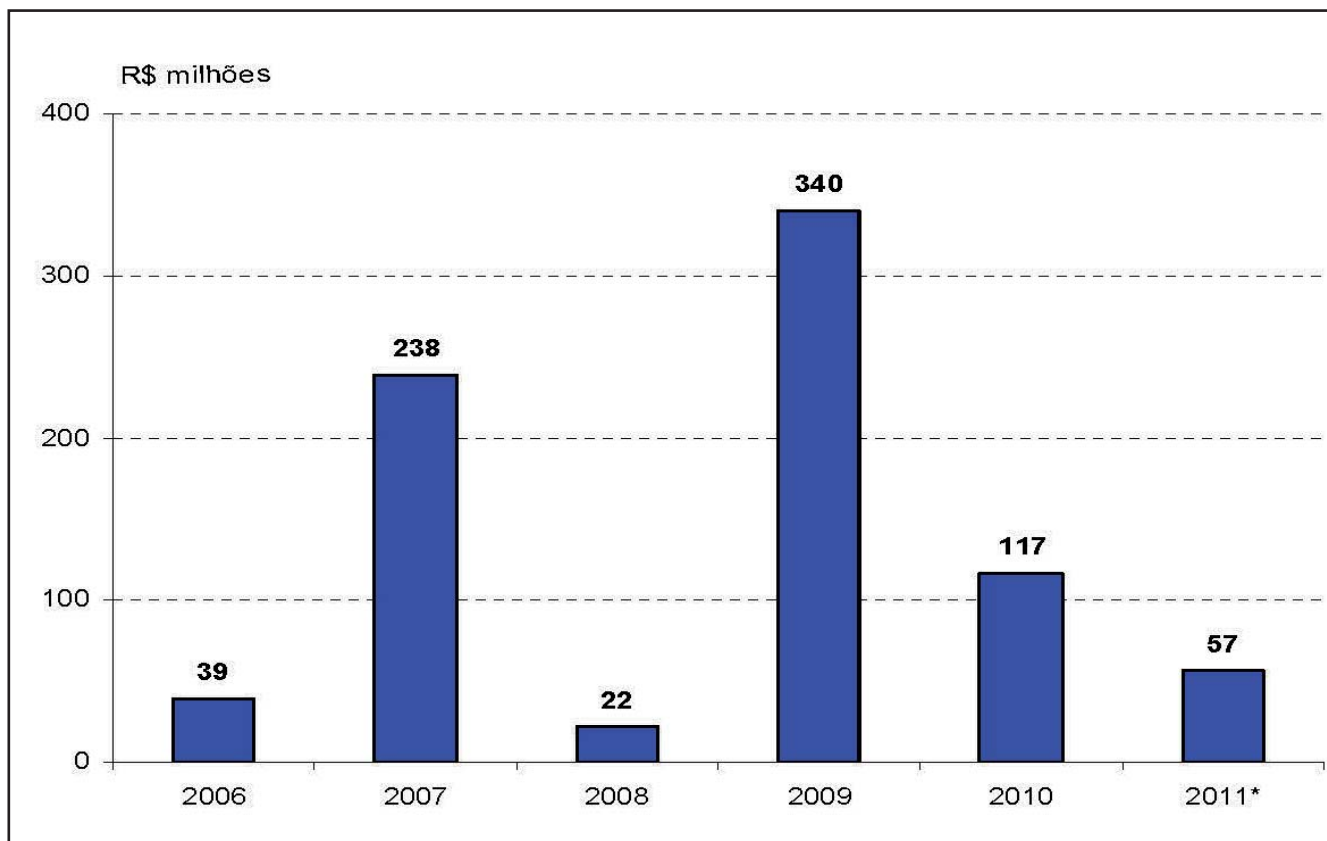


Gráfico 72 – Desembolsos por Modalidade

Fonte: BNDES.

Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

Um dado interessante é o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), que surge com a agricultura familiar, no Estado do Paraná e no oeste de Santa Catarina. O desempenho dele, do patrimônio líquido, revela que esse programa praticamente alavancou bastante e criamos um canal para repassarmos recursos do Pronaf, pois é um recurso estratégico para o BNDES. A participação do total do patrimônio líquido do Cresol, hoje, é em torno de R\$ 126 milhões e, desse programa, quase a metade, R\$ 54 milhões, foram os seus cooperados que fizeram seu patrimônio atingir R\$ 126 milhões. E a Cresol Central, de R\$ 51 milhões o aporte, já está com patrimônio de R\$ 139 milhões. (Gráfico 73).

No passado, essas cooperativas não tinham *rating* que permitissem que elas pudessem vir a ser um agente repassador de recursos do BNDES; hoje, essas duas cooperativas são *investment rate*.

Outros sistemas que também utilizaram bastante isso foram as cooperativas de crédito Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), que eu acho que já está vindo para o Nordeste do País. O Sicredi, mais presente no Sul, está indo para o Centro-Oeste e também tem interesse de vir com essa filosofia para a região Nordeste.

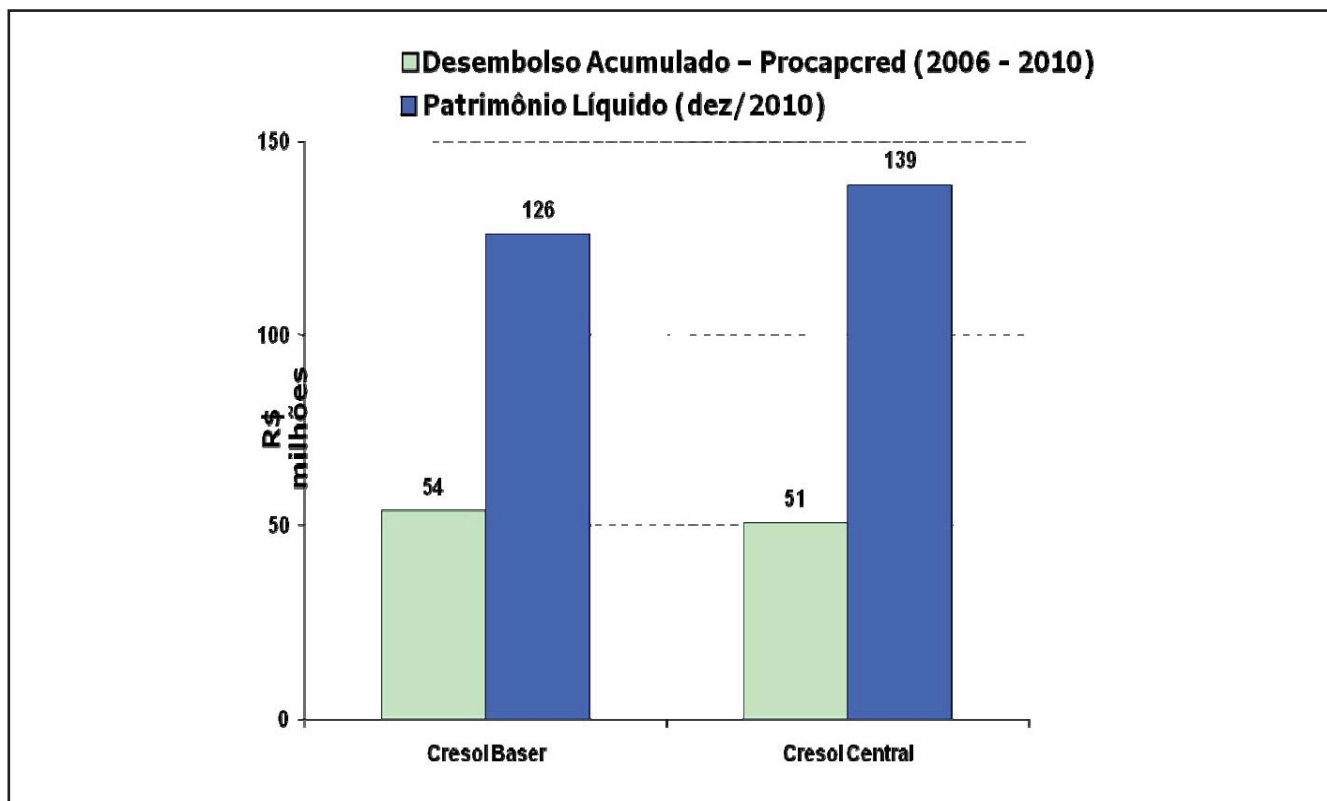


Gráfico 73 – Evolução do Patrimônio Líquido das Cooperativas – 2006-2010

Fonte: BNDES.

Falando um pouco sobre os números do Pronaf. Eu penso que em 2009 passamos de R\$ 1,3 bilhão para quase R\$ 1,5 bilhão em 2010. E o BNB é o grande provedor de recursos dentro do Pronaf na região Nordeste e faz muito bem. Grande parte dos recursos do FNE está alocada no Pronaf.

Em desempenho, os principais agentes são os agentes públicos; o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, também tem uma participação significativa. O sistema Sicredi se destaca; o sistema Cresol, o sistema Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE) e os demais. É isso que eu tinha a contribuir e estou à disposição para esclarecimentos.

Muito Obrigado.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Agradecendo ao Cláudio Bernardo pelas colocações em relação ao BNDES, pois penso que há uma questão do papel importante dos bancos públicos no País, debatida ano passado. O BNB participou com o Ipea e BNDES, e das discussões sobre a saída da crise do País e o papel dos bancos públicos. Qual o papel desempenhado pelo BNDES, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Banco do Brasil?

Na verdade, não são bancos concorrentes entre si, mas com funções complementares e, aqui no Nordeste, é bem claro o papel do Banco do Nordeste. Nós temos o semiárido, espaço pelo qual um banco privado praticamente não se interessa. Creio que esse é um dos temas importantes que o deputado Gonzaga Patriota vai abordar: a necessidade de o semiárido ser incluído na dinâmica nacional. E o papel dos bancos é fundamental na questão do crédito.

No BNB, hoje, temos a carteira do Pronaf, de mais de 500 mil pronafianos, trabalhando exatamente com a estrutura do Agroamigo, que é uma estrutura que trabalha com microfinanças com base no Crediamigo, nosso programa de microfinanças. Somando os dois, o Crediamigo e o Agroamigo, temos mais de 1 milhão e 200 mil clientes, todos dentro da estratégia de inclusão, com uma proposta de dobrarmos essa base de clientes em microfinanças até 2014.

Assim, há todo um conjunto de grandes investimentos no Nordeste, em que o papel do BNDES é fundamental em associação com o BNB, que possui hoje uma carteira de mais de R\$ 40 bilhões de potencial de investimentos no Nordeste.

Existe toda uma questão logística favorecendo, um momento ímpar em relação ao que nós estamos vivendo. Os três principais portos brasileiros em condição de expansão em um curto prazo estão no Nordeste: Suape, Pecém e Itaqui. Esse exemplo é apenas para mostrar o potencial da Região. Por exemplo, para os próximos dez anos, há a proposta de um porto na Bahia com a ferrovia, entre outros investimentos. A construção de um porto é lenta, que não se faz da noite para o dia, e assim, dentro de uma janela de dez anos, vamos ter vantagem competitiva para atrair grandes investimentos. Aí é fundamental esta parceria entre o BNB e o BNDES. Por quê? Porque temos uma ampla capilaridade no Nordeste, pela própria construção que foi feita, pela própria genética dos dois bancos complementares; o BNDES é uma construção para atacar mais os grandes projetos nacionais, que estão chegando ao Nordeste.

Por fim, vou passar a palavra para o deputado Gonzaga Patriota, que vai dar uma visão mais estratégica e política da Região, dado o seu grande conhecimento na Bancada, desde a Constituinte.

LUIZ GONZAGA PATRIOTA

Doutor Alencar, eu quero cumprimentar essa grande instituição, o Banco do Nordeste, que é o maior banco de incentivo à produção, notadamente voltada para o agricultor pequeno.

Cumprimentar o doutor Cláudio Figueiredo, do BNDES, outra instituição importante que tem feito essa parceria; a doutora Carmem Feijó, que tive a honra de ouvir sua palestra; cumprimentar aqui os professores e os colegas estudantes. Lembro que estudei aqui no Ceará, no Seminário São José e, depois, fui da primeira turma da Urca; de modo que me considero um pouco cearense.

Quero também cumprimentar os pernambucanos, e dizer da minha alegria, em nome da Bancada do Nordeste, de vir ao Ceará nesse XVII Fórum, encontro que o Banco do Nordeste prepara para tratar de assuntos importantíssimos para a nossa Região.

Pela manhã, observei que falamos sobre pobreza, exclusão social, como recuperar esses brasileiros. Falou-se aqui sobre política social, desigualdades que ainda lamentavelmente existem, mas estamos encontrando uma saída para que elas se acabem; o crescimento econômico; e nós vamos falar um pouco do microcrédito, como ele tem chegado às pessoas, o que falta, e o que podemos fazer.

Gostaria de voltar um pouco e dizer da importância de unidade no parlamento brasileiro. Eu fui eleito deputado ainda jovem; logo, quando saí do Crato comecei a advogar, especialmente para sindicatos, igrejas, associação, etc., e que terminaram elegendo-me deputado estadual em 1982. Lembro que, como sempre, o parlamento brasileiro é muito acuado. Isso é importante, principalmente quando ele é acuado pela sociedade, pelos meios de comunicação, pela Imprensa, que é a Imprensa investigativa.

Tudo que se programou no projeto da nova Constituição, a Constituição Cidadã de doutor Ulysses Guimarães, o "centrão", em poucos dias, puxou para o Sudeste e para o Sul do País, principalmente, e nós nos organizamos e criamos uma bancada Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E essa bancada começou a pegar determinados pontos e mostrar, de forma que a sociedade, a Igreja, as igrejas evangélicas, os sindicatos, entre outros foram se aproximando, chegando e, colocávamos alguma coisa de importante para o desenvolvimento dessas regiões, que viviam praticamente na escuridão, na nuvem negra que passava por cima da nossa pátria brasileira.

E entre essas coisas, colocamos os fundos constitucionais, de maneira que no primeiro momento requeremos 10% de toda arrecadação para os fundos, porém, conseguimos 3%, o que já foi muita coisa, de modo que o Nordeste ficou com 1,8%, o Norte com 0,6% e o Centro-Oeste com 0,6%.

Então, quando eu fui convidado para falar aqui sobre esses pequenos negócios, fiz um levantamento do que era o Nordeste e o que ele é hoje. Primeiro, fui à região Centro-Oeste, ela não precisa mais nem se organizar com a gente porque, graças a Deus, saiu dessa linha triste de cenário de pobreza. A região Centro-Oeste cresceu, emancipamos o pedaço pobre de Goiás, que era Tocantins, e que hoje está caminhando a passos largos, como pretendíamos emancipar um pedaço da Bahia, que é o lado esquerdo do Rio, para criar o Estado do Rio São Francisco.

Quando vamos para o Norte, entre as coisas que faltam, está água para o povo beber, a três quilômetros do Rio Amazonas, do Rio Negro e de tantos rios. Lamentavelmente, não tem. Mas quando venho aqui a Petrolina, a cidade em que moro há 30 anos, abaixo de Petrolina ou um pouco acima, também têm comunidades que, quando tem água, é água *in natura*, água bruta do rio.

Porém, fiz uma imagem de como era o Nordeste nestes tempos, e observamos como melhorou esse Nordeste. Além disso, conseguimos redemocratizar o País, conseguimos fazer com que o povo possa escolher, talvez melhor, seus representantes, porque nem tinham o direito de escolher o governador e o presidente da República e um terço do Senado. Mas como as coisas melhoraram, eu levantei aqui em números.

Quando olhamos aqui na produção, na indústria, na pequena indústria, na média indústria do País, temos mais de 60% que é o pequeno, que é o médio e que é o micro. Do micro, pequeno e médio tem mais de 60%. Oferece mais de 70% do emprego porque lá está o dono, está sua mulher e está o filho. Em relação à grande empresa. Obviamente que pelo PIB ela representa 20% ou pouco mais.

Quando você vai para agricultura, quase 25% das terras, temos 87% da produção, pois o pequeno não tem muita terra. Sim, 87% da produção em 25% das terras. A mandioca do Brasil é produzida pelo pequeno, poucas indústrias grandes, até na serra aqui do Ceará com Pernambuco, a mandioca, quase 90% da mandioca que faz a nossa farinha; e lá em Araripina tem uma das melhores farinhas. Quase 70% no leite de cabra, poucas empresas grandes tomaram conta da caprinovinocultura, porque ela dá pouco leite, é o pequeno que está tirando o leite da cabra e fazendo o queijo. Quase 60% da carne suína também, são poucas as grandes, a não ser no Sul do País; aí vem o milho, o café, essas coisas.

A gente vê quem foi responsável por isso: o crédito, o pequeno crédito. Porque também não tinha condições daqueles pequenos. Hoje, as organizações dessa sociedade, as farmácias, as pequenas indústrias, o agricultor, as associações, os sindicatos, a federação, já sabem de tudo, pois sabem quanto tem quanto vem do BNDES, precisam de mais um pouco do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). E ainda diz assim: não tem que botar um pouco aqui para mesclar também do *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE) para essa agricultura familiar.

Eu não sei se, dos 16 milhões de brasileiros que trabalham mesmo na agricultura, se uns 12 milhões não estão na agricultura familiar. O estado chega mais perto, talvez mais de R\$ 1 bilhão só do Banco do Nordeste para a região Nordeste, seja para o Pronaf, seja para outras linhas de créditos.

Você tem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B), que, se pagar muito, paga 1% ou 2% de juros, juro que era de 5%, e que "brigamos" e reduziu um pouco. Então, eu quero dizer que acho que essa mesma integração que fizemos na Assembleia Nacional Constituinte de juntar bancadas de três regiões abandonadas. Essa organização que fizemos das três bancadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), teve resultado. E agora, eu tive a honra de ser eleito o líder da Bancada do Nordeste. Já me juntei com a Bancada do Norte, aí a briga era "luz para todos"; agora, "água para todos"! Ninguém quer mais luz não, a luz já chegou.

A presidente Dilma Rousseff já autorizou o ministro da Integração Nacional, o problema dessa integração do Rio São Francisco com os rios perenes do Nordeste. Pouca gente se apercebe de que é o único rio no mundo que "desce subindo", nasce lá no Sudeste e vem aqui para o Nordeste. Então, tirar 2% ou 3% aqui dessas águas para o Ceará, para o Rio

Grande do Norte, para Pernambuco e para Paraíba, para descer lá para a região metropolitana do Recife, para a região do agreste, foi uma luta. Em Petrolina quase todo mundo contra e eu a favor, porque vocês não podem avaliar a importância dessa água chegando a Pernambuco, chegando lá naqueles grandes açudes que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) fez e que praticamente não tinham serventia porque faltava a água.

Chegando ao Ceará, quantas indústrias grandes nós teremos, quantas Agrovaletas? Eu estava dizendo ao presidente do BNB agora há pouco: a gente tem uma Agrovaleta que vi nascer 30 anos atrás, hoje é a maior do Nordeste, a 3ª ou 4ª do Brasil; quantas a gente vai ver nessa Região por aí?

Quero-me colocar à disposição de vocês se quiserem fazer alguma pergunta, mas dizer que, eu acho que essa Bancada do Nordeste no Congresso Nacional, que faço parte na Comissão de Orçamento da União, está unida. Tivemos depois do presidente Itamar Franco, presidente Fernando Henrique Cardoso, vivenciando um novo sistema de democracia no Brasil, e depois o presidente Lula, que apostou muito no Brasil, e eu lembro que criticavam: "não, porque esse negócio de dar esmola, de bolsa renda, de bolsa família". Quanto melhorou? Olha a coragem que tiveram os presidentes também depois de Sarney, de colocar um salário mínimo melhor. Quanto melhorou a vida do brasileiro, do brasileiro que vivia na pobreza extrema, de comprar uma roupa melhor, de comer melhor, de gastar mais um pouco?

Eu fui o autor da proposta da Assembleia Nacional Constituinte de aposentadoria de homens e mulheres do campo sem contribuir com a Previdência Social. Hoje, é a maior distribuição de renda, porque ele deixa o dinheiro lá na ponta, é a aposentadoria do homem, é a aposentadoria da mulher, é o povo que ganha um salário mínimo, um salário mínimo de R\$ 545.

Com tudo isso, com certeza, teremos um Nordeste melhor, teremos o Norte equilibrado e, se Deus quiser, teremos um Brasil mais próspero, de pessoas que possam dizer: "eu sou brasileiro".

Para concluir, quero pedir aqui ao doutor Alencar que abra as portas desse Banco, eu quero me colocar à disposição do Banco do Nordeste, do BNDES, das outras instituições, no parlamento brasileiro e, com certeza, vamos conseguir também de toda a Bancada do Norte um aumento de capital para o Banco do Nordeste.

Assim, quero me colocar à disposição do Banco do Nordeste, parabenizá-lo, de modo que aqui tivéssemos pelo menos 59 fóruns, mas 17 já está bom, daqui pra frente a gente não para, ano que vem eu não quero vir para tribuna, eu quero ficar ali aprendendo com os economistas.

Por fim, quero cumprimentar as universidades que estão aqui, do Ceará e de outros estados por meio de seus professores, mas eu quero vir aqui aprender, e esse aprendizado levar para quem eu puder por meio do parlamento brasileiro. Fiquem todos com Deus, estou à disposição para qualquer pergunta.

Muito Obrigado.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

As palavras do deputado Gonzaga Patriota foram importantes e queria destacar aqui o trabalho do parlamento brasileiro. Acho que o parlamento brasileiro, deputado, é atacado às vezes de forma injusta, porque nós temos hoje o desenvolvimento do País em função de uma coisa importante: a Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 foi um marco neste País, porque nela, praticamente pela primeira vez, nós tivemos uma série de balizamentos em termos de política regional, de sistema financeiro nacional, de todas essas condições dos fundos constitucionais. Em 1946 tivemos a criação do Fundo das Secas, mas não é equivalente ao que nós temos hoje, os chamados fundos constitucionais.

Se existe hoje uma política social, se a política social hoje do governo Lula, do governo Dilma é uma política vitoriosa, nós devemos, em grande parte, aos marcos da Constituição de 1988. E o deputado Gonzaga Patriota (lembro bem, na época eu trabalhava como observador da Constituinte pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste. Sou testemunha exatamente do trabalho que foi feito), era um dos principais expoentes da Bancada do Norte-Nordeste e Centro-Oeste em relação a estas questões.

Neste País, algumas decisões aparentemente sem nexos, sem racionalidade do ponto de vista econômico, foram decisões estratégicas, tomadas por políticos. Eu vou citar algumas dessas decisões: a construção de Brasília pelo Juscelino; pelo governo Lula, a Transnordestina, a chamada Transposição do Rio São Francisco.

Elas não obedecem, à primeira vista, à lógica, à racionalidade econômica, mas são decisões importantes, estratégicas, como o próprio Programa Bolsa Família, que, do ponto de vista econômico, hoje é um sucesso. O deputado Gonzaga Patriota mostrou claramente aqui, o Cláudio Figueiredo também mostrou exatamente essa demanda por crédito.

Vou dar um testemunho: o comércio, em pequenos centros e cidades do Nordeste, funcionava praticamente dez dias a cada mês, exatamente quando saíam as aposentadorias e pensões; e hoje, em praticamente 30 dias o comércio funciona.

Nós estamos vendo que essas políticas de intervenção foram políticas vitoriosas; a região Nordeste provou que está crescendo acima da média nacional e todo este processo nós devemos a estas políticas aparentemente irracionais, mas que não foram. E a Bancada do Nordeste no Senado e na Câmara, hoje, coordenada pelo deputado Gonzaga Patriota, pensa exatamente dessa forma estratégica.

Nós temos um planejamento dentro da Bancada, o Banco do Nordeste participa, o BNDES, enfim, todos os órgãos de governo participam dessas discussões; a Academia também e isso é importante, é uma faceta pouco conhecida do parlamento brasileiro, onde ocorre essa discussão mais aberta.

Por fim, abro o bloco das perguntas.

MAURÍCIO SIQUEIRA/UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

Boa tarde. Quero cumprimentar a todos. Em Sertânia e em Floresta, comecei a pesquisar sobre arranjos produtivos locais e temos uma peculiaridade para caprinocultura. Tenho uma pergunta ao deputado, em relação ao Senado e à Câmara Federal, e a visão do deputado sobre como é a melhor formulação, um melhor incentivo a essas questões de cada região defender os seus arranjos produtivos locais e terem políticas de estímulo a isso. Porque eu noto que cada região onde há o estímulo aos arranjos produtivos locais, torna-se mais viável economicamente, mais desenvolvida. Eu tenho notado isso lá em Sertânia e em Floresta sobre a caprinocultura, na região de Petrolina no polo das fruticulturas, apicultura na região também no sertão do Pajeú. Aí, eu queria saber qual é a posição do deputado e qual é a posição da Bancada do Norte-Nordeste quanto a esse tema.

DANIEL (UECE)

Boa tarde. Daniel, da Universidade Estadual do Ceará. Eu queria fazer uma pergunta aos palestrantes. O desenvolvimento de economia solidária no Nordeste não seria pertinente a um desenvolvimento maior, tanto humano quanto econômico?

GUSTAVO (RECIFE)

Boa tarde. Meu nome é Gustavo, sou do Banco do Brasil, de Recife. Inclusive, na minha função eu estudo justamente operação das verbas liberadas dos programas aprovados por vocês e do emprego dos recursos disponibilizados pelo BNDES. E eu percebo que falta uma equalização nas formas das análises das operações. O pequeno empreendedor, o microempresário vai até o Sebrae e recebe orientação; no Banco do Brasil, é uma exigência; vai ao BNDES, outra exigência; então, são duas questões. A primeira é: qual seria a viabilidade de uma equalização, não sei se em nível de diretoria, presidência, das instituições que trabalham tanto o BNDES quanto os agentes financeiros, para definir um critério único da análise da operação para facilitar isso? E a segunda questão é: existe algum estudo dentro do BNDES para o prazo de carência que a gente tem, por exemplo, no Finame PSI, no BNDES Automático, para o cartão BNDES?

Deixamos de fazer muitas operações, porque o empresário, muitas vezes, ou precisa da carência, e como o próprio deputado elencou, há muitas empresas sem condições ainda de cumprir as exigências legais para o estabelecimento, pelo custo que o empregado tem que o empregador vai arcar com isso, e ele não coopera com o cartão BNDES, ele precisa dessa carência, não opera com o Finame, com o BNDES Automático, por não ter recursos para isso. Existe algum estudo dessa carência? E a viabilidade da questão da análise financeira?

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Passo para o Cláudio Figueiredo, para sua devida resposta e considerações finais.

CLÁUDIO BERNARDO FIGUEIREDO

Primeiro vou falar sobre a pergunta do Daniel, da economia solidária. O BNDES trabalha, por meio de microcrédito, que abrange mais a demanda dessas economias solidárias. O BNDES costuma repassar *funding* para as instituições que chamamos de primeiro piso; o BNDES atua como segundo piso, e essas instituições repassam esses recursos na linha do microcrédito; há as regras, lógico que você absorve essas pessoas, resulta em um dinamismo muito grande, você faz uma inclusão social que é muito importante.

O Banco vem atuando firme nessa estratégia de estimular a criação de segunda instituição repassadora. Então, temos trabalhado muito com cooperativas, instituições com notório saber em repasse de recursos. Essa tem sido a estratégia do BNDES, que avançou bastante.

Sobre o que falou o Maurício dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o BNDES tem lutado muito, a nossa área social do Banco criou alguns apoios aos APLs de baixa renda, notadamente aqui na região Nordeste, e eu não estou preparado para dar maiores esclarecimentos; mas sei que o BNDES vem atuando muito sobre esse tema do arranjo produtivo local, tanto que o presidente Luciano Coutinho alocou uma pessoa de sua inteira confiança, criando uma secretaria para estudar esse tema. E estamos construindo alguns APLs de mais baixa renda. E os de alta renda, a gente atua com os produtos do BNDES.

O que o Gustavo falou sobre recursos do BNDES, a equalização das exigências, existem algumas regras que dependem da Constituinte, de que o nosso deputado Gonzaga Patriota participou, e lá deixa bem claro algumas certidões necessárias para contratação e liberação, e isso é um entrave grande, não é?

Por lidar com recurso público, não temos como ir contra a nossa Constituição. Na questão da análise financeira, é o próprio agente financeiro que estuda a viabilidade do projeto e diz se está aprovado. O que tem são algumas orientações quanto ao preenchimento; no BNDES Automático é mais burocrático, porém, temos avançado bastante, fazendo alguns eventos juntos a agentes financeiros.

Queria citar, como o diretor Alencar comentou a presença do setor público na questão do desenvolvimento, a ABDE está ressurgindo; então, estamos articulando a criação de agências de fomento e o Nordeste tem saído na frente na criação dessas agências. O que eu te diria, Gustavo, nessa questão das orientações. O Banco do Brasil participa; às vezes, manda treinamento; e temos o recurso do BNDES que oferece todas as orientações.

No que diz respeito à equalização, quem propõe é o agente financeiro. Na linha do PSI, pode ser até 24 meses de carência, exceto ônibus e caminhão, que não faz sentido dar uma equalização, uma carência maior. Mas isso é critério do agente financeiro.

No BNDES Automático, o conceito de carência são seis meses. O cartão BNDES é um produto e, para estimular os agentes financeiros a entrar, foi uma dificuldade grande. Devemos expor a característica do produto, porque, se você alongar muito, ele quer que o próprio empresário comprometa o conceito do cartão, cuja carência é três meses, no máximo. Eu diria que, no momento, não há estudos no BNDES para ampliar a carência do cartão BNDES; pretende-se ampliar o prazo de amortização, que hoje está em 48 meses; mas ainda devem ser consultadas diversas áreas do banco, para estender isso para 60 meses.

Mas eu te diria que a característica do cartão BNDES, pelos dados apresentados, é um crédito pequeno, um valor pequeno que a própria dinâmica da empresa, o fluxo de caixa dela já não requer uma carência muito maior, e mexendo muito no produto acaba, achando que vai melhorar, mas pode ter o efeito contrário.

Muito obrigado.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Vou passar para o deputado Patriota, para suas considerações finais e as devidas respostas.

LUIZ GONZAGA PATRIOTA

Vou procurar ser breve. Mas o que falou o nosso representante do BNDES. Esses arranjos produtivos locais dependem muito também da organização. Maurício, lá na nossa querida Sertânia, praticamente está perdendo-se a liderança de capital da caprinovinocultura para Dormentes, uma cidade nova, pequena, que fica lá no cantinho do Estado de Pernambuco; mas lá se organizaram de uma maneira tão grande e foram buscar por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, Embrapa, entre outras instituições.

E fizeram um trabalho tão bom que hoje a qualidade é grande, e com isso chegam os créditos. As exposições de animais de Sertânia, de caprinovinocultura, eram as maiores. Já hoje, essa cidade pequena, Dormentes, tem um evento chamado de Caprishow, para a qual vem recurso de todo canto, Banco do Nordeste chega lá, não sei quem.

Então, começamos a perder, talvez, pela falta da organização dos próprios produtores, criadores e dos políticos também.

Ao Daniel e ao Gustavo, nosso representante aqui do BNDES já respondeu; mas ao Gustavo eu quero dizer o seguinte: que a gente às vezes deixa de trazer dinheiro, porque todo o dinheiro da arrecadação da União vai para Brasília, eles mandam um pouquinho dos fundos, mandam um pouco dos repasses de fundos também do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e o resto fica tudo em Brasília.

Aí, quando colocamos recursos, por meio de bancos ou de emendas, existem as exigências, mas também a falta, às vezes, de pessoas na praticidade dessas coisas, de correr com isso.

Colocamos uma emenda, e criamos uma expectativa para a sociedade. Por exemplo, existem instituições que não têm como acompanhar os créditos, e por sua vez, não liberam os recursos enquanto não comprovar os recursos anteriormente liberados. E termina perdendo o dinheiro. Então existe a exigência da certidão, que hoje você tira pela Internet, mas existe mais é a falta de gente para fazer esse movimento.

Mas eu quero concluir, agradecendo essa oportunidade mais uma vez de ter vindo aqui, quero ser convidado para outros fóruns para vir aqui. Vou ficar à disposição de outros bancos que estiveram aqui, estou andando agora o Nordeste inteiro, pois estou atualmente como de líder de Bancada. Estou à disposição de vocês, fiquem todos com Deus.

Um grande abraço, parabéns a vocês pelo comportamento e pela atenção.

JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR JÚNIOR

Agradecendo a todos, eu queria só lembrar a questão da economia solidária, tão importante movimento no País, que nós apoiamos também, além da questão do microcrédito que é importante, o movimento da economia solidária com a Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária, liderada pelo professor Paul Singer, um ícone da economia, que mostra uma nova oportunidade de organização.

Deputado, nós estamos apoiando a parte de microfinanças também, uma grande área de atuação do BNB, com mais de um milhão e duzentos mil clientes.

Queria agradecer a todos, ao deputado Gonzaga Patriota, mais uma vez pelas suas palavras e intervenções importantes. Eu digo sempre: o mundo real funciona com a racionalidade econômica, mas também com a intuição dos políticos, fundamental para todos os países.

Agradeço também ao Cláudio Bernardo do BNDES.

Muito obrigado.

PRÊMIOS, LANÇAMENTO DE LIVRO, COMENDAS E ENCERRAMENTO

Mestre de Cerimônias

Na sequência de nossa programação, teremos a divulgação dos projetos selecionados no aviso Etene/ Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) de 2011, Programa de Apoio a Elaboração de Teses e Dissertações sobre atividades socioeconômicas e desenvolvimento sustentável da área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Desde a sua fundação, o Banco do Nordeste vem apoiando a pesquisa e a difusão do conhecimento científico e tecnológico em cumprimento de sua missão institucional de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Agora, o BNB vem dar mais um passo no seu Programa de Apoio ao Financiamento da Elaboração de Teses e Dissertações nas áreas de Economia, Sociologia, Planejamento Urbano e Regional, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional, Turismo e Convivência com o Semiárido.

Com esta ação, o BNB garante o acesso democrático, por parte dos programas de pós-graduação em Economia e de seus alunos, aos financiamentos a serem concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci).

O objetivo é o apoio à formação e treinamento de pessoal técnico em áreas de interesse do BNB, mediante concessão de auxílio financeiro. Espera-se que os projetos apoiados possibilitem à Região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional.

Os projetos selecionados foram:

- Universidade Federal do Piauí – Programa de Pós-Graduação em Agronomia.
Título: *Tolerância ao Déficit Hídrico de Cultivares de Soja no Semiárido Piauiense.*
Orientador: *Fabiano André Petter.*
Mestrando: *Alan Mário Zuffo.*
- Universidade Federal da Bahia – Núcleo de Pós-Graduação em Administração.
Título: *Desafios e Possibilidades na Gestão Social de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos de Economia Solidária.*
Orientador: *Genauto Carvalho de França Filho.*
Mestrando: *Ives Romero Tavares do Nascimento.*

- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais.
 Título: *Preparação de Biodiesel a partir das Macroalgas Usando Iodo como Catalizador.*
 Orientador: *Luís Gonzaga de Oliveira Matias.*
 Mestrando: *Rosemary Ferreira da Costa.*
- Universidade Federal de Sergipe – Programa de Mestrado de Desenvolvimento e Meio Ambiente.
 Título: *O Desenvolvimento Eólico em Sergipe e a Geração de Energia Limpa.*
 Orientador: *Jenny Dantas Barbosa.*
 Mestrando: *Maralysa Correia de Sousa Cavalcanti.*
- Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen).
 Título: *Efeitos da Política Monetária para as Regiões Brasileiras: Uma Avaliação Utilizando Gvar.*
 Orientador: *Fabício Carneiro Linhares.*
 Mestrando: *José Iranildo da Silva Araújo.*
- Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Administração.
 Título: *Gestão de Risco nas Empresas Exportadoras do Vale do São Francisco.*
 Orientador: *Josete Florêncio dos Santos.*
 Mestrando: *Samara Gabriela Alves de Lima.*
- Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Administração.
 Título: *Uso de Indicadores Financeiros para Concessão de Crédito: Uma Abordagem Quantitativa para Previsão de Inadimplência.*
 Orientador: *Josete Florêncio dos Santos.*
 Mestrando: *Marcelino José Caetano.*
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Programa de Pós-Graduação em Economia.
 Título: *Geração de Renda e Ocupações na Cadeia Agroindustrial de Castanha de Caju no Rio Grande do Norte: O Caso do Sertão.*
 Orientador: *João Matos Filho.*
 Mestrando: *Eudésio Edwin da Silva.*
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural.
 Título: *Análise da Competitividade Revelada das Flores de Corte Brasileira no Mercosul e União Europeia.*
 Orientador: *Tales Wanderley Vital.*
 Mestrando: *Priscila Petrusca Messias Gomes Silva.*

- Universidade Estadual do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Título: *Metropolização Litorânea: Implicações da Expansão do Turismo e do Mercado Imobiliário no Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza.*
 Orientador: *Zenilde Baima Amora.*
 Mestrando: *Eudes André Leopoldo de Sousa.*
- Universidade Federal da Bahia – Núcleo de Pós-Graduação em Administração.
 Título: *Moedas Sociais e Gestão de Territórios: Aplicações e Implicações Teóricas e Práticas.*
 Orientador: *Genauto Carvalho de França Filho.*
 Doutorando: *Ariadne Scalfoni Rigo.*
- Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Pós-Graduação em Medicina.
 Título: *Desenvolvimento, Caracterização Físico-química e Avaliação dos Efeitos de Bases Cosméticas Contendo None Como Alternativa a Fotoquimioproteção.*
 Orientador: *Adriano Antunes de Sousa Araújo.*
 Doutorando: *Mairim Russo Serafini.*
- Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola.
 Título: *Níveis e Modelos de Distribuição de Irrigação na Cultura da Macieira nas Condições Edafoclimáticas do Semiárido Cearense.*
 Orientador: *Francisco Marcos Lima Bezerra.*
 Doutorando: *Luís Alberto Freire Maia.*
- Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen).
 Título: *Trajetórias de Desenvolvimento e Desigualdades Salariais nas Regiões do Brasil.*
 Orientador: *João Mário Santos de França.*
 Doutorando: *Eleydiane Maria Gomes Vale.*
- Universidade Federal do Espírito Santo – Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal.
 Título: *Estabelecimento in vitro, Micropropagação e Poliploidização de Crambe.*
 Orientador: *José Augusto Teixeira do Amaral.*
 Doutorando: *Elias Terra Werner.*
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Botânica.
 Título: *Avaliação do Extrativismo do Pequi na Floresta Nacional do Araripe-Ceará: Informações Ecológicas e Etnobotânicas para um Plano de Conservação e Uso Sustentável.*

Orientador: *Ulisses Paulino de Albuquerque.*

Doutorando: *Alysson Luís Santos de Almeida.*

- Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica.

Título: *Sistema Híbrido Biogás/Fotovoltaico para Geração Descentralizada no Semiárido.*

Orientador: *Paulo César Marques de Carvalho.*

Doutorando: *Manuel Rangel Borges Neto.*

- Universidade Federal Rural de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais.

Título: *Desempenho Silvicultural e Avaliação Econômica de Clones Híbridos de Eucaliptos Plantados em Diferentes Densidades Populacionais no Polo Gesseiro do Araripe.*

Orientador: *José Antônio Aleixo da Silva.*

Doutorando: *Fernando Henrique de Lima Gadelha.*

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Programa Pós-Graduação em Ecologia.

Título: *Restauração de Caatinga Visando o seu Funcionamento e a sua Resistência à Desertificação.*

Orientador: *Gislene Maria da Silva Ganade.*

Doutorando: *Guilherme Gerhardt Mazzochini.*

- Universidade Federal de Alagoas – Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia.

Título: *Desenvolvimento de Alimento de Alto Teor Nutritivo com Resíduos Regionais: Incentivo à Biotecnologia Sustentável.*

Orientador: *Luísa Antas Rabelo.*

Doutorando: *Glaucevane da Silva Guedes.*

Esta, portanto, é a relação das dissertações e teses selecionadas:

Senhoras e senhores. Como acontece anualmente, o Banco do Nordeste do Brasil sente-se honrado em promover o lançamento de uma série de publicações que visam mostrar a produção técnico-científica desenvolvida pelo BNB e instituições parceiras. Serão agora apresentadas as publicações que estão sendo lançadas pelo Banco do Nordeste.

Solicito, portanto, aos autores que aqui se fizerem presentes – infelizmente não foi possível a presença de todos –, que à medida que seus nomes forem mencionados, por gentileza, venham ao palco.

Livros

- *Análise da Evolução do Microcrédito na Bahia – 1973 a 2008.*
Autor: *Bruno Mota Lopes.*
- *Decomposição dos Fatores de Crescimento Pró-pobre: Evidências para a Zona Rural Brasileira.*
Autor: *George Alberto de Freitas.*
- *Nordeste do Brasil: Sinopse e Estatística 2011.*
Organização: *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) e Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.*
- *O Crédito Oficial e o Emprego.*
Autor: *Demóstenes Moreira de Farias.*
- *O Nordeste e a Ação do Setor Público com um Balanço da Entrada e Saída de Recursos.*
Autor: *Clonilo Moreira Sindeaux de Oliveira.*
- *Preparação e Controle de Massa para o APL de Cerâmica Vermelha de Russas, Ceará.*
Autor: *Raimundo Humberto Cavalcante Lima.*
- *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Relatório de Resultados 2009.*
Organização: *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) e Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.*
- *Reflexões sobre o Pronaf B e a Pobreza Rural no Município de Caucaia, Estado do Ceará.*
Autor: *Pedro Pucci de Mesquita.*
- *Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º Semestre de 2010.*
Organização: *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) e Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação.*
- *Transferências de Recursos via Intermediação Financeira, o caso do Nordeste.*
Autor: *Francisco Ferreira Alves.*

Série BNB Teses e Dissertações

- Nº 22 – *Desconcentração de Serviços de Alto Nível em Fortaleza.*
Autora: Jane Gondim.
- Nº 23 – *O papel do Cluster Madeireiro no Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.*
Autor: Antonio Genilton Sant'Anna.
- Nº 24 – *O Comércio por Vias Internas e seu Papel sobre o Crescimento e Desigualdade Regional no Brasil.*
Autora: Aline Sousa Magalhães.
- Nº 25 – *Valores Econômicos para Características Produtivas e Reprodutivas de Bovinos Leiteiros do Semiárido.*
Autor: Luciano J. F. Ximenes.
- Nº 27 – *Migração de Retorno, Diferenciais de Salários e Autosseleção: Evidências para o Brasil.*
Autora: Vivian dos Santos Queiroz.
- Nº 28 – *Inovação, Cooperação e Políticas Públicas em Arranjos Produtivos Locais: O Caso do APL de Tecnologia da Informação em Salvador, Bahia.*
Autor: André Luís Melo de Oliveira.
- Nº 29 – *As Múltiplas Faces da Exclusão na Política de Microcrédito para Geração de Trabalho e Renda.*
Autora: Clébia Mardônia Freitas Silva.
- Nº 30 – *Educação do Campo e Práticas Educativas de Convivência com o Semiárido: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso.*
Autora: Beatriz Helena Oliveira de Melo Matos.

Série Documentos do Etene:

- Nº 29 – *Análise dos Impactos do Programa Bolsa Família no Brasil.*
Autor: Biágio de Oliveira Mendes Junior.

Série Informes Técnicos Etene

- Nº 1 – *Análise e Considerações sobre a Economia e Setores Produtivos do Nordeste.*
Organizadores: Airton Saboya Valente Júnior e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Série BNB – Ciência e Tecnologia

- Nº 6 – *Manejo Racional de Abelhas Africanizadas e de Meliponíneos no Nordeste do Brasil.*
Autores: *Luciano Ximenes, Larissa Sales de Aquino Costa, Georgiana Leila do Nascimento.*
- Nº 7 – *Investimento do Banco do Nordeste para o Desenvolvimento com Preservação Ambiental.*
Organizador: *Luciano Ximenes.*
- Nº 8 – *Ciência e Tecnologia para Aquicultura e Pesca no Nordeste.*
Organizador: *Luciano Ximenes.*
- Nº 9 – *Produção de Bovinos no Nordeste do Brasil: Desafios e Resultados.*
Coordenador: *Luciano Ximenes.*

Revista Conjuntura Econômica:

- *BNB Conjuntura Econômica nº 28 – Janeiro a Março de 2011.*
Coordenação técnica: *Airton Saboya Valente Júnior.*

Revista Econômica do Nordeste (REN):

- *Revista Econômica do Nordeste, volume 42, nº 2 – Abril a Junho de 2011.*
Editor Científico: *José Narciso Sobrinho* – Editor Técnico: *Ademir Costa.*

Lançamento de CD

- *Anais do 16º Encontro Regional de Economia*

Livros apoiados pelo BNB

- *Desigualdades Regionais no Brasil, Natureza, Causas, Origens e Soluções.*
Autor: *Alexandre Rands Barros* – Editora *Campus Elsevier.*
- *Trajетórias do Desenvolvimento Local e Regional: Uma Comparação entre a Região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México.*
Coordenadores: *Jair do Amaral Filho e Jorge Carrillo* – Editora: *E-papers Serviços Editoriais Ltda.*

Senhoras e senhores. Para ressaltar a importância das publicações lançadas nesta tarde, convido ao palco, para fazer uso da palavra, o senhor superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Boa tarde a todos. É muito importante esse momento onde o Banco do Nordeste, por intermédio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), lança 27 publicações que contribuem para o desenvolvimento regional, pois servem de subsídio para o planejamento interno do Banco e, também, para contribuir com a sociedade nordestina no planejamento do desenvolvimento da região Nordeste.

Este fórum constitui um espaço importante para que estejamos valorizando essas iniciativas. Portanto, em nome do Banco do Nordeste, gostaria de parabenizar e colocar o Banco à disposição dos senhores para novas iniciativas. Penso que quando você escreve um livro é muito desprendimento que se tem para dar esse apoio, e isso é muito importante para um banco de desenvolvimento regional, de forma que foram 27 publicações, que representam o esforço de todos os autores e organizadores.

Além das 27 publicações, temos mais duas apoiadas pelo Banco, hoje representado pelo professor Alexandre Rands, que é um grande parceiro na construção dessa trajetória com o Banco do Nordeste.

Dado o adiantado do tempo, vou dar a palavra para um representante dos livros lançados pelo Banco para, em dois minutos, dar a sua mensagem e para o professor Alexandre Rands, representando a Academia, a Universidade Federal de Pernambuco.

Inicialmente, um representante do Banco que possa dar o seu agradecimento e a sua mensagem nesse dia tão importante do lançamento desses livros.

PEDRO PUCCI DE MESQUITA

Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui, não só porque somos funcionários, participamos desse gigante que é o Banco do Nordeste, mas pela possibilidade de estarmos aqui discutindo e fazendo novos conhecimentos.

E uma coisa importante que há de se destacar nesse contexto é que essa possibilidade que temos de gerar conhecimento, de estudar, de ir à frente, torna-nos mais capazes, mais fortes no sentido de que possamos dar continuidade a esse processo de desenvolvimento que o Banco do Nordeste conduz.

Agradecemos a oportunidade da publicação. Agradecemos a oportunidade dos estudos e do conhecimento porque, sem sombra de dúvida, para nós se faz pedra fundamental nesse processo de discussão e de geração de conhecimento.

A todos, muito obrigado.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Com a palavra o professor Alexandre Rands para que possa dar a sua mensagem em nome dos autores apoiados pelo Banco.

ALEXANDRE RANDS

Boa tarde. Em nome dos diversos autores que estão fazendo parte do apoio do Banco do Nordeste, mas que são partes da Academia Nordestina, de diversas universidades, queria agradecer ao Banco a oportunidade que ele tem dado a todos nós e a grande contribuição que tem dado ao desenvolvimento acadêmico aqui no Nordeste, que seguramente é crucial para o desenvolvimento da Região.

Quantos pesquisadores no Nordeste não passam pelos corredores do Banco do Nordeste, não debatem com essa equipe técnica qualificada que o Banco do Nordeste tem e, enfim, beneficiam-se dessa troca de informação, da oportunidade das publicações e, obviamente, de utilizar a grande quantidade de publicações e trabalhos hoje disponíveis?

Muito obrigado ao Banco do Nordeste, a todos vocês que estão aqui no palco, aos outros que estão aqui e que fazem o dia a dia do Banco do Nordeste.

JOSÉ NARCISO SOBRINHO

Quero agradecer também ao colega Ademir Costa, um grande parceiro na Assessoria de Comunicação, que empreendeu esforços para que nós pudéssemos lançar 27 publicações pelo Banco do Nordeste, e todo pessoal da gráfica, que não mediu esforços para que nos últimos dias tivéssemos com todos esses livros impressos e que, com certeza vão contribuir com o desenvolvimento da região Nordeste.

Então, obrigado a todos e vamos em frente que teremos novas sessões durante o encerramento. Obrigado.

Mestre de Cerimônias

Bem, senhoras e senhores, estamos nos aproximando dos momentos finais do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia.

Neste momento, convido a tomar assento à mesa o senhor presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Santiago, e a senhora secretária executiva da Anpec, professora doutora Adriana Amado.

Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Fazenda no Ceará, Mauro Filho, neste ato representando sua excelência, o senhor governador do Ceará. Excelentíssimo senhor deputado federal, Mauro Benevides, ex-presidente deste Banco e decano dos parlamentares cearenses na Câmara dos Deputados.

Excelentíssimo senhor vice-governador do Maranhão, Joaquim Washington Luís de Oliveira. O senhor secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Fortaleza, José de Freitas Uchoa, representando a senhora prefeita, Luizianne Lins.

Por gentileza, senhoras e senhores, queiram tomar assento. Honra-nos com suas presenças neste recinto, excelentíssimo senhor deputado federal pelo Ceará, José Nobre Guimarães, o senhor Cláudio Frota, aqui representando a Superintendência da Sudene, o senhor José Ney Monteiro, superintendente regional Norte e Sul do Ceará da Caixa Econômica, representando o senhor secretário de Planejamento da Bahia, Zezéu Ribeiro, honra-nos com suas presenças os senhores Tiago dos Santos Xavier e Tiago Lessa Sousa.

Honra-nos também com suas presenças o senhor Robério Gress do Vale, chefe de Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste; o senhor José Alan Teixeira, diretor de Administração de Recursos de Terceiros do BNB; senhor Oswaldo Serrano, diretor Financeiro e de Mercados de Capitais; senhor Luís Carlos Everton de Farias, diretor de Controle e Risco.

Neste momento, também convido a tomar assento à mesa o ex-presidente do Banco do Nordeste, João Alves de Melo.

Senhoras e senhores, realizaremos agora a entrega do 10º Prêmio BNB de Talentos Universitários e do 15º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Dissertações de Mestrado e categoria Artigo.

Vamos, portanto, ao

10º Prêmio BNB de Talentos Universitários.

▪ Terceiro lugar:

Título: *Desigualdade de Renda e Pobreza Urbana e Rural no Nordeste: Uma análise dos Componentes da Renda Familiar no Período de 2001 a 2009.*

Autora: *Daniela Medeiros Cavalcante.*

Curso: *Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*

Para fazer a entrega do prêmio, convido o senhor superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

▪ Segundo lugar:

Título: *Determinantes de Desempenho Escolar dos Alunos do Ensino Fundamental Cearense.*

Autora: *Maria Micheliana da Costa Silva.*

Curso: *Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.*

A autora não pôde participar deste evento, de modo que o prêmio será entregue *a posteriori.*

▪ Primeiro lugar:

Título: *A Contribuição da Educação para Recente Queda da Desigualdade de Renda Salarial no Brasil.*

Autor: *Valdemar Rodrigues de Pinho Neto.*

Curso: *Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará.*

Convido o diretor Luís Carlos Everton para fazer a entrega do prêmio.

Antes de anunciarmos os vencedores da categoria Dissertação de Mestrado, é com grande honra que o BNB acolhe nesta tarde os nossos insignes homenageados pelos relevantes serviços que prestaram a esta instituição financeira. Portanto, já na plateia, as honrosas presenças do professor doutor Roberto Smith, ex-presidente do BNB; dos ex-diretores desta casa, Dorany Sampaio, Osmundo Rebouças, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, e a homenagem póstuma ao inesquecível diretor Pedro Gondim, que nesta tarde aqui estará se fazendo representar pelo ilustre deputado Mauro Benevides.

Senhoras e senhores, vamos agora ao
15º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Dissertação de Mestrado.

▪ Terceiro lugar:

Título: *Estudos dos Impactos Econômicos da Cobrança pelo Uso da Água na Bacia do Rio São Francisco: Uma Abordagem de Insumo Produto.*

Autor: *Tiago Abreu Rodrigues Santana.*

Curso: *Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia.*

Convido a professora doutora Adriana Amado, secretária executiva da Anpec, para fazer a entrega da premiação.

▪ Segundo lugar:

Título: *Migração Familiar e Trabalho Infantil no Brasil Urbano.*

Autora: *Shirley Pereira de Mesquita.*

Curso: *Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba.*

Orientador: *Professor Hilton Martins de Brito Ramalho.*

Convido o senhor chefe de Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste, Robério Gress do Vale, para fazer a entrega da premiação. Doutor Robério, por gentileza, permaneça no palco para também fazer a entrega do primeiro lugar.

▪ Primeiro lugar:

Título: *Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais.*

Autor: *Ulisses Pereira dos Santos.*

Curso: *Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais.*

Orientador: *Clélio Campolina Diniz.*

Convido ao palco para receber o prêmio ao qual faz jus, Ulisses Pereira dos Santos, primeiro lugar no 15º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Dissertação de Mestrado.

Vamos agora à entrega da premiação alusiva ao
15º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Artigo:

- O terceiro lugar ficou dividido entre os artigos:

Título: *Fruticultura e Economia dos Custos de Transação: Determinantes das Estruturas de Governança dos Pequenos Produtores do Polo Petrolina-Juazeiro.*

Autores: *Tiago Farias Sobel, Leonardo Ferraz Xavier, Pollyana Jucá Santana e Écio de Farias Costa, todos do Pimes.*

Convido o diretor Oswaldo Serrano, da diretoria Financeira e de Mercado de Capitais, para fazer a entrega deste terceiro lugar que será dividido entre dois artigos.

Título: *O Intercâmbio Comercial Nordeste-China: Desempenho e Perspectivas.*

Autores: *Paulo Ricardo Feistel e Álvaro Hidalgo Barrantes.*

Parabéns a todos pelo prêmio conquistado.

- Segundo lugar:

Infelizmente o classificado em segundo lugar, por motivo de viagem, aqui não pôde se fazer presente, então o prêmio será entregue *a posteriori*.

Título: *Frações de Capital em Pernambuco: Do Isolamento Relativo ao Limiar da Integração Produtiva.*

Autor: *Fábio Lucas Pimentel de Oliveira, da Unicamp.*

- O primeiro lugar também será dividido entre dois artigos.

Título: *Maiores Cidades, Maiores Habilidades Produtivas: Ganhos de Aglomeração ou Atração de Habilidade? Uma análise para as Cidades Brasileiras.*

Autores: *Roberta de Moraes Rocha, Raul da Mota Silveira Neto e Sônia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes; Universidade Federal de Pernambuco e do Pimes.*

Já convido o presidente Jurandir Santiago para fazer a entrega desta premiação. 15º Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Artigo, recebendo o primeiro lugar, por favor, permaneçam no palco para recebermos agora o também primeiro lugar:

Título: *Mudanças Estruturais no Nordeste entre 1997 e 2004: Uma Análise de Insumo Produto.*

Autores: *Inácio Tavares de Araújo Júnior e Fernanda Braga Tavares; Universidade Federal da Paraíba e do Pimes.*

Vou pedir os aplausos calorosos da plateia a todos estes trabalhos, a todos estes autores.

Premiação

Senhoras e senhores, a Comenda Mérito BNB foi criada para distinguir funcionários aposentados e personalidades que, com seu trabalho, contribuíram para o desenvolvimento social e econômico do Nordeste brasileiro. Chegamos, portanto, a um dos momentos maiores deste evento e, neste ano, a diretoria do Banco do Nordeste concede a Comenda Mérito BNB aos seguintes homenageados:

Roberto Smith, ex-presidente;

– Ex-diretores: Dorany Sampaio, Osmundo Rebouças, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral e Pedro Gondim (*in memoriam*).

Esta sessão de homenagens tem início com a reverência à memória do ex-diretor do BNB, Pedro Moreno Gondim, cuja família hoje aqui se faz representar por sua excelência, senhor deputado federal do Ceará, Mauro Benevides.

Nosso homenageado *in memoriam*, Pedro Moreno Gondim, era bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, exerceu a advocacia atuando na Paraíba e nos estados vizinhos, foi deputado estadual e governador do Estado da Paraíba, quando teve importante atuação no Conselho Deliberativo da Sudene. Em 1985, ocupou uma diretoria no Banco do Nordeste, deixando o cargo ao término do mandato, em 1990. Nesse período, respaldou a equipe técnica que assessorou a Bancada Nordestina, por ocasião da conquista do FNE.

Neste momento, convido o deputado federal Mauro Benevides, aqui representando a família do nosso homenageado, para receber a Comenda Mérito BNB das mãos do ex-presidente do Banco do Nordeste e atual secretário de Estado da Controladoria e Ouvidoria Geral do Ceará, João Alves de Melo. Por gentileza. Deputado Mauro Benevides com a palavra.

MAURO BENEVIDES REPRESENTANDO PEDRO GONDIM (IN MEMORIAM)

Senhor presidente Jurandir Santiago, que nesse momento dirige esse Banco e acredito que haverá de fazê-lo com extremo equilíbrio, projetando essa Instituição que, em 50 e muitos anos de atividade, tem prestado relevantes serviços ao Nordeste e ao próprio País.

Cumprimentar o representante do governador do Estado, secretário da Fazenda Mauro Filho, os demais integrantes da mesa e, de forma particular, o representante da Prefeitura Municipal, e a professora Adriana, enfim, aqueles que compõem com o ex-presidente João Melo a mesa.

Permitam-me, nesse instante, saudar também dois companheiros de Bancada, todos com marcante atuação no plenário das comissões da Casa, atuando junto ao governo da presidente Dilma Rousseff, os nobres companheiros, José Guimarães e Pedro Eugênio, ambos compondo a base aliada e demonstrando, inequivocamente, identificação com a linha

de trabalho daquela que foi graduada com o sufrágio popular para dirigir o destino do País, sucedendo ao grande brasileiro Luís Inácio Lula da Silva.

Saudar os homenageados, o ex-diretor Osmundo Rebouças, que está aqui conosco também recebendo essa comenda e uma referência toda especial ao presidente Roberto Smith, que durante oito anos dirigiu os destinos do Banco do Nordeste sobre os parceiros com extrema dedicação, impulsionando essa Instituição para que ela pudesse cumprir os seus objetivos fundamentais.

Agora não me dispensaria mencionar aquele que logo deverá estar sendo também agraciado com um troféu e gratidão do próprio Banco, que é o doutor Dorany de Sá Barreto Sampaio, aqui presente, cearense de Barbalha, que nós do Ceará emprestamos a Pernambuco para que ele melhor pudesse servir a nossa Região e ao próprio País. Portanto, a homenagem que presto ao Dorany, que integrou a nossa equipe naquela fase de transição entre a perspectiva de posse de Tancredo Neves e, naturalmente, o exercício efetivo de José Sarney.

Dorany trazendo, portanto, toda a sua experiência e sensibilidade contribuindo com a equipe para que nós mantivéssemos aquele espírito de unidade que ao longo do tempo garantiu ao Banco uma posição excepcional e, sobretudo, como partícipes que éramos de todas aquelas entidades, compondo o grande quadro destinado a resguardar o Nordeste uns, no caso do Dnocs, nas adversidades climáticas, outras, a Sudene, criada em 59 pelo grande Celso Furtado, a Codevasf, enfim.

E todos esses órgãos, senhor presidente Jurandir, em todos esses órgãos o Banco do Nordeste se fazia presente para levar, por meio do Conselho Deliberativo da Sudene e desses outros órgãos agora mencionados, a colaboração da experiência de nós que, se não antecedemos ao Dnocs e a Codevasf, antecedemos a Sudene, criado que foi em 1952 o BNB pela genialidade do Rômulo de Almeida, aquele que dirigindo o Banco a partir de 1954, foi, sem dúvidas, o grande idealizador dessa Instituição, que atua simultaneamente no desempenho da atividade comercial e de instrumento de desenvolvimento da Região, e que prestou, nesses quase 60 anos de atividade, relevantes serviços ao País.

Mas, recebo a homenagem nesse instante em nome da família do governador, deputado e extraordinária figura humana, Pedro Gondim. A sua filha, que é minha colega na Câmara dos Deputados, Nilda Gondim, e seu neto, o senador Vital do Rêgo Filho, presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, ambos me delegaram essa honra insigne de receber essa comenda em nome da família de Pedro Gondim.

Já que ele fora integrante da nossa equipe, que naquele período aqui do Banco, ele chegou para dirigir a diretoria de Câmbio, uma diretoria delicada, que ele se não tivera antes a vivência da instrumentalidade teórica e funcional do Banco ele, não há dúvida, que teve condições de assimilar, graças à equipe competente que ele soube organizar no Banco para tudo aquilo que pudesse conduzir nesse setor importante os rumos do Banco do Nordeste.

Recordo que, naquela época também, senhor presidente Jurandir, recordo esse fato porque foi na sua posse que eu revivi aqueles instantes, talvez de maior projeção do

Banco, quando o ministro Guido Mantega convocou a todos para que fôssemos assistir ao ato formal da posse, lá estava o Pedro Eugênio também presente, lá estava o José Guimarães também presente, e nós fomos convidados para adentrar uma sala, que em um primeiro momento trouxe a mim aquele impacto.

Quando visualizei aquela mesa, aquelas fotografias colocadas na parede, recordei do tempo em que integramos, como presidente do Banco do Nordeste, o Conselho Monetário Nacional. Na época, constituído por 31 membros, sem eu jamais admitir que estivesse sentado em uma cadeira que se originara em projeto de minha autoria, por inspiração e, sobretudo, por sugestão daquele que não estando presente, foi sempre uma grande figura lembrada no Banco, Camillo Calazans de Magalhães.

Ele sugeriu ao então senador, Mauro Benevides, que não se conformava em participar das reuniões do Conselho Monetário tendo direito à voz, naturalmente, mas sem ter direito a voto nas grandes decisões dos rumos econômicos e financeiros do País. Algum tempo depois, em função das contingências do cotidiano político, sem mandato, passo a integrar a presidência do Banco e compondo, portanto, o Conselho Monetário Nacional.

E lamento, nesse momento, que hoje o Conselho Monetário Nacional fique cingido a três pessoas apenas, em uma subestimação a tantos outros que pertenceram ou não a órgãos públicos e ali poderia prestar como era o caso de Otávio Gouveia de Bulhões, uma colaboração inestimável aos rumos econômicos e financeiros do País.

Mas são apenas lembranças para pôr em evidência, que a homenagem que, nesse momento, Pedro Gondim recebe por meu intermédio, é um testemunho de que o Banco lhe é grato pelo que, em tantos anos de atividades aqui, ele soube honrar, ele soube dignificar a confiança do presidente José Sarney e, sobretudo, projetou aquela mesma imagem de respeitabilidade, que ao longo do tempo ele construía, para guindar-se à Assembleia Legislativa da Paraíba e ao próprio governo daquele estado nordestino.

Em nome da família de Pedro Gondim, portanto, agradeço ao Banco esse gesto extremamente cativante, levarei esse troféu para a nossa colega, a deputada Nilda, e para o seu filho, neto de Pedro Gondim, o senador Vital do Rêgo Filho, que eles naturalmente se sentirão extremamente gratificados por verem o Banco reconhecer a proficiência, a dedicação e o espírito público do grande governador e deputado, Pedro Gondim.

Mestre de Cerimônias

Registro neste auditório as honrosas presenças dos senhores diretores do Banco do Nordeste: Paulo Sérgio Rebouças Ferraro, diretor de Negócios, e Stélio Gama Lira, diretor Administrativo e de Tecnologia. Honra-nos também com sua presença, o senhor Onésimo Guimarães, que neste ato representa o gabinete de sua excelência, o senhor senador José Pimentel.

Senhoras e senhores. Neste momento convido ao palco o nosso próximo agraciado, o ex-diretor do Banco do Nordeste, Dorany Sampaio.

Dorany de Sá Barreto Sampaio é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, foi diretor de Crédito à Infraestrutura do BNB de 1985 a 1986, e superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de 1986 a 1987, por ocasião da abertura política, quando teve importante papel nesse período de transição.

O homenageado teve forte atuação política em Pernambuco, tendo sido presidente do PMDB. Além disso, contribuiu, significativamente, para conquista do FNE, por ocasião da Constituição de 1988.

Neste momento, convido o senhor Cláudio Ferreira Lima, assessor do Banco do Nordeste, para fazer a entrega da Comenda Mérito BNB ao nosso homenageado, ex-diretor do BNB, Dorany de Sá Barreto Sampaio. Por gentileza, com a palavra doutor Dorany.

DORANY SAMPAIO

Excelentíssimo senhor doutor Jurandir Santiago, digno presidente do Banco do Nordeste, demais integrantes da mesa que saúdo na pessoa do meu sempre presidente, amigo e ex-colega de deputação, Mauro Benevides.

Minhas senhoras, meus senhores. É um momento de muita emoção poder reviver o tempo vivido aqui na cidade de Fortaleza e neste Banco que, para mim, constituiu um desafio, porque diferentemente de outros companheiros componentes da diretoria que já tinham experiência bancária, eu não tinha.

Acontece que, tendo lutado pela redemocratização deste País, pagando o preço da cassação de um mandato e de privação dos poderes políticos por dez anos, não tinha como resistir à convocação que me fazia o amigo e grande brasileiro, presidente Tancredo Neves.

Muito mais também, pelo respeito que me inspirava essa Instituição, nordestino que sou não de Barbalha, como disse Mauro Benevides, mas me honro muito de ser filho de cearense, e hoje de ostentar o título de ser cidadão honorário do Ceará por decisão unânime da Assembleia Legislativa desse generoso estado.

E esse desafio para mim se constituiu uma coisa muito importante e muito grande também, é que coube a mim a implantação de uma nova diretoria, a de Crédito à Infraestrutura, e eu me vali dos quadros extraordinariamente competentes desta grande Instituição e pude organizar uma diretoria a quem credito o êxito que possa ter tido em minha gestão, que na realidade foram assessores, diretores, técnicos de alta competência e de grande dedicação e alta fidelidade, o que me possibilitou exercer o meu mandato aqui, na busca do ideal que sempre procurei que é a diminuição das disparidades regionais.

Não pude ter o privilégio que tiveram os meus companheiros Pedro Gondim, Agnelo Alves e Paulo Benevides Gadelha, porque convocado pelo doutor Ulysses Guimarães,

saudoso e honrado homem público, presidente do meu partido, que indicava meu nome à Superintendência da Sudene, tive que me remover daqui para exercer aquele cargo, mas posso garantir, senhor presidente, que a saudade era muito grande e o reconhecimento ainda maior, pelo que aqui aprendi e pelo que aqui pude desenvolver.

Esses motivos me deixam emocionado a dizer: não me cabe julgar o mérito ou não da Comenda, mas me cabe registrar a generosidade, a grandeza dessa Instituição e lembrar o ex-diretor que aqui passou imbuído dos propósitos de bem servir ao seu estado, a sua região, ao seu País. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores. Convido a seguir ao palco o nosso próximo agraciado, o ex-diretor do BNB, Osmundo Rebouças, acompanhado dos filhos Adriana e Ricardo.

Mestre e doutor em economia pela Universidade de Harvard, doutor Osmundo Rebouças ingressou no Banco do Nordeste por meio de cursos de aprendizagem bancária em 1957. Quando diretor deste Banco iniciou em sua gestão o Fórum BNB de Desenvolvimento e Anpec Regional.

Foi também auditor da Receita Federal e autor do estudo "Desenvolvimento do Nordeste, diagnóstico e sugestão de políticas", importante contribuição para o planejamento nacional e regional. Como deputado constituinte, deu importante apoio à criação do FNE.

Neste momento, convido o ex-diretor do Banco do Nordeste, doutor Osmundo Rebouças, para receber a Comenda Mérito do BNB das mãos do diretor do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

Atendendo à solicitação do nosso homenageado, convido a seguir a sua filha, Adriana Rebouças, para fazer a leitura do discurso de agradecimento em nome de seu pai.

ADRIANA REBOUÇAS (EM NOME DE OSMUNDO REBOUÇAS)

Boa tarde. Em virtude de dificuldade de fala, ainda em processo de recuperação, peço licença para que essa mensagem seja lida pela minha filha, Adriana.

Excelentíssimo senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Jurandir Vieira Santiago, demais membros da mesa, senhores funcionários, caros colegas participantes do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e do XVI Encontro Regional de Economia. Sinto-me muito honrado com o convite formulado pelo senhor presidente.

Nesta casa me iniciei na vida profissional aos 14 anos, na primeira turma do Curso de Aprendizagem Bancária (CAB), em 1957, fundado pelo presidente Raul Barbosa. Eu ainda

estava no limiar da juventude e o Banco em início de implantação, nenhum funcionário hoje da ativa estava aqui naquela época, e grande maioria deste auditório nem era nascida.

Aqui eu comecei a estudar a realidade desta Região, conheci trabalhos e assisti a reuniões relevantes realizadas por técnicos do Banco, muitos treinados na Cepal e outros convidados como especialistas do exterior. O CAB foi a minha iniciação sobre a Região e sobre as funções de um banco de desenvolvimento, diferentes de um banco comercial.

A região Nordeste, seu foco principal, foi a prioridade dos meus estudos, inclusive o tema de minha tese de doutorado na Universidade de Harvard, na tese me inspirei com meu professor, que tinha feito um estudo sobre as políticas econômicas voltadas para o norte da Itália e reduzir as disparidades em relação com o sul.

Utilizou um modelo de incentivo semelhante ao da criação da Sudene em 1959, depois trouxemos alguns professores de lá para visitar o Banco, inclusive um deles esteve aqui em minha casa há dois meses, alguns professores de lá vieram colaborar conosco em pesquisas sobre economia nordestina junto ao BNB.

Mesmo depois que sai do BNB para o Banco do Brasil, depois para auditor fiscal da Receita Federal, Universidade de São Paulo e Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará, jamais deixei de acompanhar grandes estudos e pesquisa que o BNB patrocinou no Nordeste.

No Eteno fiquei dois anos, em 1978 e em 1979, cedido pelo Ministério do Planejamento para coordenar um grande projeto sobre o "Desenvolvimento do Nordeste, Análise e Alternativas de Políticas", elaborado por cerca de 50 técnicos do Banco, além de convidados especiais.

Neste estudo, um capítulo que mereceu muito atenção foi o "Exame das Entradas de Recursos Públicos", através de:

- a) programas explícitos de desenvolvimento regional, incentivos da Sudene, FNE, por exemplo;
- b) vazamentos causados pelos programas nacionais, regionalmente implícitos como os incentivos à indústria automobilística, petroquímica etc.;

Uma conclusão chocante foi que, ao longo dos anos, os recursos explícitos regionais que trazem recursos são anulados pelos projetos nacionais implícitos, que beneficiam mais o Centro-Sul. Daí nós descobrimos a razão por que o Nordeste, desde que são calculadas as contas nacionais, não passa perto de 14% do produto interno bruto do Brasil.

Recentemente, convidado pelo doutor Roberto Smith, ex-presidente do BNB, devido a minha experiência como deputado federal, colaborei com o Banco no acompanhamento no Congresso Nacional do projeto da reforma tributária, examinando os seus reflexos potenciais no Nordeste e no apoio financeiro do Banco.

A tramitação desse projeto de lei ainda não terminou, é muito complexo em seus aspectos políticos e pode ter enormes implicações sobre o Nordeste e sobre o Banco, é preciso articulação política junto às lideranças políticas e empresariais. O BNB necessita demonstrar tecnicamente que, defendendo o Banco e a Região, estará defendendo o desenvolvimento nacional equilibrado.

Sinto-me orgulhoso de ter contribuído para dar início a esses encontros anuais de Economia, que continuam até hoje com sucesso. O intercâmbio com o mundo acadêmico tem impacto positivo para o Banco e para a Região. Finalmente, sinto-me satisfeito em ver que o BNB passou a dar mais atenção nos últimos anos aos impactos sociais de seus programas, são programas que buscam a sua atividade mais nobre, ao garantir emprego e renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva para tirar dez milhões de nordestinos da miséria.

Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores. Convido ao palco nosso próximo agraciado, o ex-diretor do Banco do Nordeste, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral.

Graduado e mestre em Economia e professor da Universidade Federal de Pernambuco, nosso homenageado foi secretário de Planejamento de Pernambuco e diretor do BNB, onde atuou firmemente na Área de Gestão do Desenvolvimento, mantendo diálogo estreito com os vários públicos da Instituição.

Atualmente, nosso homenageado é deputado federal com atuação destacada em favor da região Nordeste. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Finanças e tem importante atuação em defesa dos interesses do Nordeste.

Convido neste momento, sua excelência senhor deputado federal e ex-diretor do Banco do Nordeste, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, para receber a Comenda Mérito BNB das mãos do excelentíssimo senhor secretário de Estado da Fazenda no Ceará, Mauro Filho. Com a palavra, o nosso homenageado.

PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL

Ilustríssimo presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Santiago, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da mesa, juntamente com nosso colega, o grande companheiro de parlamento que aqui nos honra com sua presença, Mauro Benevides.

Meus caros amigos e amigas do Banco do Nordeste. É com grande emoção que recebo essa homenagem, até porque não tinha conhecimento dela, fui tomado de surpresa,

vim aqui para comparecer a um evento importante do Banco, para mais uma vez estar junto de todos vocês nesse processo que é longo e que permanecerá, com certeza, durante toda a minha vida, que é o processo de estar junto dessa Instituição que tanto me ensinou e tanto me honrou com a oportunidade de dela ser diretor.

Quero abraçar a todos que fazem o Banco do Nordeste. Quero abraçar também àqueles que compuseram comigo a diretoria da qual fiz parte, abraçar em particular o nosso ex-presidente Roberto Smith. E dizer que, essa Instituição que teve e tem uma história tão bela, naquele momento em que estávamos no começo do governo Lula, a compor uma nova diretoria, estava sendo ameaçada.

Eu quero ressaltar isso, meu caro Mauro Benevides, para mostrar que a história do Banco tem a sua origem tão bem retratada por seus depoimentos – dos quais ouvi vários –, mostrando aquele momento inicial em que o Banco se firmava como nova instituição de desenvolvimento do País, mas ao longo de sua vida, o Banco passou por momentos difíceis, onde o conceito de desenvolvimento regional passou a ser contestado; onde se imaginava que um conceito muito primário de eixos de desenvolvimento poderia substituir o conceito de uma política nacional de desenvolvimento regional; e onde o Banco ficou restrito a ser uma instituição que simplesmente não lhe era dada a condição de financiar o desenvolvimento do Nordeste porque se dizia que o Nordeste não tinha capacidade de gerar projetos que fossem capazes de alimentar uma instituição como o Banco.

Encontrávamos, naquela ocasião, o Banco com recursos que equivaliam a um ano inteiro de FNE, provavelmente mais do que isso, sem aplicação, aplicados em títulos do tesouro. Em sintonia com as diretrizes do governo Lula, mas também com a força muito grande da determinação da equipe desta Casa, que esperava por esse momento de retomada, tivemos a oportunidade de sermos testemunhas e partícipes de um momento muito belo dessa Instituição, em que ela deu a volta por cima, mostrou-se capaz de, com os mesmos quadros funcionais, multiplicar por várias vezes o financiamento ao desenvolvimento do Nordeste, fazê-lo de forma abrangente, tocando-o desde o agricultor familiar, desde o trabalhador informal do Crediamigo, o agricultor do Pronaf, até as pequenas, médias e grandes empresas. Cobrindo todo o leque das necessidades do desenvolvimento regional e jogando por terra a tese de que o Nordeste não era capaz de gerar projetos que sustentassem e que justificassem uma instituição como o Banco do Nordeste.

Aquele momento foi crucial para retomada deste conceito de desenvolvimento, do qual eu entendo que o Banco do Nordeste hoje é ponta de lança, é institucionalmente o organismo que mais fortemente encarna esse conceito da necessidade de termos no País uma política nacional de desenvolvimento regional.

Esse processo marcou muito minha vida profissional como economista, como deputado, que tinha sido e que voltei a ser, e que durante o tempo em que passei aqui me permitiu conhecer mais o Nordeste, amar mais essa Região, amar fortemente essa cidade e esse Estado do Ceará, que me abrigou aqui durante quatro anos.

E ter a consciência de que o Banco do Nordeste tem um papel importantíssimo a cumprir e a continuar cumprindo, caro companheiro Jurandir Santiago, que é o de fazer com que o Nordeste seja capaz de se desenvolver com suas próprias forças, por meio de políticas específicas que lhe reconheçam as suas características próprias e que, portanto, permitam que essa Região seja cada vez mais adequada àqueles que aqui vivem, superando as desigualdades que nos distanciam dos centros mais desenvolvidos.

Portanto, quero agradecer essa homenagem que transfiro na íntegra a todos àqueles que, na minha equipe quando fui diretor, me ajudaram a fazer humildemente um trabalho, uma parte desse trabalho, que é tão grande, em defesa do Nordeste, em defesa do Brasil. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores. Convido ao palco o nosso próximo agraciado, o ex-presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

Pós-doutor em Economia e professor da Universidade Federal do Ceará, nosso agraciado participou da elaboração de planos de governo para a região Nordeste na campanha do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi presidente do BNB de fevereiro de 2003 a junho de 2011 e sua gestão foi marcada pelo expressivo aumento das aplicações do FNE, expansão do Crediamigo e Agroamigo.

Neste momento, convido o senhor presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Santiago, para fazer a entrega da Comenda Mérito BNB ao ex-presidente, Roberto Smith.

Com a palavra, o nosso homenageado.

ROBERTO SMITH

Queria cumprimentar o presidente Jurandir Santiago, a professora Adriana Amado, a todos os membros da mesa, todos os nossos amigos que se encontram aqui presentes e dizer que, é com muita emoção que eu revejo essa Casa e, ouvindo àqueles que me antecederam, a gente perceber o que faz a pujança, a fortaleza do Banco do Nordeste, daqueles que serviram esse Banco e daqueles que estão servindo e que tem todo um cabedal dessa história viva trazida, pelo deputado federal e ex-presidente do BNB, Mauro Benevides, e que todos somos partícipes.

Eu queria agradecer muito essa homenagem e me lembro nesse momento de outra homenagem, essa que eu carrego aqui no meu lado esquerdo do coração, que é o Escudo de Ouro do Banco do Nordeste, uma honraria que me afetou tremendamente que eu recebi enquanto presidente, assim como os demais diretores.

Porque essa honraria do escudo de ouro do Banco do Nordeste era só conferida para funcionários e, sem nenhuma interferência da presidência, nem da direção, houve por bem uma decisão no sentido de que ela também seria extensiva ao corpo da Diretoria. E eu recebi e ostento com muita satisfação, porque ele tem um significado, extremamente profundo para mim, significou que a Diretoria, que em geral pode ser vista como um corpo estranho da Instituição, ela foi recebida, essa Direção foi recebida como um corpo que pertence à Instituição, e esse pertencimento traz um enorme valor.

Eu reconheço um enorme valor nisso porque foi aquilo que nos impulsionou e aquilo que nos impulsiona, assim como Dorany e todos aqueles que fizeram essa Casa e que permanecem dentro dessa garra, dessa luta, dessa Instituição quase sexagenária, que tem a força, a admiração de todos nós e, sobretudo, daqueles que estão na ativa, que nesses oito anos em que estivemos no Banco foram – com a sua sabedoria, o seu preparo, seus treinamentos desde os 14 anos de idade, como foi aqui dito –, os que impulsionaram essa Instituição que luta pelo desenvolvimento.

Aquilo que Pedro Eugênio colocou. Uma Instituição que constantemente está sob a égide de ameaças, e nós sabemos disso e quando assumimos, é verdade, a gente às vezes esquece esses maus momentos, da questão do fundo constitucional que não era aplicado.

Eu me lembro, muito antes de entrar no Banco do Nordeste, ainda no *campus* da própria Universidade Federal do Ceará, quando organizamos o seminário “Fundos Públicos e Democracia”, do qual Pedro Eugênio também, participou, e que foi uma discussão muito forte onde se tentou estabelecer o regramento de qual deveria ser o papel de um fundo público como foi o FNE, que foi criado com esse desígnio e que fugia a seus propósitos.

Naquela ocasião, comecei a trabalhar junto à Universidade, junto à Associação dos Aposentados do Banco do Nordeste, junto à Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, com a classe política e com os professores no sentido da defesa dessa Instituição, que vem passando por sucessivas ameaças nos seus quase 60 anos de fundação.

E quando eu entrei no Banco, assim como Dorany, sem experiência, mas com respaldo do corpo de saber de todos os funcionários preparados do Banco, nós tínhamos essa ideia de que a forma de fugir às ameaças era fugir para cima, ou seja, o Banco precisa crescer.

E estão aí os resultados que o nosso presidente Jurandir está dando sequência, mas que tem todo o nosso apoio aqui, nossa torcida e de todos aqueles que realmente têm o Banco no coração, enquanto uma instituição símbolo da luta pelo desenvolvimento do Nordeste.

Desafios novos se colocam, o Nordeste está crescendo, o Banco precisa de mais recursos, eu sempre dizia isso, e é essa luta que se coloca para atender realmente todo o processo de crescimento econômico com melhor distribuição de renda, isso tudo que nesses oito anos de governo Lula, e agora nos anos de governo da presidente Dilma, colocam-se dentro de uma linha de continuidade de desenvolvimento regional.

De modo que, eu me sinto muito emocionado dessa homenagem que tem uma parte também de muita satisfação, que eu acho também que é muito bom receber homenagem

em vida, porque depois, sabe-se lá... Mas estamos nessa luta, estamos no apoio, estamos nessa torcida e, depois de ter passado o bastão para o Jurandir, continuo realmente empenhando todo o nosso desejo, toda a nossa força de apoio a esses oito anos, depois desses oito anos que aqui estivemos e vendo realmente o brilhantismo, a evolução dessa Instituição, que tem feito realmente o orgulho do Nordeste, porque ela é uma instituição símbolo, que tem mostrado realmente a que veio em 59 anos, que estamos comemorando agora.

De forma que eu gostaria de deixar aqui o meu abraço e o reconhecimento a todos, e dizer que fico muito feliz de poder ostentar essa homenagem, que tanto me lembra desses anos felizes e de luta que estivemos aqui juntos com todos vocês.

Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, aproximamo-nos dos momentos finais do XVII Fórum BNB de Desenvolvimento e XVI Encontro Regional de Economia. Dessa maneira, convido a usar da palavra a senhora secretária executiva da Anpec, Adriana Amado.

ADRIANA AMADO

Boa tarde a todos. Saúdo os presentes em nome do senhor Jurandir Santiago, presidente do Banco, e do professor Roberto Smith, ex-presidente do Banco, que em grande medida esse encontro de Economia foi construído por ambos, ou seja, começou na gestão do professor Roberto e terminou na gestão do presidente Jurandir, e ambos tiveram participação bastante ativa na organização do evento.

Eu estava sentada ouvindo as homenagens e pensando que, coincidentemente, esse Encontro trouxe algumas gerações de pessoas que participaram, sobre a nossa perspectiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), que fundaram essa parceria, como é o caso do professor Osmundo Rebouças e vários outros presidentes que tiveram também envolvidos nessa longa história e que tiveram uma enorme sensibilidade para entender a importância e o diferencial de qualidade que tem um evento como este.

Em grande medida porque aproxima uma instituição extremamente importante, do ponto de vista da formulação de política pública, da Academia e faz com que, ambos os lados tenham que pensar formas de conversar e, em certo sentido, homogeneizar a linguagem, homogeneizar interesses e problemas.

É uma perspectiva e um exercício extremamente interessante, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista da formulação das políticas públicas. Então eu acho que é uma das parcerias de maior sucesso, e seria excelente se conseguíssemos realmente desenvolver isso com outras instituições.

Por outro lado, também, é extremamente interessante observar que, coincidentemente, esse foi um dos eventos com maior número de ex-secretários executivos, ou seja, o Francisco Ramos esteve aqui ontem, a professora Carmem Feijó, que me antecedeu está aqui presente agora... O professor Antônio Henrique da Silveira viria – não pôde vir por problema de última hora no Ministério da Fazenda –, mas de qualquer sorte mostra a relevância que o evento tem para todos os ex-secretários.

Quando eu entrei, foi uma das coisas que me chamou atenção, todo mundo falava: “Adriana, você tem que conhecer o evento por que é excelente, é interessantíssimo. O modo como as instituições se coordenam é ímpar”, e, realmente, eu abri o outro Encontro e abri este mencionando isso, e realmente é uma situação absolutamente ímpar.

Ontem, quando fui recebida pela primeira vez pelo presidente Jurandir Santiago, eu achei interessantíssimo porque o envolvimento da Direção do Banco, que conhece o evento e que em certo sentido está absolutamente envolvida também com o evento, que mostra a institucionalização da parceria e como as duas instituições realmente compram a ideia do casamento Academia e formulação de políticas públicas.

Daqui a pouco estarei saindo da Anpec, mas de qualquer sorte falarei as mesmas coisas para o meu sucessor ou para minha sucessora, e espero que essa parceria tenha ainda muito que criar, porque eu penso que, aos poucos, cada evento que fazemos, inventamos uma coisa nova, trazemos um convidado internacional, com essa perspectiva, ou com aquela perspectiva, tentar criar novas áreas e outras coisas, da mesma forma como fazemos no evento nacional.

Ou seja, é uma parceria onde realmente, tanto no evento regional quanto no evento nacional, as duas instituições trabalham juntas, buscam temas que sejam relevantes, que sejam motivadores e trabalham juntas no sentido de convidar as pessoas que vão participar dos debates.

Espero que continuemos nesse caminho, porque certamente é um caminho de muito sucesso. Espero que as pessoas que participaram deste evento tenham aproveitado bastante, estejam motivados para produzir novos artigos, novos trabalhos para o ano que vem, e espero que ano que vem continuemos crescendo nessa escala, porque em breve a gente vai precisar, inclusive, de mais salas para conseguir expandir um pouquinho pelo número de submissões de artigos, que vem crescendo numa velocidade bastante intensa.

Gostaria novamente de agradecer a participação e organização, do ponto de vista da Anpec, do professor da Universidade Federal da Paraíba, Paulo Hamilton Maia, que é quem cuida da parte mais trabalhosa do Encontro, que é a organização acadêmica, de comissões científicas etc.

Agradecer ao professor Roberto Smith por nos ter acolhido tão bem nestes anos – a gente se encontrou umas três vezes, mas sempre foram encontros extremamente prazerosos, simpáticos e muito acolhedores –, ao senhor Jurandir Santiago, que igualmente também, assim, nos encontramos uma vez, mas ele mostrou um interesse muito grande pela

parceria, por como as coisas são desenvolvidas, então, eu tenho certeza que teremos um belo futuro, as duas instituições juntas.

Ao senhor José Sydrião Alencar, que sempre demonstrou um enorme interesse, perguntava, participava, realmente trabalha com a gente; o senhor José Narciso Sobrinho, que igualmente tem um enorme carinho pela Instituição, está sempre envolvido no encontro regional, no encontro nacional. E a senhora Laura Ramos que, do ponto de vista do Banco, mais ou menos corresponde ao Paulo, ou seja, é a vida do Encontro, tomou-o como quase um filho.

Então, muito obrigada a todos e espero encontrá-los ano que vem aqui.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores. Ouviremos em seguida a palavra do excelentíssimo senhor secretário de Estado da Fazenda do Ceará, Mauro Filho, que neste ato representa a sua excelência, o senhor governador Cid Ferreira Gomes.

MAURO FILHO (REPRESENTANDO O GOVERNADOR CID GOMES)

Excelentíssimo senhor presidente do BNB, Jurandir Santiago, que acaba de receber a missão da presidente Dilma, do ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, de dar prosseguimento ao papel que o Banco do Nordeste vem exercendo no processo de crescimento econômico do Nordeste e do Brasil. Aliás, por meio da sua expansão qualificada do crédito aqui na Região contribuiu de maneira decisiva para que o Brasil saísse de uma relação muito baixa do crédito, do PIB de 24%, há 7 anos, para 42%, que inclusive tem sido uma das razões pela velocidade maior de crescimento do produto interno bruto brasileiro.

Quero saudar o vice-governador do Maranhão, Washington Luís, a quem agradeço também aqui a presença em nome do governador Cid Gomes; quero saudar aos demais membros da mesa, professora Adriana; doutor José de Freitas, que aqui representa a prefeita Luizianne Lins; saudar os ex-presidentes, João Melo, que nos dá o privilégio no governo do Estado de compartilhar conosco esse novo momento, sob a liderança do governador Cid Gomes como secretário da Controladoria, presidente que foi dessa Instituição; quero saudar meu companheiro do curso de mestrado e doutorado em Economia da Universidade Federal do Ceará, a quem durante muitos anos tive oportunidade de conviver com toda a sua dedicação àquela Universidade, ao nosso Caen, quero abraçar ao professor Roberto Smith, ex-presidente deste Banco e que contribuiu, de maneira significativa, para o papel que o BNB representa hoje.

Mas me permitam saudar ele, também, que foi presidente do Banco e que realmente, não só com a sua experiência muito contribuiu para o fortalecimento desta Instituição, e que tenho privilégio de tê-lo como pai, deputado federal Mauro Benevides, que aqui está conosco.

Saudar os deputados federais, Pedro Eugênio, companheiro amigo; deputado José Nobre Guimarães; aos professores que aqui vieram participar do Encontro da Anpec, do BNB, Fórum do Desenvolvimento, enfim, aos diretores, aos homenageados... Eu serei breve, mas precisava passar aqui uma mensagem do Estado do Ceará.

De 2007 para cá, procuramos fazer uma reformulação profunda no modelo de gestão do Estado de tal maneira que permitisse ampliar de maneira significativa a capacidade de investimento do governo do Ceará. Esse governo que de 2007 para trás, 20 anos atrás, mesmo já sob uma gestão fiscal rigorosa, esse limite de investimento em média, desses últimos 20 anos, estava estancado em R\$ 650 milhões, salve 1998, quando o estado vendeu a Coelce. Portanto uma receita extraordinária, o investimento foi a R\$ 850 milhões, e salve em 2006, quando foi vendido ao Bradesco o Banco do Estado do Ceará, também uma receita extraordinária, cujo montante foi a R\$ 1 bilhão, mas a média dos 20 anos anteriores a 2007 representava R\$ 650 milhões.

Com o trabalho que foi implementado no estado no âmbito da receita, portanto, aqui discutido inclusive com meus alunos, discutido com os professores lá da faculdade, a ideia de que era possível, simultaneamente, mostrar ao Brasil, reduzir carga, ampliar base de contribuição e, ao mesmo tempo, experimentar elevações de receita, e é o que efetivamente aconteceu no Estado do Ceará.

Nós crescemos 20% em 2008, 10% em 2009 quando a União decresceu 0,7% e 16 estados brasileiros tiveram redução da sua arrecadação de ICMS. E em 2010 crescemos 20%, a União com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cresceu 7,8%, 20% em cima de 10% e em cima de 20%, só para que os cearenses possam aqui notar o volume extraordinário de recursos com o controle objetivo da despesa que permitiu que em 2010 o Ceará saísse de uma média, como já disse de R\$ 650 milhões/ano para uma capacidade de investimento de R\$ 3,2 bilhões, praticamente cinco vezes mais o que tradicionalmente o Estado do Ceará estava acostumado.

Pelo contrário, o estado inclusive sob uma gestão austera, mas que realmente, no mesmo semiárido, na mesma condição, o Ceará ainda ocupando a 12^a, a 11^a, 13^a posição no PIB brasileiro foi capaz de produzir R\$ 3,2 bilhões, e para que os senhores possam aquilatar se isso é muito ou pouco, é o estado que mais investe no Brasil, como proporção da sua receita corrente líquida.

Pedi para minha assessoria, e o Programa de Pós-Graduação em Economia da UFC (Caen) também me ajudou, para levantar nominalmente quantos estados brasileiros, e aí não é justo comparar a nossa economia com a economia do Paraná, com a economia dos outros estados do Brasil, do Rio Grande do Sul, enfim, mas fiz questão de levantar nominalmente se esse valor, R\$ 3,2 bilhões, era pouco ou estava muito diferenciado dos demais estados.

E fiquei surpreso que o primeiro estado que mais investiu, naturalmente, o Estado de São Paulo, R\$ 12 bilhões; segundo foi o Rio de Janeiro, R\$ 5,1 bilhões; Minas Gerais, R\$ 3,9 bilhões, em terceiro, e o quarto o Estado do Ceará R\$ 3,2 bilhões, portanto, só para que vocês possam saber a dimensão e o estágio que o Estado do Ceará se encontra nesse momento.

Nos últimos quatro anos, fomos capazes de gerar 243 mil novos empregos

de carteira assinada, para uma média de 63 mil dos quatro anos anteriores, obviamente, ajudado pela expansão econômica e o Ceará, inclusive, crescendo a taxas superiores às aquelas observadas pela economia brasileira.

Meu caro presidente Jurandir. Não tenho dúvidas, que o BNB terá sob a sua gestão o processo de crescimento ainda mais acelerado, a expansão do crédito de maneira qualificada ainda mais evidenciada, porque isso, na realidade, é o que pensa o Brasil nesse momento, e daí, portanto, uma responsabilidade ainda maior que o terá na condução desses próximos quatro anos.

Por fim, quero terminar dizendo que o Governo do Estado do Ceará tem sido parceiro nessas empreitadas, do BNB. Vai continuar mantendo e ampliando as suas parcerias, e é dentro desse espírito de colaboração que o Governo do Estado do Ceará tem exercido ao longo desse último período de gestão.

Quero também dizer, não só como economista, como professor, mas me permitam terminar, e aí mais pelo viés político, até porque já exercendo o meu sexto mandato de deputado aqui no estado, vendo aqui, inclusive, ex-alunos meus – professor Flávio Ataliba, o professor e hoje diretor do Banco, Sydrião Alencar, quero dizer que o povo brasileiro anda muito desconfiado da classe política, e com razão.

A gente escuta essas confusões de gestão Brasil afora, isso acaba colocando em um raciocínio cotidiano das pessoas que a política muitas vezes não será capaz de processar a transformação que o povo brasileiro tanto exige. Aqui no Ceará, a minha geração, nesse momento que chega ao poder no estado com a eleição do governador Cid, e a minha modesta ascensão à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, quero dizer que nós não podemos, sob qualquer hipótese, negar essa possibilidade de gerar sonhos aos jovens, ao povo cearense.

E dizer que estamos comprometidos de trabalhar nestes próximos quatro anos para gerar um Ceará ainda mais justo, ainda mais desenvolvido. Parabéns ao BNB e a nossa parceria certa do Governo do Estado do Ceará e essa instituição financeira. Parabéns, doutor Jurandir.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores, ouviremos em seguida a palavra do senhor presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Santiago.

JURANDIR VIEIRA SANTIAGO

Boa tarde a todos e a todas. Quero iniciar saudando aqui o secretário e deputado estadual Mauro Filho, que aqui representa o governador Cid Gomes, parabenizando pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo frente à Secretaria e leve, também, o abraço ao governador, por favor, do Banco do Nordeste.

Quero cumprimentar ao senhor Washington Luís, vice-governador do Estado do Maranhão, já agradecendo a presença aqui neste evento; cumprimentar o senhor José de Freitas, que aqui representa a prefeita Luizianne Lins; cumprimentar a professora Adriana Amado, parceira na realização deste Fórum, que tanto tem contribuído para enriquecer as discussões, no que se refere ao desenvolvimento da região Nordeste; cumprimentar o senhor João Alves de Melo, que hoje é secretário de Estado do Governo do Ceará e também preside o Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste, muito obrigado pela presença.

E na mesa fazer um cumprimento especial ao deputado Mauro Benevides, que já conduziu também os destinos desta Casa e hoje está aqui com a gente. Cumprimentar aos deputados federais, meu amigo José Nobre Guimarães; deputado Pedro Eugênio, representando o Estado de Pernambuco; cumprimentar o Cláudio Frota, que aqui representa o superintendente da Sudene; o senhor Almir Bittencourt, que é secretário adjunto da Ciência e Tecnologia e representa o secretário Renê Barreira; cumprimentar o doutor Osmundo Rebouças, ex-diretor do Banco, uma honra tê-lo aqui, muito obrigado pela presença; o senhor Dorany Sampaio, que também é ex-diretor e recebeu homenagem; cumprimentar o senhor José Ney Pereira, superintendente da Caixa, representando aqui o superintendente regional Ricardo; cumprimentar o senhor Tiago dos Santos, diretor de Planejamento da Superintendência de Planejamento Estratégico, que representa o secretário de Planejamento Zezéu Ribeiro; o seu assessor Tiago Lessa Sousa, também aqui presente; cumprimentar o presidente da Capef, senhor Francisco José Araújo Bezerra.

Uma saudação muito especial a todos os diretores, superintendentes, gestores e funcionários do Banco do Nordeste, que hoje se encontram aqui presentes e já recebam os meus parabéns por estarem aí conduzindo os destinos dessa importante Instituição, nesta data que se comemora 59 anos de existência do Banco.

E por último, de propósito, uma saudação especial ao meu amigo professor Roberto Smith, que teve a oportunidade de conduzir os destinos desta Instituição nos últimos oito anos e que deixou um legado diferencial para a região Nordeste do Brasil com suas ações. Receba professor, o abraço de todos que fazem o Banco do Nordeste, o reconhecimento pelo trabalho que o senhor aqui desenvolveu e a certeza de que as portas aqui do Banco estarão sempre abertas, sempre que o senhor tiver qualquer contribuição e qualquer necessidade.

Nesses dois dias de trabalho, foram discutidos temas de relevância para o desenvolvimento regional, questão central foi a redução da pobreza, principal prioridade da presidente Dilma Rousseff para este governo.

Essa questão foi tratada, seja do ponto de vista econômico associado ao crescimento, seja do ponto de vista social voltado para a redução da exclusão, e mais do que isso, discutiu-se o enfrentamento dessa questão com múltiplas abordagens, com destaque, tanto nas políticas de transferência e distribuição de renda, quanto nos financiamentos a micro, mini e pequenos produtores e empresários.

O Fórum, que hoje se encerra, traz contribuições relevantes para se avançar no combate à pobreza, tão fundamental para o desenvolvimento do País, visto que não haverá Brasil rico com um Nordeste pobre.

Neste Fórum, foram lançados diversos livros, teses e dissertações, documentos e informes do BNB/Etene com importantes contribuições para o planejamento regional e para as políticas públicas. Desse modo, a atividade editorial do Banco cumpre o seu papel de fortalecer o diálogo com seus vários públicos, além de estimular a comunidade intelectual à produção de trabalhos técnico-científicos sobre desenvolvimento regional nas áreas de Administração, Economia, Sociologia e Ciências afins.

O Fórum também foi ocasião de reconhecer, com merecidas homenagens, aqueles que prestaram relevantes serviços a esta Instituição e contribuíram efetivamente para o desenvolvimento de nossa Região, os ex-diretores do BNB, Pedro Gondim, *in memoriam*, e muito bem representado pelo deputado federal Mauro Benevides; Dorany de Sá Barreto Sampaio; Osmundo Rebouças; Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral; deputado Pedro Eugênio; e o ex-presidente Roberto Smith, a vocês, muito obrigado em nome do Banco do Nordeste do Brasil, por toda a contribuição que vocês deram ao longo do período que por aqui passaram.

Nesta oportunidade, como forma de incentivar os pesquisadores da Academia, o Fórum premiou aqueles que, com seus trabalhos devotados à temática do desenvolvimento regional, apontaram as dificuldades e, ao mesmo tempo, o encaminhamento das soluções para a sua superação.

Nós tivemos 280 trabalhos inscritos. Isso prova o engajamento do nosso público universitário, da nossa Academia. Parabéns aos que participaram. Parabéns aos que receberam aqui a premiação. Muito obrigado por terem acreditado e participado.

Agradecemos a todos os parceiros, em especial à Anpec. Professora leve o agradecimento a todos que fazem a Anpec, receba o nosso abraço, os colegas do Etene, todos que fazem o Etene na pessoa do superintendente Narciso, aos colegas do Gabinete da Presidência, que apoiaram de uma forma ou de outra este evento, uma saudação ao diretor Alencar, que desde o início da organização, e durante todo o evento, esteve à frente, acreditando e providenciando para que o evento fosse um sucesso.

Enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, empenharam-se na realização deste encontro comemorativo do 59º aniversário do BNB, instituição que tem relevantes serviços prestados à causa do desenvolvimento do Nordeste e da qual, com muito orgulho, hoje exerço a presidência.

Muito obrigado a todos.

Mestre de Cerimônias

Senhoras e senhores.

Em nome do BNB e da Anpec, ratifico os agradecimentos pela honrosa presença de todos e os convido ao coquetel de confraternização, que será servido em instantes nos jardins desse Centro de Treinamento.

REFERÊNCIAS

ABGÁS. **Gesodutos**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.abegas.org.br/Site/?page_id=842>. Acesso em: 10 maio 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO (Brasil). **Anuário estatístico aquaviário 2010**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2010-2011. São Paulo: Abril, 2010.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Plano Nacional de Viação 2010**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/plano-nacional-de-viacao>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (Brasil). **Pesquisa CNT de rodovias**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.sistemacnt.org.br/pesquisacntrodovias/2010>>. Acesso em: 10 maio 2011.

FGV. **Pesquisas**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <www.fgv.br/cps>. Acesso em: 2013.

GASNET. **Mapas de gasodutos**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.gasnet.com.br/novo_gasoduto/operacao.asp>. Acesso em: 12 maio 2011.

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

NERI, M. C. (Coord.). **Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira: versão original**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 101 p. Disponível em: <www.fgv.br/cps/brics>. Acesso em: 2011.

